

Renata Guimarães Reynaldo

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES:
UM ENFOQUE PÓS/DECOLONIAL SOBRE INTERSEÇÕES E
SOLIDARIEDADE NO FEMINISMO TRANSNACIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^o. Dr^o. Luzinete Simões Minella

Coorientadora: Prof^o. Dr^o. Teresa Kleba Lisboa

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor
Maiores informações em:
<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

RENATA GUIMARAES REYNALDO

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: UM ENFOQUE
PÓS/DECOLONIAL SOBRE INTERSEÇÕES E
SOLIDARIEDADE NO FEMINISMO TRANSNACIONAL**

Esta Tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas e aprovada, em sua forma final, no dia 14 de março de 2016, atendendo às norms da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 14 de março de 2016.

Profa. Dra. Luzinete Simoes Minella (orientadora)

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa (coorientadora)

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella (orientadora) – UFSC

Profa. Dra. Sonia Alvarez (embro externo) – University of Massachusetts
Amherst (EUA)

Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira (membro externo) –
UNOCHAPECÓ

Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago (membro interno) – UFSC

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (membro interno) – UFSC

Profa. Dra. Claudia Junqueira de Lima Costa (membro interno) - UFSC

Este trabalho é dedicado à minha mãe,
ao meu pai, ao meu irmão e aos nossos
pequenos Enki e Marduk (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Quando optei pela vida acadêmica e ingressei no doutorado, não fazia ideia de como seria esta jornada. Imaginava vagamente o que me esperava, mas confesso que minha imaginação passou longe das barreiras reais, profissionais e pessoais, que precisaria romper.

Primeiro porque um doutorado é sempre um processo difícil e de profunda transformação. Depois porque escrever uma tese sobre feminismo é um desafio a mais.

Em uma das entrevistas que realizei, uma entrevistada, me agradecendo pela pesquisa, disse que considera toda mulher que conclui um doutorado uma heroína, pelas tantas barreiras que precisa vencer. Me levou às lágrimas. Acredito que esta seja minha forma particular de transgredir, ocupando lugares que não são reservados prioritariamente a mim e recusando outros que são.

O simples fato de me declarar feminista me traz, quase que diariamente, cargas de ódio e resistência vindas dos lugares mais improváveis. Passo de repente a incorporar todas as mulheres que incomodam, que transgridem, que desafiam o poder masculino. Além disso, a relevância do tema é muitas vezes questionada, o que durante o processo de produção de tese é no mínimo incômodo. Assim fui tendo cada vez mais certeza da minha escolha, que, além de me possibilitar os conhecimentos formais, me abriu os olhos a cada dia para as agruras e injustiças da sociedade patriarcal que me cerca.

Diante disso tudo posso dizer então que, para minha sorte, optei por um tema que me move, inspira, transforma e empodera. Um tema que considero cada vez mais essencial. Justamente por isso não posso deixar neste momento de expressar minha gratidão a todas as mulheres e homens construtores do feminino em mim, a todas e todos que me trouxeram até aqui - meus familiares, amigas e amigos. E, claro, tenho ainda a fazer alguns agradecimentos especiais.

Aos meus avós Gentil Antonio Reynaldo (*in memoriam*) e Tarcila Ana Rocha Reynaldo (*in memoriam*), por serem a maior expressão de amor incondicional e respeito à força matriarcal que eu poderia ter tido. Pela história linda de vida e pelo exemplo irretocável em cada ação, por aquecerem o meu coração diariamente com sentimentos e memórias eternos.

Aos avós Judith Gonçalves Guimarães e Manoel Verino Guimarães (*in memoriam*), pela trajetória de luta que me precedeu e por se orgulharem de mim.

À minha mãe, Maria Cirlene Guimarães Reynaldo, por ser, além de uma amiga e um porto seguro, uma força feminista transgressora e questionadora dos limites e prisões impostos às mulheres, militante do cotidiano.

Ao meu pai, Maurício Rocha Reynaldo, que sempre viu em mim grandes potencialidades, que me ensinou a ser crítica e a confiar na minha capacidade intelectual, que me legou o amor pelo saber.

Ao meu irmão, Maurício Guimarães Reynaldo, cuja presença completa e dá sentido à minha vida.

Ao meu pequeno grande amor, Enki, por ser o melhor companheirinho que eu poderia ter, por despertar em mim um amor de mãe interespecies e por me ensinar mais do que qualquer livro jamais poderia. Por tornar a vida mais feliz, os desafios mais fáceis de serem vencidos, o coração mais pleno e tranquilo. Também ao nosso eterno Marduk (*in memoriam*), que vive em nós como uma linda lembrança amorosa e que nos deixou muita saudade.

À minha madrinha-tia Déde, Regina Rocha Reynaldo Tibúrcio, por ser um vórtice de amor e bondade que me inspira a ser uma pessoa melhor.

Aos meus tios, Gilson Rocha Reynaldo e Adilson Tibúrcio e Regina, por me transmitirem a paixão pela docência e a vontade de um mundo mais justo e humano.

Aos tios Celia Guimarães Meurer e Edio Meurer por não medirem esforços para ajudar, por serem sensíveis e amigos.

À tia Dilceia Gonçalves Guimarães e à minha irmã-prima-amiga Kamila Guimarães de Moraes, pelo amor, apoio e torcida de sempre. Também às amigas que estiveram ao meu lado de alguma forma nesta caminhada – Izabela Liz Schlindwein, Juliana Wüst Panceri, Maria Olandina Machado, Marcia Puydinger de Fazio, Michelle Bonatti, Patricia Minck, Simone Lolatto, e, em especial, Carla Borba, Isabela Borba e Ligia Vieira, que foram presenças constantes com quem dividi minhas angústias e conquistas durante o processo de escrita. Vocês são fontes de inspiração e força feminina.

Ao meu afilhado Ollie, Oliver James Minck-Saib, por iluminar o mundo com seu sorriso.

Agradeço também imensamente às Professoras que não apenas tornaram esta jornada possível, mas também a transformaram em uma experiência leve, rica, alegre e engrandecedora. À minha orientadora, Luzinete Simões Minella, pela prontidão, carinho e incentivo de sempre, por ter me guiado com ternura e sabedoria até aqui. À minha co-orientadora Teresa Kleba Lisboa, que me trouxe até o doutorado

interdisciplinar e igualmente me conduziu neste trajeto com doçura. À Professora Claudia de Lima Costa, cuja disciplina me despertou para o fascinante olhar trazido pelas teorias feministas pós e descoloniais. À Professora Sonia Alvarez, que foi essencial para o desenho que a tese ganhou e cujos conhecimentos foram imprescindíveis na construção da pesquisa, pelas conversas generosas, inspiradoras e transformadoras. Tê-la conhecido neste caminho foi um presente e uma honra. Não poderia ser mais grata às Acadêmicas notáveis e sensíveis que estiveram ao meu lado desde o início, em especial à Professora Odete Maria Oliveira, um exemplo de profissional e de vida.

À minha orientadora durante o estágio doutoral, Jill Steans, que apostou no meu tema de pesquisa e, sem me conhecer e sem indicações, me concedeu uma oportunidade ímpar de enriquecer meus conhecimentos na Inglaterra e ofereceu contribuições valiosas à tese. Esse momento foi essencial, pela experiência, pelos tantos aprendizados pessoais e profissionais, pela enorme bibliografia a que tive acesso, pela pesquisa de campo e entrevistas realizadas na Europa, por ter me inserido de alguma forma na Academia em um país e língua estrangeiros, por ter me fortalecido e dado momentos felizes, preciosos e inesquecíveis.

Ao doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas, ao qual eu tenho imenso orgulho de pertencer, por ser tudo o que eu poderia esperar de um doutorado. Por ser inovador, libertador, transformador e ter me possibilitado transcender muitas amarras da Academia – de limites disciplinares a hierarquias limitadoras. Por ter me tratado com boa vontade e respeito e ter me dado a liberdade de escrever uma tese com a minha marca e a minha história.

À Universidade Federal de Santa Catarina, minha segunda minha casa, e a todos os seus servidores, com particular carinho e agradecimento a Jerônimo Ayala, que fez da secretaria do Dich um lugar acolhedor e facilitador, cuja ajuda foi inestimável para lidar com os procedimentos burocráticos e rotineiros do doutorado com serenidade e alegria.

Ao governo deste país no qual me orgulho grandemente de ter nascido, que por meio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - e do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - me ofereceu, com a concessão de bolsas de pesquisa, a oportunidade de me dedicar unicamente à Pós-Graduação e realizar um estágio doutoral de um ano no exterior. Espero retribuir, com este estudo e com a minha trajetória daqui em diante, este investimento de recursos públicos a mim confiado.

Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. [...] Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.

(Gloria Anzaldúa, 1981)

RESUMO

A Marcha Mundial das Mulheres surgiu no início do século XXI como parte do que denomino ‘Segundo Momento de Transnacionalização dos Feminismos’, que inaugurou outros feminismos transnacionais, distintos dos que orbitam em torno da ONU desde 1975 e ali encontram uma arena transfronteiriça de atuação, os quais conformam o “Primeiro Momento de Transnacionalização dos Feminismos. A partir disto, tendo por fundamento as teorias pós/decoloniais e suas categorias ‘interseccionalidade’ e ‘solidariedade’, questiono: como este outro feminismo transnacional do segundo momento, representado pela Marcha, se configura em termos de relações norte-sul, análise interseccional e construção de solidariedades? Diante deste questionamento, que busco responder no capítulo final, apresento como objetivo principal investigar se o segundo momento, por meio da Marcha, vem superando os problemas apontados pelas teorias feministas pós/decoloniais com relação ao primeiro momento, e se, neste sentido, representa na prática mudanças efetivas e significativas em relação a ele. Para responder à pergunta e atingir o objetivo proposto, conforme será detalhado no capítulo 1, utilizo o traçado da metodologia feminista e adoto quatro técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, análise de documentos, observação-pesquisa de campo e entrevistas. Os capítulos 2, 3 e 4 buscam, com base em revisões bibliográficas, esclarecer o complexo contexto global contemporâneo a partir da segunda metade do século XX e os percursos dos feminismos transnacionais desde sua origem no século XIX. Já o capítulo 5 se destina, a partir da perspectiva adotada, ao estudo do primeiro momento e da Marcha, com vistas a atingir o objetivo principal e responder à pergunta proposta. Para a análise da MMM com relação às categorias interseccionalidade e solidariedade foi utilizada a triangulação entre as técnicas, com a análise de documentos oficiais construídos coletivamente na Marcha, pesquisa de campo nos Encontros Internacional e Regional Europeu e entrevistas com coordenadoras nacionais de diversos países e integrantes da esfera internacional do movimento. Os resultados sugerem que a MMM, nos aspectos estudados, se mostra bem mais alinhada com as perspectivas feministas pós/decoloniais do que o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos.

Palavras-chave: Marcha Mundial das Mulheres. Feminismos transnacionais. Teorias feministas pós/decoloniais.

ABSTRACT

The World March of Women emerged in the early twenty-first century as part of what I call 'Second Moment of Transnationalization of Feminisms', which started other transnational feminisms, different from the "First Moment of Transnationalization of Feminisms", that orbits around the UN since 1975 and there find a cross-border arena of action. From this, based on the feminist post/decolonial theories and their categories 'intersectionality' and 'solidarity', my research question is: how this other transnational feminism of the second moment, represented by the March, is configured in terms of North-South relations, intersectional analysis and solidarity building? Based on this question, that I seek to answer in the final chapter, the main objective is to investigate if the second moment, via the March, has been overcoming the problems raised by feminist post/decolonial theories with respect to the first moment, and if it represents in practice effective and significant changes in relation to it. To answer the question and achieve the proposed objectives, as it will be detailed in Chapter 1, I have chosen the layout of the feminist methodology and four research methods: bibliographic, document analysis, field observation, and interviews. The chapters 2, 3 and 4 seek, from bibliographic research, to clarify the complex contemporary global context from the second half of the twentieth century and the paths of transnational feminisms from its origins in the nineteenth century. In turn, chapter 5 is intended, from the adopted perspective, to study the first moment and the March in order to reach the main objective and answer the question posed. To the analysis of the MMM in relation to the categories of intersectionality and solidarity the triangulation of the techniques was used, with the analysis of official documents collectively constructed in the March, field research in the International and European Meetings and interviews with national coordinators from different countries and members of the international sphere of the movement. The results suggest that the WMW, in the studied aspects, shows itself much more aligned with the post/decolonial feminist perspectives than the first moment of transnationalization of feminism.

Keywords: World March of Women. Transnational feminisms. Post/decolonial feminist theories.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre as entrevistadas na pesquisa.....	74
Quadro 2 - Esquematização do Primeiro Momento de Transnacionalização dos Feminismo.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFM** - Articulación Feminista Marcosur
AGG – Agenda Global de Gênero
BM – Banco Mundial
CEDAW – Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CIM – Comissão Interamericana de Mulheres
CSM – Comissão sobre o Status das Mulheres
Ed. – edição
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM - Fórum Social Mundial
IACW - Inter-American Commission of Women
MeD – Mulheres em Desenvolvimento
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
n. – número
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
p. – página
PAE – Programa de Ajuste Estrutural
PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
Remte - Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía
v. - volume
WiD – Women in Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA – EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIA E PERCURSOS.....	27
1.1 BASES EPISTEMOLÓGICAS – INTERDISCIPLINARIDADE E FEMINISMO.....	27
1.1.1 Epistemologia Interdisciplinar.....	27
1.1.2 Epistemologia Feminista.....	32
1.2 METODOLOGIA.....	36
1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	40
1.3.1 Análise de Documentos.....	41
1.3.2 Observação – Pesquisas de Campo.....	42
1.3.3 Entrevistas.....	43
1.4 TEORIAS E CATEGORIAS TEÓRICAS.....	45
1.4.1 Interseccionalidades.....	49
1.4.2 Solidariedade.....	51
1.5 LUGARES, PERCURSOS E MUTUALIDADES.....	53
1.5.1 Trajetória Acadêmica Interdisciplinar.....	54
1.5.2 Estágio Doutoral.....	60
1.5.3 Os Caminhos da Pesquisa.....	61
1.5.3.1 Nono Encontro Internacional.....	64
1.5.3.2 Encontro Regional Europeu.....	67
1.5.3.3 Para além das Entrevistas.....	70
2 CONTEXTO E ORIGENS DOS FEMINISMOS TRANSNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....	75
2.1 CENÁRIO INTERNACIONAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	75
2.1.1 Globalização e Neoliberalização.....	77
2.1.2 Globalização e Interseccionalidades.....	83
2.2 ORIGENS DOS FEMINISMOS TRANSNACIONAIS.....	89
2.2.1 Do século XIX à Segunda Guerra Mundial.....	90
2.2.2 Do pós-Segunda Guerra à 1975.....	95
3 PRIMEIRO MOMENTO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS.....	101
3.1 1975, UM ANO MARCANTE PARA AS MULHERES NA ONU – O INÍCIO DO PRIMEIRO MOMENTO.....	101
3.2 DÉCADA DE 1980.....	105
3.2.1 Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres – Copenhagen.....	111

3.2.2 Terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres – Nairobi.....	113
3.3 A DÉCADA DAS MULHERES DA ONU.....	115
3.4 DÉCADA DE 1990.....	116
3.4.1 Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres – Beijing.....	120
3.5 BALANÇO DO PRIMEIRO MOMENTO.....	122
4 SEGUNDO MOMENTO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS.....	129
4.1 CENÁRIO INTERNACIONAL NA VIRADA DE SÉCULO E O MOVIMENTO PELA JUSTIÇA GLOBAL.....	129
4.2 CONTEXTOS REGIONAIS E TRANSNACIONAL DOS FEMINISMOS NO SÉCULO XXI.....	135
4.3 SURGE O SEGUNDO MOMENTO.....	141
4.4 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.....	142
4.4.1 Histórico, Encontros e Ações Internacionais.....	143
4.4.2 Estrutura.....	147
5 ANÁLISES PÓS/DECOLONIAIS DOS DOIS MOMENTOS DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS.....	151
5.1 UM OLHAR PÓS/DECOLONIAL SOBRE O PRIMEIRO MOMENTO.....	151
5.2 UM OLHAR PÓS/DECOLONIAL SOBRE O SEGUNDO MOMENTO ATRAVÉS DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.....	158
5.2.1 As Relações Entre Norte e Sul na Marcha.....	160
5.2.2 Interseccionalidade.....	167
5.2.3 Solidariedade.....	173
5.2.3.1 Representatividade.....	175
5.2.3.2 Comunicação.....	177
5.2.3.3 Manifestação das Diferenças.....	178
5.2.3.4 Construção Coletiva.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXO A – ENTREVISTAS.....	205
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	207
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	209

INTRODUÇÃO

Os Movimentos de mulheres e feministas – ainda que este termo não houvesse então sido cunhado - passaram a cruzar as fronteiras estatais a partir do século XIX. Tais processos aconteceram em princípio e com mais ênfase na Europa e neo-Europa, ou seja, no Norte, mas foram observados também na América Latina, que tomo aqui como referencial de Sul.

Estas raízes dos feminismos transnacionais foram suficientemente profundas para resistirem a duas Guerras Mundiais e os fazerem ressurgir na segunda metade do século XX, quando teve início a globalização contemporânea.

Foi quando um conjunto de acontecimentos históricos - dentre os quais destaco o surgimento de grandes organizações internacionais, destacadamente as Nações Unidas, os grandes avanços científicos e tecnológicos e a expansão do neoliberalismo - resultou na crescente complexificação do cenário internacional e no aumento das interações transnacionais.

Naquele contexto a ONU começou, a partir de 1975, a se mobilizar em torno da questão. Teve então início o que chamo aqui de ‘Primeiro Momento de Transnacionalização dos Feminismos’.

Acontecido em torno do eixo ONU-ONGs, o primeiro momento foi protagonizado por grandes ONGs feministas internacionais e marcado por quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres, acontecidas em 1975 no México, em 1980 em Copenhague, em 1985 em Nairobi e em 1995 em Beijing. A grande lacuna existente a princípio entre Norte e Sul passou a ser superada principalmente a partir de Nairobi e destacadamente em Beijing, que entendo como o auge deste momento, quando os movimentos feministas latino-americanos e do Sul de modo geral ganharam mais espaço e influência na esfera transnacional.

No decorrer do último terço do século XX e tendo por ápice a Conferência de Beijing o primeiro momento foi se tornando crescentemente global, unificado em torno da questão dos direitos humanos das mulheres, representativo do Sul e heterogêneo.

Importantes acontecimentos em âmbito global assinalaram a transição do século XX para o XXI. A globalização seguia um curso incessante diante da intensificação do neoliberalismo global e da emergência do movimento antiglobalização, formando um caldeirão transfronteiriço no qual os feminismos transnacionais alcançaram novos espaços, níveis, formatos e configurações.

Começa a emergir de forma mais intensa então o que denomino ‘Segundo Momento de Transnacionalização dos Feminismos’ – cujas sementes haviam sido lançadas já no decorrer do Primeiro momento -, bem como aquele que, pelo alcance e características, tomo como seu movimento emblemático: a Marcha Mundial das Mulheres, objeto desta pesquisa.

A partir do início do século XXI, portanto, primeiro e segundo momentos passam a coexistir em um cenário mais complexificado dos feminismos transnacionais.

Nascem com o segundo momento outros feminismos transnacionais, que a MMM consubstancia sob a forma de um movimento não-institucionalizado, guarda-chuva, disseminado por todo o mundo e que se pretende popular de base.

A partir disto, tomando por base as teorias pós/decoloniais e suas categorias ‘interseccionalidade’ e ‘solidariedade’, questiono como este outro feminismo transnacional do segundo momento, representado pela Marcha, se configura em termos de relações norte-sul, análise interseccional e construção de solidariedades. Busco responder a este questionamento precisamente no capítulo final do estudo.

Tenho então como objetivo principal investigar se o segundo momento, por meio da Marcha, vem superando os problemas apontados pelas teorias feministas pós/decoloniais com relação ao primeiro momento, e se, neste sentido, representa na prática mudanças efetivas e significativas em relação a ele.

Figuram ainda como objetivos específicos da tese aqueles que passo a apresentar na sequência, identificados com os capítulos desenvolvidos.

No capítulo 1 busquei explanar os caminhos epistemológicos, metodológicos e teóricos da pesquisa, apresentando as teorias pós e decoloniais e, a partir delas, as categorias teóricas norteadoras, quais sejam, interseccionalidade e solidariedade.

No capítulo 2 procurei focalizar o cenário de surgimento da globalização contemporânea na segunda metade do século XX, seus aspectos hegemônicos e contra hegemônicos e, com vistas a dar conta de sua complexidade, suas relações com a neoliberalização e as interseccionalidades, apresentando assim o contexto de surgimento do primeiro momento de transnacionalização dos feminismos.

Pretendi ainda apresentar as origens dos movimentos feministas transnacionais desde seu surgimento no século XIX até o início do primeiro momento, tanto no Norte, mais especificamente Europa e neo-Europa, quanto no Sul, identificado aqui com América Latina.

No terceiro capítulo investiguei o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos, acontecido na órbita ONU-ONGs de 1975 até os dias de hoje, bem como os feminismos do Norte e do Sul em seus contextos regionais no decorrer deste período.

Já no capítulo 4 analisei o cenário internacional na virada do século e o surgimento, naquele período, do segundo momento dos feminismos transnacionais, em particular da Marcha Mundial das Mulheres, que apresento em seu histórico, estrutura, funcionamento, principais eventos, ações e documentos.

Com vistas a responder à pergunta e atingir os objetivos propostos, tendo por base as epistemologias feminista e interdisciplinar, me utilizei do traçado da metodologia feminista e optei pelo uso de quatro técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise de documentos, observação-pesquisa de campo e entrevistas. Nos capítulos 2, 3 e 4 utilizei apenas a técnica de pesquisa bibliográfica, enquanto no capítulo 5, articulei as técnicas de análise de documentos, observação/pesquisa de campo e entrevistas para estudar mais detidamente a Marcha e tentar responder a pergunta de tese. A partir destas escolhas e dos lugares, percursos e mutualidades que se desenharam no seu decorrer, o estudo assumiu então um método próprio e particular, conforme será detalhado no capítulo 1.

As justificativas da pesquisa se fundamentam basicamente nas razões da escolha e na relevância do tema. Quanto à escolha, decorreu tanto da identificação com a temática quanto da minha trajetória acadêmica, que será esclarecida também no primeiro capítulo.

No que se refere à relevância, importante destacar que, em decorrência dos avanços da globalização neoliberal, que se sustenta por uma série de sistemas globais de subordinação interconectados – capitalismo, racismo, patriarcado e colonialidade –, a condição dos subalternos do fenômeno, em especial das mulheres do Sul, continuou a se deteriorar.

O primeiro momento, de acordo com as críticas pós e decoloniais, em virtude de acontecer no eixo ONU-ONGs, se mostrou bastante limitado para lidar com violências estruturais e demandas por direitos sociais e econômicos, embora tenha tido méritos na crescente intensificação, disseminação e multiplicação dos feminismos na esfera global a partir do final do século XX.

Estes limites e possibilidades do primeiro momento, somados à interconexão cada vez maior do mundo, ao surgimento de novos espaços contra-hegemônicos e ao aumento da força dos feminismos do Sul fizeram emergir na virada de século um novo momento de transnacionalização dos feminismos, do qual faz parte a MMM.

Algo novo surge com o segundo momento e, mais especificamente, com a Marcha Mundial das Mulheres, sua independência institucional, seu alcance mundial, seu formato em rede, sua atuação em diferentes níveis – local, nacional, regional e internacional – e sua proposta de ser um movimento feminista anticapitalista transnacional popular de base. Trata-se, portanto, de um movimento que retrata novidades e mudanças significativas dos feminismos transnacionais no século XXI, e que, diante disto, precisa e merece ser estudado.

Tal estudo poderá, com base nas grandes contribuições legadas pelas teorias pós e decoloniais, lançar luzes sobre as dinâmicas, práticas e percepções da MMM, identificando potencialidades e eventuais problemas com vistas a contribuir para a consecução de seus objetivos. A partir daí, torna-se possível apresentar inclusive caminhos para melhor se compreender e aprimorar, de modo geral, os feminismos que ultrapassam as barreiras estatais e atingem o âmbito transnacional.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA – EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIA E PERCURSOS

Começo aqui a materialização da minha jornada de tese, o momento final de um percurso iniciado com o ingresso no doutorado, este desafio permanente aos meus limites intelectuais, reflexivos, pessoais. Neste primeiro capítulo apresento e justifico os pensamentos e teorias que me nortearam, as escolhas feitas, os trajetos tomados. Espero conseguir nas páginas que se seguem trazer todas as explicações necessárias para que a leitora ou leitor calce os meus sapatos e refaça meus passos.

1.1 BASES EPISTEMOLÓGICAS - INTERDISCIPLINARIDADE E FEMINISMO

Uma epistemologia, afirma Sandra Harding (2002), é uma teoria do conhecimento que trata de problemas como o que se pode conhecer, quem pode ser o sujeito do conhecimento e as provas a que devem se submeter as crenças para que sejam consideradas conhecimento legítimo.

A pesquisa aqui desenvolvida, em virtude do seu objeto, que reflete os interesses da área e da linha de pesquisa do PPGICH se fundamenta num enfoque epistemológico interdisciplinar e feminista a partir do qual enunciados universais são vistos com ceticismo e a identidade social e o contexto da investigadora são fatos essenciais a serem considerados. Um dos objetivos desse enfoque é desconstruir mitos como os da neutralidade, objetividade e universalidade científicas, inaugurando uma nova percepção da relação sujeito – objeto. Ambas perspectivas epistemológicas serão apresentadas e explicadas na sequência.

1.1.1 Epistemologia interdisciplinar

O advento da modernidade e da revolução científica moderna inauguraram o desencantamento do mundo e precisaram fragmentar para conhecer, reduzindo assim a complexidade da vida para enquadrá-la em disciplinas. Autores/as como o epistemólogo Diamantino Fernandes Trindade, o antropólogo Claude Raynaut, a pedagoga Ivani Fazenda e o cientista social Hector Ricardo Leis colaboram para o entendimento dessa transição.

A ciência moderna foi eleita condutora da humanidade na passagem das trevas para a luz e o conhecimento se desenvolveu a partir daí através da especialização, surgindo assim a noção de que quanto mais

restrito o objeto de estudo, mais rigorosa seria sua investigação, e quanto mais impessoal, mais precisa (TRINDADE, 2008).

A demanda de novos recursos intelectuais resultante dos novos saberes gerados pelo pensamento científico moderno, somada aos desafios práticos surgidos da interferência humana aos sistemas físico-naturais do meio em que habita, fizeram surgir uma revolução cultural que passou a demandar novos paradigmas, categorias de pensamento e metodologias de pesquisa (RAYNAUT, 2011). Este é o momento de reconstrução profunda em âmbito mundial que vivemos atualmente, segundo o Autor; um processo que, acrescento, iniciou-se há alguns séculos.

Grandes avanços científicos foram alcançados a partir do século XIX e novas ciências e especializações passaram a surgir nas fronteiras entre as disciplinas já existentes. Mas, no decorrer do século XX, o contexto de Guerras Mundiais, Guerra fria, crises energética e econômica, declínio do Estado de Bem-Estar social e percepção dos problemas ambientais resultaram no crescente questionamento do saber compartimentado e na necessidade de se retomar a visão unitária perdida (TRINDADE, 2008).

Desta forma, a postura epistemológica das ciências passou a ser contestada a partir da década de 60 do século XX com o surgimento da interdisciplinaridade, irrompido na Europa (TRINDADE, 2008). Começaram então a se difundir os estudos, posturas, pesquisas e práticas interdisciplinares.

Como afirma Claude Raynaut (2011), totalidade e complexidade são termos que descrevem o mundo real, essencialmente formado por interações várias e complexas entre os elementos que o constituem, e, portanto, são termos que surgem também ao se falar em interdisciplinaridade, uma vez que o desafio fundamental do enfoque interdisciplinar está em tentar devolver ao mundo real sua totalidade e complexidade, ainda que parcialmente.

A certeza e exatidão prometidas pela ciência moderna, cartesiana e fragmentada era, portanto, ilusória, e enquanto ilusão encontrou nos problemas decorrentes da complexidade do mundo que crescentemente desvendava um limite e uma necessidade de superação. É preciso conhecer o mundo em sua complexidade para compreendê-lo, transformá-lo e lidar com seus problemas. Para isto, os conhecimentos desenvolvidos a partir da divisão científica disciplinar são essenciais e valiosos, desde que aprendam um caminho para se congregarem e ultrapassarem a si próprios; desde que se percebam limitados e insuficientes.

Além disso, a partir do século XX, o mundo se tornou, em boa parte em função dos desenvolvimentos científicos, cada vez mais complexo e interconectado, exigindo das ciências ir cada vez mais além das divisões artificiais por ela mesmas criadas. De sua segunda metade para cá, o quadro de complexidade do mundo só fez aumentar. Fronteiras estatais foram relativizadas, uma velocidade no fluxo de informações, bens e pessoas jamais atingida foi alcançada e a interdependência passou a reger as relações entre local e global. A crescente complexidade do mundo torna premente a necessidade da postura interdisciplinar da ciência para compreendê-lo.

Neste sentido, Trindade destaca que atualmente novas realidades são “irredutíveis a componentes básicos ou princípios fundamentais, inexistentes em locais definidos do espaço, onde o tempo não é cronos e nada tem significado isoladamente; tudo depende do todo” (2008, p. 68). A interdisciplinaridade aparece então, aduz, como uma forma de reconectar a humanidade com a totalidade da vida para assim lidar com a complexidade.

Na mesma direção, Ivani Fazenda (2002) ressalta a importância da interdisciplinaridade no contexto de internacionalização e trocas intensas que marcam o início do século XXI.

Segundo Héctor Ricardo Leis, apesar dos muitos conceitos de interdisciplinaridade existentes, algumas características são consenso entre os pesquisadores. Sendo assim, a interdisciplinaridade é comumente vista como uma abordagem de temas que, em função de sua complexidade, não podem ser trabalhados por uma única disciplina. A interdisciplinaridade reside então, em suas palavras, “na capacidade de integrar modos de pensar de várias disciplinas para produzir um avanço ou saldo do conhecimento a um patamar que seria impossível de ascender por meios disciplinares” (LEIS, 2011, p. 107-108).

Nas palavras de Claude Raynaut, “são certos objetos e assuntos que necessitam de colaboração entre diferentes disciplinas para serem adequadamente estudados” (2011, p. 87). Estes, que ele chama de “objetos científicos híbridos”, são construídos por pesquisadores que, partindo de seu encaminhamento intelectual pessoal e de seu interesse pelas fronteiras de seus campos de atuação, buscam a contribuição de disciplinas outras. (RAYNAUT, 2011)

Ao se estudar fenômenos complexos como feminismos inter/transnacionais - com destaque para a Marcha Mundial das Mulheres enquanto movimento inserido na realidade contemporânea - mostram-se claros seu caráter híbrido, sua inserção e a dificuldade de enquadrá-los em uma única esfera do conhecimento, uma vez que tanto os feminismos

quanto os estudos internacionais caracterizam-se por sua transversalidade – ambos permeiam as fronteiras disciplinares, fazendo com que seja necessário buscar nas mais diversas disciplinas aportes teóricos que ajudem na sua compreensão.

Diante disto, não restam dúvidas de que o objeto de estudo desta tese, enquanto fenômeno complexo de caráter híbrido, para ser compreendido necessita de recursos vindo de diversas esferas de conhecimento. Ambas as temáticas aqui abordadas, estudos internacionais e feminismos inter/transnacionais, são por si sós eminentemente interdisciplinares, transversais e constituídas de conhecimentos vindos de diversas disciplinas, o que faz com que seja necessário permear e ultrapassar as fronteiras disciplinares para buscar aportes teóricos que ajudem na compreensão da realidade analisada para dar conta do objeto proposto. Como bem destaca Hector Leis, “a história da interdisciplinaridade se confunde, portanto, com a dinâmica viva do conhecimento. O mesmo não pode ser dito da história das disciplinas, as quais congelam de forma paradigmática o conhecimento alcançado em determinado momento histórico” (2005, p. 3).

Pensar de modo interdisciplinar, como bem ensina Raynaut (2011), implica adotar uma postura intelectual nova para lidar com os problemas complexos da realidade contemporânea com os quais os cientistas se defrontam. Para tanto, não basta adotá-la como perspectiva filosófica e epistemológica, uma vez que à base teórica precisa se somar ainda uma prática científica. Tal prática científica pode ser melhor entendida se pensada juntamente com a definição que Ivani Fazenda apresenta sobre interdisciplinaridade, percebendo-a como atitude com relação ao conhecimento, que concomitantemente dá abertura para e coloca em questão os ocultos e aparentemente expressos aspectos do aprendizado. Superar a visão fragmentada das disciplinas, da realidade e de nós mesmos imposta pelo racionalismo técnico, para a autora, é ser e adotar uma postura interdisciplinar.

Para que esta prática científica, atitude e postura interdisciplinares sejam possíveis, a contextualização, apontada por Fazenda como elemento essencial ao aprendizado, se torna fundamental, já que um projeto e uma atitude interdisciplinar competentes exigem conhecer o lugar de onde se fala (FAZENDA, 2002).

Corroborando o entendimento de Fazenda (2002), percebo também a contextualização como ato muito delicado e particular que acontece de acordo com as raízes e percepções do pesquisador, que exige prudência e a primeira virtude da interdisciplinaridade, qual seja, a coerência entre o falar, o pensar e o agir. Para a autora, contextualizar é o ato de transportar

o leitor para o mundo do pesquisador e para o problema discutido, transformando-o em ator de sua peça. É ainda estudar e analisar as raízes da árvore de conhecimentos que se apresenta ao leitor.

Nesta direção, conforme as palavras de Trindade, a interdisciplinaridade proporciona a revisão contemporânea do conceito de ciência e assim “nos direciona para a exigência de uma nova consciência, que não se apoia somente na objetividade, mas que assume a subjetividade em todas as suas contradições” (2008, p. 81). A epistemologia feminista, que será trazida na sequência, trará mais luzes a esta questão.

Um olhar interdisciplinar é então essencial para se compreender os desafios presentes na pesquisa de objetos híbridos, como o aqui estudado, enquanto resultantes de uma realidade complexa que desafia a ciência a desvendar os fenômenos que ultrapassam as barreiras do conhecimento compartimentado. Para isto, inaugura uma nova percepção da relação sujeito – objeto, denunciando as simplificações dicotômicas, desconstituindo mitos como os da neutralidade e universalidade científicas e denunciando assim o caráter interessado e histórico da ciência.

A partir daí, conforme alertam de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1999) na obra *A Profissão do Sociólogo*, perceber que a pesquisadora ou pesquisador não consegue abandonar seus valores e percepções histórica e socialmente condicionados faz com que o compromisso com a pesquisa se amplie a ponto de realizar uma reflexão crítica do próprio cientista, seus questionamentos e análises. Ao seguir estas diretrizes, torna-se possível ao cientista assumir a postura interdisciplinar exigida por seu objeto com plena percepção de suas limitações.

A interdisciplinaridade pode ser vista, portanto, em linhas gerais como uma postura epistemológica que, enquanto crítica aos limites da ciência tradicional para compreender a complexidade do mundo contemporâneo e lidar com objetos híbridos, como o ora abordado, busca orientar a prática científica, tarefa que assume reconhecendo a importância de contextualizar, de situar o pesquisador com relação ao objeto de pesquisa, de assumir a subjetividade e a atitude de quem investiga como parte do processo científico.

Estes caminhos serão tomados no transcurso da tese, que, diante da complexidade do objeto híbrido estudado, tem a interdisciplinaridade como um dos seus pilares epistemológicos, motivo pelo qual será contextualizada mais adiante e pautada pelo que pretendo ser uma atitude interdisciplinar.

Na sequência será abordado o segundo pilar epistemológico que embasará os estudos ora desenvolvidos, qual seja, o feminista.

1.1.2 Epistemologia feminista

A mobilização política e social das mulheres e sua emergência como sujeitos cognoscentes e epistêmicos aconteceram de maneira vinculada, e o decorrer das lutas históricas feministas que passaram do sufrágio às mobilizações por equidade social e às reivindicações dos direitos humanos das mulheres foram acompanhadas pelas primeiras incursões de mulheres na ciência e academia, um movimento que se ampliou até que o feminismo acadêmico começa a se consolidar por todo o planeta a partir de 1960. De acordo com Martha Salgado, com esta consolidação as mulheres apareceram como sujeitos de conhecimento e emergiram na história da ciência, questionando uma posição subordinada decorrente de sua condição de gênero, causando assim uma das mais profundas transformações da ciência e da academia desde sua delimitação como campos especializados do saber. As contribuições dessa autora e de Sandra Harding ocupam um lugar central na discussão a seguir. (SALGADO, 2008).

Foi, portanto, também na década de 60 do século XX, quando surge a interdisciplinaridade, que começa a se consolidar o feminismo acadêmico, inaugurando uma epistemologia feminista¹ cuja perspectiva igualmente norteará esta tese e que, vendo também os enunciados universais com ceticismo, aponta para a subjetividade da investigadora ou investigador e para a experiência das mulheres como elementos essenciais a serem considerados para a construção do saber científico.

Assim, há algumas décadas as feministas acadêmicas têm iluminado áreas antes impermeáveis ao questionamento e contribuído para modificar os modelos de investigação, nesta que Martha Salgado define como a revolução epistemológica do século XX (SALGADO, 2008).

Martha Salgado (2008) entende que a investigação feminista se reivindica como um campo em formação, flexível, livre e dinâmico. A riqueza e inovação trazidas por ela no âmbito epistemológico se centram na crítica desconstrutiva e propositiva aos núcleos de dominação

¹ O que chamarei aqui de epistemologia feminista concerne às novidades trazidas pelos estudos feministas para as teorias do conhecimento e se configura como um campo conceitual em elaboração no qual várias perspectivas teóricas vêm sendo desenvolvidas.

defendidos implícita ou explicitamente pela ciência, os quais se manifestam sob a forma de androcentrismo, sexismo, binarismo, etnocentrismo, eurocentrismo, classismo e estatocentrismo.

Assim as feministas argumentam que a voz da ciência é masculina, que a história foi escrita a partir do ponto de vista dos homens de classes e raças dominantes e que as epistemologias tradicionais não só excluem a possibilidade de que as mulheres sejam agentes de conhecimento como também ignoram a relevância da origem dos problemas e hipóteses científicos (HARDING, 2002).

Em contraponto a esta visão tradicional as feministas propõem epistemologias alternativas que coloquem as mulheres no lugar de sujeitos do conhecimento, trazendo ainda a compreensão de que a elaboração ou não dos problemas deve ser também analisada dentro do processo científico. Isto porque não existe problema algum sem alguém que o defina, seja este alguém uma pessoa ou grupo de pessoas (HARDING, 2002).

Conforme Martha Salgado, a especificidade feminista com relação a outras posturas epistemológicas que igualmente criticam as pretensões de objetividade, neutralidade e universalidade com que se construiu a ciência reside na condição de gênero do sujeito cognoscente. Assim, a epistemologia feminista denuncia a falácia da separação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível destacando que a investigação científica está repleta de vieses de gênero presentes na escolha dos temas investigados, nas decisões metodológicas, no desenvolvimento da investigação, na interpretação dos dados e na exposição de resultados (SALGADO, 2008).

Sem pretender me enquadrar em qualquer das três tendências teóricas da epistemologia feminista sintetizadas por Sandra Harding e reconhecidas com um certo consenso entre as estudiosas – quais sejam, empirismo feminista, ponto de vista feminista e pós-modernismo feminista – tomarei como norteador para esclarecer o entendimento que adoto de epistemologia feminista o estudo dessa autora acerca das características comuns e inovadoras encontradas nas melhores investigações feministas.

Partindo de uma análise do que tais estudos feministas vêm legando à ciência, Harding (2002) identifica três características comuns e fundamentais que esclarecem o que seria, em termos gerais, uma epistemologia feminista enquanto uma nova teoria do conhecimento.

A primeira delas seria a definição de problemáticas a partir das experiências femininas enquanto indicadoras da realidade contra a qual se devem contrapor as hipóteses, já que a análise social feminista tem

como objeto de estudo diferenciador as mulheres a partir de suas próprias experiências para que possam entender a si mesmas e ao mundo (HARDING, 2002).

Em interessante entendimento, Salgado (2008) afirma que a experiência é uma categoria intersubjetiva e também intrapsíquica. Como bem esclarece, o caráter experiencial da investigação feminista diz respeito tanto às mulheres e homens com quem as investigadoras realizam investigação empírica ou se relacionam virtualmente por meio de fontes documentais, quanto às próprias investigadoras que desenvolvem suas pesquisas enquanto parte de comunidades epistêmicas que questionam a relevância do feminismo. Além disso, também fazem parte da experiência, no aspecto social, as formas coletivas de viver uma condição e situação de gênero historicamente determinada, e no aspecto pessoal as emoções, as decisões e a resolução de problemas.

Corroborando e ampliando esta percepção Sandra Harding (2002) pontua que os melhores estudos feministas transcendem as inovações na definição do objeto de estudo de forma definitiva ao insistir que as pesquisadoras e pesquisadores se coloquem no mesmo plano crítico do objeto de estudo, vislumbrando o processo de investigação de forma completa para analisar a posição do sujeito e compreender a elaboração de problemas e os resultados enquanto partes do mesmo processo. Assim, a classe, a raça, a cultura, o gênero, as crenças e comportamentos das investigadoras e investigadores devem ser explicitados para que estes se apresentem como indivíduos reais, históricos, com desejos e interesses particulares, cujo lugar, crenças e contexto cultural moldam o resultado de suas análises, assim como acontece com os investigadores sexistas e androcêntricos que, a partir da epistemologia da ciência tradicional/moderna se declaram equivocadamente vozes invisíveis e anônimas de autoridade.

As crenças e comportamentos do investigador formam parte da evidência empírica contra ou a favor dos argumentos que sustentam as conclusões da investigação e tal evidência precisa ser exposta à análise crítica tanto quanto precisa sê-lo o conjunto de dados definido como evidência relevante. Esta introdução do elemento “subjetivo” na pesquisa, argumenta Harding (2002), aumenta sua objetividade e diminui um “objetivismo” que pretende ocultar a posição, lugar e motivações do pesquisador. A esta relação entre sujeito e objeto, entre investigador e objeto da investigação, a Autora denomina “reflexividade da ciência social”.

Mais adiante, ao apresentar minha trajetória interdisciplinar, a experiência no estágio doutoral e os caminhos percorridos ao desenvolver

a pesquisa pretendo aplicar estes entendimentos e trazer a experiência para a pesquisa, dando-lhe o caráter de grande importância reivindicado pelas epistemologias feministas. Trarei assim o contexto e o lugar no qual me insiro enquanto mulher e investigadora, ao mesmo tempo em que apresento e esclareço a experiência concreta de luta feminista para a qual lanço meu olhar para construir os problemas que norteiam a tese, qual seja, a Marcha Mundial das Mulheres.

A segunda característica dos melhores estudos feministas que aponta Sandra Harding (2002) seria a desconstrução promovida da ideia de homem universal, e com ela também da ideia de mulher universal ao entender que só existem homens e mulheres situados em raças, classes e culturas e ainda que identidades fragmentadas com frequência também estão em conflito dentro da experiência individual de cada pessoa (feminista socialista, feminista negra, feminista lésbica).

A investigação feminista cria então o espaço de expressão da diversidade das mulheres, no qual, diante do gênero, do vínculo conceitual entre as mulheres e condições sociais como raça, classe, etnia – além de outras características como idade, sexualidade, religião – um dos procedimentos essenciais a esclarecer é a maneira como as mulheres serão caracterizadas enquanto sujeitos ou objetos da investigação a partir de uma perspectiva integral pela qual seja possível compreendê-las em sua complexidade e não como uma soma de atributos (SALGADO, 2008).

Partindo deste entendimento, a ciência e a epistemologia feminista poderão oferecer sua contribuição particular ao alinharem-se a conceitos e teorizações de outros grupos dominados, tais como os povos de países de Terceiro Mundo e sua experiência colonial. Poderão também atuar, a partir de objetivos comuns, em conjunto com epistemologias alternativas – terceiro mundista, homossexual, operária etc.. – cada qual contribuindo para evidenciar as condições históricas que produzem as oposições conceituais a serem superadas (HARDING, 1993).

Cabe aqui elucidar que os diversos feminismos apresentam, usando uma expressão de Salgado (2008), construtos teóricos com estatuto epistemológico. Neste sentido, importa ressaltar que esta segunda característica resulta de um construto teórico com estatuto epistemológico proveniente das teorias que embasam a pesquisa e, portanto, não poderia faltar nesta análise. Tratam-se das interseccionalidades, que serão vistas mais adiante, que percebem o lugar que os indivíduos ocupam na sociedade como resultantes da intersecção entre diversos eixos de subordinação, desconstruindo com este pensamento qualquer ideia de homem e mulher universal (CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006).

O que as epistemologias alternativas, como a interdisciplinar, a feminista vem trazer, em geral, é a crítica à relação distante e independente entre sujeito e objeto, ao universalismo, à imparcialidade, à neutralidade e desinteresse científicos. A epistemologia feminista faz isto privilegiando a perspectiva de gênero e, sendo assim, será fundamental neste trabalho.

A tese, portanto, também se adequa a esta segunda característica ao ser norteada, tanto epistemológica quanto teoricamente, pela perspectiva interseccional, que será lançada a todas as etapas do processo.

Por fim, a terceira característica encontrada nos melhores estudos feministas seria a busca não por uma verdade pura, mas pela elaboração de perguntas sobre as forças sociais que as oprimem e as possibilidades de mudar as condições de subordinação e opressão sob as quais se encontram (HARDING, 2002).

Neste sentido, Martha Salgado (2008) aduz que a investigação feminista se pretende realizar de, com e para as mulheres, podendo ser descrita como uma forma particular de conhecer e produzir conhecimentos capazes de contribuir no combate à desigualdade de gênero. Seu interesse é, portanto, marcadamente emancipatório, mas com uma qualidade distintiva de outras posturas epistemológicas também emancipadoras por ser a única que se propõe produzir conhecimentos concernentes às mulheres.

A investigação feminista em geral, e esta que construo aqui em particular, podem ser então definidas como intencionais e buscam visibilizar a experiências das mulheres para transformar, erradicar com os conhecimentos necessários o fundamento de sua exclusão.

Estas três características podem ser definidas não apenas como epistemológicas - porque implicam teorias de conhecimento diferentes das tradicionais - mas também como metodológicas, pois demonstram como aplicar a estrutura geral da teoria científica à investigação sobre as mulheres e sobre o gênero (HARDING, 2002). Sendo assim, estes traços distintivos e característicos da epistemologia feminista servirão também para traçar o caminho metodológico que será adotado para a pesquisa, conforme explicitarei na sequência.

1.2 METODOLOGIA

As epistemologias interdisciplinar e feminista, portanto, oferecem uma base consistente de pensamento e postura investigativos sobre os quais construir a tese e, juntas, dão as coordenadas para a metodologia da pesquisa.

Conforme visto até aqui, ambas as perspectivas epistemológicas interdisciplinar e feminista criticam as pretensões de universalidade, objetividade e neutralidade da ciência tradicional e propõem a contextualização e experiência enquanto essenciais ao processo científico para inaugurar uma nova e necessária relação entre sujeito e objeto.

A epistemologia interdisciplinar oferece caminho para compreender realidades complexas e objetos híbridos como o ora estudado, e os estudos feministas, dada sua transversalidade e, conforme Martha Salgado (2008), por proporem problemas de pesquisa baseados na pluralidade, diversidade e multiplicidade de experiências das mulheres, apresentam uma orientação interdisciplinar que aponta a importância de considerar diferentes pontos de vista para chegar a uma explicação capaz de abarcar as múltiplas dimensões que conformam estes problemas, obtendo assim enfoques completos.

A epistemologia feminista traz como aspecto distintivo a perspectiva de gênero aplicada a sujeito e objeto. Vai além, portanto, da epistemologia interdisciplinar com seu viés emancipatório e se distingue dela e de outras epistemologias “de baixo” pelo enfoque gendricado, sendo assim fundamental para este trabalho.

Estas duas epistemologias trazem para a tese ensinamentos valiosos acerca da complexidade, contextualização, experiência e emancipação.

Definida e esclarecida a base epistemológica da pesquisa em seus dois pilares, torna-se importante explicitar alguns entendimentos aqui adotados acerca do que se entende por metodologia e método de pesquisa.

Para tanto, recorro ao entendimento de Martha Salgado (2008), que apresenta duas concepções de metodologia. A que nos interessa e será adotada aqui a define como o procedimento que deve ou deveria seguir a investigação, permitindo a aplicação da estrutura geral de uma teoria a disciplinas científicas particulares.

Já no que se refere ao método, segundo a autora, há um certo consenso em defini-lo como os procedimentos que conectam os diferentes níveis da investigação com vistas a obter as informações requeridas para conhecer o problema formulado (SALGADO, 2008).

Percebe-se que existe entre método e metodologia uma diferença de escala, sendo que a metodologia, mais ampla, está vinculada às escolhas epistemológicas e à teoria ou teorias que orientarão a pesquisa. O método, por sua vez, mais restrito, pode ser definido como ao caminho procedimental traçado entre o problema e os resultados.

Para melhor entender as perspectivas epistemológicas e metodológicas nas quais se baseia esta investigação, usarei aqui uma

analogia que percebe a pesquisa como uma pintura. A epistemologia seria a tela, a base sobre a qual a investigação/pintura vai se desenvolver. As teorias seriam os conhecimentos que o pesquisador/pintor vai utilizar para pintar. A metodologia seria a explicação do artista sobre o trabalho e sobre os conhecimentos dos quais parte, os esclarecimentos gerais sobre a ideia inicial, o que se busca, quais instrumentos pretende utilizar (quais os pincéis e cores escolhidos para desenvolver o trabalho), quais os conhecimentos que o norteiam, quais os pincéis e cores escolhidos para realizar a obra, para pintar. Seria a explicação de como o quadro foi feito.

O percurso e ordem do traçado serão o método ou métodos desenvolvidos na pesquisa em particular. Já as técnicas seriam pincéis de cores e traços diversos, que, guiados pelas teorias, as mãos do artista, resultarão na pintura. O resultado final e completo, a obra com suas consequências e impacto no mundo serão então a pesquisa em sua expressão particular. Da criatividade do artista/pesquisador surgirão a novidade e o ineditismo da obra.

O método como percurso tem em si a ideia de liberdade do pesquisador, já que o feminismo como crítica à ciência tradicional vem criticar os métodos científicos tradicionais e ressignificá-los, trazendo a possibilidade de uma pesquisa livre dos tradicionalismos e emancipatória em que cada pesquisadora vai construir o seu traçado, o seu método ou os seus métodos no próprio ato da pesquisa.

Parto de entender a metodologia feminista como um conhecimento orientado sempre pelo vínculo entre teorias e epistemologias feministas que, ao colocar as mulheres no centro das investigações, precisou desenhar novos procedimentos e trouxe consigo uma grande complexidade metodológica às investigações feministas em virtude das distintas localizações das mulheres como sujeitos cognoscíveis e cognoscentes que se conhecem e reconhecem mutuamente. Fica claro assim o caráter dialógico da investigação, que se torna parte da própria experiência de vida quando investigadora e investigada se colocam no mesmo plano crítico (SALGADO, 2008).

Conforme mencionei anteriormente, as três características das melhores pesquisas feministas trazidas por Harding (2002) são não apenas epistemológicas como também metodológicas, pois definem um procedimento voltado a aplicar entendimentos vindos das teorias feministas à investigação em particular. Sendo assim, os três traços distintivos e característicos da epistemologia feminista servirão também para definir a metodologia que será aqui adotada, a qual, considerando a subjetividade e contexto da investigadora, (i) partirá de um olhar voltado à experiência concreta de luta das mulheres para definir um problema e

objetivos, (ii) será sensível à diversidade que representam diante de fatores como raça, classe, etnia e cultura, entre outros, e (iii) pretenderá compreender as estruturas de poder que afetam estas mulheres para resultar em uma mudança na realidade que as oprime.

Embasada então desta perspectiva metodológica feminista e problematizando o meu contexto enquanto pesquisadora, parto da experiência de luta feminista concreta da Marcha Mundial das Mulheres para elaborar o problema, questionando os limites e possibilidades deste outro feminismo transnacional surgido com a Marcha no século XXI, buscando estudá-la a partir de categorias analíticas trazidas pelas teorias feministas pós e decoloniais para, por fim, apresentar caminhos para se compreender e aprimorar as reivindicações feministas que ultrapassam as barreiras estatais e atingem âmbito transnacional.

A abordagem adotada será qualitativa, que no entender de Maria Cecília Minayo (2010), apresenta preocupação com um nível de realidade que não pode ser quantificado, motivo pelo qual se mostra adequada ao estudo do objeto em questão. Além disso, trabalha “com [...] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 21-22).

No que se refere ao método, há que se ressaltar que os métodos científicos tradicionais desenvolvidos dentro das disciplinas, além de representarem marcadamente as diferenças disciplinares e serem a expressão de uma ciência compartimentada, partem de uma outra ideia separatista da relação sujeito-objeto, motivo pelo qual não se pretende nem seria vantajoso simplesmente enquadrar esta pesquisa em um ou mais métodos já existentes na ciência convencional

Como bem lembra Patrick Paul (2011), diante dos problemas complexos que se multiplicam na atualidade, ficam cada vez mais evidentes os limites da redução para a obtenção da eficiência que por muito tempo norteou a ciência. Assim, diante dos problemas surgidos na pós-modernidade que ocupam as margens e ultrapassam as fronteiras disciplinares, o reducionismo metodológico se torna pouco apropriado, insuficiente.

Portanto, esta pesquisa, que se produz a partir de uma ótica interdisciplinar e feminista, pode até se utilizar dos métodos da ciência convencional, porém, os caminhos epistemológicos aqui adotados tentarão transgredi-los, criticá-los, repensá-los, a fim de favorecer o surgimento de uma pesquisa reflexiva, situada e inovadora, cujo caminho particular será construído e explicitado no decorrer do processo, de sua elaboração.

Diversas pesquisadoras, aponta Martha Salgado, concluíram que não existe um, mas vários métodos feministas, seja por meio da reinterpretção e ressignificação de métodos já existentes, seja pela invenção de novos. Sendo assim, a investigação feminista pode ser definida multimetódica, já que não existe um método eminentemente feminista, embora se reconheça a emotividade, a intuição e a subjetividade podem ser vistos como mecanismos que conduzem as pesquisadoras na sua compreensão do mundo (SALGADO, 2008).

Por uma questão de opção epistemológica e metodológica, e pautado também no entendimento de que cada investigação feminista em particular desenvolve seu próprio método, seja reinventando um tradicional ou criando um novo, este trabalho não restará enquadrado em algum método disciplinar específico desenvolvido no âmbito da ciência convencional. Ao contrário, terá seu método próprio e particular, desenhado no transcorrer da tese.

1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

Martha Salgado (2008) destaca que existe entre as investigadoras feministas uma grande tendência a se utilizar de técnicas de investigação usadas em investigações não feministas, adaptando-as às indagações e perspectivas feministas. Isto é de fato o que se pretende fazer aqui.

Complementando o traçado metodológico, serão utilizadas e ressignificadas para coletar as informações necessárias ao estudo as seguintes técnicas de pesquisa: entrevistas, observação/pesquisa de campo e ainda análise de documentos e pesquisa bibliográfica. Assim, por meio por tais técnicas, a pesquisa vai ganhando forma de modo particular, como o caminho que se faz caminhando.

Salgado explica que a reflexão sobre as técnicas de investigação a partir de uma perspectiva feminista está centrada no corpo sexuado, por meio do qual se conhece e vive. Com base nisto, muitas das técnicas aplicadas por feministas em humanidades e ciências sociais são geralmente espontâneas e informais, com a intenção de conferir valor epistêmico aos elementos que formam seu mundo cotidiano a partir de uma relação de investigação que aconteça no próprio contexto das mulheres cuja experiência se estuda (SALGADO, 2008).

Por acreditar nesta perspectiva conferi importância à pesquisa de campo, participei como observadora das reuniões políticas internacional e regional europeia da MMM e busquei também fazer entrevistas pessoalmente sempre que possível. No entanto, consideradas as dimensões do movimento, estudado em sua esfera transnacional, e

levando em conta também tanto a quantidade de países escolhidos para uma análise suficientemente abrangente do fenômeno quanto os limites de disponibilidade para viajar a todos estes países, algumas entrevistas precisaram acontecer por meio virtual, mais especificamente por Skype.

O valioso recurso tecnológico da conversa em tempo real, que será abordado mais adiante, tornou possível a coleta de dados com mulheres localizadas nos mais distintos lugares de acordo com as delimitações feitas para a pesquisa.

Neste sentido, dado o enfoque teórico nos feminismos pós e decoloniais deste estudo, escolhi, adotando uma perspectiva transnacional, analisar a Europa colonizadora como referente regional de Norte e a América Latina como referente regional de Sul – sem jamais esquecer, é claro, que este não é um conceito geográfico, mas complexo, e sempre haverá o Norte dentro de países e regiões do Sul, da mesma forma em que sempre haverá o Sul dentro de países e regiões do Norte. De fato, Norte e Sul existem em diversos âmbitos: local, nacional, regional e global, e em cada escala de análise obedecerão a dinâmicas distintas.

Parto deste referencial com a percepção de que, como destaca Ramón Grosfoguel, embora o colonialismo tenha acabado, a colonialidade permanece, e mesmo após o fim da colonização jurídico-política da periferia do mundo nas últimas 5 décadas ainda continuamos vivendo sob a mesma “matrix de poder colonial”, em que as antigas hierarquias coloniais de Europeus/Euro-americanos contra não europeus permanecem em seu lugar e estão imbricadas com a “divisão internacional do trabalho” e a acumulação de capital em escala mundial (GROSFOGUEL, 2011).

Em virtude destas escolhas minhas pesquisas de campo se realizaram em um Encontro Internacional acontecido no Brasil e em um Encontro Regional Europeu. Para as entrevistas escolhi em princípio integrantes de coordenações nacionais de países europeus colonizadores e países latino-americanos colonizados.

Na sequência serão detalhadas as escolhas e embasamentos teóricos adotados em cada técnica de pesquisa escolhida.

1.3.1 Análise de documentos

Esta técnica será aplicada principalmente a partir da Carta Mundial das Mulheres para a humanidade, em função de ter sido produzida por um processo democrático de construção conjunta por mais de 200 grupos de 33 países no decorrer de um ano. Além da Carta, serão analisados também

outros documentos construídos coletivamente pela Marcha em âmbito internacional, como a Constituição e o Estatuto, a Declaração de Valores e as Reivindicações. Os processos de construção coletiva tanto da Carta quanto dos documentos da Marcha em geral serão melhor explicitados nos capítulos finais da tese.

Estes documentos estão disponibilizados no website da MMM na Internet e, em sua maioria, também em uma publicação do movimento que me foi entregue pessoalmente durante o Encontro Regional Europeu.

Os documentos serão submetidos à análise de conteúdo, que pode ser definida, de acordo com Heidi Julien, como o processo intelectual de categorizar dados textuais em grupos de entidades similares ou categorias conceituais com o objetivo de identificar relações e padrões consistentes entre temas ou variáveis. Embora seja independente de uma perspectiva ou quadro teórico, é largamente aplicada nas ciências sociais para analisar dados textuais (JULIEN, 2008).

Quando utilizada em pesquisas qualitativas, como esta, a análise de conteúdo é interpretativa e envolve leitura cuidadosa, reconhecendo que os textos são abertos a interpretação subjetiva, refletem significados múltiplos e são dependentes do contexto (JULIEN, 2008).

A técnica reconhece também que o texto escrito é frequentemente relacionado à subjetividade, à pessoa, organização ou grupo que o produziu, sendo, portanto, útil para identificar as mensagens conscientes e inconscientes comunicadas pelo texto. Considerando isto, os resultados da análise de conteúdo podem revelar temas recorrentes ou ainda discursos mais amplos e, sempre que possível, devem fazer sentido e ressoar acuradamente com os produtores do texto (JULIEN, 2008).

Neste sentido, utilizar os recursos disponibilizados pela análise de conteúdo para estudar os documentos produzidos pela MMM me possibilitará obter respostas acerca das concepções, posicionamentos e práticas do movimento, auxiliando, em concomitância com as outras técnicas, na compreensão do fenômeno.

1.3.2 Observação - Pesquisas de campo

Em se tratando o objeto estudado de um movimento feminista transnacional, adotei a observação como técnica principal, selecionando momentos políticos do movimento que ultrapassaram as barreiras estatais e reuniram representantes vindas de diversos países, em âmbito regional ou inter/transnacional.

As pesquisas de campo aconteceram no 9º Encontro Internacional em 2013 no Brasil e no Encontro Regional Europeu em 2014 no País

Basco/Euskadi, Espanha. Havia também o intento de participar do Encontro Regional Americano acontecido em outubro de 2015, contudo, após diversos contatos com integrantes latino-americanas da Marcha, minhas tentativas de conseguir uma autorização para comparecer, infelizmente, restaram frustradas.

A observação, de acordo com Lynne McKechnie (2008), é uma das mais antigas e fundamentais técnicas de pesquisa e envolve coletar impressões do mundo usando todos os sentidos, especialmente o olhar e o ouvir, de forma intencional e sistemática para aprender sobre o fenômeno de interesse.

Quando uma pesquisadora feminista vai a campo pesquisar precisa estar atenta à reflexividade, ao seu próprio lugar, aos contextos nos quais se situam as mulheres que investiga e às interações que irão transformá-las a ambas. Isto porque, diante da transformação mútua reconhecida na prática de pesquisa feminista, conforme mencionado anteriormente, investigadora e investigada sofrem intervenções em seus conhecimentos, visões e experiências (SALGADO, 2008). Procurei tomar este cuidado fundamental no decurso das observações.

Corroborando este entendimento McKechnie afirma que a pesquisa observacional reconhece o papel subjetivo do pesquisador e, evidenciando a reatividade como inevitável para ambos observador e observado, busca compreender e lidar com isto por meio da reflexividade do pesquisador (MCKECHNIE, 2008).

Nas idas a campo, reuni dados tanto descritivos quanto relacionais ao observar holisticamente comportamentos no cenário de interesse. Os dados obtidos foram registrados em diários de campo e os comentários serão no transcurso da pesquisa articulados por meio de construtos teóricos explicativos vindos dos feminismos pós e decoloniais (MCKECHNIE, 2008).

1.3.3 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com representantes de coordenações nacionais de países colonizadores da Europa, do Norte, e de países colonizados da América Latina, do Sul, além de integrantes da esfera internacional do movimento.

A escolha de integrantes de coordenações nacionais e da esfera internacional pode ser entendida a partir da afirmação de que elas participam das decisões políticas do movimento em escala transnacional e representam a ligação dos movimentos locais com seus âmbitos mais amplos.

Os países colonizadores escolhidos foram Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Itália. Como nem todos os contatos restaram frutíferos, as entrevistas foram por fim realizadas com mulheres de Portugal, Bélgica, Alemanha, França, e Espanha – neste caso mais especificamente de coordenações nacionais situadas dentro do Estado-Nação Espanha, quais sejam, Catalunha e Valência.

Já os países colonizados de escolha foram Venezuela, Panamá, Cuba, Argentina, Bolívia, Chile, México e Equador. Novamente não foi possível marcar entrevistas com todas e ao fim foram feitas algumas com representantes das coordenações nacionais do Panamá, Venezuela, Chile, Equador e Brasil.

Os contatos para as entrevistas, com exceção daquele realizado durante o Encontro Regional Europeu, foram feitos por e-mail –, a partir dos endereços eletrônicos disponibilizados no site da Marcha ao listar todas as coordenadorias nacionais que formam parte de sua estrutura. Nem sempre as informações obtidas no site estavam atualizadas – como no caso da Itália, que já não possui uma coordenação nacional há alguns anos, conforme me explicou a antiga coordenadora nacional para quem eu havia escrito. No geral, no entanto, as informações estavam corretas.

Na mensagem inicial me apresentava como uma brasileira integrante da Marcha no Brasil e pesquisadora do movimento, relatava em breves linhas o objetivo da pesquisa, pedia gentilmente que me concedessem uma entrevista e me colocava à disposição para quaisquer esclarecimentos. Nos contatos feitos a partir da Inglaterra informava ainda que estava em estágio doutoral e em alguns casos me dispus a viajar para realizar a pesquisa pessoalmente, deixando sempre a critério delas optar por esta via, por conversa em tempo real ou e-mail. A receptividade à mensagem inicial foi grande, na maioria das vezes.

Entrevistei ao todo dezesseis integrantes da Marcha, algumas das quais acumulam a participação nas coordenações nacionais com funções internacionais. Todas as entrevistadas participam ou acompanham de maneira próxima as atividades da coordenação nacional da Marcha em seus países. Quinze são atualmente integrantes de coordenações nacionais. Duas ocupam e outras duas já ocuparam funções na esfera internacional, sendo uma ex e a atual Coordenadora Internacional da MMM, e uma ex e uma atual integrante do Secretariado Europeu. Deste total, nove foram entrevistadas pessoalmente e sete por meio virtual.

Uma entrevista virtual é qualquer forma de entrevista que utilize tecnologias de informações e comunicação, como e-mail e conversa (chat) em tempo real, tecnologias estas que oferecem oportunidades únicas e inventivas para pesquisas qualitativas. Este tipo de entrevista

possibilita ao pesquisador usar a imediaticidade da internet para ter acesso a entrevistados e obter dados de pesquisa, em uma realidade na qual a comunicação virtual se tornou uma das principais formas de interação humana por meio da transmissão e troca de atitudes, experiências e ideias. Entrevistas virtuais individuais em tempo real objetivam reproduzir a natureza discursiva de entrevistas feitas pessoalmente (TURNERY, 2008).

As entrevistas seguiram a forma semiestruturada, em que são elaboradas perguntas pré-determinadas mas abertas, no caso mais voltadas a obter informações narrativas. Neste formato, dado o grau intermediário de estruturação, o texto resultante se constrói por meio da colaboração entre entrevistador e entrevistado (AYRES, 2008).

Como destaca Kay E. Cook, este tipo de entrevista é também chamado entrevista em profundidade, por fornecer ao pesquisador informações aprofundadas sobre o tópico de interesse sem pré-determinar os resultados. Ele é também frequentemente combinado com outros tipos de dados como observações, diários e documentos para resultar em uma explicação mais completa do fenômeno ou cenário investigado, tal qual será feito neste estudo (COOK, 2008).

O roteiro elaborado foi traduzido para o Inglês e Espanhol, assim como o termo de consentimento, que foi assinado por todas as entrevistadas. Ambos estão disponibilizados nos anexos.

Em dúvida sobre a necessidade de protocolizar um processo junto ao Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, enviei uma consulta ao órgão, ao que fui respondida que os estudos feitos em outros países não deverão ser submetidos ao Comitê.

De toda forma, ao início de cada entrevista eu apresentava às mulheres entrevistadas o termo de consentimento, explicava os objetivos da pesquisa, assegurava a confidencialidade das participantes e pedia autorização para gravar e também para que assinassem o termo, comunicando que teriam a possibilidade de desistir de participar a qualquer tempo.

O desenrolar das entrevistas e as observações conduzidas por meio de pesquisa de campo serão relatadas como parte da seção deste capítulo intitulada “A pesquisa e eu”.

1.4 TEORIAS E CATEGORIAS TEÓRICAS

Adotarei como marco teórico da pesquisa as teorias feministas pós e decoloniais, cujo antecedente, conforme Asunción Oliva Portolés (2004), emergiu na década de 1970 nos Estados Unidos, quando o

feminismo negro lésbico, pautado em críticas ao racismo, ao elitismo e ao etnocentrismo do feminismo então existente, dele se separa.

Nesta mesma senda, Ochy Curiel (2007) afirma que o pensamento feminista antirracista e pós-colonial remonta aos Estados Unidos dos anos 1970, tendo sua expressão organizativa no coletivo chamado Combahee River.

Formado por feministas negras e lésbicas, o Combahee River, baseado no princípio de inter-relação entre os sistemas de opressão, publicou uma declaração em 1975 apresentando como seu objetivo político lutar com as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe e defendendo, para a libertação de todos os povos oprimidos, a destruição do capitalismo, do imperialismo e do patriarcado (PORTOLÉS, 2004).

De acordo com Curiel, os feminismos negro e chicano nos EUA, este último também nascido na década de 1970, foram duas das propostas mais radicais contra o colonialismo tendo por base uma visão antissexista, antirracista e materialista (CURIEL, 2007).

No mesmo período, importa mencionar, começava também a surgir o que chamarei aqui de primeiro momento dos feminismos transnacionais, com a retomada da mobilização feminista transfronteiriça após a Segunda Guerra.

Já no início da década de 1980, relata Portolés, surgiu nos Estados Unidos a ideia de se advogar um feminismo terceiro-mundista e foi criada a Aliança Nacional de Mulheres Americanas Terceiro-mundistas. Este feminismo buscava não suprimir as diferenças entre as mulheres, evitando assim a perpetuação do racismo ao não evidenciá-lo e a criação de um novo outro. Além disso, percebia a unidade do movimento como fluida, não estável, vendo, as diferenças não como divisórias, mas como fonte de novas respostas ao poder da opressão (PORTOLÉS, 2004).

Também no início dos anos 1980 foi publicado o livro organizado por Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga, 'This Bridge called my Back: Writings by Radical Women of Color', um marco dos estudos pós-coloniais que, como lembra Portolés, condena a violência praticada pelas feministas brancas e destaca a existência de conflitos e divisões dentro do próprio feminismo que formaram o seu novo sujeito (PORTOLÉS, 2004).

Mostra-se importante ver o pós-colonial, como lembram Ella Shohat e Robert Stam ao defender a multidirecionalidade das ideias, "como um discurso potencialmente policêntrico e aberto, a ser definido por múltiplos lugares e perspectivas", já que, "o projeto pós-colonial e projetos similares emergem de muitos, muitos contextos." (SANTOS, SCHOR, 2013, p. 706).

O pós-colonialismo foi difundido no meio acadêmico do Norte, mais especificamente Estados Unidos e Inglaterra, a partir dos anos 1980 (BALLESTRIN, 2013). Foi também a partir deste período que o feminismo teórico pós-colonial ganhou evidência com a contribuição de autoras como Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak, bell hooks, dentre outras (PORTOLÉS, 2004).

Anzaldúa (2005), ao referir-se às mulheres de cor, desenvolve o conceito de mestiça, entendendo-a como possuidora de uma personalidade plural em que nada é rejeitado ou posto de lado, e que assim ela aprende a equilibrar culturas e desenvolve uma tolerância às contradições e ambiguidades. Em virtude disto, precisa sair de formações cristalizadas e do pensamento convergente para ir rumo a um pensamento divergente, a uma perspectiva mais ampla, inclusiva e não excludente. Segundo a autora, a luta da mestiça seria, sobretudo, uma luta feminista. (ANZALDÚA, 2005).

De maneira geral, os feminismos pós-coloniais lançaram diversas críticas aos feminismos do Norte, denunciando suas posturas universalistas, racistas, elitistas e etnocêntricos, e chamando ainda a atenção, como fez Chandra Mohanty no ensaio “Under Western Eyes” publicado em 1984, para sua postura discursivamente colonizadora ao construir a “mulher de terceiro mundo” enquanto sujeito monolítico singular e a partir de categorias analíticas que tomavam como referência os interesses articulados nos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Mas certamente o contexto analisado pelos feminismos pós-coloniais dos anos 1980 é bastante diferente do contexto atual, que será explicitado adequadamente no decorrer da tese. Assim, como esclareceu Mohanty ao escrever ‘Under Western Eyes revisited’ em 2003, o cenário contemporâneo, caracterizado, pela hegemonia capitalista global e pela virada à direita na política, privatização, aumento de ódios religiosos, étnicos e raciais, impõe novos e concretos desafios aos feminismos, o que faz com que a política e o capitalismo sejam atualmente um lugar de luta muito mais urgente para os feminismos.

Desta forma, enquanto “Under Western Eyes” estava localizado no contexto da crítica ao humanismo e eurocentrismo do ocidente e ao feminismo branco ocidental, um ensaio similar escrito hoje precisaria estar localizado no contexto da crítica do capitalismo global (ou antiglobalização), já que, embora a globalização sempre tenha sido parte do capitalismo, e o capitalismo não seja um fenômeno novo, o que acontece hoje nos processos políticos e econômicos globais é muito mais brutal e exacerba desigualdades econômicas, raciais e de gênero (MOHANTY, 2003).

A autora esclarece ainda que o capital como funciona atualmente não apenas depende de, mas exacerba relações de poder racistas, patriarcais e heterossexuais. Por isto, concentrar a teoria, a crítica e o ativismo em torno da antiglobalização não significa que as relações patriarcais e racistas e estruturas que acompanham o capitalismo são menos problemáticas agora, ou que a antiglobalização é um fenômeno singular (MOHANTY, 2003).

A América Latina se inseriu no debate pós-colonial A partir dos anos 1990, em um contexto regional de redemocratização e em um cenário global crescentemente marcado pela grande influência dos novos meios de comunicação de massa e pela nova ordem econômica, procurando novas formas de agir e pensar politicamente (BALLESTRIN, 2013).

Na busca por pensamentos que refletissem a realidade e a experiência colonial específica da região, alguns autores latino-americanos radicalizaram a crítica pós-colonial, ressaltando a necessidade de uma ruptura também epistemológica com o Norte. Agregando a contribuição de diversas influências do pensamento crítico latino-americano do século XX surgem então a perspectiva e as teorias decoloniais no início do século XXI (BALLESTRIN, 2013), e a partir delas, os feminismos decoloniais.

No que tange às diferenças entre estudos pós-coloniais e decoloniais recorro ao entendimento de Ramon Grosfoguel (2011), que, em linhas gerais, aponta que os estudos decoloniais vão além dos estudos pós-coloniais que os antecederam por representarem uma crítica mais profunda ao pensamento e epistemologia ocidentais, buscando encontrar alternativas que os transcendam.

Grosfoguel (2011) esclarece que os estudos pós-coloniais em geral enfatizam a cultura colonial em detrimento à análise econômica da acumulação desmedida de capital em escala global, caracterizando o sistema capitalista como um sistema cultural e correndo o risco de cair no perigo de um culturalismo. Para o autor os teóricos pós-coloniais precisam de uma intervenção decolonial, dedicada a explicar com novos conceitos e uma nova linguagem o complexo emaranhamento das hierarquias de gênero, raça, sexo e classe dentro de processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema mundial moderno/colonial onde a acumulação de capital é afetada por, integrada a, constitutiva de e constituída por estas hierarquias. Para achar uma nova linguagem decolonial para esta complexidade, afirma, é preciso sair dos nossos paradigmas, abordagens, disciplinas e campos legados pelo pensamento ocidental.

Alguns autores apontam ainda diferenças entre os termos descolonial e decolonial. Neste sentido, ao optar pelo termo decolonial, Catherine Walsh (2009) explica que pretende, com a supressão do ‘s’, destacar uma diferença com o significado de ‘des’ em Castelhamo, que significaria reverter, desarmar, desfazer o colonial. Segundo a autora, o que o decolonial pretende não é simplesmente substituir o colonial pelo não colonial como se fosse possível apagá-lo, mas sim gerar continuamente a transgressão, intervenção, insurgência e incidência sobre o colonial.

Trazendo o pensamento decolonial para os feminismos, María Lugones define “colonialidade de gênero” como a análise da opressão de gênero racializada capitalista, e “feminismo descolonial” como a possibilidade de superar a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014)

Na senda do que esclarece Grosfoguel, feminismos pós e decoloniais não são entendidos aqui como sinônimos. Contudo, tais divisões e enquadramentos não são estáticos nem homogêneos e muitas feministas sequer se autodenominam pós-coloniais ou decoloniais, sendo muitas vezes inseridas nestas categorias por autoras e autores que estudam seus trabalhos. Neste sentido, muita confusão pode ser encontrada ao se tentar categorizar as teorias aqui utilizadas como pós ou decoloniais. Em virtude disto, ao basear a tese no que chamo de teorias feministas pós e decoloniais, pretendo manter a possibilidade de utilizar como arcabouço teórico todas as teorias feministas que correspondam ao que María Lugones define como “feminismo descolonial”, e que desenvolvam as categorias teóricas que basearão minha análise, quais sejam, a interseccionalidade e a solidariedade.

Portanto, adotarei como marco teórico da pesquisa as teorias feministas pós e decoloniais, a partir das quais identifiquei e utilizo para a análise duas categorias teóricas centrais e essenciais, quais sejam, interseccionalidade e solidariedade, que foram desenvolvidas tanto por autoras feministas tanto decoloniais, como Maria Lugones, quanto pós-coloniais, como Chandra Mohanty.

Na seqüência serão explicadas cada uma das categorias teóricas escolhidas.

1.4.1 Interseccionalidades

Categoria central para os feminismos pós e decoloniais, a interseccionalidade surgiu como ferramenta para compreensão da realidade complexa das relações sociais e como resposta aos feminismos universalistas, homogeneizadores e colonizadores do Norte.

Como destacada Rosamaria Giatti Carneiro (2008) o conceito de interseccionalidade foi cunhado nos feminismos pela contribuição trazida a partir da década de 1980 por meio da intervenção de feministas de cor, lésbicas, judias e do terceiro mundo latino-americanas como Gloria Anzaldúa para o debate feminista Norte Americano. O feminismo então passou a ser entendido como um campo intersecctado por várias formas de subordinação além do gênero.

Nas palavras de Kimberlé Crenshaw a questão da interseccionalidade

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Conforme Heleieth Saffioti (1992), não existem rigorosamente fronteiras para as relações humanas, visto que os esquemas de dominação-exploração se influenciam mutuamente. Ao abordar a temática, Marlise Matos (2010) conceitua as interseccionalidades como “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo” (p. 88), superando-se assim a visão simplificada de superposição de opressões. Neste sentido, afirma que se deve destacar uma nova forma teórica – também transversal e interseccional – de compreender as questões de raça, gênero, sexualidade, classe e geração.

Embora existam divergências quanto aos eixos de subordinação a serem tratados nas análises sociológicas, gênero, classe e raça/etnia são apresentados por diversos autores e autoras – entre as autoras destaco Marlise Matos, Avtar Brah, Rosamaria Giatti Carneiro, Kimberlê Crenshaw e Chandra Mohanty - como núcleo central, motivo pelo qual serão apresentados aqui como necessários para um estudo interseccional.

No presente trabalho as interseccionalidades serão interpretadas numa perspectiva de gênero. No entender de Kimberlê Crenshaw (2002), enquanto todas as mulheres estão sujeitas à discriminação de gênero, outros fatores integrantes de suas identidades sociais, como classe, raça, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual interferem na forma como grupos distintos experimentam a discriminação.

No entendimento de Avtar Brah (2006) o contexto de desigualdade, tanto nacional quanto internacional, deve ser analisado para se compreender os problemas que afetam as mulheres, uma vez que o gênero é constituído e representado de formas diversas de acordo com a localização dentro de relações globais de poder, localização esta determinada por uma série de processos econômicos, políticos e ideológicos. Para a autora:

Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (p. 341).

No mesmo sentido, Chandra Mohanty (2003) aduz que são as intersecções entre várias redes sistêmicas de classe raça, (hetero)sexualidade e nação que nos posicionam enquanto ‘mulheres’. A partir deste entendimento, enfatiza a urgência de se analisar e compreender a complexa relacionalidade que conforma nossas vidas políticas e sociais, ou seja, as múltiplas e fluidas estruturas de dominação que se intersectam para situar as mulheres de forma diferente em conjunturas históricas particulares. Ao compreender estas intersecções, aponta, podemos tentar explorar questões de consciência e agência sem naturalizar indivíduos ou estruturas.

Partindo também da ideia de interseccionalidades, Brah entende que os eixos de diferenciação como classe, racismo, heterossexismo e casta se articulam e assim delineiam formas diferentes de vida para categorias específicas de mulheres. A partir daí, – afirma - o feminismo tem apresentado como objetivo principal alterar as relações sociais de poder imbricadas no gênero (BRAH, 2006).

O combate à discriminação de gênero exige, na percepção de Kimberlè Crenshaw (2002), a compreensão das distintas formas pelas quais o gênero se intersecta com outras identidades e como essas intersecções vulnerabilizam particularmente grupos diferentes de mulheres. Segundo a autora, esta ‘vulnerabilidade interseccional’ permanece desconhecida porque categorias mais amplas como raça e gênero muitas vezes obscurecem experiências de mulheres de grupos étnicos ou raciais específicos.

1.4.2 Solidariedade

De acordo com Janet Conway, em meados dos anos 1980 os chamados feminismos de ‘terceiro mundo’, ou do Sul – que chamo aqui de pós e decoloniais – passaram a criticar duramente os feminismos ocidentais liberais, universalistas e homogeneizadores mascarados de irmandade global e a defender uma prática feminista transnacional e transcultural capaz de, no combate às desigualdades entre mulheres, ser sensível às diferenças surgidas de localizações culturais, sociais e geopolíticas globais. Visualizaram assim a possibilidade de uma solidariedade feminista transnacional que também fosse anti-imperialista, anticolonial, antirracista e anticapitalista (CONWAY, 2008).

Argumentando contra a noção de irmandade universal, que para ela assume uma comunalidade da experiência de gênero sem considerar fatores como raça e nacionalidade, Mohanty destaca a complexidade das diferenças históricas e posicionais das mulheres e a necessidade de criar um espaço analítico para se compreender as mulheres de terceiro mundo como sujeitas de várias lutas na história. Assim, em contraste com a noção essencializada de irmandade universal e suas vagas assunções de irmandade ou imagens de completa identificação com o outro, defende a construção de uma solidariedade ou coalizão feminista a partir de trabalho e luta como base para relações mutuamente responsáveis e igualitárias entre diferentes comunidades de mulheres (MOHANTY, 2003).

Maria Lugones corrobora e complementa este entendimento ao ensinar que o feminismo hegemônico branco apagou a história da relação entre mulheres brancas e não brancas, equiparou mulher branca e mulher e concebeu a “mulher” como um ser corpóreo e evidentemente branco. Assim, a luta das feministas brancas na segunda onda dos feminismos dos anos 1970 em diante passou a ser uma luta apenas contra a subordinação das mulheres burguesas brancas. Não se ocuparam de outras opressões além da de gênero e, portanto, não compreenderam a si mesmas em termos interseccionais, nas interações de raça, gênero e outras formas de subordinação. Como não perceberam estas profundas diferenças, não encontraram nenhuma necessidade de criar coalizões. Assumiram que havia uma irmandade, um vínculo já existente devido à sujeição de gênero (LUGONES, 2008).

É então a falta de uma percepção interseccional que leva a uma assunção de irmandade sem se compreender que a construção de uma verdadeira solidariedade passa pela consideração das diferenças e, com

isto, pela criação de coalizões, de objetivos políticos acordados, construídos, dialogados.

Isto significa dizer que as noções de interseccionalidade e solidariedade advindas das teorias feministas pós e decoloniais estão intrinsecamente relacionadas, e somente a partir de uma análise interseccional é possível construir uma verdadeira solidariedade no sentido pós/decolonial, sensível às diferenças e negociada a partir delas.

Importante fazer também a ressalva de que, se a solidariedade se opõe ao universalismo da irmandade global, tampouco pode ser confundida com qualquer essencialismo. Como esclarece Asunción Portolés (2004), tanto o universalismo quanto o relativismo são idealizações totalizadoras, e o relativismo cultural essencialista, que percebe ‘culturas diferentes’ como totalidades monolíticas que se diferenciam das outras ‘culturas’, pode ser tão prejudicial quanto a afirmação da identidade universal. Para Portolés, a fim de poder realizar sua luta pela emancipação das mulheres do terceiro mundo, o feminismo pós-colonial deve resistir às variadas formas de essencialismo cultural, incluindo as versões relativistas.

A solidariedade seria então o caminho do meio entre o relativismo e o universalismo.

Mohanty define solidariedade em termos de mutualidade, responsabilidade e o reconhecimento de interesses comuns como a base para relacionamentos entre diversas comunidades. Mais do que assumir uma uniformização forçada de opressão, em seu entendimento a prática da solidariedade prioriza comunidades de pessoas que escolheram trabalhar e lutar juntas. Solidariedade neste sentido é sempre uma conquista, o resultado da luta ativa para construir o universal sobre a base das particularidades/diferenças (MOHANTY, 2003).

Para a autora, as diferenças compartilhadas podem formar a base para uma solidariedade profunda, para cujo alcance se faz necessário lutar, a despeito das relações desiguais de poder entre feministas. Diversidade e diferença são, portanto, valores centrais a serem reconhecidos e respeitados, não apagados na construção de alianças (MOHANTY, 2003).

Embora o mundo tenha mudado bastante desde seu surgimento como conceito nos anos 1980, a solidariedade continua sendo uma categoria teórica central para as teorias feministas pós e decoloniais no início do século 21, em um mundo crescentemente moldado pela globalização neoliberal e seus efeitos perniciosos à maioria da população mundial. Neste contexto, em que o movimento antiglobalização constitui a base para o engajamento feminista pós/decolonial, a solidariedade se

mostra não apenas mais possível, mas também mais necessária, sob a forma do que Mohanty chama de solidariedade feminista transnacional contra o capitalismo global (MOHANTY, 2003).

Na mesma senda, Catherine Eschle (2001) aduz que diante dos padrões globais do capitalismo, patriarcado e dominância branca que acarretam efeitos devastadores nas vidas de muitas mulheres, os feminismos pós e decoloniais destacam a urgência de uma mudança transformadora de maneira mais geral e indicam a possibilidade e a necessidade um modelo mais substantivo e solidário de luta para a mudança.

1.5 LUGARES, PERCURSOS E MUTUALIDADES

Norteadas pelas epistemologias interdisciplinar e feminista e a importância que nelas encontram a contextualização e a experiência, percebo como essencial me situar aqui enquanto parte de um contexto e de um lugar que constroem minhas concepções e visões de mundo.

Busco, na senda das orientações epistemológicas e metodológicas que sigo, adotar ainda uma postura reflexiva diante da pesquisa, me fazendo parte integrante dela, partindo das experiências e lutas feministas nos âmbitos inter e transnacional e analisando o processo completo de investigação, desde a elaboração do problema até a avaliação dos resultados. Daí a liberdade e, mais do que isso, a necessidade de escrever na primeira pessoa do singular.

1.5.1 Trajetória acadêmica interdisciplinar

Neste relato trago minha trajetória interdisciplinar como forma de compor parte da contextualização. Traço o caminho percorrido na Academia e as escolhas e aprendizados feitos no processo de construção da tese. Início aqui a instauração do elemento subjetivo na pesquisa, partindo dos ensinamentos e escolhas epistemológicos e metodológicos detalhados anteriormente, e que me guiam neste percurso para, de acordo com Sandra Harding (2002), conferir mais objetividade à pesquisa com o esclarecimento da minha posição, lugar e motivações.

Pesquisadora, mulher, de pele clara mas constituída por etnias diversas, cidadã de um país de terceiro mundo, de classe média, a quem foi disponibilizada a melhor educação disponível em escolas privadas e curso de idiomas, cresci em um lar com condições modestas mas cercada de todos os recursos e acesso a uma vida digna, em um ambiente familiar

composto por um pai e uma mãe casados, uma família presente e um irmão nove anos mais novo.

Minha trajetória interdisciplinar vem sendo construída com uma graduação em Direito, um mestrado em Direito na área de concentração Relações Internacionais e agora um doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas.

Durante os cinco anos de faculdade de Direito me dediquei a estágios práticos na área e meu contato com a pesquisa e os estudos de gênero foram praticamente nulos. Como requisito para conclusão do curso precisei escrever uma monografia e escolhi como tema o Direito Internacional Humanitário, mais especificamente intervenções humanitárias. Iniciou-se ali meu contato com estudos internacionais, ainda sob a perspectiva jurídica. Foi neste momento também que descobri uma inclinação e um grande interesse pela pesquisa acadêmica.

Foi durante o mestrado em Direito, na área de concentração de Relações Internacionais, que descobri o que considero o meu tema, aquele que me move: feminismos internacionais/transnacionais. Nos estudos de Relações Internacionais um interesse inicial por movimentos sociais me levou aos movimentos feministas e daí aos estudos de gênero. Foi um caminho sem volta. O desafio intelectual e a nova perspectiva de mundo que se descortinaram aí não só explicaram e fundamentaram meu sentimento de desconforto enquanto mulher em uma sociedade patriarcal como também me apresentaram a oportunidade de tomar como caminho acadêmico uma luta política da qual eu não poderia prescindir.

Minha dissertação teve como tema movimentos feministas transnacionais e sua contribuição à globalização contra-hegemônica. Foi então que conheci a Marcha Mundial das Mulheres, apresentada como modelo significativo de um feminismo de moldura transnacional na contemporaneidade.

Deste meu lugar, inserida agora na Academia e com o intuito de desenvolver uma tese, lancei um olhar cuidadoso a um movimento feminista popular, guarda-chuva e disseminado por quase todo o mundo chamado Marcha Mundial das Mulheres. Ao saber que o próximo Encontro Internacional do movimento seria no Brasil, em São Paulo, iniciei os contatos para participar dele. A lógica da organização no Brasil para ida ao evento aconteceu por caravanas estaduais.

Assim comecei a participar das reuniões em Florianópolis, sempre me apresentando como pesquisadora da Marcha, momento em que ajudei a organizar alguns eventos com o objetivo de conseguir fundos para a viagem. Pensei que a possibilidade de viajar com a caravana me daria um lugar privilegiado para minhas observações de pesquisa, o que de fato

aconteceu. Tive, contudo, sempre a preocupação de me manter inserida mas não tão imersa, em um processo de auto-observação e análise que me permitissem compreender o movimento sem perder a objetividade necessária para minhas análises, para não me deixar absorver por qualquer tipo de parcialidade.

Para este desafio contei com os ensinamentos de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1999), para quem o sociólogo – e aqui acrescento o cientista social de modo geral - precisa construir de forma controlada e consciente seu distanciamento e sua ação sobre o real, sob pena de renunciar ao seu privilégio epistemológico, correndo o risco de impor aos sujeitos questões alheias à experiência deles e deixar de formular questões incitadas por esta experiência, impondo sua percepção ou limitando-se a registrar a percepção dos sujeitos que estuda, admitindo uma sociologia espontânea.

O anteprojeto de tese elaborado no processo seletivo para o doutorado pretendia analisar a possibilidade de condução da globalização contra-hegemônica pelos movimentos feministas transnacionais contemporâneos. De lá para cá foi sendo reformulado e recebeu contribuições essenciais até assumir o formato final.

As disciplinas cursadas durante o doutorado proporcionaram o amadurecimento tanto teórico quanto dos pressupostos epistemológicos e metodológicos necessários à tese a partir de uma perspectiva interdisciplinar e feminista.

Uma disciplina em especial ofereceu o embasamento para que a ideia inicial do projeto fosse repensada e ganhasse novos fundamentos: Teorias Feministas: inflexões Pós-Coloniais e Descoloniais, ministrada pela Professora Claudia de Lima Costa no Programa de Pós-Graduação em Literatura. A partir dela entrei em contato mais profundamente com os pensamentos que passaram então a nortear minha percepção do tema de tese, acrescentando à minha perspectiva dos feminismos transfronteiriços uma ótica interseccional e complexa. E é com esta ótica que pretendo olhar para a Marcha Mundial das Mulheres como um grande exemplo de movimento feminista que transpõe fronteiras e se espalha pelo mundo quase todo.

Também a discussão do projeto de tese tanto em disciplinas quanto no grupo de estudos Nusserge (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero) ofereceram contribuições e questionamentos para reformulá-lo nos dois primeiros anos de doutorado. Além disso, a possibilidade de participar do 9º Encontro Internacional da Marcha e ali desenvolver uma pesquisa de campo proporcionou contatos e aprendizagens importantes.

No transcorrer do segundo ano de doutorado a ideia de fazer um estágio doutoral no exterior – também chamado “sanduíche” - foi posta em prática. No decorrer do ano de 2013 desenvolvi etapas importantes da pesquisa de campo, a fim de cumprir os requisitos para o estágio doutoral e delinear o projeto de pesquisa.

No momento da qualificação, acontecida em dezembro de 2013, a estrutura e objetivos da pesquisa já haviam mudado significativamente e, com as valiosas contribuições da banca, num esforço de delimitação, clareza e viabilidade científica, a Marcha foi colocada no centro dos estudos como representante e símbolo de um outro feminismo transnacional a ser analisado sob a ótica dos feminismos pós e decoloniais.

As contribuições recebidas durante a qualificação foram fundamentais para que a tese ganhasse seus contornos finais. Para delimitar o objeto de estudo acatei ainda a importante orientação de que a Marcha fosse analisada a partir de categorias de análise a serem desenvolvidas cada uma em um capítulo. Na busca de defini-las, parti das teorias feministas pós e decoloniais adotadas como marco teórico da pesquisa, identificando como categorias centrais as já apresentadas interseccionalidades e solidariedade.

Por fim, a proposta de analisar se a MMM teria potencial para se tornar um projeto emancipador vindo do Sul foi substituída pelo intuito de, partindo das categorias teóricas mencionadas, entender o que o movimento nos ensina, que tipo de conhecimento cria sobre um outro feminismo transnacional, popular, disseminado por todo o mundo e surgido no século XXI.

Cabem neste momento alguns esclarecimentos acerca da diferença entre feminismos e movimentos de mulheres e também a respeito do termo transnacional.

Quanto à distinção entre feminismo e movimentos de mulheres, como ensina Myra Marx Ferree (2006), movimento de mulheres é a organização de mulheres enquanto tais para realizar uma mudança social. Assim, estes movimentos, como estratégia organizacional, apresentam suas integrantes como mulheres, irmãs, filhas, mães, usando a linguagem de gênero para constitui-las como um grupo de interesse distintivo. Para Peggy Antrobus (2004), compõem o movimento de mulheres tanto organizações feministas e associações profissionais de mulheres, quanto organizações de mulheres que focam em preocupações tradicionais do lar e da família e não se consideram feministas. E, ainda, mulheres individualmente consideradas que jamais fariam parte de uma organização nem se consideram feministas, mas cujas vidas e ações

servem para avançar a liberação das mulheres em suas comunidades e além.

Já o feminismo, por sua vez, sublinha Ferree, é o ativismo com o objetivo de desafiar e mudar a subordinação das mulheres aos homens. Este objetivo, no entanto, pode conviver com outros, e para algumas feministas, feminismo significa simultaneamente combater outras formas de subordinação política e social, já que, para muitas mulheres abraçar o objetivo de igualdade com os homens da sua classe, raça ou nacionalidade significaria aceitar uma condição ainda oprimida. Ainda de acordo com a autora, mobilizações feministas são instruídas por crenças, teorias e práticas feministas, mas podem acontecer em uma variedade de contextos organizacionais, de movimentos de mulheres a posições em governos (FERREE, 2006).

Como mostra Ferree com primazia, uma análise que se limite a definir como feminismo o ativismo que busque apenas combater a subordinação das mulheres aos homens acaba por analisar apenas as mobilizações de mulheres privilegiadas que buscam acesso a oportunidades providas por instituições econômicas, políticas e sociais a homens da sua nacionalidade, classe, raça, etnicidade e religião. Esta visão tão inapropriadamente estática e limitada contribui para o viés ocidental, branco e de classe média observado em estudos sobre ‘feminismo’ (FERREE, 2006).

Tal visão limitada condenada por Myra Ferree (2006) foi tomada por muitas feministas do Norte e veementemente condenada pelas feministas do Sul, pós e decoloniais, e reflete as grandes tensões entre Norte e Sul durante o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos, especialmente nas duas primeiras Conferências Mundiais sobre as Mulheres da ONU, quando as feministas do Norte, em uma postura etnocêntrica e universalista, se auto-intitulavam feministas e negavam esta denominação às mulheres do Sul.

Outra definição importante é dada por Margaret Snyder, para quem feminismo, além de um objetivo maior de desafiar e mudar a subordinação das mulheres aos homens, engloba também a busca das mulheres por justiça econômica e social onde quer que a injustiça seja encontrada, porque a subordinação das mulheres é frequentemente um elemento de subordinações maiores como o colonialismo, apartheid e dominação econômica. O conceito de feminismo da autora, portanto, envolve a busca por justiça, uma vez que o empoderamento das mulheres não pode ser completo em uma sociedade injusta, e uma sociedade justa não pode ser alcançada sem o empoderamento das mulheres. O objetivo maior é liberdade e bem-estar para todas e todos (SNYDER, 2006).

Na mesma senda de Ferree (2006) e Snyder (2006), por me situar nos estudos pós e decoloniais, também entendo feminismo como o ativismo que tem entre seus objetivos combater a subordinação das mulheres aos homens, mas não só, buscando justiça social em um sentido mais amplo e incorporando também reivindicações contra outras formas de subordinação, como de classe, raça/etnia, nacionalidade, geração entre outras.

No entanto, o uso dos termos ‘movimentos feministas’ e ‘movimentos de mulheres’ foi utilizado durante o trabalho sem distinção durante a pesquisa bibliográfica. Faço isto com o intuito de respeitar as posições teóricas de cada autora utilizada, sem a tentativa de adequá-las ao meu próprio entendimento nem tampouco investiga-las – o que não seria possível visto que algumas vezes os termos são utilizados como sinônimos, sem qualquer distinção teórica, e além disso esta discussão conceitual na maioria das vezes não é trazida nos trabalhos utilizados, nem seria o escopo deste estudo.

Por estes motivos, não farei distinção no decorrer do trabalho entre os termos ‘movimentos feministas’ e ‘movimentos de mulheres’ ao utilizar como fundamentação teórica o trabalho de outras autoras. Contudo, acredito ser importante esclarecer esta discussão teórica para que se compreenda o uso conflitivo das nomenclaturas entre feminismos do Norte e do Sul, e também para pontuar aqui meu entendimento na escolha da nomenclatura ‘momentos dos feminismos transnacionais’.

Já no que concerne ao termo ‘Transnacional’, com base em uma perspectiva geográfica ou escalar, refere-se aos fenômenos que de alguma forma transcendem as barreiras estatais e desterritorializam os relacionamentos político-sociais (STELZER, 2009).

A partir deste entendimento é possível concluir que os feminismos transnacionais encontram raízes ainda no século XIX, uma vez que o primeiro congresso internacional de mulheres, o *Congrès International des Droit des Femmes*, aconteceu em Paris em 1878 (RUPP, 2011)

Algumas autoras referem-se a este primeiro momento de superação de fronteiras pelos feminismos como feminismo internacional e denominam transnacional o feminismo transfronteiriço que passou a reunir feminismos do Norte e do Sul. Neste sentido, Janet Conway (2008) afirma que, historicamente a expressão ‘feminismos transnacional’ emergiu no contexto das conferências patrocinadas pela ONU e o crescente contato entre feminismos através da divisão Norte-Sul.

Reconhecendo esta diferenciação, opto por denominar transnacionais os feminismos que de alguma forma ultrapassam as barreiras estatais, seja para se organizar, reafirmar, agir ou trocar

conhecimentos, unindo assim dois ou mais feminismos locais situados em diferentes países. Para este posicionamento utilizo como base o entendimento de Sonia Alvarez, para quem a transnacionalização se refere à implantação por atores de movimentos locais de quadros discursivos e práticas organizacionais e políticas que são inspiradas, (re)afirmadas ou reforçadas – embora não necessariamente causadas – por seu envolvimento com outros atores para além das fronteiras nacionais por meio de uma ampla variedade de contatos transnacionais, discussões, transações e redes, tanto virtuais quanto ‘reais’ (ALVAREZ, 2000b).

É certo que algo novo começa a acontecer com os feminismos que ultrapassam fronteiras a partir das Conferências das Mulheres da ONU, como bem destacou Conway (2008). No entanto, me refiro a esta transformação como uma intensificação da transnacionalização dos feminismos acontecida desde o século XIX. Esta intensificação se acentua rumo ao fim de século, começa a haver em âmbito transnacional maior contato entre feminismos do Norte e do Sul, maior base popular e um maior alcance dos feminismos pelo mundo, até o auge do primeiro momento na Conferência de Beijing em 1995, seguido de seu declínio e do surgimento de um segundo momento no início do século XXI.

Ressalto, contudo, que embora haja a preferência neste trabalho pelo uso do termo ‘transnacional’ para fazer referência aos feminismos que ultrapassam as barreiras estatais desde sua origem no século XIX, será respeitada a opção de cada autora, motivo pelo qual os termos ‘internacional’ e ‘transnacional’ e ‘global’ aparecerão ao longo do texto.

1.5.2 Estágio doutoral

Como são duas as grandes áreas de pesquisa nas quais me concentro atualmente, Estudos de Gênero e Internacionais, e meu doutorado se situa na linha de Gênero do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas entendi que concentrar nos estudos internacionais durante o estágio doutoral – chamado no Brasil de doutorado sanduíche – traria grandes possibilidades de realizar um balanço teórico e ajudar a trazer para o Brasil as teorias feministas de Relações Internacionais no futuro – embora minha tese não vá se limitar às teorias vindas de nenhuma disciplina ou área específica, por ser claramente uma pesquisa interdisciplinar. Além disso, estar em um país do Norte e diante da facilidade de viajar pelo continente Europeu, pensei que seria uma oportunidade para acompanhar o Movimento na Europa e entrar em contato com delegadas nacionais de diversos países por lá, como de fato aconteceu.

Tendo decidido realizar meu estágio doutoral na Inglaterra, Reino Unido – país com tradição acadêmica e renomado nos estudos internacionais, país que já conhecia, no qual havia morado e para o qual ficaria feliz em voltar -, recebi uma resposta inicial positiva/indicação de interesse da Universidade de Birmingham. Após um processo burocrático que envolveu o pedido de Bolsa junto à Capes, os requerimentos da Universidade de destino, com a produção e tradução de documentos, cursos de inglês, exame de língua, envio de planos de pesquisa e vários contatos, finalmente viajei para Birmingham para fazer meu doutorado sanduíche de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015, sob a supervisão da Professora Jill Steans. Durante este tempo tive a oportunidade de assistir a disciplinas e palestras e participar de workshops, grupo de estudos e congressos que em muito contribuíram para o desenvolvimento da tese. O acesso ao acervo da biblioteca da Universidade de Birmingham possibilitou a coleta de livros e artigos valiosos ao estudo do tema proposto.

A disciplina "Desenvolvimentos em Análise Política Contemporânea" proporcionou um arcabouço teórico amplo de Ciência Política para embasar as análises que serão desenvolvidas no decorrer da pesquisa, abordando temas como Poder, Estrutura e Agência, Ideias e Discursos e Feminismo. A disciplina "Gênero na Política Mundial", por sua vez, tratou de diversos aspectos de política internacional sob perspectivas de gênero, sexualidades e masculinidades, mostrando-se, portanto, essencial para compreender o movimento feminista ora estudado – a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) - um movimento feminista transnacional imerso em um cenário político inter e transnacional.

Em outubro uma pesquisa de campo foi realizada em Donostia/San Sebastian, País Basco/Espanha, durante o Encontro Regional Europeu da Marcha. Este estudo empírico, somado aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitaram uma valiosa coleta de material e elaboração de texto voltados à produção da tese. O evento propiciou ainda o contato com diversas integrantes de coordenações nacionais da MMM para realização de entrevistas, algumas das quais foram realizadas no Reino Unido, Bélgica e Alemanha.

1.5.3 Os caminhos da pesquisa

A epistemologia interdisciplinar me trouxe a importância da complexidade e contextualização. A epistemologia feminista, por sua vez, me legou como maiores lições a experiência, reflexividade e

emancipação. Ficam como fundamentais a necessidade de estar na pesquisa e de esclarecer o lugar no qual me situo, com todas as suas multiplicidades, na busca de um caminho de pesquisa que me permita alcançar conhecimentos capazes de libertar, influenciar a realidade e reconfigurar relações de poder rumo à maior equidade.

Uma nova relação dialógica entre investigadora e investigada foi instaurada neste estudo pela epistemologia e metodologia feministas, o que faz com que a investigação, como aponta brilhantemente Martha Salgado, se torne parte da experiência de vida à medida em que a investigadora, neste processo, ao visibilizar outras mulheres para transformar uma situação comum, está ao mesmo tempo se conhecendo e vendo a si mesma Da mesma forma, as mulheres com as quais interatua na investigação também se transformam, pois ao conceder uma entrevista, participar de uma observação ou dinâmica grupal elas vivem uma intervenção em sua subjetividade que passam a carregar consigo e que as fazem revisar sua própria experiência (SALGADO, 2008).

A pesquisa que ganha vida se desenha e me reinventa. Fomos nós, eu e a tese, a tese e eu, mudando uma à outra com o passar dos anos. As teorias de gênero e feministas que estudei para construí-la me reconstruíram. Só me restava lutar para mudar em mim a consciência e as atitudes que não condissessem com o mundo que se descortinava diante dos meus olhos e com o qual eu entrava em contato com estranha familiaridade diante do novo.

Foram dois caminhos, paralelos, se entrecruzando e transformando. Ou teriam sido duas linhas de uma espiral sendo construída, linhas que vez ou outra se entrecortavam em sua dança?

Na vida pessoal me desafiei e superei visões ultrapassadas e machistas que guiavam minhas ações e posturas. Me tornei uma mulher mais decidida, autônoma, livre e protagonista. Assumi as rédeas da minha história como nunca.

Profissionalmente me deparei com um mundo de desafios intelectuais que me instigava e confundia. Aos poucos os tantos aprendizados foram se assimilando em mim, em um processo curioso de empoderamento intelectual. Percebi que havia mudado quando de repente me percebi capaz de pensar diferente, de encontrar em mim uma resposta particular, à parte de todas as outras, que eu entendia como coerente e da qual me orgulhava. Assim meu sentimento de intimidação diante de outras feministas, estudiosas ou militantes, se atenuou significativamente. Creio que fui me tornando uma pesquisadora capaz de encontrar respostas em meu próprio pensamento e usar a minha criatividade – meu grande e maior brinquedo – para construir um espaço próprio, permeado sempre

por tantas ideias e pensamentos vindos de todos os lados. Foi assim que interdisciplinaridade e o feminismo me transformaram. Foi assim que me fizeram chegar até aqui, me sentindo pronta para uma etapa seguinte e feliz pelo traçado percorrido.

A tese se construiu e continuará até o fim se construindo na minha história - dos livros, pessoas e do mundo para mim - e de mim para a tela (a do computador) com os tantos contatos com pessoas e pensamentos que hoje fazem parte dela de forma inextrincável. Partindo de uma experiência feminista que me fascinava - a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) -, reconhecendo e esclarecendo o contexto acadêmico e pessoal do qual eu mesma partia, comecei a construir com o mundo que é meu objeto uma relação de transformação mútua.

O que começou com uma mensagem minha, até então uma desconhecida, a uma delegada brasileira da Marcha em São Paulo para questioná-la sobre a possibilidade de participar do 9º Encontro Internacional passou pela presença no movimento local em Santa Catarina e pela ida ao encontro, onde aprendizagens imensas foram realizadas e contatos inestimáveis, feitos.

Em uma próxima etapa, no período de estágio doutoral, o processo de pesquisa ganhou continuidade a partir da Europa, em outro continente, em outro lugar, em outras línguas e culturas.

A questão das línguas e traduções foi um desafio à parte. Embora fosse fluente em inglês não praticava o idioma havia 8 anos quando cheguei na Inglaterra. Parti também de um espanhol que me permitia ler e compreender perfeitamente e falar e escrever em nível intermediário. Nos encontros internacional e europeu havia tradução simultânea, o que facilitou muito a compreensão das falas em francês. Em ambos os encontros houve momentos também em que as representantes nacionais, além de se dividirem por regiões e por temas, dividiram-se em grupos por línguas: inglês, francês e espanhol.

Já em Birmingham, com as informações contidas no site da Marcha, contatos por e-mail foram iniciados com delegadas nacionais do movimento de quase toda a Europa – Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, Reino Unido, Alemanha e França. Foi assim que soube de um Encontro Regional Europeu da MMM que aconteceria em agosto, para o qual fui convidada e se tornou minha segunda pesquisa de campo. Recebi muitas respostas positivas para a realização das entrevistas, a maioria das quais se concretizou. Dos países pretendidos não foi possível entrevistar coordenadoras nacionais em dois: na Itália, onde me foi informado que não existia há anos uma coordenação nacional, e no Reino Unido, onde mesmo após inúmeras tentativas não consegui agendar uma conversa.

Como estava morando no Reino Unido considerava essencial entrevistar a coordenadora nacional naquele país. Após algumas tentativas fracassadas de contato por e-mail resolvi ir pessoalmente até o endereço indicado no website da MMM em uma das minhas viagens à Londres. O endereço, no entanto, era apenas para correspondências, e nele funcionava uma outra organização feminista. Diante da minha visita houve uma conversa por telefone com a coordenadora, que me orientou a contactá-la por e-mail novamente. Assim fiz e recebi enfim uma resposta, mas na sequência da tentativa de agendamento não obtive mais qualquer retorno. Soube depois por outras entrevistadas que apenas duas mulheres coordenavam nacionalmente a Marcha no Reino Unido e que, por problemas pessoais, não estavam conseguindo dar continuidade ao trabalho, motivo pelo qual àquela altura já era considerada inexistente a coordenação nacional no país.

Durante o ano de estágio doutoral fiz algumas entrevistas pessoalmente em Euskadi/País Basco, durante o Encontro Regional, na Alemanha, Bélgica e Banbury, na Inglaterra, uma cidadezinha próxima à Birmingham. Nestas situações a influência mútua ficou mais evidente. Viajar para outro país, vivenciar ainda que parcialmente aquela realidade, me deslocar para conhecer o contexto a partir dos quais elas falavam ou simplesmente manter um contato frente à frente foi não só enriquecedor, mas realmente esclarecedor. Ainda neste período uma entrevista foi realizada por Skype.

De volta ao Brasil em fevereiro de 2015 retomei alguns contatos europeus e enviei mensagem a feministas da Marcha de diversos países da América Latina, recebendo algumas respostas positivas. Neste momento outras três entrevistas foram feitas via Skype com as delegadas da França, Venezuela e Panamá.

Mesmo nas entrevistas feitas virtualmente a interação foi transformadora, revelando a reflexividade necessária e própria das ciências sociais.

Assim estive em reuniões da Marcha observando, aprendendo, me apresentando, fazendo contatos, sendo percebida. Fui formando uma rede de relações – desafiando com isso minha própria timidez, minha tendência ao isolamento, minha antissociabilidade - e entrevistei delegadas nacionais de diversos países da Europa e América Latina, interagi, questioneei, compartilhei meus conhecimentos.

Com minha pesquisa, na percepção de algumas, conferi importância ao movimento, de outras a reação foi um pouco mais desconfiada. Reflexionamos e nos transformamos com este contato. Os rostos responsáveis por dar vida à MMM em âmbito transnacional se

tornaram rostos conhecidos para mim, familiares. Eu também passei a ser reconhecida por muitas delas e assim tenho me sentido parte desta história.

1.5.3.1 Nono Encontro Internacional

Iniciei os contatos para participar 9º Encontro Internacional que aconteceria no Brasil com integrantes da delegação nacional do movimento pertencentes à SOF (Sempreviva Organização Feminista) e situadas em São Paulo, que então me repassaram o contato de algumas mulheres catarinenses que realizavam este esforço de mobilização e pretendiam estar no evento. Eu, que dele não fazia parte como integrante, passei a acompanhar as reuniões para seu estabelecimento em Santa Catarina, um processo que já partia de tentativas anteriores malsucedidas e que vivia um intento de renascimento, um novo esforço de mobilização que permanece tímido, mas constante.

O Encontro aconteceu em São Paulo entre 25 a 31 de agosto de 2013, para onde viajei como parte da caravana de Santa Catarina, de ônibus. Estava acompanhada de uma amiga mais próxima do doutorado. Chegamos exaustas após 14 horas de viagem ao ginásio em que iríamos nos instalar, munidas de colchões infláveis e roupas de cama. Fazia muito frio e havia apenas três chuveiros e dois banheiros para centenas de mulheres. A sensação foi de estranhamento, preocupação e desconforto diante daquela situação tão nova e desafiadora. Logo percebi que não haviam tomadas no ginásio, o que dificultaria bastante meu trabalho, já que precisaria do celular e do computador para registrar tudo o que pudesse.

Durante a noite minha amiga percebeu que seu colchão estava furado e, tendo passado a noite sem dormir, me avisou na manhã seguinte que iria procurar um albergue. Decidi ir com ela e nossa imersão na caravana se encerrou ali. Soubemos depois que, em função do frio intenso nos dias que se seguiram, para o qual não foram preparadas muitas mulheres vindas do Norte e Nordeste do Brasil, a defesa civil precisou intervir para levar aos ginásios roupas quentes e cobertores. As mulheres que lá estavam vinham de todas as partes do Brasil e eram visivelmente militantes de movimentos populares, mulheres fortes e sofridas vindas na grande maioria de camadas populares. Ouvi durante o Encontro uma delas comentando que o acampamento no ginásio era luxuoso comparado ao que ela estava acostumada. Este comentário me fez sentir subitamente fraca e culpada por ser socialmente privilegiada. As delegadas

internacionais, num total de 70 vindas de 48 países, ficaram todas em um mesmo hotel.

As participantes eram em sua absoluta maioria brasileiras, vindas dos mais diversos movimentos, de todos os cantos do país, organizadas em delegações estaduais e alocadas em alojamentos providenciados para o evento. Ao todo, 1600 mulheres construíram juntas o 9º Encontro Internacional da Marcha. A diversidade de culturas, etnias, gerações e demandas impressionava. Havia mulheres indígenas, quilombolas, sindicalistas, agricultoras, trabalhadoras urbanas, extrativistas, sem terras, estudantes, pesquisadoras, artesãs, idosas, jovens... a juventude da maioria das integrantes revelava que uma nova geração de mulheres conscientes, politizadas, fortes e ativistas está presente no Brasil e vem com toda a força reivindicar seus direitos. Muitas reivindicações estavam representadas e a continuidade e força do movimento se mostravam garantidas nos tantos rostos e vozes.

Para que a comunicação entre mulheres vindas de tantos lugares do mundo fosse possível aparelhos de tradução simultânea foram disponibilizados em todo o Encontro.

Os dois primeiros dias foram reservados para conferências e reuniram todas as participantes. A partir do terceiro dia, quarta-feira 28 de agosto, todas as delegadas nacionais dos mais diversos países iniciaram seu processo político no Salão de Atos, juntamente com o Comitê e o Secretariado Internacionais. Paralelamente aconteciam conferências e painéis simultâneos dos quais participavam as demais militantes.

Organizadas em duas fileiras de mesas em forma de U, uma interna à outra, viradas para uma mesa central, elas assistiam à fala de abertura, pronunciada pelo Comitê Nacional Brasileiro, sobre as manifestações populares ocorridas em junho e julho no Brasil.

Naquela primeira pesquisa de campo a sensação de intimidação foi bastante grande. Minha amiga, jornalista experiente, engajada, desprendida, me incentivava o tempo todo a conversar com elas e pedir entrevistas. Sem saber como me aproximar para fazer contatos e entrevistas acabei conseguindo chegar até Miriam Nobre, que não foi receptiva ao meu pedido por estar muito ocupada e me pediu que a procurasse novamente em outro momento. Esta tentativa frustrada confirmou meus receios e me fez recuar. Era perceptível que todas estavam absolutamente ocupadas e absortas pelo momento e minha intuição me dizia que as circunstâncias não eram boas para entrevistar.

No dia 28, em uma reunião inédita entre as pesquisadoras e militantes da Marcha, prevista na programação, foram compartilhados e

debatidos os estudos desenvolvidos sobre a MMM e também a relação entre teóricas e ativistas com vistas a estimular a troca de conhecimentos e beneficiar tanto a produção acadêmica quanto o movimento em si. Neste importante momento, 39 militantes, professoras, pesquisadoras, estudantes e pós-graduandas vindas das mais diversas partes do Brasil e de países como Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Canadá, Austrália e México compartilharam seus temas de pesquisa, suas expectativas a respeito do Encontro e suas inquietações concernentes à articulação entre teoria e prática. Ganhou destaque a discussão sobre feminismo acadêmico e feminismo militante enquanto espaços de disputas internas e externas, em suas muitas nuances, complexidades e sutilezas.

Em concomitância a tudo isso, lançamento de livros, apresentações artísticas, exposições, mostras de economia feminista e solidária, manifestações culturais e a tenda da solidariedade ajudavam a compor o mosaico do Encontro entre os dias 26 e 30 de agosto. Já o sábado, dia 31, foi reservado para a Assembleia final, pela manhã, para a Manifestação, durante a tarde, e para os shows de encerramento à noite.

Uma grande movimentação e a atividade da batucada marcavam a chegada para a Assembleia final no auditório Simón Bolívar. Novamente participantes, coordenadoras e delegadas se reuniram. Uma apresentação artística deu início aos trabalhos e, na sequência foi iniciada a Assembleia.

No sábado à tarde, uma grande manifestação de encerramento aconteceu no centro de São Paulo, reunindo 4000 mulheres. Após sete dias de intensas atividades foi o momento de mostrar ao mundo o movimento, seu ativismo solidário capaz de reunir, na luta por objetivos comuns, uma multiplicidade de mulheres. A cobertura pela grande mídia foi ínfima, o que demonstra a pouca importância e visibilidade dadas ao feminismo de modo geral. Contudo, a magnitude demonstrada no 9º Encontro Internacional impressionou. Voltei para casa com uma infinidade de novas informações, percepções, reflexões. Novos sons, cores e formas começaram a materializar o que era a dimensão transnacional da Marcha.

1.5.3.2 Encontro Regional Europeu

Por meio dos contatos via correio eletrônico quando já estava em Birmingham para o estágio doutoral soube que um Encontro Regional Europeu da Marcha aconteceria de 10 a 12 de Outubro em Euskadi, ou País Basco, e escrevi para a organizadora do evento pedindo autorização para dele participar como observadora. Organizei então a viagem e a

permissão me foi concedida. Voei da Inglaterra para Bilbao, cidade próxima a Donostia, ou San Sebastian, onde aconteceria a reunião.

Fiquei em um albergue muito bem localizado próximo ao museu Guggenheim, famosa atração de Bilbao, e tive dois dias para conhecê-la. De lá peguei um ônibus para Donostia na noite anterior ao Encontro. Em Donostia todos os albergues próximos ao centro da cidade estavam lotados e precisei ficar em um mais afastado. Chegando na cidade pedi informação sobre como chegar ao meu destino e um senhor, muito gentil, me passou todas as coordenadas. Ao descer no ponto que me foi indicado perguntei a uma mulher, jovem, que também havia descido do ônibus como chegar ao meu destino. Qual foi a minha surpresa, no entanto, ao ouvir que o albergue ficava em um lugar de difícil acesso, no alto de um grande morro aonde não era possível chegar por meio de transporte público, apenas de carro. Ao me ver sozinha e carregando uma mochila bastante pesada ela prontamente se ofereceu para me levar até lá de carro, já que estávamos bem ao lado da sua casa. Pensando principalmente na minha segurança aceitei a gentil oferta. Enquanto subíamos percebi que teria sido praticamente impossível fazer aquele trajeto a pé com todo o peso que carregava, e também que não era seguro para uma mulher fazê-lo sozinha. Agradei imensamente aquela ajuda tão generosa e tive ali uma grande amostra de sororidade feminina. O acesso restrito do albergue me exigiu pegar um taxi nos dias seguintes para voltar à noite, já que, embora o transporte público da cidade fosse bom de maneira geral, não dava acesso ao alto do morro.

Bilbao e Donostia me impressionaram pela beleza, riqueza, organização e estrutura. Uma das delegadas presentes chegou a me confidenciar que achava Donostia burguesa demais. O clima geral da viagem foi de apreensão. Iria sozinha e como observadora, alguém de fora, um rosto estranho que precisaria encontrar brechas para iniciar conversas e garantir ao menos possibilidades futuras de entrevistas. No primeiro dia do Encontro cheguei com as perguntas e termos de consentimento traduzidos para inglês e espanhol, no caso de conseguir fazer alguma entrevista, embora soubesse não ser o melhor momento nem a minha prioridade. Sabia que durante as reuniões, pela quantidade de assuntos discutidos e decisões a serem tomadas em um curto espaço de tempo, elas estavam completamente ocupadas e concentradas para a reunião. Ao chegar, me apresentei à organizadora do Encontro, que me recebeu de forma muito receptiva. A reunião aconteceu no salão da Diputación Foral de Gipuzkoa, muito suntuoso. Uma das delegadas presentes, em sua fala, comentou o estranhamento de participar de uma reunião feminista naquele espaço que, segundo ela, estava sendo

ressignificado. As cadeiras estavam dispostas em círculos, em duas fileiras, uma interna à outra. Uma mesa de reuniões em um pequeno palco se situava atrás das fileiras de cadeiras e duas telas grandes estavam dispostas nos cantos da sala. Na parede oposta à mesa central havia várias cadeiras encostadas e, após pegar um aparelho de tradução simultânea, me sentei ali para observar. Uma das organizadoras sugere que se faça um grande círculo para que ninguém fique de costas e, do meu lugar de observadora, da cadeira colada à parede, observei a movimentação que fez os dois círculos concêntricos se transformarem em um.

Recebi muitos olhares curiosos e, quando estes olhares encontravam o meu, observei alguns sorrisos simpáticos, aos quais retribuí prontamente. Me causou um certo desconforto a posição de observadora e a curiosidade silenciosa que isto gerava. Havia combinado por e-mail de encontrar lá uma das representantes da Coordenação Nacional da Bélgica, que pude identificar no momento inicial de apresentações. No intervalo fui me apresentar e ela, que, muito simpática e disposta a me ajudar, me apresentou a outras participantes e virou então minha porta de entrada para aquele clube fechado no qual eu era uma absoluta estranha.

Para dar a ela uma certa liberdade e ampliar meus contatos estava decidida a encontrar formas de, por mim mesma, me aproximar do maior número de participantes possível sem ser inconveniente. Em muitos momentos me senti perdida, intimidada, sem saber onde ficar, com quem e se falar, o que fazer com as mãos... eu era claramente alguém excluída daquela rede de contatos, um rosto desconhecido jovem, feminino, maquiado e cordial – uma figura que imagino que cause de imediato um estranhamento e uma certa resistência em muitas delas. Minha timidez me atingiu, contudo, e aquele era um mundo um tanto quanto assustador naquele momento.

Os almoços e jantares eram momentos nos quais eu lutava para ficar à vontade – ou pelo menos parecer. A sensação de intimidação e a superação pessoal que decorreram daí foram grandes. Meu desejo de voltar para o albergue, para meu canto de silêncio, segurança, paz e sossego, era grande, mas buscava me tranquilizar pensando na importância daquele momento para a minha pesquisa e para meu empoderamento pessoal.

Aos poucos fui sendo apresentada para uma e outra delegada, procurei me aproximar lentamente de algumas, fazer perguntas, me apresentar. No fim consegui uma entrevista e, aos poucos, vários contatos. No último dia já me sentia bem mais à vontade para abordar, me apresentar, falar sobre minha pesquisa e pedir e-mails. Este importante

momento de pesquisa de campo foi encerrado com um breve passeio por Donostia, seguido do retorno à Bilbao. Entre meus novos contatos estava uma integrante da Marcha que morava em Bilbao, para onde eu retornaria naquele mesmo dia antes de voltar para Birmingham dois dias depois. Ela havia se prontificado gentilmente a me mostrar Bilbao e me convidou para participar no dia seguinte de uma reunião de um grupo feminista da cidade vinculado à Marcha, chamado Mujeres del Mundo (Munduku emakumeak) e composto por mulheres imigrantes. A intenção era que eu falasse um pouco da MMM no Brasil e a situação de gênero no país, convite que aceitei prontamente pela oportunidade de conhecer um pouco mais o contexto feminista de Bilbao, destacando sempre que estava ali como pesquisadora e minha experiência na Marcha se limitava à participação do processo ainda incipiente de sua instauração em meu Estado no Brasil. Percebi o momento como uma oportunidade de compartilhar meus conhecimentos e de aprender com elas, de realizar mais uma das trocas que marcaram meu percurso reflexivo na pesquisa.

Embora meu interesse e legitimidade para estudar a Marcha não tenham sido questionados com frequência, durante esta reunião me vi sutilmente desafiada a justificá-los por uma brasileira que vive no país Basco há muitos anos e participa do movimento. De forma muito gentil ela me perguntou por que eu era feminista e por que estudava feminismo. Diante da minha resposta de que a escolha do tema aconteceu por viver em um mundo em que as forças sociais do patriarcado nos oprimem a todas, ela me respondeu que, no seu entendimento, apenas a partir de uma experiência mais intensa de opressão e com a participação concreta em um movimento, cercada por mulheres que compartilhem a mesma experiência, seria possível se tornar verdadeiramente feminista. Segundo ela, seria necessário ser movida por uma emoção, um incômodo quase que visceral. Neste que entendi ser mais uma das expressões do jogo de forças entre Academia e movimento, parei novamente para refletir sobre o assunto. Me senti incomodada por ver minha legitimidade como feminista questionada e respondi que viver em uma sociedade em que as mulheres são oprimidas de tantas formas, explícita ou implicitamente, me movia o suficiente para ter me tornado feminista. Com calma depois refleti sobre esta paixão reivindicada por tantas mulheres ativistas no movimento feminista. Tendo o claro posicionamento de que a Academia também é uma forma de ativismo e talvez este meu incômodo permanente, persistente, mas não virulento ou latejante pode ser a medida exata para me dar o distanciamento da pesquisa, para me deixar a possibilidade de estudar um movimento feminista com um olhar crítico capaz de perceber seus potenciais e limites, no intuito de ajudá-lo e

impulsioná-lo. Com estes pensamentos encerrei minha pesquisa de campo em Euskadi e retornei à Inglaterra.

1.5.3.3 Para além das entrevistas

Enquanto realizava meu doutorado sanduíche pude fazer algumas entrevistas pessoalmente em Euskadi, ou País Basco, na Bélgica, Alemanha e Reino Unido. Nestas situações a influência mútua ficou mais evidente.

A primeira delas aconteceu em Donostia/San Sebastian durante o Encontro Regional Europeu, ocasião em que uma representante da Catalunha, uma das coordenações nacionais existentes na Espanha, gentilmente se disponibilizou a me conceder seu tempo para responder às minhas perguntas em um dos intervalos das reuniões.

Alguns meses depois, em janeiro de 2015, pouco antes de voltar ao Brasil, viajei para a Bélgica e Alemanha para realizar mais algumas entrevistas. Cheguei em Bruxelas tarde da noite e precisei percorrer caminhando um trecho deserto e escuro das ruas da cidade para chegar ao meu albergue. Senti medo e insegurança naquele trajeto. Na capital da Bélgica entrevistei três integrantes da coordenação nacional do país. Nosso encontro aconteceu durante um almoço no restaurante do prédio em que se situa o escritório da Marcha, um grande e bem estruturado centro de recursos para igualdade de gênero construído pelo governo federal e chamado Amazone. O restaurante era bastante bonito e requintado e as refeições continham entrada, prato principal e sobremesa. O almoço me foi oferecido como cortesia pelas entrevistadas, que insistiram e disseram que era o mínimo que poderiam fazer para retribuir o meu esforço por estar ali e a minha pesquisa. Em uma conversa após a entrevista, enquanto andávamos pelas ruas de Bruxelas, uma das entrevistadas me falou um pouco do país e algumas de suas questões políticas e problemas sociais, além de ter me mostrado alguns pontos turísticos.

Bruxelas é uma cidade bem dividida em uma parte mais privilegiada e outra modesta. Meu albergue ficava na parte modesta da cidade e no trânsito de um lado a outro – já que a entrevista aconteceu na parte abastada – era bem perceptível a diferença entre os dois espaços. Uma capital dividida em um país dividido. A vinculação da Marcha aos sindicatos no país é marcante.

De Bruxelas parti rumo à cidade de Frankfurt de ônibus, onde peguei um outro ônibus para o aeroporto de Frankfurt Hahn, próximo à pequena vila em que moram as mulheres que iria entrevistar. Uma das

minhas entrevistadas me recebeu, me hospedou em sua própria casa e muito gentilmente me buscou no aeroporto. No caminho até a vila, que tem aproximadamente 1.000 habitantes, ela me relatou a história daquele pequeno grupo de mulheres que assumiu a coordenação da Marcha na Alemanha, que haviam se mudado para o vilarejo há aproximadamente 10 anos para fazer uma resistência feminista a um acampamento militar norte-americano que existia no lugar.

Uma vila pequena, tranquila, cercada por natureza. Este foi o cenário que encontrei em Laufersweiler. Quem chega a este lugar bucólico nem imagina que abriga a coordenação nacional alemã da Marcha. Minha permanência durou dois dias e foi cercada por uma recepção carinhosa e atenciosa, um clima de interior, boas conversas, boa comida, interesse pela cultura brasileira e pela minha pesquisa.

Minha anfitriã me recebeu em seu aconchegante chalé com o fogão a lenha ligado para nos aquecer e com um café farto, durante o qual conversamos bastante. Ela me contou que toca piano e é fã de Tom Jobin. Trazendo então um livro de letras e partituras, me pediu para ajudá-la a compreender e pronunciar as letras das músicas. Ao mesmo tempo que senti minha cultura tão valorizada fiquei feliz em poder retribuir ao menos um pouco toda a gentileza com a recepção e a hospedagem. A tradução foi um desafio à parte e uma aula particular sobre diferenças e significados culturais. Em um certo ponto da conversa mencionei a colonização alemã no Sul do Brasil e soube por ela da existência de um documentário em alemão sobre o assunto, feito com pessoas daquela região cujos antepassados haviam emigrado para cá. Conteí da nossa Oktoberfest, muito animada, quase uma mistura com carnaval, e também que chamamos de cuca o bolo de origem alemã que, adaptado no Brasil, ganhou sua mais famosa versão com bananas. Estes sincretismos foram inusitados e divertidos para ela, arrancando-lhe risadas. No dia seguinte fui surpreendida no café da manhã por uma variedade de cucas com diferentes recheios de frutas, compradas em um gesto de muita gentileza. Mais tarde outra das minhas entrevistadas me apresentou a vila e fomos então começar a entrevista. Antes, fiz uma apresentação da minha pesquisa em power point, a pedido delas. Seguiu-se a nossa conversa, que interrompemos apenas com um breve intervalo para descansar e ver o pôr-do-sol. Deixei Laufersweiler enormemente agradecida.

A última entrevista feita pessoalmente aconteceu na Inglaterra, em uma cidade chamada Banbury, para a qual viajei de trem, um pequeno trajeto a partir de Birmingham. Em uma tarde agradável em um café conversamos por horas sobre a Marcha e questões e políticas de gênero naquele país. A entrevista fluiu de forma bastante natural e me esclareceu

também vários aspectos da cultura britânica que há tempos me intrigavam.

Nestas viagens e contatos pessoais fui extremamente bem recebida.

Das entrevistas conduzidas por meio virtual, isto é, via Skype, duas aconteceram enquanto morei na Inglaterra, Reino Unido e outras duas quando já estava de volta ao Brasil, a partir de fevereiro de 2015. Naquele momento retomei alguns contatos europeus e enviei e-mails a diversos países da América Latina, recebendo algumas respostas positivas. Outras três entrevistas foram então feitas com as delegadas da França, Venezuela e Panamá.

O perfil das mulheres entrevistadas é de trabalhadoras que conciliam o trabalho voluntário na MMM com outras profissões e que apresentam um histórico de inserção em movimentos feministas populares e sindicatos – e faço aqui a ressalva de que, embora estas características sejam comuns, a diferença de contexto faz com que existam diferenças de condições econômicas e sociais entre elas. Das dezesseis mulheres entrevistadas, duas estão na faixa dos 30 anos, três na faixa dos quarenta, cinco na faixa dos 50 e seis possuem mais de 60 anos. Uma minoria optou por se identificar como homossexuais e outras mantém relacionamentos heterossexuais. Com relação à etnia, as mulheres entrevistadas na Europa são em sua absoluta maioria europeias brancas, e apenas uma delas, nascida na África, é negra. Já as mulheres que entrevistei na América Latina podem ser identificadas como latinas e mestiças, categoria em que também me situo. Na página seguinte segue uma tabela com a sistematização de algumas informações importantes a respeito das entrevistadas, a fim de possibilitar uma geral e comparativa observação de seus perfis.

Todos estes encontros pessoais me possibilitaram interagir com as muitas e diversas histórias das integrantes da Marcha em diferentes países, e com isto me ensinaram mais sobre elas, sobre mim, sobre os contextos distintos e sobre a realidade interdependente que partilhamos. As viagens a outros países me permitiram vivenciar ainda que parcialmente suas realidades, conhecer o contexto a partir dos quais falavam ou simplesmente manter um contato frente à frente. Mesmo as entrevistas feitas virtualmente, breves e pontuais resultaram em interações que nos modificaram mutuamente. Todas estas relações dialógicas transformadoras foram capazes de revelar a reflexividade presente nos processos de pesquisa, reflexividade esta necessária e própria das ciências sociais.

Quadro 1 - Informações gerais sobre as entrevistadas na pesquisa

Entrevistada	Faixa Etária	Cor	Nacionalidade
1	60-70	Branca	Catalunha, Espanha
2	50-60	Branca	Valência, Espanha
3	30-40	Branca	Bélgica
4	40-50	Branca	Bélgica
5	60-70	Negra	Bélgica
6	50-60	Branca	Alemanha
7	50-60	Branca	Alemanha
8	60-70	Branca	Alemanha
9	30-40	Branca	Portugal
10	60-70	Branca	França
11	60-70	Latina	Panamá
12	40-50	Latina	Venezuela
13	60-70	Latina	Chile
14	50-60	Latina	Equador
15	40-50	Negra	Moçambique
16	50-60	Latina	Brasil

2 CONTEXTO E ORIGENS DOS FEMINISMOS TRANSNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

O presente estudo, ao pretender analisar a intensificação da transnacionalização das práticas feministas na segunda metade do século XX e no século XXI, tem como palco o amplo cenário global situado temporalmente a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais. Sendo assim, para contextualizar a pesquisa, busco nas linhas que se seguem compreender este complexo cenário, abordando para tanto a globalização contemporânea, os processos de neoliberalização e as interseccionalidades que o caracterizam.

Mais adiante, em um segundo momento do capítulo, com vistas a melhor compreender os feminismos transnacionais que serão analisados nos capítulos seguintes, busco abordar suas origens desde o surgimento no século XIX até meados da década de 1970, quando se inicia então o que denomino ‘Primeiro Momento dos feminismos transnacionais’, a ser desenvolvido no Capítulo 3.

2.1 CENÁRIO INTERNACIONAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A globalização contemporânea, enquanto realidade complexa que influencia todas as esferas da vida social, teve suas bases em uma série de acontecimentos históricos que tomaram lugar no pós-Segunda Guerra.

Segundo Liszt Vieira (2001), ela se apresenta como o resultado de profundas e aceleradas mudanças observadas nas últimas décadas, sendo elas tecnológicas, políticas (liberalização e desregulamentação do mercado por meio de decisões governamentais de ajuste estrutural), geopolíticas (fim do comunismo), microeconômicas (aumento da competição em escala mundial), macroeconômicas (crescimento do número de países industrializados) e ideológicas (hegemonia neoliberal).

Acrescento ainda que outros acontecimentos históricos em muito complexificaram a sociedade internacional na segunda metade do século 20. São eles a inclusão de diversos Estados e culturas no cenário internacional em decorrência da descolonização dos anos 1950 e 1960, o aumento da população mundial e a emergência de novos atores não-estatais paralelamente aos Estados na esfera internacional, como organizações não-governamentais (ONGs), empresas, movimentos sociais e movimentos feministas, organizações internacionais (OIs) – destacadamente a Organização das Nações Unidas, entre outros.

São apontadas ainda como fatores ligados ao fenômeno global,

afirma Gerard Delanty (2000), uma série de grandes transformações históricas da década de 90, como a queda do comunismo e o fim da Guerra Fria, o declínio da esquerda, a unificação da Alemanha, o fim do *apartheid*, as operações militares internacionais que se seguiram na esteira da invasão do Iraque ao Kuwait, a guerra na Bósnia e Kosovo, a expansão da rede mundial de computadores, a reforçada dinâmica da integração europeia, a crescente preocupação acerca do aquecimento global e a crise ecológica mundial. A aproximação de um novo milênio acrescentou a estas mudanças um sentido de fim de época. O mundo parecia mais conectado do que nunca, embora estivesse também mais frágil e instável.

Lançando uma visão macro para a sociedade contemporânea o que se vê são todos estes processos acontecendo de maneira concomitante, complexa, entrelaçada.

Para Boaventura de Sousa Santos (2005), a globalização pode ser explicada como fenômeno decorrente da amplitude e profundidade das interações transnacionais observadas nas três últimas décadas.

Portanto, corroborando o entendimento de David Held e Anthony McGrew (2001), presencia-se atualmente uma realidade global complexa em que uma nova esfera de interações transnacionais passa a tornar o mundo crescentemente interdependente e faz com que os fluxos de capital, as empresas, os movimentos feministas e noções como desigualdade social, cultura e direitos fundamentais, dentre outros, ultrapassem crescentemente as antigas barreiras nacionais. Com o desaparecimento das limitações do espaço e do tempo nos padrões de interação social, observa-se então a possibilidade de novas formas de organização social transnacional, ao mesmo tempo em que comunidades locais se tornam vulneráveis a acontecimentos ou condições globais. Assim, à medida em que as atividades econômicas, sociais e políticas transcendem as regiões e fronteiras nacionais, há um desafio para o princípio territorial da organização social e política moderna centrado no Estado-nação e uma conseqüente reinvenção e reconfiguração do território e da localização, que passam a ser inseridos em um contexto global.

Observa-se neste cenário global contemporâneo um processo multifacetado de globalização, sendo possível falar, na verdade, de diferentes globalizações. Neste sentido, autores como Boaventura de Sousa Santos (2005) e Richard Falk (2002) destacam a existência de uma globalização hegemônica, ou de cima, e de uma globalização contra hegemônica, ou de baixo. A globalização hegemônica seria o modelo predominante de globalização, a globalização neoliberal. A globalização

contra-hegemônica, por sua vez, seria o conjunto de movimentos de alternativa e resistência aos efeitos deletérios da globalização hegemônica. Tendo por base esta diferenciação, no próximo item serão abordadas as relações entre globalização e neoliberalização a partir das contribuições de Adam Tickell e Jamie Peck (2002, 2003), Sonia Alvarez (2014), Jean Pyle e Kathryn Ward (2003), e também seus os impactos sobre as mulheres, cuja síntese se respalda nos avanços teóricos da obra de Marie France Labrecque (2010), Maxine Molineux (2006), Saskia Sassen (2003), Sophie Bessis (2003), Roso Cobo Bedia (2004), Marta Kolárovà (2006), Manuela Tavares, Almerinda Bento e Maria José Magalhães (2004).

2.1.1 Globalização e neoliberalização

Uma vez que o cenário global contemporâneo engloba as globalizações hegemônica e contra-hegemônica, pode-se afirmar que a globalização consiste em um fenômeno mais amplo do que a globalização do neoliberalismo.

Chamando a atenção para as confusões existentes nas análises dos dois fenômenos, Adam Tickell e Jamie Peck (2003) apontam que a globalização e o neoliberalismo são frequentemente vistos como excludentes, tanto histórica quanto analiticamente. Historicamente porque ambos são percebidos como acontecimentos do último terço do século 20, e analiticamente porque a ambos é atribuído um tipo de agência causal onipresente. Mas globalização e neoliberalismo, são vistos não apenas como excludentes, mas também como entrelaçados. Defensores de ambos tendem a enfatizar a necessidade de ajuste à nova competição global, a perceber os mercados como forças apolíticas benignas e integradoras, ambos apontam burocracias governamentais e coletividades sociais como impedimentos ao progresso econômico e ambos preveem o estabelecimento de uma nova ortodoxia ou era mundial. Para os autores, neoliberalização e globalização devem ser pensadas como processos contingentemente realizados, não como um estado final ou 'condição'.

Sendo assim, o entendimento da globalização hegemônica ou neoliberal enquanto fenômeno de grande força na configuração da cena global hodierna ganha inestimável contribuição a partir da análise de Peck e Tickell acerca das transformações pelas quais vem passando o neoliberalismo desde os anos 1970.

Os autores oferecem um interessante estudo das mudanças históricas na constituição do projeto neoliberal no espaço transnacional, estabelecendo um inicial mapeamento histórico-geográfico do

neoliberalismo. Para tanto, esquematizaram em três fases as principais mudanças ocorridas durante o processo de neoliberalização desde a década de 70, ressaltando que as políticas neoliberais, embora apelem para conceitos universais como liberdade individual e eficiência de mercado, são sempre híbridas e refletem o equilíbrio entre forças políticas locais, fontes de resistência ativa e legados institucionais, entre outras coisas (TICKELL, PECK, 2003).

A primeira fase, chamada de proto-neoliberalismo, corresponderia ao projeto filosófico do neoliberalismo do início dos anos 1970, surgido da junção entre diversas vertentes na economia de livre mercado, filosofia individualística e política anti-Keynesiana. O foco primário estava na restauração de uma forma de pensamento de livre mercado dentro da Economia e sua subsequente reconstituição a uma posição teórica superior. (TICKELL; PECK, 2003; PECK; TICKELL, 2002)

Peck e Tickell (2002) esclarecem que a fase equivale às raízes do processo de neoliberalização e aconteceu entre o início da década de 70 até seu final, quando houve então uma transformação do intelectualismo abstrato da fase 1 para os projetos de reestruturação em nível estatal de Thatcher e Reagan que inauguraram a fase 2, a qual será vista adiante.

Esta mudança aconteceu em um momento de crise macroeconômica nos anos 70, atribuída pela regulação financeira keynesiana, sindicatos, planejamento corporativo, propriedade estatal e mercados de trabalho “super regulados”. Assim o texto neoliberal em defesa da abertura de mercados e da primazia dos direitos de oportunidade individualizados sobre direitos sociais forneceu os argumentos para uma ruptura (PECK; TICKELL, 2002).

A segunda fase seria a reação, ou neoliberalismo ‘roll-back’, em que o poder estatal foi mobilizado para projetos de mercantilização e desregulamentação (PECK; TICKEL, 2002). Foi a área das políticas de convicção neoliberal durante os anos 1980, quando uma série de projetos estatais e programas de reestruturação, mais notadamente na forma de iniciativas de ‘ajuste estrutural’ nos países em desenvolvimento e vários neoliberalismos nacionais nos EUA, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, entre outros (TICKELL; PECK, 2003)

A partir deste período, ideologias e processos neoliberais começaram a se espalhar pelo mundo, como bem esclarecem Jean Pyle and Kathryn Ward (2003), que destacam algumas grandes tendências gerais desta globalização do neoliberalismo. Primeiro, com a redução do papel do Estado e a desregulamentação da economia, o mercado passou a agir livremente na determinação de resultados econômicos, sem envolvimento dos governos. Esta tendência foi observada nas Instituições

Finanças Internacionais em um grande número de países, incluindo países industrializados – EUA e Reino Unido a partir do início dos anos 1980 -, países em desenvolvimento e antigos países socialistas do leste europeu, sudeste da Ásia e China. Em segundo lugar, muitos países em desenvolvimento mudaram para uma produção voltada ao comércio externo, mais aberta, orientada para a exportação. Anteriormente muitos focavam em substituição de importações, a produção de bens essenciais para o mercado interno. Em terceiro lugar, as empresas transnacionais nos setores de fabricação, serviço e finanças mudaram-se para grupos sucessivos de países e criaram redes crescentes de subempreiteiros. Em quarto lugar, programas de ajuste estrutural foram impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como condição para concessão de empréstimos, obrigando os governos tomadores de empréstimos a abrir ainda mais suas economias ao comércio e fluxos financeiros e a reduzir os empregos no setor público e realizar cortes nos programas sociais. Em quinto lugar, as estruturas globais de poder mudaram, e instituições focadas no mercado, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), ganharam poder em relação àquelas centradas em pessoas e desenvolvimento humano sustentável, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Finalmente, apontam Peck e Tickell, uma outra transformação neoliberal começou a acontecer a partir do início dos anos 90 quando os neoliberalismos rasos e estritamente calcados no mercado de Thatcher e Reagan, em função das perversas consequências econômicas e graves externalidades sociais que acarretaram, encontraram seus limites políticos e institucionais. Ao invés de uma implosão, no entanto, o que aconteceu foi uma reconstrução do projeto neoliberal, que foi tomando gradualmente formas mais socialmente intervencionistas e melhorativas (PECK, TICKELL, 2002).

Esta terceira e mais recente fase seria a fase da proação, ou neoliberalismo ‘roll-out’, em que novas formas de construção de instituições e intervenção governamental passaram a fazer parte do projeto neoliberal, não mais preocupado de forma estreita com a mobilização e extensão de mercados e lógicas de mercado. Neste atual momento o neoliberalismo está crescentemente associado à priorização de novas formas de elaboração de políticas sociais e penais, preocupado especificamente com a agressiva rerregulação, disciplina e contenção dos marginalizados ou despossuídos pela neoliberalização dos anos 1980 (PECK, TICKELL, 2002).

Segundo Peck e Tickell (2002), o neoliberalismo ‘roll-out’ reflete uma série de respostas política e institucionalmente mediadas às falhas dos projetos Thatcher/Reagan, respostas estas que foram formuladas no contexto da hegemonia neoliberal em curso na esfera de regulação econômica, representando tanto a fragilidade quanto o aprofundamento do projeto neoliberal.

Sonia Alvarez, ao se referir ao neoliberalismo ‘roll-out’, afirma que a partir da segunda metade dos anos 1990 seu caráter mais humano, multicultural e participativo se refletiu na promoção de organizações da sociedade civil, incluindo desde os movimentos feministas, até parceiros no desenvolvimento. Estados, Instituições Financeiras Internacionais e Organizações Intergovernamentais passaram a promover a redução da pobreza, a inclusão de grupos subalternos na cidadania de mercado e a transferência de serviços sociais e assistência ao desenvolvimento para o setor privado e a sociedade civil. Este momento, esclarece, tinha por objetivo atenuar os efeitos mais nefastos do neoliberalismo da fase anterior por meio do incentivo ao empreendedorismo individual, cidadania mercantilizada e crescimento liderado pelo mercado (ALVAREZ, 2014).

Importante esclarecer aqui que, embora tal análise esteja focada na Europa Ocidental e América do Norte, no coração do neoliberalismo, a divisão e caracterização das fases, como elucida Sonia Alvarez, também se aplica à América Latina, onde no momento no neoliberalismo ‘roll-back’ ganhou destaque o intuito de atacar os “arranjos institucionais CEPAListas/desenvolvimentistas e corporativistas/populistas”, e durante o neoliberalismo ‘roll-out’ houve o enfoque na ‘boa governança’ (2014, p. 8).

Jamie Peck e Adam Tickell ressaltam que existe uma hegemonia global do neoliberalismo enquanto racionalidade política, e certamente, análises críticas têm a virtude de ressaltar o caráter inevitavelmente político do projeto de globalização e a posição hegemônica do neoliberalismo em agências e discursos globais (PECK, TICKELL, 2002).

O projeto neoliberal vem, portanto, se globalizando, transformando e adaptando nas últimas cinco décadas.

Entendida aqui como parte do fenômeno maior de globalização contemporânea, a globalização hegemônica ou neoliberal alavancou desenvolvimentos científicos e tecnológicos que serviram a seus propósitos e também resultou no aumento da desigualdade a nível

mundial², apresentando consequências nocivas à maioria da população do mundo e às mulheres de forma específica.

Quanto aos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, importante destacar que foram impulsionados nas últimas três décadas do século XX pela globalização do neoliberalismo, e juntamente com outros fatores históricos (atividades de movimentos sociais e feministas, surgimento de novos atores internacionais, aumento da população do mundo, processo de descolonização) e decisões políticas (encolhimento do Estado e redução das barreiras para fluxos de mercadorias, informações e finanças), entre outros, resultaram no aumento do fluxo das interações transnacionais que caracteriza o fenômeno mais amplo da globalização contemporânea. Como afirma Manuel Castells (2000), a Revolução da tecnologia da informação foi iniciada na década de 70 do século XX, quando um novo paradigma tecnológico surgiu, organizado com base na tecnologia da informação. Tal revolução se originou e difundiu em um momento de expansão global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta essencial, e seus principais atributos são abrangência e complexidade.

Já no que se refere às consequências para as mulheres, desde seu surgimento, segundo Marie France Labrecque (2010), os programas de ajuste estrutural (PAEs) impuseram sérios prejuízos sociais e trabalhistas aos países da África, América Latina e Ásia, com a restrição de gastos sociais e aumento do desemprego – prejuízos estes que recaíram mais pesadamente sobre as mulheres.

Maxine Molineux (2006) aborda os efeitos das reformas estruturais nas políticas sociais na América Latina, especialmente sobre as mulheres, diferenciando-os em dois momentos: um primeiro iniciado em meados da década de 1970 até fins da década de 1980, em um contexto de neoliberalismo ‘roll back’, e um segundo, acontecido a partir dos anos 1990, portanto já na fase do neoliberalismo ‘roll out’. O primeiro

² Um relatório publicado em 2015 pela OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, afirma que em termos mundiais a lacuna entre ricos e pobres continua aumentando. A publicação mostra que a desigualdade vem aumentando desde a década de 1980 na maioria dos países que fazem parte da Organização, incluindo Europa Ocidental e Estados Unidos, e também recentemente em economias emergentes como Rússia, China e África do Sul. Já na maioria dos países da América Latina, particularmente no Brasil, embora a desigualdade ainda seja grande, apresentou redução a partir do início do século 21, porém com uma desaceleração a partir de 2010. In: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). **In It Together: Why Less Inequality Benefits All**. Paris: OECD Publishing, 2015.

momento, marcado pela implementação dos PAE, com maior entrada de mulheres no mercado de trabalho e aumento do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por elas em decorrência dos cortes no consumo, apresentou grandes custos para o ‘exército invisível’ formado pelas mulheres, que arcou com os prejuízos do ajuste. Já no segundo momento, segundo a autora, com o então comprometimento das instituições internacionais em reduzir a pobreza no mundo e a força que ganhava o movimento feminista transnacional, as mudanças nas reformas incluíram a maior participação da sociedade civil, e particularmente das mulheres, nas políticas sociais, maior visibilidade da pobreza feminina e maior atenção à equidade de gênero e ao empoderamento. O objetivo era a construção de um capital social para promoção de um desenvolvimento de mercado de forma mais eficiente (MOLINEUX, 2006).

De modo geral, conforme explica Saskia Sassen (2003), no momento inicial da instauração das medidas neoliberais hoje disseminadas, o fechamento nos países do Sul de um número considerável de pequenas e médias empresas voltadas ao mercado nacional, e o crescimento do desemprego, tanto feminino quanto masculino, exerceram sobre as mulheres pressão para que encontrassem modos de assegurar a sobrevivência doméstica, e assim a produção alimentícia de subsistência, o trabalho informal, a emigração e a prostituição adquiriram uma importância muito maior como opção de sobrevivência para as mulheres. São lançadas, assim as condições para o crescimento de circuitos alternativos de sobrevivência.

Sophie Bessis (2003) ressalta que durante os anos dolorosos em que se estabeleceram os programas de ajuste estrutural, os únicos recursos disponíveis pelos Estados eram usados para pagar a dívida, em detrimento dos serviços sociais e dos setores de saúde. Conforme Rosa Cobo Bedia (2004), as mulheres, enquanto responsáveis pelo cuidado da família de acordo com o modelo familiar então predominante, baseado na dominação masculina e no poder patriarcal, foram então as mais prejudicadas.

Como aponta Marta Kolárová (2006), enquanto as elites políticas e corporativas globais, que dominam o comércio e finanças em sua esfera desregulamentada, são na sua maioria homens, os mercados de trabalho, cujo fluxo se mostra restrito, estão se tornando crescentemente feminizados pela grande inclusão de mulheres como provedoras de serviços – sexuais, domésticos e como trabalhadoras na produção para exportação – e com baixa remuneração.

Para Manuela Tavares, Almerinda Bento e Maria José Magalhães, as consequências da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres

reforçam aspectos significativos da dominação masculina, como a separação entre público e privado, a “naturalização” da mulher como base dos cuidados com a família, diante da redução dos serviços públicos e o crescente desemprego, a mercantilização ascendente de todos os aspectos da vida, com especial ênfase para o tráfico de mulheres que apoia fortes redes financeiras internacionais, os fundamentalismos que “impedem as mulheres de disporem de seus corpos e de optarem por uma maternidade consciente ou que apedreja mulheres até a morte por romperem códigos de condutas medievais” (2004, p. 15).

Resta claro, portanto, que o projeto de globalização neoliberal tira partido dos estereótipos de gênero e se beneficia da mão-de-obra feminina. Seus efeitos nocivos sobre as mulheres impulsionaram a globalização de redes de resistência e a transnacionalização dos movimentos feministas, entre outros movimentos, cuja ação transfronteiriça é facilitada pelas novas tecnologias.

Em cada uma das fases do processo de neoliberalização apontados por Peck e Tickell os movimentos feministas responderam de forma distinta, como aduz Sonia Alvarez (2014) de forma bastante esclarecedora. Sendo assim, a compreensão do momento de neoliberalização certamente lança luzes não apenas para entender o mais amplo cenário global contemporâneo no qual está inserido, mas também para analisar a intensificação da transnacionalização dos feminismos a partir dos anos 1990, o que será feito mais adiante neste estudo.

Na sequência, analiso a globalização contemporânea a partir de uma perspectiva interseccional e sob o viés de gênero, com vistas a desvendar o atual contexto dos feminismos transnacionais.

Os achados teóricos de Marlise Matos (2010), Heleieth Saffioti (1992), Rosamaria Giatti Carneiro (2008), Kimberlè Crenshaw (2002), Ramón Grosfoguel (2006) e Chandra Mohanty (2003) são articulados na discussão a seguir.

2.1.2 Globalização e Interseccionalidades

Este cenário global resultante da intensificação das interações transnacionais e da globalização do neoliberalismo é formado por um conjunto de sistemas que desenham um mundo de subalternidades interseccionadas. Para ser compreendido em sua contraditoriedade e complexidade precisa, portanto, de uma perspectiva interseccional;

Embora existam outros eixos de subordinação a serem tratados nas análises sociológicas, gênero, classe e raça/etnia - apontados como núcleo central das interseccionalidades por diversas Autoras, conforme visto no

capítulo 1 -, serão apresentados aqui como necessários para um estudo interseccional da globalização.

Cada eixo de subordinação conforma uma hierarquia global distinta. Como bem esclarece Ramón Grosfoguel (2006) ao tratar sobre as múltiplas formas de poder nesta realidade global, a que chama de sistema mundo, existe uma imbricação ou interseccionalidades de hierarquias globais múltiplas e heterogêneas – ou heterarquias – de formas de dominação e exploração sexuais, políticas, econômicas, espirituais, linguísticas e raciais/étnicas, a que chama colonialidade do poder. O sistema mundo, para ele, seria então um complexo de relações de poder e interseccionalidades.

In casu, por se tratar de um estudo em escala global, importante ressaltar que a construção racial-étnica da divisão Norte/Sul e seus vínculos com a história colonial, como aponta Crenshaw (2002), influencia nas interseccionalidades e introduz a questão da raça/etnia no nível macro. De fato, a história colonial determinou os vencidos e vencedores do sistema internacional e construiu a noção de Norte e Sul entre Estados e Continentes.

Sobre esta questão, Grosfoguel (2006) elucida que os múltiplos e heterogêneos processos do sistema mundo, somados à predominância das culturas eurocêntricas, constituem entre os povos europeus/euramericanos e não europeus uma ‘colonialidade global’ que extrapola as relações de exploração entre capital e trabalho e de dominação entre Estados metropolitanos e periféricos, para se estender também à produção das subjetividades e o conhecimento.

O mundo contemporâneo, é então, para Grosfoguel (2006), um mundo colonial, ou ainda, de acordo com Chandra Mohanty (2003) e Alison Jaggar (2006), neocolonial.

Para Mohanty (2003), os processos políticos e econômicos globais tornaram-se mais brutais na virada para o século 21, exacerbando desigualdades econômicas, raciais e de gênero. O fenômeno da globalização, destaca, é um espaço imperativo de recolonização das pessoas, especialmente no chamado ‘Dois Terços do Mundo’ [ou Sul], já que coloniza a vida de homens e mulheres ao redor do mundo. No mesmo sentido, Jaggar (2006) define os processos contemporâneos de globalização neoliberal como dominação neocolonial responsável por uma ordem global injusta. Assim, processos contemporâneos de globalização neoliberal regulados por princípios impostos pelo Ocidente³

³ Várias autoras utilizam o termo Ocidente (Western) para se referir à Europa Ocidental e América do Norte, que nesta pesquisa opto por chamar de Norte.

vêm aumentando as desigualdades em nível mundial, além de reforçar e criar novas formas de subordinação das mulheres, de maneira destacada nos países menos desenvolvidos.

Sendo assim, observada a partir de cada eixo, isoladamente, a globalização contemporânea apresenta consequências e aspectos distintos.

Tomando-se por base isoladamente o viés das discriminações de raça/etnia e classe ao nível internacional e de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2005), depreende-se que a globalização atual está relacionada a uma disparidade crescente entre os Estados do Norte e do Sul na economia política global, à medida em que torna a riqueza e a capacidade produtiva localizadas e mal distribuídas, definindo e reformulando os padrões globais de desigualdade.

Já a partir de uma análise global pautada na subordinação de classe e que desconsidere divisões estatais, ainda de acordo com Santos (2005), existe uma seleta elite capitalista global que se beneficia dos lucros, poder e vantagens deste processo, em contraponto a uma pobreza globalizada, permanente, generalizada, estrutural, sistêmica, que vitimiza a maioria da população mundial à medida em que se observa no mundo o aumento do desemprego e a degradação da remuneração empregatícia, ao passo em que o poder público se retira da proteção social. São criadas assim as condições para um mundo mais instável, desregrado e díspar, em que se observa a crescente marginalização dos perdedores da economia global — e a globalização econômica torna-se também responsável pela globalização crescente da pobreza⁴.

Por outro lado, a partir de um foco na subordinação de gênero, importante destacar que a globalização hodierna, segundo Célia Amorós Puente (2008), é marcada pela vitória histórica do capitalismo, que desde seu primeiro momento, no século XIX, apresentou-se interconectado ao patriarcado. Em virtude disto, reitera-se que mulheres são afetadas de forma específica pela globalização do neoliberalismo, uma vez que, para Manuela Tavares, Almerinda Bento e Maria José Magalhães (2004), as consequências da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres reforçam aspectos significativos da dominação masculina, como a ‘naturalização’ da mulher como base dos cuidados com a família diante da redução dos serviços públicos e do crescente desemprego, e também a mercantilização e exploração sexual feminina, com especial ênfase para

⁴ Sobre o assunto ver ainda: MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

o tráfico de mulheres que apoia fortes redes financeiras internacionais.

Estas três análises da globalização hegemônica mostram-se, contudo, parciais, limitadas e insuficientes para explicar isoladamente os efeitos deste fenômeno complexo em sua amplitude e nuances, já que uma infinidade de posições sociais distintas é encontrada a partir dos entrecruzamentos dos eixos de subordinação e suas hierarquias.

Isto porque, repisa-se, o lugar que o sujeito ocupa na hierarquia social é determinado pela interseccionalidade entre distintos fatores de exclusão e discriminação, pela imbricação de hierarquias, e certamente a posição que um homem, branco, cidadão de um país desenvolvido e proprietário ocupa não será a mesma que uma mulher, pertencente a uma minoria étnica, cidadã de um país periférico e não proprietária ocupará.

Um estudo interseccional a partir de uma ótica global pode reconhecer, então, que existem hierarquias internacionais que dividem os Estados e continentes entre Norte e Sul (eixos de classe e raça/etnia em nível internacional), hierarquias intraestatais (interseccionalidade entre diversos eixos de subordinação a nível nacional, ou seja, no interior dos Estados) e hierarquias transnacionais que independem de divisões nacionais mas que encontram nestas divisões um eixo de subordinação importante para se compreender, em intersecção com outros eixos, o lugar ocupado geo e corpo-politicamente (Grosfoguel, 2006) pelos sujeitos sob uma perspectiva transnacional. A partir desta ótica o Norte seria formado não apenas pelos países e regiões economicamente mais desenvolvidos e politicamente influentes do sistema internacional, mas também por pessoas e empresas que constituem a elite global, as quais situam-se em sua maioria nos países do Norte, na América do Norte e Europa Ocidental, mas não apenas; assim como os marginalizados que constituem o Sul não estão circunscritos apenas aos países do Sul ou ao resto do mundo não europeu/euramericano. Existe o Norte dentro do Sul e vice-versa.

Sendo assim, pensando interseccionalmente a partir de um viés de gênero, conclui-se então que as mulheres, por exemplo, não sofrerão as mesmas consequências da globalização hegemônica independentemente de sua nacionalidade, etnia ou classe social, e a compreensão das imbricações entre estes fatores servirá para descortinar as múltiplas formas em que o fenômeno interfere nas relações de gênero, e vice-versa.

Nas palavras de Crenshaw (2002, p. 180), “mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria”. Acrescenta-se aqui que o eixo de raça/etnia é também determinante para definir o lugar que estas mulheres menos favorecidas ocupam socialmente.

Assim, diante da globalização do neoliberalismo a partir da década de 70 do século 20, por óbvio foram os países do Sul, da África, América Latina e Ásia, que necessitavam de empréstimos do FMI os mais prejudicados devido à implantação dos programas de ajuste estrutural. Foram também mais prejudicadas, especialmente nos países do Sul, as camadas menos favorecidas da população, formadas por minorias étnicas e mulheres⁵. Em função do modelo de família patriarcal todo o cuidado da família (as suas e as de outras em melhores condições financeiras), quando negado pelo Estado foi relegado a elas, fazendo surgir o imposto reprodutivo⁶, tornando-as menos competitivas no mercado de trabalho e sujeitas a trabalhos flexíveis e sem garantias. As mulheres viraram mão de obra barata para as maquiladoras e multinacionais que instalaram suas linhas de produção em locais mais vulneráveis. Foi ainda o fato de serem as responsáveis pelo cuidado que levou as mulheres desfavorecidas de países do Sul a migrarem para países do Norte para assumir nesse contexto o cuidado das crianças, dos idosos e da casa. Foi a objetificação

⁵ Como bem destacam Jean Pyle and Kathryn Ward (2003), a partir de final dos anos 1970 programas de ajuste estrutural começaram a ser impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial aos países endividados que recorriam a empréstimos. Tais PAE demandavam a abertura dos países aos fluxos comerciais e financeiros internacionais, a redução de empregos no setor público e a redução de gastos em programas sociais e prestação de serviços pelo Estado, medidas que recaíram pesadamente sobre os pobres, particularmente as mulheres. In: PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003.

⁶ Imposto reprodutivo, conforme disposto no documento resultante da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, pode ser definido como uma contribuição não-financeira das mulheres ao bem-estar da família por meio de atos zelosos, que permitem a economia de gastos com saúde, cuidados com crianças e pessoas de terceira idade, entre outros. Acontece que este imposto reprodutivo acarreta desvantagens às mulheres quanto a sua inserção no mercado de trabalho e autonomia econômica, especialmente no caso de mulheres que possuem cônjuge e filhos pequenos para cuidar, que precisam adiar sua capacitação e acesso ao mundo do trabalho, renunciando à proteção social por ele proporcionada. In: CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 10, 2007, Quito. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. Quito: Cepal, 2007. O termo foi cunhado por Laura Palmer na obra: PALMER, Ingrid. Gender, Equity and Economic Efficiency in Adjustment Programmes. In: AFSHAR, Haleh; DENNIS, Carolyne (org.). **Women and Adjustment Policies in the Third World**. Houndmills, Basingstoke: Macmillan, 1992, p. 69-83.

feminina da cultura patriarcal também que resultou na demanda e no tráfico de mulheres para fins sexuais, cujos fluxos internacionais obedeceram também ao sentido Sul-Norte.⁷

Ao discutir o tema, Chandra Mohanty (2003) destaca que meninas e mulheres por todo o mundo, especialmente no Terceiro Mundo/Sul, suportam o peso da globalização em aspectos fundamentais, já que mulheres e meninas pobres são as mais atingidas pela degradação das condições ambientais, guerras, fome, privatização de serviços e desregulamentação de governos, o desmantelamento do estado de bem-estar social, a reestruturação do trabalho pago e não pago, aumento da vigilância e encarceramento em prisões, entre outros.

Considerando-se estas consequências sofridas pelas mulheres do Sul em decorrência da globalização hegemônica, pode-se constatar ainda que o gênero, intersectado por outros eixos de subordinação, é determinante na definição dos subalternos e dominantes da globalização neoliberal ou hegemônica.

Ainda sob uma perspectiva interseccional, uma globalização contra-hegemônica que pretenda se contrapor ou oferecer uma alternativa à globalização hegemônica precisa da união entre os diferentes tipos de movimentos. Isto porque, como a globalização hegemônica cria uma realidade crescentemente desigual e impacta de formas diferentes nos indivíduos e grupos de indivíduos de acordo com o lugar interseccional que ocupam socialmente, qualquer reivindicação que pretenda alterar o atual estado de coisas global precisa ser constituída pela união das mais diversas reivindicações e agregar todos os grupos subalternos da globalização hegemônica. Qualquer luta conduzida por apenas uma forma isolada de reivindicação será parcial e, portanto, ineficaz, já que as diferentes formas de subordinação sequer podem ser isoladas, uma vez que se influenciam mutuamente. A partir desta lógica, eliminar só um dos critérios de discriminação – por exemplo neste caso um movimento que reivindicasse apenas uma igualdade de classe, ou de gênero ou de raça/etnia – não resolveria o problema como um todo, qual seja, um modelo de globalização sustentado por uma série de exclusões, dominações e explorações. Para compreender e tentar reverter a dinâmica da globalização hegemônica, o movimento pela justiça global precisa de olhares e estratégias interseccionais.

Por fim, torna-se possível afirmar que a globalização

⁷ Sobre o tema ver: REYNALDO, Renata Guimarães. *O fenômeno global e o impacto dos movimentos feministas: as lutas das mulheres no mundo*. Ijuí: Unijuí, 2015.

hegemônica contemporânea, enquanto fenômeno multidimensional, pode ser vista como exemplo de um contexto em que se faz necessário considerar e compreender as diferentes formas de subordinação em suas intersecções, para que então a globalização contra-hegemônica possa atuar neste cenário, com vistas a melhorar as condições dos grupos subordinados de forma eficaz.

Busquei nesta seção apresentar, em linhas gerais, o cenário em que se situa a presente pesquisa, um cenário global, complexo, desigual, contraditório, que abarca diferentes globalizações, marcado pelo aumento dos fluxos transnacionais e pelas transformações do neoliberalismo que transpõe fronteiras, e que, para ser compreendido em toda sua complexidade, necessita de uma análise interseccional capaz de esclarecer as formas com que as diferentes hierarquias nele existentes se imbricam.

Neste mundo crescentemente unificado e dividido, formado por novas espacialidades, em que tempo e espaço são reduzidos enquanto barreiras cada vez maiores são criadas entre a elite global e a maioria da população do mundo, entre centro e periferia, os feminismos não só persistem, mas se transnacionalizam e reinventam.

2.2 ORIGENS DOS FEMINISMOS TRANSNACIONAIS

Compreendidos i) o contexto de globalização contemporânea desde as grandes transformações ocorridas a partir do pós-Segunda Guerra, ii) a distinção entre globalização hegemônica e contra-hegemônica, iii) as relações entre os processos de globalização e neoliberalização, iv) a globalização a partir de uma ótica de interseccionalidades e v) algumas consequências do fenômeno global para as mulheres, na sequência busco abordar as origens dos feminismos transnacionais do século XIX até o Ano Internacional e o Início da primeira Década das Mulheres com a Conferência da ONU no México em 1975

Ressalto que em virtude dos diferentes contextos, a intensificação da transnacionalização aconteceu de formas diferentes e em momentos distintos no Norte e no Sul ora abordados – sendo o Norte identificado com Europa Ocidental e América do Norte e o Sul com a América Latina. Faço ainda a ressalva de que, embora não se possa afirmar que cada um destes dois grandes blocos seja homogêneo, existem no interior deles semelhanças históricas e contextuais que permitem conferir-lhes, para fins analíticos, uma certa unidade, conforme será explicitado no decorrer deste capítulo.

2.2.1 Do século XIX à Segunda Guerra Mundial

O surgimento dos feminismos remonta ao século XIX e sua história costuma ser dividida em ondas – não sem crítica quanto ao caráter homogeneizador desta divisão, elaborada em princípio com base nos feminismos do Norte. Durante a chamada primeira onda já era possível falar em feminismos transnacionais, ou, como se referem algumas autoras, internacionais.

No entendimento de Leila Rupp (1997), os movimentos transnacionais de mulheres tiveram suas raízes na primeira onda dos feminismos, no século XIX, quando mulheres de países distantes se reuniram em organizações transnacionais e construíram uma identidade coletiva internacional por meio de um complexo processo. Divididas por nacionalidade e leais a diferentes organizações, estas mulheres comprometidas com o internacionalismo construíram laços apesar de e por meio de conflitos a respeito de quase todos os aspectos de organização.

Rupp (1997) aponta que o desenvolvimento transnacional de uma ideologia feminista levou a contatos formalizados entre mulheres comprometidas com a luta por seus direitos em conferências desvinculadas a órgãos permanentes, como o *Congrès International de Droit des Femmes*, o primeiro congresso internacional de mulheres, acontecido em Paris em 1878. Assim, obras como a *Vindicação dos Direitos da Mulher*, escrita em 1792 por Mary Wollstonecraft, foi traduzida para o francês e alemão e despertou mulheres em ambos os lados do Atlântico. Mulheres ativistas na Europa e Estados Unidos se agitaram pelas proclamações umas das outras e traduziram os trabalhos umas das outras. Toda esta atividade lançou as bases para a fundação de organizações internacionais de mulheres, que institucionalizaram e perpetuaram o impulso para trabalhar em nome de mulheres no palco internacional.

A autora destaca três entidades internacionais de mulheres deste período como principais e centrais, tecnicamente abertos para mulheres de todos os cantos do planeta, quais sejam, o Conselho Internacional de Mulheres, fundado em 1888, a Aliança Internacional das Mulheres, originalmente a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, oficialmente estabelecida em 1904, e a Liga Internacional de Mulheres para a Paz e a Liberdade, surgida em 1915. Além destes e em torno deles, uma multitude de órgãos regionalmente organizados, grupos compostos de públicos particulares de mulheres e organizações de um único tema

também surgiram, especialmente no entre guerras, e todo um universo de organizações transnacionais de mulheres interagiu em uma variedade de formas, especialmente por meio de coalizões formadas por delegadas dos diferentes grupos (RUPP, 1997).

Estas três maiores organizações destacadas por Rupp (1997), predominantemente dominadas por mulheres de origem europeia, burguesa e Cristã, apesar de suas diferenças, originaram-se e cresceram primariamente na Europa e na neo-Europa - áreas de clima similar onde as colônias de povoamento europeias tiveram sucesso. Apesar dos grandes pronunciamentos de universalidade, obstáculos à participação igualitária de todos os grupos de mulheres desmentiam suas ambições globais e os padrões de interação entre toda a gama de grupos transnacionais refletiram os padrões do poder global e a dominação de nações europeias, neo-europeias, cristãs e capitalistas do sistema mundial. Foi dentro deste contexto que as membras das organizações transnacionais de mulheres se reuniram através das fronteiras de seus países e, por meio tanto de conflito quanto de cooperação, definiram quem pertencia e quem não pertencia ao movimento internacional de mulheres.

As atividades destas organizações, ressalta, foram interrompidas durante a Primeira Grande Guerra, mas o fim conflito energizou o movimento. No período entre guerras, nos anos 1920 e 1930, organizações transnacionais de mulheres proliferaram e coalizões foram criadas para concentrar seus esforços com vistas a influenciar e contribuir para a Liga das Nações. Foi um momento bom para os movimentos internacionais de mulheres, em que sociedades de mulheres se multiplicaram, conferindo-lhe força e estabilidade (RUPP, 1997).

A construção do movimento internacional de mulheres no Norte, na Europa e neo-Europa, portanto, foi um processo que se iniciou cambaleante no final do século XIX, mas que ganhou impulso no final da Primeira Grande Guerra. Mais tarde, uma nova parada foi forçada em 1939 com a eclosão da Segunda Mundial, depois da qual os grupos transnacionais existentes se reconstituíram no final dos anos 1940, em um mundo transformado pela rivalidade bipolar e acelerada descolonização (RUPP, 1997)

Leila Rupp (1997) ressalta com propriedade que o padrão de crescimento do movimento internacional de mulheres desafia o que se tornou quase um modelo hegemônico de ‘primeira onda’ e ‘segunda onda’, que é baseado na ascensão dos movimentos de mulheres na arena Euro-Americana no final do século 19, seu declínio depois da Primeira Guerra Mundial e sua ressurgência nos anos 1970. Mas, segundo ela, um

olhar atento ao sistema mundial para além do núcleo de nações industrializadas, revela movimentos de mulheres emergindo em países recentemente livres ou lutando por independência política ou econômica, atingindo o auge no período entreguerras, com novas organizações surgindo e órgãos já existentes ganhando seções na Ásia, América Latina e mesmo África.

Conforme Millie Thayer (2010), os movimentos feministas latino-americanos também estenderam seu alcance para além das fronteiras e estabeleceram relações internacionais, a princípio dentro da região e, posteriormente, no início do século 20, em conjunto com movimentos do Norte. A autora também destaca que os contornos e tempos das 'ondas' da atividade feminista diferiram de uma região para outra, e os caprichos da história explicam que a direcionalidade das influências transfronteiriças não foi sempre previsível. Em certos momentos históricos e em situações particulares, pontua, inovações das feministas latino-americanas influenciaram o Norte, ajudando a moldar as práticas dos movimentos por lá. No entanto, mais frequentemente as desigualdades globais e os cenários políticos conspiraram para garantir que os discursos feministas da Europa e dos Estados Unidos cruzassem fronteiras mais livremente. Um exemplo deste último cenário pôde ser observado no final dos anos 60, quando os femininos do Norte se reavivaram, novas formas de capital global estavam circulando e as ditaduras no Brasil ainda restringiam e conformavam o ativismo.

Portanto, embora a transnacionalização dos feminismos tenha se dado inicialmente e de maneira mais intensa no Norte, na Europa Ocidental e neo-Europa – o que inclui os Estados Unidos –, com o surgimento das grandes organizações apresentadas por Rupp a partir do final do Século 19, também é possível se falar em um início da transnacionalização dos feminismos neste período na América Latina, processo este que aconteceu ali de maneira particular e distinta. Naquele momento histórico, também na América Latina os feminismos se faziam presentes, influenciavam os cenários políticos e ultrapassavam as barreiras nacionais, mas de uma forma própria.

Francesca Miller (1991) relata que as mulheres latino-americanas tiveram uma longa história de interação transnacional que abrange os congressos científicos latino-americanos dos anos 1890; as numerosas conferências realizadas em Lima, Cidade do México, São Paulo, Santiago e Caracas nos anos 1920 e 1930; a fundação das Nações Unidas; e a participação no Primeiro Congresso Interamericano de Mulheres na Guatemala em 1947 no pós-Guerra. Os principais momentos desta história serão abordados na sequência.

Para a autora, as discussões acontecidas nos congressos científicos realizados no Cone Sul entre 1898 e 1909 ilustram bem a crítica a práticas discriminatórias baseadas no gênero, o que demonstra a emergência de uma consciência feminista compartilhada em alguns países na América Latina já no início do século 20. Tais congressos estabeleceram uma tradição de participação feminina em reuniões interamericanas e contaram com a presença de mulheres argentinas, uruguaias, chilenas e brasileiras (MILLER, 1991).

A importância deste precedente e a liderança das mulheres latino-americanas, afirma, foi demonstrada mais especificamente no Segundo Congresso Científico Pan-Americano, acontecido em Washington em 1915-1916, quando, excluídas das reuniões oficiais, um número de mulheres educadoras, profissionais e esposas de diplomatas latino-americanas organizaram a primeira conferência auxiliar Pan-americana de mulheres, na qual foi tomada a decisão, votada por mais de 300 mulheres, de iniciar uma União Pan Americana de Mulheres, que teria a sede em Washington e se reuniria em conjunto com os futuros congressos científicos. Comitês Nacionais foram então criados em vários países e o primeiro Congresso Pan-americano de mulheres aconteceu em 1922 em Baltimore, momento em que, presentes a maior parte das lideranças latino-americanas de movimentos de mulheres, foi criada a Associação Pan-Americana para o Avanço das mulheres. Nos anos 1920, as membras do Comitê Internacional Pan-Americano de Mulheres estavam em contato próximo com as poderosas novas tendências do pensamento e organização internacionais, e praticamente todas as mulheres ativas na arena Pan-Americana integravam o Conselho fundado na Noruega em 1920 para incitar a inclusão das mulheres e suas questões na Liga das Nações (MILLER, 1991).

Ainda de acordo com Miller (1991), historicamente a arena transnacional tem sido um importante meio para exercer pressão nos governos locais e nacionais por grupos de mulheres na América Latina que encontraram pouco apoio oficial em casa. Por volta dos anos 1920 e 1930 os fóruns internacionais pareciam oferecer às ativistas Latinoamericanas a oportunidade de efetivar reformas por meio da passagem de resoluções que iriam obrigar os governos signatários a lidar com questões em sua arena doméstica.

Em 1928 aconteceu em Havana a segunda conferência internacional de Estados Americanos após a Primeira Grande Guerra. Embora não houvesse mulheres como delegadas oficiais, ao final da conferência elas haviam feito, com sucesso, pressão para a criação de um órgão oficialmente designado, uma comissão Interamericana de Mulheres

(CIM, ou IACW na sigla em inglês para Inter-American Commission of Women), que foi encarregada da investigação do status legal das mulheres nos 21 estados membros. A CIM foi a primeira organização intergovernamental do mundo a ser fundada com o propósito de trabalhar para os direitos das mulheres (MILLER, 1991).

O Trabalho da CIM chamou a atenção para as desigualdades legais sofridas pelas mulheres, e a Comissão, ao prover informações e atuar como um centro de comunicações, prestou apoio aos esforços das mulheres no interior de suas comunidades nacionais. A CIM inspirou posteriormente o Comitê das mulheres da Liga das Nações e no período pós-Guerra serviu também como modelo para a Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher, para cuja fundação muitas de suas membras foram cruciais e para o qual trabalharam posteriormente (MILLER, 1991)

De modo geral, a chamada primeira onda dos feminismos, iniciada em fins do século XIX, é identificada com a luta por direitos individuais e com as lutas pelo sufrágio feminino, embora esta não tenha sido a única reivindicação do período. Neste sentido, uma das diferenças cruciais apontadas entre os movimentos de mulheres da América Latina e do Norte (Europa e Neo-Europa) é que as campanhas para assegurar o sufrágio feminino e direitos contratuais mais equitativos para mulheres no casamento e emprego não resultaram, com poucas exceções, em sucesso nas nações Latinoamericanas antes da Segunda Guerra Mundial (MILLER, 1991)

Segundo Francesca Miller (1991), três períodos de tempo são discerníveis na garantia do sufrágio universal feminino na América Latina: o primeiro, 1929-1934, quando foi assegurado pelos governos do Equador, Brasil, Uruguai e Cuba; um segundo, 1939-1945, quando aconteceu em El Salvador, República Dominicana, Guatemala e Panamá; e o último no período pós-Guerra, 1947-1961, quando as nações restantes fizeram o mesmo.

Mas a promulgação do sufrágio feminino, ressalva a autora, não deveria ser interpretada como um indicador de que os movimentos de mulheres haviam triunfado em um particular tempo ou espaço. O significado do voto e as razões pelas quais o sufrágio feminino foi promulgado variaram enormemente em cada nação e em cada momento particular. Transições irregulares no poder e a suspensão de liberdades civis, incluindo eleições, caracterizaram a cena política em muitas das nações da América Latina durante os anos 1930, e o Sufrágio universal efetivo, masculino e feminino, não existiu em lugar nenhum até o fim da Segunda Grande Guerra (MILLER, 1991).

2.2.2 Do pós-Segunda Guerra à 1975

No estudo dos feminismos enquanto história da emergência de uma crítica coletiva das práticas discriminatórias baseadas no gênero, conforme Francesca Miller, persistiu a presunção de que existe uma pausa geracional entre as feministas de ‘primeira onda’, cujos esforços pareceram culminar nas campanhas de sufrágio do início do século 20, e as feministas de ‘segunda onda’. No contexto latino-americano, onde a existência de uma muito difundida primeira onda dos feminismos foi apenas recentemente documentada, persiste a presunção de que as atividades das mulheres para melhorar seu status na educação, no mercado de trabalho e na esfera política eram praticamente inexistentes antes do estímulo do movimento internacional de mulheres dos anos 1970.

No entanto, os feminismos, inclusive transnacionais, já existiam na América Latina desde o século XIX, conforme demonstrado anteriormente.

Além disso, um exame mais detido das atividades de certos grupos de mulheres latinoamericanas nos anos 1940 e 1950 desmente estas preconcepções, desafia mais uma vez a periodização das ondas e a implicação de que os feminismos na região são derivativos e demonstra que mulheres em suas lutas locais na América latina desenvolveram seus próprios feminismos distintos dos feminismos do Ocidente, em suas lutas locais por direitos iguais (MILLER, 1991; TRIPP, 2006).

Em São Francisco, em outubro de 1945, uma delegação de mulheres da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) que incluiu Bertha Lutz do Brasil, Minerva Bernardino da República Dominicana e Amália Caballero de Castillo Ledón do México, participou do movimento que, por meio de muita pressão, conseguiu inserir a frase “os direitos iguais de homens e mulheres” na Carta das Nações Unidas. A CIM foi, portanto, um dos grupos instrumentais em obter a provisão de direitos iguais na Carta da recém-estabelecida ONU (MILLER, 1991; ANTROBUS, 2004) Além disso, a Comissão da ONU para o Status da Mulher (CSM), estabelecida também em 1945, foi um produto em grande parte dos esforços das sufragistas latinoamericanas, tornando-se central no ativismo internacional e na promoção dos direitos das mulheres em todas as esferas (TRIPP, 2006).

De acordo com Miller (1991), as campanhas feministas na região continuaram depois da Segunda Guerra, assim como o interesse em usar

as mesas de conferências interamericanas para promover o programa feminista.

Nos meses iniciais da guerra fria, a Liga Internacional de Mulheres para a Paz e a Liberdade, fez a convocação para o Primeiro Congresso Interamericano de Mulheres, que aconteceu na Guatemala em 1947. A conferência foi uma interessante mistura da retórica democrática do pós-guerra e uma elaboração de temas abordados nas conferências de mulheres do período pré-guerra. (MILLER, 1991).

No México, Brasil, Venezuela e Guatemala do pós-Guerra, uma combinação de lideranças intelectuais, organizações autônomas de mulheres com agendas feministas ou reformistas, grupo de vizinhança, conexões internacionais com a CIM e outras organizações do Norte e setores femininos de partidos políticos sustentaram os impulsos anteriores à Guerra do movimento de mulheres e continuaram a pressionar por reformas inclusivas na educação, emprego e prática política. Mas já nos anos 1950 duras ditaduras militares tomaram o poder na Guatemala, Venezuela, Cuba e Peru, e em Estados onde as políticas eleitorais foram mantidas, como Brasil, Chile e México, o centro político era autoritário e conservador (MILLER, 1991).

Aos poucos todos os países latino-americanos viveram ditaduras militares na segunda metade do século 20, marcando um contexto político difícil para quaisquer manifestações da sociedade civil. Já em meados da Década de 70, nas palavras de Sonia Alvarez, “ditaduras militares e governos civis militarizados reinavam supremos na região” (2014, p. 60).

Mas, assim como outros grupos e movimentos, os movimentos de mulheres na região resistiram aos contextos antidemocráticos, e algo interessante a se observar acerca de sua história recente, como expõe Francesca Miller (1991), é o fato de que, nos anos 1970 as reivindicações de direitos iguais das feministas reformistas foram permeadas pelas demandas por justiça social das mulheres da esquerda política.

Já no Norte o momento era distinto para os feminismos no pós-Segunda Guerra.

Enquanto na América Latina o contexto político foi se tornando cada vez mais dominado por regimes autoritários - e, portanto, menos democráticos e mais inóspitos para manifestações da sociedade civil durante a Guerra Fria - nos países da Europa Ocidental e América do Norte, na lição de Nancy Fraser (2007), eclodiram na década de 1960 movimentos sociais a partir da iniciativa da juventude que contestava a segregação racial, a repressão sexual, o materialismo, o consumismo, entre outros. Dentre estes movimentos estava o feminismo, que passou então a desafiar as discriminações de gênero no âmbito da social

democracia, politizou o pessoal e foi além das lutas por redistribuição socioeconômica, levando à pauta o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução.

Celi Pinto (2010) esclarece que no decorrer daquela década, apontada como um período de transição entre as chamadas ondas feministas, os jovens norte-americanos lutavam na Guerra do Vietnã com todo o seu poder bélico, o movimento hippie surgiu propondo uma nova forma de vida contrária aos valores morais e de consumo dos Estados, em Paris estudantes se manifestaram contra a ordem acadêmica estabelecida, a pílula anticoncepcional foi lançada nos EUA e Alemanha, a música era revolucionada por Beatles e Rolling Stones, e Betty Friedan lança *A Mística Feminina* em 1963. Neste cenário, emergiu na Europa e Estados Unidos a denominada segunda onda do feminismo, que lutava por uma nova forma de relacionamento e trazia a discussão sobre a dominação dos homens sobre as mulheres, com o objetivo de conceder a elas, além de liberdade, autonomia sobre sua vida e seu corpo. Portanto, em seu momento inicial, esclarece Fraser (2007), os movimentos feministas de segunda onda compunham um movimento maior, os novos movimentos sociais, surgidos para contestar a desigualdade de distribuição econômica entre as classes e que desafiaram as estruturas normalizadoras da democracia pós-Segunda Guerra. Dentro desta mobilização maior, as feministas expuseram as várias formas de dominação masculina e incluíram assim o pessoal no âmbito da política, expandindo-a.

Nos anos 1970, na senda do surgimento do dito feminismo de segunda onda nos Estados Unidos e Europa, um grande número de organizações se formou com base em princípios feministas. Novas organizações e redes internacionais surgiram, focadas nas questões de saúde da mulher, direitos reprodutivos, paz, direitos humanos, pobreza, prostituição e violência contra as mulheres. Muitos destes grupos eram liderados por mulheres brancas e de classe média do Norte e a maior parte de seus recursos vinha da América do Norte e dos Estados Unidos, o que se tornou uma crescente fonte de tensão (TRIPP, 2006).

Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) relatam que nos anos 1960 e início dos anos 1970 as ideias originadas com feministas dos Estados Unidos e Europa acenderam o debate global, tendo como eixos discriminação e igualdade.

Conforme Leila Rupp (1997), em um primeiro momento após a Grande Guerra, as grandes organizações feministas transnacionais da Europa e neo-Europa sobreviviam como podiam. Precisaram inicialmente restabelecer contatos, lidar com a perda de membros e seções nacionais e, além disso, a crescente rivalidade bipolar entre os Estados Unidos e a

União Soviética dividiu a cena internacional em dois campos hostis. A guerra fria envolveu o mundo das organizações internacionais de mulheres, mas a rivalidade entre os dois campos acabou levando a uma maior organização global, especialmente à medida em que mais países lutavam e conquistavam sua independência da dominação ocidental. Assim, a Segunda Guerra Mundial marcou uma virada, não um fim ou um começo para a organização internacional de mulheres.

Conforme a autora, o mundo bipolar que emergiu das cinzas da Segunda Guerra estava sendo profundamente transformado pela disseminação de movimentos de liberação nacional pelos países antes colonizados e pela emergência e ressurgência de movimentos nacionais de mulheres nos anos 1960 e 1970 (RUPP, 1997).

Neste sentido, Aili Mari Tripp (2006) destaca que diante dos processos de descolonização, à medida em que mulheres se tornaram ativas nas lutas por independência em seus países, organizações que antes tinham um foco Europeu ou Norte-americano, tornaram mais internacionais. O Conselho Internacional de Mulheres, por exemplo, surgido no século XIX como uma instituição eminentemente do Norte, teve os conselhos afiliados baseados na Europa e Estados Unidos reduzidos de 78% em 1938 para 47% em 1963.

Para Peggy Antrobus (2004), o aumento da participação de países do Terceiro Mundo na ONU naquele período aumentou em seu sistema o número de mulheres com histórico de participação nos movimentos de libertação nacional. A presença delas foi mudando o tom da organização, inicialmente dominada por homens. Corroborando e complementando este entendimento, Margaret Snyder (2006) aduz que, quando 54 antigas colônias ingressaram na ONU nos anos 1950 e 1960, trouxeram a questão da pobreza e do desenvolvimento para a agenda das Nações Unidas. Como resultado deste crescimento entre os integrantes da Nações Unidas, a Comissão para o Status das Mulheres passou de 06 membros representando os países em desenvolvimento em 1960 para dezenove em 1969, e as mulheres destes novos países membros trouxeram o 'desenvolvimento' também para a agenda da Comissão, que se transformou.

Segundo Millie Thayer (2001, 2010), com a ressurgência do feminismo em algumas partes do mundo no início da década de 1970 e com o nascimento da chamada segunda dos feminismos no discurso público dos países desenvolvidos, feministas atuantes na esfera internacional, inclusive trabalhando nas Nações Unidas e outras instituições internacionais, começaram a pressionar para uma maior atenção às questões das mulheres.

Neste cenário de transformação nas Nações Unidas e em resposta a estas pressões vindas dos movimentos feministas, em 1972 a Assembleia Geral da ONU proclamou que 1975 seria o ano Internacional das Mulheres com uma conferência mundial a ser realizada na cidade do México entre 19 de junho e 2 de julho de 1975. A criação formal do Ano Internacional das Mulheres e a ênfase em mulheres em desenvolvimento surgiu de uma proposta feita por uma organização de mulheres em uma reunião de 1972 da Comissão das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres em Genebra, na Suíça. Uma multiplicidade de atividades estava por trás daquela ação, incluindo a declaração dos Estados Unidos de se comprometer com o cuidado com os mais pobres entre os mais pobres (MILLER, 1991).

A ONU realizou então a primeira Conferência sobre as Mulheres no México em 1975, declarando-o o Ano Internacional das Mulheres e, a partir dele, a Década Internacional das Mulheres, como será visto mais adiante.

Na lição de Antrobus (2004), a Segunda Década de Desenvolvimento da ONU, acontecida nos anos 1970, concentrou suas estratégias no papel do Estado para promover desenvolvimento igualitário e assim conciliar a demanda por desenvolvimento social trazida pelos Estados pós-coloniais com os imperativos de crescimento econômico. Havia um clima internacional de preocupação e cooperação acerca das questões de igualdade no desenvolvimento e, neste cenário, o Banco Central teve seu protagonismo no debate sobre o desenvolvimento substituído por Agências da ONU como a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A concomitância da segunda década de desenvolvimento da ONU com a Década das Mulheres nos anos 1970 estimulou o debate sobre mulheres em desenvolvimento (KECK; SIKKINK, 1998) e fez com que o desenvolvimento se tornasse um catalisador para movimentos de mulheres no mundo todo. (ALVAREZ, 2014).

O foco da década das mulheres foi a “integração das mulheres no desenvolvimento”. Nasceu ali o conceito e o movimento denominado Mulheres em Desenvolvimento (MeD, ou WID na sigla em inglês para Women in Development) (ANTROBUS, 2004), cuja contribuição remodelou grandemente o debate ao fazer com que as contribuições econômicas das mulheres não pudessem mais ser ignoradas (TRIPP, 2006).

O MeD, nos anos 1970 e 1980, resultou em uma série de programas de desenvolvimento aplicados no Sul a partir de recursos financeiros vindos do Norte. Assim os movimentos de mulheres na

América Latina, e no Sul de modo geral, foram beneficiados com fundos e apoio ideológico internacionais, oferecendo apoio material aos movimentos de base das mulheres e legitimando o discurso da equidade de gênero que emergia de lutas feministas (ALVAREZ, 2014).

Apresentadas nas linhas acima o contexto global de desenvolvimento e a origem dos feminismos transnacionais, passo na sequência a analisar o que denomino ‘primeiro momento de transnacionalização dos feminismos’, a partir de 1975 - ano em que aconteceram, no âmbito da Organização das Nações Unidas, o Ano Internacional das Mulheres, a Primeira Conferência Internacional sobre as Mulheres e o Início da Década das Mulheres - com ápice na Conferência de Beijing em 1995, até o final do século XX.

3 PRIMEIRO MOMENTO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS

No âmbito das Nações Unidas, em 1975 - declarado o Ano Internacional das Mulheres -, aconteceu no México a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres e foi dado início à Década das Mulheres da ONU. Foi, portanto, um ano importante para os feminismos transnacionais, que passaram a partir de então a se intensificar e expandir como nunca. Um ano que marcou o início de um processo transfonteiriço que se espalhou por todo o globo, por diferentes regiões. Este processo iniciado em 1975 atingiu seu ápice com a Conferência de Beijing em 1995 e consiste no que denomino, para fins deste estudo, de ‘primeiro momento de transnacionalização dos feminismos’.

O primeiro momento persiste nestes primeiros 15 anos do século XXI, em concomitância com o que chamo de ‘segundo momento dos feminismos transnacionais’, que por sua vez se iniciou com o século atual e que será objeto de análise na sequência.

No decorrer do presente capítulo abordo o primeiro momento, adotando uma divisão por décadas para que fique mais clara a explanação do contexto internacional em cada uma das grandes conferências, seus desdobramentos e resultados, sempre tendo em mente nesta análise a relação Norte – identificado regionalmente com Europa Ocidental e América do Norte - e Sul – regionalmente entendido como América Latina -, e sem jamais esquecer que Sul e Norte são conceitos complexos e que existe o Norte no Sul e versa-versa. Autoras/es tais como Peggy Antrobus (2004), Aili Mary Tripp (2006), Margaret Snyder (2006), Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), Francesca Miller (1991), Sonia Alvarez (2000a, 2014), Nancy Fraser (2007), entre outras/os, contribuirão para esse estudo.

3.1 1975, UM ANO MARCANTE PARA AS MULHERES NA ONU – O INÍCIO DO PRIMEIRO MOMENTO

As Nações Unidas começaram a levar a sério a ‘questão da mulher’ em 1975. Como aponta Sophie Bessis (2003), naquele ano foi organizada no México a primeira conferência das Nações Unidas explicitamente dedicada ao ‘segundo sexo’ – a Primeira Conferência Mundial Sobre as Mulheres -, que as agências de desenvolvimento tinham até então praticamente ignorado. 1975 foi também designado o Ano Internacional das Mulheres e o início da década das Mulheres na ONU.

Mais de 8000 pessoas no total, dos quais 70% eram mulheres, compareceram à Conferência principal e à Tribuna, uma reunião paralela da qual participaram representantes de organizações de mulheres e pessoas interessadas. Na Conferência principal compareceram delegados de 133 países, metade dos quais eram homens e muitos dos quais eram mulheres parentes ou esposas de chefes de Estado. Foi nas sessões da Tribuna que as mulheres latino-americanas fizeram sentir sua presença mais fortemente. Das aproximadamente seis mil pessoas que participaram da Tribuna a vasta maioria era do Sul, Centro e Norte América. Os temas, tanto do Ano quanto da Conferência, foram Igualdade, desenvolvimento e paz, e um plano mundial de ação foi rascunhado na reunião em torno destes temas (ANTROBUS, 2004; MILLER, 1991).

Peggy Antrobus (2004) afirma que os debates da conferência se centraram naquelas preocupações básicas das mulheres que encontravam apoio na maioria dos Estados-membros, o que acabou por deixar de fora da discussão neste momento inicial questões como orientação sexual, violência e sexualidade, que em reuniões posteriores, quando as mulheres encontraram confiança e poder para avançar nos debates, vieram então a aparecer.

Para a autora, as diferenças entre Norte e Sul eram bastante visíveis no clima geopolítico de meados da década de 1970 e nos países industrializados do Norte havia pouco entendimento sobre as realidades das mulheres de países em desenvolvimento. Em relatórios da conferência podem ser observadas referências frequentes à distinção entre as perspectivas ‘feminista’ [que corresponderia ao Norte] – que via o pessoal como político em termos de experiência individual - e do ‘mundo em desenvolvimento’ [que corresponderia ao Sul] – segundo a qual a igualdade para as mulheres só seria possível depois de feitas mudanças econômicas e sociais (ANTROBUS, 2004). Conforme Aili Mary Tripp (2006), muitas mulheres do Sul, por exemplo, acusaram mulheres do Norte de irem à conferência do México presumindo que um quadro comum de ação seria obtido a partir de uma orientação feminista específica, enquanto mulheres do Sul tendiam a focar em como os problemas das mulheres eram definidos por preocupações políticas que não eram vistas como específicas de gênero, como o imperialismo.

Corroborando a existência de diferenças entre Norte e Sul naquele evento, Margaret Snyder (2006) relata que enquanto mulheres dos países industrializados enfatizavam a igualdade de gênero no local de trabalho e em casa, as vindas de países em desenvolvimento questionavam como seria possível às mulheres atingir igualdade em contextos em que suas

nações estavam sujeitas às agruras das desigualdades econômicas globais ou sofriam com sistemas de apartheid que oprimiam homens e mulheres.

Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) reforçam a existência de cisões na Conferência do México, frequentemente retratadas como uma divisão Norte-Sul, e afirmam que um debate acirrado aconteceu na ocasião entre feministas dos países do Ocidente [Norte], que pediam igualdade de gênero, e mulheres do mundo em desenvolvimento [Sul], focadas nas questões de desenvolvimento e justiça social que afetavam homens e mulheres.

Os conflitos entre Norte e Sul, ou entre mulheres de primeiro e terceiro mundo, ficaram evidentes na reunião do México com o episódio protagonizado na Tribuna pela mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara e a teórica estadunidense Betty Friedan, tal como relatado por Francesca Miller (1991). A agenda da Tribuna havia sido elaborada por mulheres intelectuais de classe média europeias e norte-americanas, e eram, portanto, absolutamente estranhas à realidade vivida por Domitila e pelas mulheres do Sul. Houve entre elas um ruidoso debate e Domitila se tornou o símbolo de que as questões das mulheres na ONU não poderiam apenas ser definidas por mulheres de classes dominantes, privilegiadas e que também se beneficiavam com o trabalho de outras mulheres. Após o evento, o depoimento de Domitila foi publicado sob o título “Se me deixam falar... testemunho de Domitila uma mulher das minas da Bolívia”, e sua percepção como mulher do Sul e latino-americana não só desafiou as feministas do Norte a reavaliarem sua posição como também acabou refletido no Plano de Ação da Conferência (MILLER, 1991).

Apesar das diferenças, mulheres do mundo todo concordaram em muitas questões, tais como a necessidade de uma convenção internacional a ser assinada por todos os governos. Seguindo esta vontade, resultou da Conferência um Plano Mundial de Ação para as Mulheres. (ANTROBUS, 2004; SNYDER, 2006) Além disso, aduzem Keck e Sikkink (1998), a Conferência do México encorajou a formação de redes.

Como ressalta Antrobus (2004), o resultado da Conferência não foi tão impactante quanto muitas esperavam, mas constituiu o primeiro passo para a concretização de previsões feitas na apresentação do Plano Mundial de Ação e o início de um processo que de fato mudou a vida de muitas delas. Na senda do Ano Internacional das Mulheres, afirma a autora, os objetivos do Plano de Ação passaram a ser imediatamente perseguidos por mulheres de todo o mundo. Mecanismos especiais foram estabelecidos nas burocracias governamentais e em instituições internacionais, novas organizações de mulheres foram criadas e outras

antigas ganharam impulso, programas de estudos de mulheres foram estabelecidos em muitas universidades ao redor do mundo e pesquisas foram desenvolvidas para preencher as lacunas de dados.

Ainda durante a Conferência, a Assembleia Geral das Nações Unidas recomendou e mais tarde adotou a realização de uma Década das Mulheres entre 1975 e 1985, década esta que foi essencial, no entender de Antrobus, para a construção e desenvolvimento de um movimento internacional (ANTROBUS, 2004).

Segundo Francesca Miller (1991), a Conferência no México teve impacto bastante visível e imediato na América Latina e uma série de fatores - como o grande número de mulheres latino-americanas que participaram, o fato de que a conferência aconteceu na região e a grande publicidade receberam a reunião e a abertura da Década das Mulheres da ONU - contribuíram para que os governos e cidadãos voltassem sua atenção para a situação mulheres em cada país latino-americano. O Ano Internacional das Mulheres e a Década das Mulheres deram uma nova legitimidade às questões das mulheres, e assim organizações de mulheres preocupadas com pobreza e desenvolvimento ganharam o foco dos doadores internacionais.

Também para Sonia Alvarez (2014) a proclamação dessas datas foi de extrema importância para a América Latina ao abrir um espaço programático e discursivo para o ativismo em um momento em que as ditaduras militares e governos civis militarizados imperavam na região.

À 1ª Conferência Mundial Sobre as Mulheres de 1975 seguiram-se até o final do século XX uma série de outros eventos patrocinados pela ONU e que foram importantes para a questão das mulheres, incluindo a 2ª, 3ª e 4ª Conferências Mundiais sobre as Mulheres acontecidas em Copenhagem em 1980, Nairobi em 1985 e Beijing em 1995, respectivamente, assim como outras sobre o meio ambiente (Rio de Janeiro em 1992), direitos humanos (Viena em 1993) e população e desenvolvimento (Cairo em 1994). Em cada uma delas, de acordo com Millie Thayer (2010), as feministas participaram ativamente, seja realizando encontros paralelos extraoficiais, seja pressionando as delegações oficiais para debater e construir alianças.

Além disso, pouco após a Conferência do México, foi adotada pelas Nações Unidas a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês para 'Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women'), frequentemente descrita como a Carta de Direitos Humanos para as Mulheres, contando com a adesão de um total de 189 Estados-

partes.⁸ Como decorrência e por determinação da CEDAW, foi instituído o Comitê CEDAW, com o intuito de verificar o progresso obtido com relação aos direitos das mulheres nos Estados-partes da Convenção. Instituído em 1979, entrou em vigor em 1981 e marcou o auge desses esforços.⁹

3.2 DÉCADA DE 1980

Na década de 1980 os feminismos do Norte viviam há pouco mais de uma década sua segunda onda, reivindicando liberdade e autonomia das mulheres sobre seus corpos, evidenciando a dominação dos homens sobre as mulheres (PINTO, 2010) e passando a se contrapor aos demais movimentos sociais predominantemente masculinos surgidos nos anos 1960 que haviam centrado sua atenção apenas para a distribuição de classes. Assim, chamaram a atenção para a dominação masculina presente inclusive na esquerda, defendendo uma visão ampliada da política capaz de abarcar o pessoal (FRASER, 2007).

Tais feminismos apresentavam naquele momento, como esclarece Nancy Fraser, uma relação de ambivalência com a social democracia, desafiando suas exclusões de gênero, problematizando a família burguesa e o paternalismo do Estado de bem-estar social e assim expondo o profundo androcentrismo da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que contavam com o ethos solidário e igualitário de classes do Estado de bem-estar, buscando transformá-lo em uma força capaz de combater a dominação masculina, afirmando que o pessoal é político e expandindo as fronteiras de contestação para além da mera redistribuição econômica, a fim de incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (FRASER, 2007).

Para Fraser (2007), boa parte das feministas então rejeitava a tendência da democracia social, principalmente na Europa, de

⁸ Ver: UNITED NATIONS. Treaty collection. *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*. Disponível em: <http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtmsg_no=IV-8&chapter=4&lang=en>. Acesso em: 14 dez. 2015.

⁹ Ver: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Short history of CEDAW convention*. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/history.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

marginalizar problemas sociais que não fossem de distribuição e divisões sociais que não fossem de classe. Ao mesmo tempo, a maioria das feministas baseava projetos mais radicais em pressupostos socialistas, buscando regular mercados e promover igualitarismos a partir das capacidades do Estado de Bem-Estar de promover prosperidade e solidariedade. Pretendiam então transformar o Estado de Bem-estar em uma força para enfrentar a dominação masculina, e não desmantelá-lo.

Já na América Latina dos anos 1980 grandes transformações aconteciam nos movimentos de mulheres e no contexto político geral.

Como lembra Virginia Vargas (1992), naquele cenário, formado por governos ditatoriais ou autoritários e democracias de fachada, não havia interação entre as práticas feministas e o âmbito público estatal ou global, este último ainda inexistente.

Para Marlise Matos (2014), nos anos 1970 e 1980 surgiu a segunda onda do feminismo latino-americano, em grande parte a partir da esquerda e da luta pela democracia e contra o capitalismo. Teve, portanto, como base a resistência das mulheres que lutavam contra a falta de cidadania nos regimes militares, o autoritarismo e a violência, mas ao mesmo tempo criticavam e rejeitavam a práticas da esquerda que, além de hierárquicas e androcêntricas, desconsideravam a imprescindibilidade das transformações de gênero para a luta política geral.

Neste sentido, Sonia Alvarez esclarece que desde as décadas de 1960 e 1970 o feminismo latino-americano havia se integrado, como parte da esquerda, à luta geral por justiça contra a arena política convencional, autoritária, excludente e opressiva. Mas nos anos 1980 o feminismo começou a criticar inclusive o sexismo da própria oposição, que também marginalizava as mulheres e suas questões. Afirmando que a luta política deveria acontecer também na esfera da vida cotidiana e das relações interpessoais, as feministas passaram a valorizar a autonomia de organização e adotar práticas democráticas radicais, mais fluidas, menos hierárquicas (ALVAREZ, 2000a).

Surgiu então na região nos anos 1980, como expõe Francesca Miller (1991), uma crítica feminista da prática revolucionária da esquerda política, resultando em um novo e gendricado entendimento da realidade da América Latina que é visível nos debates sobre redemocratização. Mulheres ativas no movimento de mulheres na América Latina foram líderes nos esforços de redemocratização no Chile, Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Os anos 1980 foram marcados por uma grande opressão estatal e pelo avanço da pobreza na região, contribuindo para que milhares de mulheres começassem a se mobilizar politicamente. Este contexto

ofereceu novos desafios e oportunidades para o movimento feminista latino-americano, que, embora tivesse apresentado uma face de classe média branca/mestiça em seus primeiros tempos, na década de 1980 via as mulheres pobres e trabalhadoras como alvo chave e passou a ser composto predominantemente por elas, e também por mulheres negras e indígenas (ALVAREZ et al., 2003).

Conforme Miller (1991), o surgimento deste novo movimento de mulheres, somado à atenção e suporte internacionais às questões das mulheres durante a Década das Mulheres das Nações Unidas, fez emergir uma crítica de gênero dos programas sociais, políticos e econômicos latino-americanos. Assim, o feminismo na América Latina, inicialmente percebido como vindo primariamente da Europa e América do Norte e estrangeiro à realidade latino-americana, tornou-se o principal veículo para a crítica social.

A década de 1980, portanto, foi um período de grande crescimento para os movimentos de mulheres e as políticas dos feminismos na América Latina, com destaque também para a realização dos primeiros cinco Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, os Encuentros. (MILLER, 1991; VARGAS, 1992; ALVAREZ et al., 2003).

O Primeiro deles aconteceu em julho de 1981 em Bogotá, na Colômbia, após dois anos de planejamento e marcado pelos escassos recursos financeiros e pelo dissenso entre as organizadoras. Diferenciou-se dos anteriores encontros internacionais de mulheres pela decisão de se intitular uma conferência feminista e também pela insistência em ser uma reunião Latino-americana e Caribenha, ou seja, hemisférica, o que foi destacado pela decisão de adotar o espanhol como língua de comunicação. Duzentas e cinquenta mulheres do Brasil, Chile, Colômbia, Curaçao, Equador, México, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela, assim como dos Estados Unidos, Canadá e vários países Europeus compareceram (MILLER, 1991).

O II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe aconteceu em julho de 1983 em Lima, no Peru, e dentre as dificuldades para sua organização estavam o financiamento, a recessão econômica e os desastres naturais que assolavam o país. O III Encontro, por sua vez, aconteceu em Agosto de 1985 em Santos, Brasil. Participaram da Conferência 950 mulheres, 300 delas brasileiras. Houve também dificuldades financeiras para sua realização. Já o IV Encontro foi realizado em Taxco, no México em Outubro de 1987. Mil e quinhentas mulheres participaram, incluindo uma grande delegação de mulheres da América Central, 42 da Nicarágua, 9 de El Salvador, 10 de Honduras e

15 da Guatemala, a maioria das quais nunca havia participado de uma conferência feminista internacional. Delegadas de Cuba, que tiveram dificuldades para obtenção dos vistos para ir ao Peru em 1983 e ao Brasil em 1987, também estiveram presentes pela primeira vez. O IV Encontro foi notável pelo aumento da presença de mulheres de grupos populares de base, incluindo ativistas trabalhadoras têxteis, membras de sindicatos, camponesas e integrantes de ocupações (MILLER, 1991).

Os encontros da década de 1980 tanto refletiram as mudanças do feminismo na região - colocando em destaque a relação dos movimentos feministas com a esquerda masculina revolucionária, em um primeiro momento, e mais tarde com o movimento mais amplo de mulheres - quanto também reconfiguraram por meio dos espaços transfronteiriços criados os discursos e práticas dos movimentos locais, nacionais e regionais. Naquela primeira década, foi central para os encontros a noção de autonomia feminista, uma marca dos movimentos feministas na América Latina e no Caribe, que buscavam evitar a cooptação do movimento por outros atores, em especial partidos políticos e organizações revolucionárias de esquerda. A noção de autonomia convivia com os esforços para expandir o alcance e a influência do feminismo (ALVAREZ et al., 2003).

Os encontros, que continuaram pelas décadas seguintes e foram se reconfigurando diante dos diferentes contextos políticos na região, possibilitaram a construção de espaços críticos transnacionais nos quais foram possíveis o compartilhamento e a confluência de diferentes perspectivas vindas da grande diversidade de lutas e realidades locais, e ao mesmo tempo a construção de significados alternativos e de uma gramática política feminista comum na América Latina (ALVAREZ et al., 2003).

Para melhor compreender este contexto histórico a partir de uma perspectiva global, importante lembrar que, como visto no capítulo 2, o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi o momento que Peck e Tickell (2002) destacam como a primeira transição do neoliberalismo de modelo filosófico e teórico para sua implementação política com a emergência dos governos conservadores de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Iniciava-se então, em um contexto de crise econômica mundial e severas críticas ao Estado de bem-estar social, o que chamaram neoliberalismo “roll-back”, centrado no mercado e na priorização dos direitos individuais sobre os sociais. Naquele período, com a mobilização do poder estatal para disseminar políticas neoliberais, os programas de ajuste estrutural começaram a ser impostos aos países do Sul que recorriam a empréstimos das Instituições

Finanças Internacionais (IFI).

Os anos 1980 marcaram assim uma virada. O “desenvolvimento” começou sua queda de popularidade entre os países doadores mais comprometidos (SNYDER, 2006) e todos os debates internacionais sobre equidade e participação iniciados nos anos 1970 tiveram um fim abrupto (ANTROBUS, 2004). Os presidentes Reagan e Thatcher formaram uma aliança que resultou no Consenso de Washington¹⁰ e na adoção de uma agenda neoliberal que, de acordo com Peggy Antrobus (2004), substituiu tanto o consenso da década de 1970 (sobre como alcançar os objetivos de um desenvolvimento socioeconômico de base ampla) quanto as estratégias para uma Terceira Década de Desenvolvimento. Como resultado, o planejamento de desenvolvimento passou a se basear no quadro de políticas macroeconômicas de ajuste estrutural e estabilização. Assim o poder sobre as políticas dos países pobres foi gradualmente transferido deles para as instituições financeiras internacionais, que priorizavam os interesses do capital internacional sobre aqueles das pessoas. Como consequência, as organizações da ONU para cooperação em desenvolvimento que focavam no bem estar humano perderam voz. (ANTROBUS, 2004; SNYDER, 2006).

Margaret Snyder (2006) lembra que a década de 80 do século XX foi amplamente intitulada ‘a década perdida’, embora o período tenha sido apenas a culminação de um amplo processo. A globalização econômica progredia e o cenário internacional se tornava crescentemente desigual à medida em que os países do Norte, destacadamente os EUA, passaram não só a pregar como a perseguir o neoliberalismo. Como consequência, diante da oposição firme ao crescimento do setor público e ao controle governamental (nacional e internacional) sobre a economia, as forças de mercado dominavam, os poderes dos Estados em

¹⁰ Como elucida Margaret Snyder, o que foi conhecido como o Consenso de Washington foi o acordo entre o Banco Mundial, o FMI e o tesouro dos Estados Unidos acerca das condições que os países em desenvolvimento deveriam cumprir para obter crédito. Tais condições, que foram definidas nos programas de ajuste estrutural (PAEs) do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, deram prioridade à economia de mercado com relação aos objetivos de equidade. Entre outras exigências do FMI estavam a redução severa nos gastos em saúde e educação, conferindo mais carga e responsabilidade às mulheres que cuidavam de crianças e dos idosos. In: SNYDER, Margaret. *Unlikely godmother: the UN and the global women’s movement*. In: SNYDER, Margaret. *Unlikely godmother: the UN and the global women’s movement*. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism: transnational women’s activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006.

desenvolvimento foram grandemente diminuídos e questões como pobreza, equidade, necessidades básicas e desenvolvimento humano foram riscadas da agenda global.

Durante a década perdida, na lição de Peggy Antrobus (2004), a disseminação das políticas neoliberais, consubstanciadas no Consenso de Washington por meio do mecanismo de condicionalidades ligadas aos empréstimos do FMI e Banco Mundial aos países endividados, expôs claramente a ideologia de gênero e também de classe subjacentes ao neoliberalismo enquanto modelo focado exclusivamente no crescimento econômico, ignorando os fatores sociais, culturais e políticos.

Sophie Bessis (2003) ressalta que durante os anos dolorosos em que se estabeleceram os programas de ajuste estrutural, os únicos recursos disponíveis pelos Estados eram usados para pagar a dívida, em detrimento dos serviços sociais e dos setores de saúde. Conforme Rosa Cobo Bedia (2004), as mulheres, enquanto responsáveis pelo cuidado da família de acordo com o modelo familiar então predominante, baseado na dominação masculina e no poder patriarcal, foram então as mais prejudicadas.

De modo geral o que se observou com os PAEs foi uma valorização e superposição do econômico sobre o social, e a partir daí, a atribuição às mulheres da responsabilidade por suprir as necessidades sociais que o Estado não mais provê. Esta sobrecarga imposta ao mundo feminino inexoravelmente influencia em seu papel e participação no mercado de trabalho formal.

Para Antrobus (2004), portanto, as mulheres passaram naquele momento histórico a compreender as formas pelas quais o modelo econômico fundamentalmente desigual e injusto sob o qual viviam se baseava na exploração de seu tempo, seu trabalho e sua sexualidade. Tal entendimento da natureza de gênero do neoliberalismo e seu impacto sobre os pobres, especialmente mulheres, resultou na radicalização de grandes setores dos movimentos de mulheres no mundo todo.

Com isto, de acordo com a autora, os anos 1980 ofereceram uma visão mais holística da situação das mulheres, legando aos seus movimentos um novo entendimento do como as relações de poder entre Norte e Sul afetaram as políticas adotadas por seus governos. Este entendimento, ao oferecer um quadro analítico mais profundo aos movimentos de mulheres, especialmente do Sul econômico, ajudou a substituir a definição estreita de ‘questões de mulheres’ por ‘perspectivas de mulheres’ acerca de uma ampla gama de questões (ANTROBUS, 2004).

Os PAEs – destaca - largamente adotados na América Latina,

tiveram suas consequências sócio-econômicas contestadas primeiramente pelos movimentos feministas na região e chamaram a atenção para a forma com que forças globais e macroeconômicas impactam as vidas das mulheres, evidenciando como heranças do colonialismo continuavam a operar em um cenário agora neocolonial ainda mais insidioso. Na metade dos anos 1980 houve ao mesmo tempo na América Latina a substituição das ditaduras militares por instituições democráticas e a introdução dos PAEs, cenário que facilitou a participação das mulheres da região nas Conferências Mundiais da ONU e lhes possibilitou oferecer uma contribuição especial para o entendimento das dimensões de gênero destas políticas (ANTROBUS, 2004).

No âmbito internacional, divisões e grandes desafios marcavam os movimentos de mulheres nos anos 1980. Os resultados dos primeiros programas para aumentar sua participação na economia foram frustrantes, desestimulando os mais fervorosos defensores do movimento Mulheres em Desenvolvimento (MeD), que foi abalado também com o aumento das tensões entre Norte e Sul à medida em que se globalizava (KECK; SIKKINK, 1998; SNYDER, 2006). Como aduzem Margaret Keck e Kathryn Sikkink (2006), para muitas ativistas estava claro que o problema era sistêmico e desafiava os esforços de mudanças individuais ou em grupos. Por isso, sem tratar a raiz do problema, lidando não só com o status subordinado das mulheres, mas também com as desigualdades econômicas globais, não seria possível melhorar sua posição econômica. Foi aí que a questão da violência surgiu, parecendo trazer possibilidades mais claras para o ativismo transnacional, podendo ser ligada inclusive ao desenvolvimento por representar uma limitação para que as mulheres participem dele.

No início desta década conturbada do contexto internacional, no ano de 1980, aconteceu em Copenhague a Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas, que pretendia ajustar os programas para a segunda metade da Década das mulheres e teve por enfoque os subtemas da educação, emprego e saúde (ANTROBUS, 2004).

3.2.1 Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres – Copenhague

Na Conferência de Copenhague, afirma Aili Mari Tripp (2006), tensões entre Norte e Sul foram ainda maiores do que as observadas na Conferência do México, com as mulheres do Sul desafiando as mulheres do Norte a ver questões de desenvolvimento como preocupações das mulheres.

Ainda em Comparação com a Primeira Conferência, analisa Peggy Antrobus (2004), em Copenhagem o número de mulheres participantes cresceu bastante, tanto na Conferência principal, que recebeu em torno de duas mil, quanto no Fórum de ONGs (o equivalente à Tribuna no México), que recebeu aproximadamente oito mil. Como lembra Francesca Miller (1991), no entanto, a absoluta maioria destas mulheres eram europeias.

As mulheres, afirma Antrobus (2004), estavam também mais confiantes e preparadas, como resultado das experiências adquiridas pela participação em projetos e programas, ativismo e elaboração de políticas desde o México. Elas haviam também começado a trabalhar juntas através das fronteiras nacionais, dos níveis local para o global, e estabelecer redes. Além disso, um nível muito maior de realismo foi atingido, já que, desde 1975, estatísticas, pesquisas e análises haviam sido grandemente elaboradas e disseminadas, dando às mulheres maior compreensão das questões com as quais lidavam e da complexidade de sua condição.

Em decorrência de todos estes processos, a Segunda Conferência e seu Fórum foram muito mais contenciosos e mais reflexivos da realidade das vidas das mulheres em um mundo dividido por grandes desequilíbrios nos poderes políticos e econômicos (ANTROBUS, 2004).

Como destaca Francesca Miller, as divisões políticas nacionais ficaram bastante marcadas e os conflitos entre Palestina e Israel dominaram os debates, relegando as discussões sobre as questões das mulheres a segundo plano. Copenhagem foi usada pelos governos, nacional e internacionalmente, para promover suas próprias imagens e necessidades, e assim desviar a atenção das suas responsabilidades por perpetuar a subordinação feminina. Delegadas da África, América Latina e Oriente Médio interromperam as sessões e boicotaram falas. A conferência foi marcada também por lutas sobre quem deveria dominar o discurso internacional no movimento de mulheres, se países de primeiro ou terceiro mundo, comunistas ou capitalistas, desenvolvidos ou menos desenvolvidos, revelando assim que a dicotomia entre Leste e Oeste estava se dissolvendo em função dos desafios levantados por africanas, asiáticas e latino-americanas. (MILLER, 1991).

Durante a Conferência, Antrobus (2004) elucida, uma série de questões que não eram novas para as mulheres apareceu pela primeira vez na agenda de um evento patrocinado pela ONU, uma instituição marcada pela dominação masculina. Neste sentido foram discutidas as desigualdades das mulheres enquanto o resultado de processos históricos que produziram uma divisão de trabalho baseada em suas funções reprodutivas, e também a pobreza crescente da maioria das mulheres em

países em desenvolvimento, resultante de estruturas econômicas injustas como o capitalismo, colonialismo e neocolonialismo. A violência sexual e doméstica e a questão da circuncisão feminina foram igualmente abordadas pela primeira vez.

Apesar destas novidades, a palavra ‘patriarcado’ ainda era tabu nos debates da conferência, e ficou claro que atitudes, costumes e leis que enraizavam o poder e o privilégio masculino não seriam tão facilmente mudados. Esta resistência, somada à falta de uma mais clara articulação das análises sobre questões sociais, econômicas, políticas e culturais pelas mulheres participantes, fez com que quaisquer discussões que pudessem trazer novas perspectivas ou adentrar novos terrenos acabassem silenciadas. Este avanço teve que esperar até as conferências dos anos 1990 e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing (ANTROBUS, 2004).

3.2.2 Terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres - Nairobi

No desigual contexto mundial de meados da ‘década perdida’ aconteceu em Nairobi em 1985 a Terceira Conferência Mundiais Sobre as Mulheres, marcando o término da década das mulheres da ONU.

Conforme visto anteriormente, em decorrência da disseminação do neoliberalismo roll-back na década de 1980, com a ascensão de governos conservadores no Norte propagando a doutrina neoliberal e impondo aos países do Sul as políticas de ajuste estrutural, o movimento ‘mulheres em desenvolvimento’ se enfraqueceu e a implementação do Programa de Ação de Copenhagen’ foi dificultada.

Diante desta realidade marcada por retrocessos nas economias de muitos países, as condições das mulheres continuaram a se deteriorar durante a sua década na ONU, apesar dos tremendos esforços dos movimentos, do comprometimento daqueles que trabalhavam nas burocracias estatais e agências internacionais para implementar as agendas produzidas pelas conferências anteriores e dos recursos providenciados pelos governos, fundações e outros doadores no período (ANTROBUS, 2004).

Apesar do difícil contexto político internacional, a Conferência de Nairobi, na lição de Peggy Antrobus (2004), marcou um significativo avanço com relação às anteriores quanto à experiência das mulheres participantes, seu nível de consciência acerca da complexidade dos obstáculos a serem vencidos, seu intuito de lidar de fato com questões que ainda não haviam sido enfrentadas e o número de mulheres nas delegações, que foi superior ao de homens.

A ordem para a conferência era produzir estratégias para o futuro, avaliando os progressos feitos no decorrer da Década e os obstáculos para a implementação das recomendações das conferências do México e Copenhagen, com foco nas táticas que as levariam adiante. Foram tratadas na ocasião questões como a violência contra as mulheres, pornografia, o abuso de mulheres e crianças e o acesso de mulheres à justiça (ANTROBUS, 2004). Mas além disso, como lembra Aili Mary Tripp (2006), os entendimentos de violência contra as mulheres foram ampliados de violência doméstica e estupro para violências causadas pela privação econômica, ajuste estrutural, degradação ambiental, guerra e repressão política.

Keck e Sikkink (1998) entendem que as recomendações substanciais acerca da questão da violência contra as mulheres, feitas pela primeira vez na reunião de Nairobi, criaram uma categoria para discussão e ação que conectou as preocupações de mulheres de todo o mundo, resultando em uma convergência em torno da questão que reduziu as divisões entre Norte e Sul observadas desde a Conferência do México.

Apontando também para uma atenuação das anteriores tensões entre Norte e Sul quanto às prioridades na agenda, Tripp (2006) aduz que, naquele evento, enquanto feministas ativistas no Norte vieram a aceitar a importância das preocupações com o desenvolvimento global como relevantes para as mulheres, as do Sul se tornaram mais dispostas a focar na igualdade de gênero.

Reforçando este entendimento, para Margaret Snyder (2006), apesar dos anteriores conflitos e confrontos, ou talvez justamente por causa deles, um consenso foi encontrado durante a terceira conferência mundial sobre as mulheres à medida em que as do Sul estavam prontas para falar mais livremente sobre relações entre homens e mulheres, e as do Norte, tendo sentido os efeitos da crise econômica devido ao repentino aumento dos preços do petróleo, aceitaram finalmente que fatores globais afetavam as condições de todas.

Antrobus (2004) lembra que a escolha de Nairobi como localização deu a este evento um significado especial, conferindo às mulheres do Sul a oportunidade de demonstrar a liderança que adquiriram crescentemente no decorrer da década. Assim elas finalmente assumiam sua própria identidade na comunidade internacional e estavam prontas para redefinir a noção de ‘irmandade global’ (global sisterhood) para solidariedade global entre mulheres. A divisão Norte-Sul não desapareceu, mas havia uma nova confiança por parte das mulheres do Sul que facilitou a criação de uma parceria entre elas na luta por um mundo melhor.

Na análise de Aili Tripp (2006), foi então a partir de 1985, ano

da Conferência de Nairobi, que o Sul começou a desafiar de uma forma combinada a dominância ideológica do Norte em definir a agenda internacional das mulheres. Isto coincidiu com uma maior expansão da mobilização transnacional, já que mais de 60% dos participantes em Nairobi eram do Sul. Foi naquele momento, destaca, que o centro geral de gravidade feminista começou a se mover do Norte para o Sul

3.3 A DÉCADA DAS MULHERES DA ONU

Durante a Década das Mulheres que celebraram entre 1975 e 1985, as Nações Unidas, conforme Georges Duby e Michelle Perrot (1993) puseram as reivindicações das mulheres na ordem do dia das organizações internacionais e mobilizaram a comunidade internacional em torno desta crescentemente delicada questão. Para Francesca Miller (1991), talvez o mais importante legado do Decênio seja que os partidos políticos e governos nacionais procurando legitimidade e clamando o direito de falar por todas as pessoas passaram a achar politicamente vantajoso abordar as questões das mulheres.

Ao fazer seu balanço, Peggy Antrobus enfatiza que a Década das Mulheres superou qualquer outra década da ONU, tanto em quantidade quanto em qualidade, com as atividades e comprometimento que promoveu. Isto porque nutriu um movimento que, ao afirmar que o pessoal é político, desafia dicotomias em muitos níveis e esferas e abrange todos os aspectos da vida, dos níveis mais profundos das consciências das mulheres às mais aparentes expressões de agência das mulheres (ANTROBUS, 2004).

Mas os planos de ação elaborados a partir das três conferências da década sobre as Mulheres, apontam Keck e Sikkink (1998), refletiram fortemente a linguagem e a preocupação sobre o desenvolvimento. Sendo assim, em um senso mais amplo, Antrobus conclui, foi a conquista de muitos dos objetivos de curto prazo da Década que revelou suas limitações, já que as alterações de leis e o estabelecimento de políticas e programas para garantir o aumento da participação das mulheres em atividades de desenvolvimento não impediram que a situação delas continuasse a se deteriorar, tanto em termos da incidência de violência quanto em termos do aumento da lacuna entre ricos e pobres no interior dos países e internacionalmente. Segundo a autora, no final da Década, os temas da igualdade, desenvolvimento e paz haviam se fundido, e aquelas envolvidas em atividades dentro deste quadro haviam ido além de uma definição estreita das questões das mulheres para avançar nas perspectivas em uma série de questões nas conferências globais dos anos

1990, como política macroeconômica, meio ambiente, direitos humanos, população, pobreza, emprego, habitação, alimentação e comércio (ANTROBUS, 2004).

3.4 DÉCADA DE 1990

Como visto no capítulo anterior, o neoliberalismo, posto em prática no final da década de 1970 ao ser adotado como projeto político pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, foi se globalizando crescentemente na segunda metade do século XX, tendo por ferramenta os grandes desenvolvimentos científicos e tecnológicos que alavancaram aquele período. Após o consenso de Washington, a queda do muro de Berlim e o colapso do regime soviético, a globalização neoliberal, ou hegemônica, ganhou enorme impulso e passou a ser vista como a única alternativa possível.

No entanto, o passar dos anos e a intensificação do neoliberalismo global foram revelando suas próprias limitações, e ficou cada vez mais claro que era insustentável manter uma ideia de desenvolvimento baseada apenas na lógica de mercado.

Quando seus limites práticos e institucionais foram encontrados e suas consequências econômicas perversas ficaram evidentes, já a partir do início dos anos 90, conforme Jamie Peck e Adam Tickell (2002), começou a acontecer a segunda mudança nas fases do neoliberalismo, que passou do modelo 'roll-back' para o 'roll-out'. O projeto neoliberal foi então reconstituído para formas mais socialmente intervencionistas, tecnocráticas e institucionalizadas.

Neste período de transição, no início dos anos 1990, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, no coração do neoliberalismo, as irracionalidades e externalidades do neoliberalismo roll-back começaram a cobrar seu preço e uma significativa retração econômica foi observada. Algumas destas irracionalidades e externalidades apontadas por Peck e Tickell foram o alargamento das desigualdades sociais e econômicas, o comprometimento da produção de bens públicos e serviços coletivos e a degradação dos recursos sociais e ambientais (PECK; TICKELL, 2002).

Ao mesmo tempo em que as desigualdades aumentavam, o mundo se tornava cada vez mais conectado, mais globalizado, e protestos passaram a acontecer no decorrer da década, mais destacadamente em sua segunda metade, como será visto mais adiante.

Estas recessões do início dos anos 1990 no Norte e a crescente inquietação popular com o processo de retirada do Estado, como ensinam

Peck e Tickell (2002), acabaram por minar o neoliberalismo ‘roll-back’ e fazer surgir o neoliberalismo ‘roll out’.

Portanto, deparado com seus próprios limites e problemas decorrentes de uma lógica exclusivamente de mercado, o neoliberalismo se reinventou. Em sua fase ‘roll out’ ou multicultural, aduz Sonia Alvarez (2014), passou a adotar a noção de corresponsabilidade com a sociedade civil, abrindo espaço ao terceiro setor, e também valorizando causas identitárias como uma estratégia inclusiva. Garantindo direitos raciais, étnicos e de gênero seria possível aumentar o capital social.

Na década de 1990, no contexto de transição do neoliberalismo ‘roll-back’ para o ‘roll-out’, nos Estados Unidos e de forma mais sutil na Europa Ocidental, como entende Nancy Fraser (2007), as lutas feministas passaram a se basear no reconhecimento e a valorizar mais o respeito à diferença do que buscar a igualdade. Tomada como cerne das reivindicações, diante da incapacidade de se obter progressos quanto às injustiças da política econômica, a questão do reconhecimento foi usada para combater todas as formas de exclusão e afronta sofridas pelas mulheres, como disparidade de gêneros na representação política e violência.

Houve, portanto – ainda que sem intenção e como resultado da influência de um neoliberalismo hegemônico interessado em abafar a discussão sobre redistribuição e igualdade social –, a subordinação das lutas sociais às culturais, ao invés de uma combinação entre as lutas por reconhecimento e igualdade sócio-econômica que poderia ampliar o entendimento sobre justiça de gênero (FRASER, 2007).

De acordo a autora, esta mudança da redistribuição para o reconhecimento faz parte de uma transformação histórica associada à globalização e relacionada à queda do comunismo e à ascensão do neoliberalismo. Como consequência, os movimentos feministas ficaram sem defesa contra o fundamentalismo do livre-mercado tornado hegemônico. (FRASER, 2007).

Já na América Latina, para Matos (2014), muitos países a partir da metade dos anos 1980 fizeram a transição para regimes democráticos e o clima geral era de grande pressão do movimento de mulheres por participação política, transformações institucionais e reformas constitucionais.

Em essencial estudo, Sonia Alvarez (2000a) aponta que retorno durante os anos 1980 dos regimes civis e da democracia eleitoral na maior parte da região levou as feministas a perceberem cada vez mais a arena institucional estatal e os partidos políticos como espaços em que seria possível atuar para mudar a situação das mulheres. Passou a haver uma

multiplicação e também um descentramento dos espaços e lugares em que se encontravam as feministas que se seguiu e intensificou pela década de 1990 e seus discursos se disseminaram para diversos espaços e lugares do tecido social. Ampliadas as arenas políticas e sócio-culturais em que se encontravam as feministas, a agenda feminista de transformação social passou a se redefinir e expandir, enfatizando as formas em que a identidade de gênero é constituída por fatores como raça/etnia, classe, sexualidade e idade. Diversos feminismos, como o negro, lésbico, popular, ecofeminismo, entre outros, ganhavam força e espaço na região. Nos anos 1990, portanto, o cenário dos movimentos de mulheres na América Latina era plural, heterogêneo e pluriétnico (ALVAREZ, 2000a).

Diante desta diversidade, ganhou destaque a divisão marcada pelas divergências entre movimentos feministas e de mulheres com relação ao Estado, como enfatiza Marlise Matos (2014), a qual acabou polarizada entre ‘institucionalizadas’ – pertencentes a organizações que atuavam formalmente com governos e instituições internacionais - e ‘autônomas’ – que recusavam negociar com organizações internacionais, governos e partidos e receber recursos do Norte, se opondo às expressões institucionais do patriarcado. Tal polarização deu o tom dos Encuentros nos anos 1990 e da preparação para a Conferência de Beijing.

Conforme Alvarez, no contexto mais amplo do neoliberalismo ‘roll out’, Estados e instituições internacionais transferiam serviços sociais ao terceiro setor e passaram a recorrer com frequência à parceria com Organizações Não Governamentais para obter consultorias e administrar programas de desenvolvimento. Também na América Latina muitos grupos feministas passaram a se institucionalizar na forma de ONGs, processo ao qual a autora se refere como ONGuização, e as ONGS se tornaram a partir de então os mais notórios e visíveis atores no campo feminista latino-americano. No entanto, a capacidade das ONGs de defender as mudanças sociais desejadas pelo feminismo na América Latina – destaca - foi comprometida por três tendências praticadas pelos estados neoliberais e instituições internacionais: a redução das ONGS a órgãos técnicos especialistas em gênero, seu tratamento como substitutas da sociedade civil e sua crescente subcontratação para assessorar ou implementar programas governamentais de mulheres (ALVAREZ, 2000a, 2014).

No âmbito internacional, aponta Sonia Alvarez, nesta nova fase do neoliberalismo as instituições intergovernamentais, como o Banco Mundial por exemplo, assumiram como compromisso a redução da pobreza mundial e passaram a dar maior atenção, entre outras questões, à

equidade de gênero, ao empoderamento, e à visibilidade da pobreza feminina com o intuito de construir um capital social capaz de promover um desenvolvimento de mercado mais eficiente. Este comprometimento, em uma ‘confluência perversa’ com a força que ganhava o movimento feminista transnacional na sua busca por justiça social e racial, resultou no que Alvarez (2014) e Maxine Mollineux (2006) denominam Agenda Global de Gênero (AGG), e outras autoras como Emilie Hafner-Burton e Mark Pollack (2002) e Aili Mary Tripp (2006) chamam *gender mainstreaming*¹¹.

Para Sonia Alvarez, a AGG, consolidada naquele período de neoliberalismo ‘roll out’ ou multicultural, pode ser definida como “um conjunto hegemônico [...] de posições normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres, equidade de gênero e outras questões concernentes às mulheres, especialmente mulheres ‘pobres e vulneráveis’”. (2014, p. 59).

Assim, a pobreza das mulheres foi tornada visível para a indústria do desenvolvimento com a ajuda das ativistas feministas e se tornou tema central nos eventos promovidos pela ONU (ALVAREZ, 2014).

Como aponta muito acertadamente Matos (2014), no contexto internacional, as conferências mundiais da ONU influenciaram enormemente as agendas governamentais dos países latino-americanos.

Durante os anos 1990 a ONU organizou, portanto, uma série de encontros sobre questões globais, como as conferências sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio em 1992, Direitos Humanos em Viena em 1993, População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 e Mulheres em Beijing em 1995.

De acordo com Peggy Antrobus, em um certo sentido, a realização destas conferências refletiu mais uma vez (como aconteceu na década de 1970) um reconhecimento tácito da falha em desenvolver políticas e programas de desenvolvimento para cumprir sua promessa de melhorar as condições de vida da maioria da população mundial. Mulheres do

¹¹ Como definido por um grupo de especialistas comissionados pelo Conselho da Europa, (1998) ‘Gender mainstreaming é a (re)organização, melhora, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos para que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas, em todos os níveis e estágios, pelos atores normalmente envolvidos na construção das políticas. In: COUNCIL OF EUROPE. **Gender Mainstreaming: Conceptual Framework, Methodology and Presentation of Good Practices**. Final Report of Activities of the Group of Specialists on Mainstreaming. Rapporteur Group on the Equality Between Women and Men, GR-EG. Committee of Ministers. Strasbourg: 1998.

mundo todo participaram destas conferências, aproveitando a oportunidade para tentar redefinir a agenda e alcançar seus propósitos de um mundo melhor (ANTROBUS, 2004). De fato, dado o interesse do neoliberalismo roll-out em lidar com a pobreza global, observa-se um contexto de vontade internacional de enfrentar a questão, como havia acontecido nos anos 1970, na concomitância da segunda década do desenvolvimento com a Década das Mulheres na ONU.

Dentre os esforços e ações da ONU para implementar a AGG na última década do século 20, ganha destaque a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing em 1995, justamente no início do neoliberalismo ‘roll-out’.

3.4.1 Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres - Beijing

Conforme Emilie Hafner-Burton e Mark Pollack (2002), as origens do que se denomina *gender mainstreaming* começaram a ser traçadas, nos anos seguintes à Terceira Conferência Mundial Sobre a Mulher ocorrida em Nairobi em 1985. Mas o *gender mainstreaming*, aduzem Jacqui True e Michael Mintrom (2001), surgiu enquanto conceito apenas durante a Conferência de Beijing em 1995, e desde então tem sido endossado e adotado não apenas pelas organizações e governos europeus, mas por quase todas as organizações internacionais de relevo, incluindo o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre tantas outras. Os autores esclarecem que o *gender mainstreaming* se constitui atualmente como política oficial para a organização das Nações Unidas e também para a maior parte dos governos e do sistema internacional como um todo. (TRUE; MINTROM, 2001).

Beijing foi, portanto, determinante na inserção da Agenda Global de Gênero, ou *gender mainstreaming*, no sistema internacional e, segundo Margaret Snyder marcou um novo patamar de solidariedade entre governos e delegações de ONGs. Além disso, afirma, os ganhos com relação às três conferências anteriores foram palpáveis, já que foi a mais unida e produtiva de todas (SNYDER, 2006).

Para Antrobus (2004) a Conferência evidenciou ainda o crescimento exponencial do movimento de mulheres, tanto em números¹²

¹² Conforme informação obtida no site das ONU Mulheres, participaram da Conferência principal mais de 6.000 delegadas governamentais e mais de 4.000 representantes credenciadas de ONGs. Já o Fórum de ONGs acontecido paralelamente em Huairon teve aproximadamente 30.000 participantes. In: UN

quanto em outras questões, como habilidade de organização e negociação e conquistas intelectuais, oferecendo às mulheres do mundo a oportunidade de compartilharem os resultados de suas valiosas experiências acumuladas nas conferências internacionais anteriores.

A exemplo dos dois eventos anteriores em Copenhagen e Nairobi, em Beijing também aconteceu paralelamente à Conferência Principal um Fórum de ONGs. Conforme Antrobus, a questão dos direitos humanos das mulheres serviu como um tema central para ambos (ANTROBUS, 2004).

Margaret Snyder (2006) lembra que os direitos das mulheres já haviam sido levados para dentro da agenda de direitos humanos na Conferência sobre Direitos Humanos de Viena em 1993, em cuja preparação tomou conta o slogan “direitos das mulheres são direitos humanos”.

Mas a Conferência de Beijing e seus encontros preparatórios, aduz Karen Brown Thompson (2002), tornaram mais concreta a globalização das lutas pelos direitos das mulheres.

Para Aili Mary Tripp (2006), a considerável unidade observada em Beijing em torno da concepção de “direitos das mulheres como direitos humanos” e oposição à violência contra as mulheres ajudou a aumentar a união dos interesses do Norte e do Sul, fechando esta lacuna. Naquele momento as Sulistas foram especialmente importantes para a percepção das forças globais mais amplas que influenciam o status das mulheres e também para expandir as definições acerca das questões das mulheres. Desta forma destacaram como as relações de gênero são moldadas por fatores como pobreza, militarização, colonialismo, políticas de ajuste estrutural débito internacional e relações desiguais de comércio.

Temma Kaplan (2001), nesta mesma senda, relata que em Beijing a separação entre mulheres do Norte e do Sul teria sido finalmente vencida pelo esforço em definir os direitos das mulheres como direitos humanos, indo além dos nacionalismos para formar uma agenda internacional. Assim, ao contrário do que havia acontecido nas conferências anteriores, em que os interesses nacionais prevaleceram sobre os internacionais, e em que feministas do Norte e do Sul discordavam sobre o que precisavam e sobre o que tinham em comum, na Quarta Conferência Mundial houve uma convergência quanto a como

WOMEN. How we work. Intergovernmental support. World Conferences on Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>. Acesso em 10 dezembro 2015.

melhorar as condições das mulheres sem ignorar as diferenças. Desta forma, o relacionamento entre integrantes dos movimentos de mulheres de base e feministas foi cimentado sob o lema ‘direitos das mulheres são direitos humanos’.

Para Sonia Alvarez (2000a), o ‘processo de Beijing’ – que seria o conjunto da Conferência, dos encontros preparatórios regionais em Mar del Plata, em setembro de 1994, e do Fórum de ONGS em Huairou, em agosto de 1995 - teve grande importância para as feministas latino-americanas, que encontraram ali um espaço planetário para expor suas reivindicações e descobriram assim suas semelhanças e diferenças com as lutas das mulheres no resto do mundo. Este processo, para a autora, marcou a reconfiguração de uma identidade política feminista latino-americana que, mais limitada nos anos 70 e início dos 80, passou a se caracterizar pela multiplicação dos espaços e lugares de atuação feminista nos anos 1990.

Participando do processo de Beijing, os movimentos feministas latino-americanos se integram de forma crescente, embora ainda marginal, à sociedade civil global (ALVAREZ, 2000a).

Acontecida no meio da década, Beijing foi a mais importante, expressiva, diversa, ampla e produtiva Conferência sobre as Mulheres acontecida no âmbito da ONU e, nas palavras de Margaret Snyder, “a peça central dos fecundos anos 1990” (2006, localização 889). Ao ampliar o alcance do movimento e criar uma maior convergência entre mulheres do Norte e do Sul em torno dos direitos humanos das mulheres, intensificou a transnacionalização dos feminismos, representando o auge do que chamo aqui de primeiro momento de intensificação dos feminismos transnacionais e o surgimento de um movimento de mulheres global, heterogêneo e mais inclusivo.

3.5 BALANÇO DO PRIMEIRO MOMENTO

Segundo Peggy Antrobus, se a Década das Mulheres gerou as atividades e compromettimentos que estimularam movimentos locais de mulheres, e se os anos 1980 possibilitaram a elas compreender a conexão entre suas realidades e as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais mais amplas que moldaram essa experiência, a década de 1990 proveu um espaço sem paralelo para o estímulo e fortalecimento de um movimento de mulheres verdadeiramente global. A participação de mulheres nas conferências globais desta década demonstrou o potencial delas como um corpo político determinado para alcançar uma justiça social mais inclusiva e lançar novas luzes sobre os antigos e persistentes

problemas da pobreza, marginalidade, abuso de direitos humanos e degradação ambiental (ANTROBUS, 2004).

Marcando presença e exercendo pressão nas Nações Unidas desde seu surgimento para conferir atenção às suas questões, as mulheres participaram de uma série de eventos realizados pela ONU nas últimas três décadas, incluindo as quatro Conferências sobre as Mulheres e também outras sobre o meio ambiente no Rio em 1992, Direitos Humanos em Viena em 1993 e população e desenvolvimento no Cairo em 1994. Em cada uma delas tanto pressionaram delegações oficiais quanto realizaram encontros paralelos não oficiais onde estratégias foram debatidas e alianças construídas (THAYER, 2010).

As ONGs feministas internacionais foram as grandes protagonistas deste primeiro momento. Neste sentido, Manisha Desai (2002) aponta que ONGs de mulheres estiveram na linha de frente das Conferências Mundiais da ONU e Ara Wilson (2008) destaca que as conferências mundiais sobre as mulheres da ONU resultaram em uma escala de organização transnacional dos feminismos sem precedentes, e nos anos 1980 e de forma mais acelerada nos anos 1990, organizações de mulheres em torno de questões de gênero se intensificaram, particularmente por meio da nova forma institucional das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na órbita das Nações Unidas. A este processo Wilson chamou órbita ONU-ONGs.

Conforme a autora, os anos 1990 observaram uma proliferação tão grande de ONGs que autores começaram a falar em “ONGuização dos feminismos”, levantando preocupações acerca do impacto do seu financiamento por poderosas fundações ou agências governamentais e da profissionalização de ativistas. Para a autora, esta forma institucional favoreceu elites globais e também reforçou a dominação de organizações ocidentais (WILSON, 2008).

O primeiro momento foi marcado também pela intensificação de redes feministas transnacionais. Conforme Keck e Sicking (1998), se as três conferências da Década das Mulheres serviram como locais para construir e conectar à rede internacional emergente, as preparações para a conferência sobre população no Cairo em 1994 e a conferência sobre as Mulheres em Beijing em 1995 estenderam e solidificaram ainda mais a rede. Mulheres de todo o mundo foram reunidas em um número sem precedentes e Conferências paralelas de ONGs cada vez maiores aconteceram simultaneamente às conferências oficiais. Tais encontros face a face geraram a confiança, o compartilhamento de informações e a descoberta de preocupações comuns que dão ímpeto à formação de rede.

Assim, as Conferências da ONU reuniram ativistas do mundo todo,

tornando-se um espaço em que redes, alianças e coalizões feministas transnacionais foram criadas (THAYER, 2010).

Na percepção de Millie Thayer (2010), os eventos promovidos pela ONU sobre as questões das mulheres desde 1975 geraram frutos nos anos 1990 por meio de redes globais e campanhas transnacionais acerca dos mais diversos temas, passando por direitos reprodutivos e violência doméstica. Dentre estas temáticas, Aili Mary Tripp (2006) afirma, a violência ganhou destaque naquela década, tornando-se a mais dinâmica no âmbito dos direitos humanos globalmente e a mais importante do movimento internacional de mulheres, em torno da qual ativistas estabeleceram redes e alianças ao torno do mundo.

Como destaca Temma Kaplan (2001), nas conferências internacionais dos anos 1990, atos de violência como a mutilação genital, a escravidão de empregadas e a violência doméstica passaram a ser caracterizadas como abuso de direitos humanos, como resultado da pressão de grupos populares de mulheres que, ao desafiar as divisões entre público e privado, criaram um terceiro espaço, uma comunidade cívica de seres humanos trabalhadores com necessidades corpóreas que requerem cuidados. Com isto, estas ativistas populares lideraram uma luta ao redor do mundo para forçar a ONU e, através dela, seus governos membros, a não serem mais cúmplices dos abusos contra mulheres.

Na última década do século 20, especialmente em Beijing, houve finalmente uma unidade em torno dos direitos das mulheres como direitos humanos, o que fez com que fosse finalmente superada a lacuna entre Norte e Sul. A este respeito, importa ressaltar o entendimento de Tripp (2006), para quem, apesar da percepção comum no Ocidente de que as ideias relacionadas à emancipação das mulheres se espalharam a partir de lá em direção a outras partes do mundo, de fato as influências sempre foram multidirecionais. E com o passar do tempo as influências exercidas pelas feministas do Sul foram mudando a dinâmica dentro do movimento.

Manisha Desai (2005) afirma que na Conferência de Beijing uma linguagem comum entre as mulheres, apesar de suas diferenças, foi encontrada em torno dos direitos humanos. O slogan 'Direitos das mulheres são direitos humanos' surgiu na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena em 1993 e se tornou paradigmático em Beijing.

Corroborando este entendimento, Aili Tripp aduz que as tensões entre Norte e Sul já existentes na Conferência do México sofreram uma importante mudança em sua dinâmica na Conferência de Nairobi à medida em que novas redes de terceiro mundo emergiram. Mas foi a Conferência de Beijing que transformou de fato estas relações ao

promover uma convergência em torno da luta contra a violência contra as mulheres enquanto uma questão de direitos humanos (TRIPP, 2006).

Como ensina Sonia Alvarez, especialmente as Conferências Internacionais dos anos 1990, com destaque para Beijing, incentivaram as mulheres do mundo todo, inclusive do Sul, a intensificarem sua organização transnacional, mas também a desenvolverem políticas feministas regional e globalmente. Houve uma transnacionalização do movimento de mulheres latino-americanas que, embora já se reunissem regionalmente de forma regular com os Encuentros da década de 1980, ganharam com as conferências da ONU dos anos 1990 e as redes transfronteiriças lá formalizadas uma estrutura de ativistas locais e regionais especializadas na atuação transnacional (ALVAREZ, 2014).

Assim, uma grande quantidade de antigas reivindicações feministas nacionais e regionais da América Latina passou a integrar com frequência a linguagem dos documentos, discursos e políticas oficiais da ONU e de governos nacionais que avaliam a igualdade de gênero – embora a implementação efetiva ainda seja rara (ALVAREZ, 2000a).

Os feminismos do Norte e do Sul foram colocados em contato como nunca antes e o Sul passou a ter maior influência na esfera transnacional. Os movimentos feministas latino-americanos, especialmente, ganharam mais espaço no movimento global e também mais impulso a partir de então.

Além de cada vez mais globalizados, compostos por uma variedade de temáticas, unificados em torno dos direitos humanos das mulheres e mais representativos do Sul, os feminismos transnacionais no decorrer do primeiro momento passaram a formar redes cada vez mais heterogêneas.

Segundo Antrobus (2004), os eventos e a mobilização realizados pelas Nações Unidas em torno das questões das mulheres a partir de 1975 reuniram integrantes do campo das mulheres em desenvolvimento, elaboradores de políticas, pesquisadores, representantes de organizações feministas e indivíduos que se consideravam parte de um movimento de Mulheres. Conforme a autora, este processo contribuiu para a construção de um movimento global de mulheres da maior diversidade imaginável, no qual a interação nem sempre foi fácil e mulheres de diferentes raças, grupos étnicos, países, culturas, filosofias políticas, idades e contextos precisaram superar seus preconceitos, sub-representação e falta de entendimento para trabalharem juntas em respeito mútuo.

No mesmo sentido, Alvarez (2000a) aduz que Beijing evidenciou e reforçou a formação de redes entre vários espaços da política feminista em todo o globo, demonstrando a articulação entre militantes individuais

e grupos em uma grande variedade de redes heterônomas de movimentos.

No domínio das Nações Unidas seguiram-se a Beijing apenas algumas Conferências de avaliação e revisão, como Beijing +5, Beijing +10, Beijing +15 e Beijing +20.

Todas as Conferências Mundiais sobre as mulheres foram organizadas pela Comissão pelo Status das Mulheres da ONU, que tem revisado sistematicamente o progresso na implantação da Plataforma de Ação de Beijing, funcionando como um Comitê Preparatório Ad Hoc para Beijing +5 e realizando ainda Beijing +10 em sua 49ª sessão em março de 2005, Beijing +15 em sua 54ª sessão em março de 2010 e Beijing +20 em sua 59ª sessão em março de 2015 (UN WOMEN, 2015b, 2015c).

Segundo a própria ONU, em Beijing +5 foram feitas novas recomendações para ação a fim de cumprir os objetivos de Beijing diante de lacunas e desafios persistentes que foram identificados. Posteriormente, em Beijing + 10, +15 e +20 os esforços foram concentrados na realização de balanços dos avanços e desafios para implementação dos acordos feitos em Beijing e Beijing +5, reafirmando e reforçando o comprometimento com eles e o intuito de promover sua completa e rápida implementação (UN WOMEN, 2015b, 2015c).

Quanto à atuação das Nações Unidas na proteção dos direitos das mulheres no século XXI ganha ainda destaque a criação da ONU mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, surgida em julho de 2010 com o objetivo alegado de acelerar a implementação das metas da Organização sobre a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Como afirma a própria ONU mulheres em seu sítio na internet, sua criação aconteceu com o intuito de criar uma representação única para dirigir as atividades da organização acerca da igualdade de gênero, para maior efetividade (UN WOMEN, 2015a).

Contudo, segundo Margaret Snyder, com a chegada do novo milênio os feminismos perderam espaço, poder e influência na estrutura das Nações Unidas, e no início dos anos 2000 apenas duas mulheres permaneceram chefes de grandes organizações dentro da ONU. A autora chamou este quadro de ‘backlash do milênio’ (SNYDER, 2006).

Sendo assim, embora se perpetue até os dias de hoje, orbitando em torno da ONU e convivendo com o que chamo aqui de ‘segundo momento de transnacionalização dos feminismos’ – o qual será abordado na sequência – o primeiro momento passou a acontecer com muito menos efervescência após a Conferência de Beijing.

Quadro 2: Esquematização do Primeiro Momento de Transnacionalização dos Feminismos

4 SEGUNDO MOMENTO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS

Na virada de século, enquanto o primeiro momento seguia mais comedido conduzido pelas Nações Unidas, diversos acontecimentos passaram a transformar o contexto global.

Naquele cenário, em grande parte impulsionados pelo primeiro momento, mas cada vez mais cientes dos seus limites e possibilidades, os feminismos transnacionais alçaram novos rumos, diversificaram-se, expandiram sua crítica, alcançaram outros espaços e assumiram novas e distintas formas.

Surgiu assim o que chamo aqui de “segundo momento de transnacionalização dos feminismos”, cujo gérmen já estava presente no primeiro momento e que tem na Marcha Mundial de Mulheres, objeto da pesquisa, um movimento emblemático.

No presente capítulo, com vistas a uma compreensão ampla do segundo momento, pretendo sintetizar o caldeirão de acontecimentos da sociedade global e dos feminismos no início do século XXI e, na sequência, investigar a MMM.

4.1 CENÁRIO INTERNACIONAL NA VIRADA DE SÉCULO E O MOVIMENTO PELA JUSTIÇA GLOBAL

A complexa cena global contemporânea - resultante da intensificação das interações transnacionais a partir da década de 1970 e constituída por um conjunto interseccionado de sistemas de subordinação - compreende, conforme visto em momento anterior, uma globalização hegemônica, ou de cima, que seria a globalização econômica neoliberal, e uma globalização contra hegemônica, ou de baixo, que por sua vez, seria o conjunto de movimentos de alternativa e resistência aos efeitos deletérios da globalização hegemônica.

Nos anos 1990 o neoliberalismo global seguia seu incessante curso, conduzido por poderosos governos do Ocidente, por corporações multinacionais e instituições financeiras internacionais, favorecendo cada vez mais uma pequena elite global em detrimento da maioria da população mundial, aumentando as desigualdades no mundo e criando um grande contingente de excluídos e descontentes com o fenômeno, especialmente no Sul. Formou assim um sistema neocolonial em que diferentes eixos de subordinação se intersectam em escala global, resultando em uma miríade de subalternos.

Importante reiterar aqui que muitos foram as consequências

nefastas da Globalização econômica nas últimas décadas do século 20, particularmente para as mulheres. De acordo com Chandra Mohanty (2003), são as meninas e mulheres ao redor do mundo, especialmente no Sul, que suportam o fardo da globalização em aspectos fundamentais, e por isso feminismos dentro e além das fronteiras são necessários para enfrentar as injustiças do capitalismo global. São elas as mais atingidas pela privatização dos serviços e desregulamentação de governos, o dismantelamento do estado de bem estar, a reestruturação do trabalho pago e não pago, a perseguição religiosa, a degradação do meio ambiente, guerras, fomes, violência doméstica, entre outros. Meninas e mulheres compõem a maioria de refugiados do mundo, chegando a quase 80% das pessoas deslocadas do Sul, na África, Ásia e América Latina. Além disso, 70% das pessoas mais pobres do mundo são meninas e mulheres e elas possuem menos de um centésimo das propriedades do mundo.

No final do século 20, ao mesmo tempo em que os efeitos do neoliberalismo estavam mais nefastos e evidentes o mundo estava mais conectado como decorrência das interações transnacionais que haviam se tornado cada vez mais amplas e profundas nas últimas décadas do século 20. Surgiu uma desigualdade em nível global que desconsiderava as divisões estatais. Na nova aldeia global pessoas do mundo todo que compunham a maioria subalterna do processo compartilhavam não apenas um contexto, mas também um inimigo comum.

Os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que serviram como ferramenta importante à globalização neoliberal, e foram também alavancados por ela, haviam se tornado cada vez mais notáveis, reduzindo o tempo e o espaço, facilitando enormemente o fluxo de informações, bens e pessoas em todo o mundo e possibilitando mobilizações transfronteiriças e internacionais. O mundo estava menor também para os contrapúblicos e para os subalternos do neocolonialismo resultante do neoliberalismo global.

Conforme Milton Santos, os mesmos sistemas técnicos de que se utilizam os atuais atores hegemônicos podem ser utilizados também para trazer felicidade e facilitar a vida das pessoas. O computador, por exemplo, exige inteligência e pode ser adaptado aos diferentes meios, tornando possível a liberação e efetivação da inventividade. A informática e a eletrônica propiciam a produção e a difusão do novo pelo maior número de pessoas possível, deixando de ser técnicas monopolizadas pelo capital. Também as novas geografias, e principalmente a convivência múltipla nas grandes cidades, são capazes de ampliar a consciência pelo reconhecimento da condição de escassez das pessoas. Portanto, afirma o autor, a materialidade que construiu um mundo confuso e perverso poderá

ser a condição para um mundo mais humano e, assim, as transformações trazidas pela própria globalização hegemônica tornam possível a elaboração de novas ideologias e crenças políticas, tendo por base a ideia e prática da solidariedade (SANTOS, M., 2001).

As críticas e manifestações contra a globalização econômica e seus efeitos perniciosos não tardaram a surgir. Movimentos e manifestações da sociedade civil encontraram condições para construir, difundir e conquistar objetivos políticos comuns. Passaram então a cruzar fronteiras e se mobilizar contra o neoliberalismo global.

O que os governos não podiam ou não pretendiam fazer, como bem aponta René Passet (2001), a mobilização dos povos começou a realizar - utilizando-se das mesmas tecnologias que possibilitaram a globalização do capital - para agir de forma coordenada em movimentos de cidadania. E assim, manifestações como as que fizeram fracassar o Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI)¹³ e causaram o fiasco da OMC em Seattle¹⁴ se transformaram em uma força de propostas permanentes

¹³ O Acordo Multilateral de Investimento (AMI), começou a ser negociado secretamente em 1995 pelos países mais ricos do mundo, tendo à frente os membros do G-7. O AMI, que se pretendia uma espécie de Constituição, criaria uma legislação internacional dos investimentos elaborada a partir dos interesses dos países centrais e de suas corporações transnacionais, retirando dos países individualmente a possibilidade de legislar sobre as questões relativas aos investimentos. Para se manter a opinião pública e os países em desenvolvimento distantes do que acontecia, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por ser uma organização discreta, foi escolhida como sede para o trabalho. Nos primeiros meses de 1997, cerca de 90% do projeto já tinha a forma que poderia vir a ser definitiva. Em fevereiro de 1998, ao mesmo tempo que a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo. Em abril, ocorrem os primeiros protestos por ocasião da reunião da OCDE em Paris que decide impulsionar a aprovação do AMI. Depois, no segundo semestre de 1998, são realizados protestos em diversos países contra o AMI, até que a OCDE decide, em outubro, suspender as negociações sobre o acordo. In: LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial**: a história de uma invenção política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 38; 40.

¹⁴ Em 30 de novembro de 1999, na ocasião da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos Estados Unidos, “50 mil manifestantes bloquearam a cidade. O encontro teve que ser suspenso e a abertura de uma nova rodada de negociações para a liberalização comercial adiada. O fracasso da reunião da OMC era o resultado não só dos protestos populares como também de conflitos de interesses entre países-chave. O cenário, entretanto, mudara; pelos dois anos seguintes, até a reunião do G-8 em Gênova, em julho de 2001, todos os encontros importantes dos organismos multilaterais que legitimavam o domínio

que confrontaram os senhores do mundo.

No entender de Manisha Desai (2005), os protestos contra a globalização neoliberal que começaram em Seattle em 1998 e continuaram até o fim da década criaram novas redes e levaram à consolidação do movimento pela justiça global, em nome do qual foi organizado o primeiro Fórum Social Mundial em 2001 no Brasil, como uma alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

De acordo com José Corrêa Leite (2003), ondas de protestos internacionais contra as instituições que comandavam a globalização neoliberal se espalharam pelo mundo, organizadas horizontalmente por grandes coalizões e redes de entidades e movimentos por todo o planeta, realizando encontros e contracúpulas dispersos, até o Fórum Social Mundial (FSM) congregá-los no início do século 21. Segundo o autor, a realização de um Fórum Social Mundial foi lançada como proposta por alguns brasileiros em junho de 2000, quando as ondas de choque dos eventos de Seattle ainda ecoavam pelo mundo, durante uma contracúpula alternativa à Cúpula Social da ONU Copenhague +5 da qual participavam 500 representantes de movimentos de resistência à globalização neoliberal. A ideia seria realizar o FSM em oposição e paralelamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, com o intuito de ajudar o movimento de resistência ao neoliberalismo a passar para uma nova etapa. A proposta e a ideia de que fosse realizado no Brasil ganharam ampla adesão e os trabalhos de preparação foram iniciados, com apoio da sociedade civil e dos governos estadual e municipal, até a realização do 1ª Fórum Social Mundial, de 25 a 30 de janeiro de 2001 em Porto Alegre, contando com 4 mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas (sendo 386 estrangeiros), além de um número desconhecido de participantes eventuais (LEITE, 2003).

Todos estes protestos, encontros, contracúpulas, manifestações e o próprio FSM integram e constituem, portanto, o que Boaventura de Sousa Santos (2005) chama de ‘globalização contra-hegemônica’; Richard Falk (2002) intitula ‘globalização de baixo’; Chandra Mohanty (2003) denomina ‘movimento antiglobalização’ e Manisha Desai (2002) nomeia movimento pela justiça global. Todos estes termos serão utilizados aqui como sinônimos.

De modo semelhante, ao abordar a questão das nomenclaturas, Catherine Eschle e Bice Manguerra (2010) aduzem que o movimento

dos mercados presenciaram grandes mobilizações e protestos do novo movimento”. In: In: LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 10-11.

formado pelo conjunto de reivindicações contra as violências e exclusões da globalização neoliberal, um dos mais significantes movimentos sociais a emergir no palco mundial em anos recentes, foi chamado antiglobalização, movimento pela democracia global, globalização de baixo e movimento pela justiça global.

Nas palavras de Boaventura Santos (2005), a globalização contra-hegemônica seria “uma resistência à globalização hegemônica e seus efeitos destrutivos, como a impossibilidade de melhorar o nível de vida de uma grande maioria da população mundial e o fato de não ser sustentável à médio prazo” (p. 72).

Na mesma senda, de acordo com Richard Falk (2002) esta globalização de baixo pretende impedir os efeitos nocivos e funcionar como um contrapeso à influência não questionada que os negócios e finanças exercem no processo de tomada de decisões em nível estatal, reconciliando o funcionamento do mercado global com o bem-estar dos povos e a capacidade de sustentabilidade da terra. Segundo Falk (2002), este espaço da globalização de baixo é um espaço heterogêneo e diverso caracterizado por uma política participativa de baixo para cima.

Manisha Desai aponta que o capitalismo global tem sido desafiado por contra-hegemonias nas quais estão fortemente presentes as mulheres, e muitas estratégias de resistência incorporam uma crítica radical não apenas ao capital global como também a desigualdades sociais pré-existentes baseadas em fatores como raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade. Para Desai, o que Richard Falk entende como globalização de baixo define a nova presença política das mulheres ao se organizarem em resposta às hegemonias do capital global, o que fazem de muitas formas e em muitos espaços. (DESAI, 2002).

Assim, no fim do século 20, quando uma série de novas evidências dos efeitos devastadores dos programas de ajuste estrutural para o bem estar das pessoas surgiu, as mulheres, participando de movimentos por justiça econômica e social no mundo todo, buscavam ativamente junto com essa resistência coletiva novas formas de sobreviver e prosperar (SNYDER, 2006).

Conforme visto anteriormente, a consciência de que as lutas feministas não podem prescindir da busca por uma ampla justiça social, já existia desde o início do primeiro momento por influência das feministas do Sul. De acordo com Manisha Desai (2005), as quatro conferências Mundiais sobre as mulheres e seus respectivos fóruns de ONGs, mulheres do Sul insistiram para trazer à discussão temas como desenvolvimento, nacionalismo e neocolonialismo, desafiando as concepções defendidas pelas mulheres do Norte de que suas questões

baseavam-se principalmente no gênero e na sexualidade.

Portanto, como afirma muito acertadamente Janet Conway (2012), políticas de oposição ao neoliberalismo estavam presentes nas redes feministas muito antes do aparecimento do movimento antiglobalização e do Fórum Social Mundial, que, além de terem sido constituídos com a ajuda de redes feministas transnacionais, delas herdaram práticas e organizações políticas participativas e não-hierárquicas.

No mesmo sentido, para Chandra Mohanty (2003) muitas das práticas democráticas e aspectos processuais dos feminismos parecem ter sido institucionalizados nos processos de tomada de decisão dos movimentos antiglobalização. Os princípios da não-hierarquia, a participação democrática e a noção de que o pessoal é político emergem de várias formas na política antiglobal.

Ao se contraporem também a novas formas de opressão transnacionalizadas decorrentes da globalização hegemônica na virada de século, os feminismos compõem, portanto, a globalização contra-hegemônica - ou movimento pela justiça global, ou movimento antiglobalização, ou ainda globalização de baixo - participando ativamente deste novo momento de ebulição da esfera transnacional. Surgiram assim novas possibilidades para os feminismos transnacionais em um espaço de resistência à intensificação da globalização neoliberal e seus efeitos nefastos à maioria da população mundial, os subalternos globais, que compreendem em grande parte as mulheres.

Catherine Eschle e Bice Maiguashca (2010) destacam que os feminismos são uma presença vibrante no movimento pela justiça global. Para as autoras, em Beijing, feminismos do Sul já haviam estabelecido um consenso na esfera transnacional dos feminismos acerca da percepção de que o neoliberalismo global influenciava enormemente as vidas das mulheres, devendo em virtude disto ser central nas análises e agendas feministas. Como resultado, buscando reagir à depredação causada pelo capitalismo neoliberal e superar as acusações de hierarquias raciais e geopolíticas dentro do feminismo, agendas mais radicais e alianças mais inclusivas surgiram entre as feministas. Em decorrência disto, em fins dos anos 1990 feministas no mundo todo compartilhavam das preocupações do emergente movimento pela justiça global e se predisuseram a se conectar com ele.

Janet Conway (2012) sublinha que, assim como outras forças participantes do movimento, os feminismos, com base em uma percepção da sociedade como um todo, estão ativa e crescentemente procurando formas de colaborar com uma grande variedade de movimentos em vários contextos e escalas, participando em um processo de transformação

mútua por meio da interação.

Segundo a autora, o movimento antiglobalização e o Fórum Social Mundial oferecem um domínio radical alternativo aos feminismos que orbitam em torno da ONU. Este domínio alternativo foi escolhido por redes como a Marcha Mundial das Mulheres, a qual será analisada detalhadamente mais adiante (CONWAY, 2012).

De acordo com Desai (2005), organizado em nome do movimento pela justiça global, o Fórum Social Mundial foi também, após Beijing, um outro grande espaço para os feminismos transnacionais.

Conway (2010) igualmente celebra o Fórum Social Mundial como uma oportunidade importantíssima para reunir feministas do mundo todo e também outros movimentos, formando um espaço autônomo sem precedentes de convergência da luta contra a globalização neoliberal, um local privilegiado para diálogos democráticos, produção de novos conhecimentos e práticas e transformação de subjetividades.

4.2 CONTEXTOS REGIONAIS E TRANSNACIONAL DOS FEMINISMOS NO SÉCULO XXI

Ao investigar a realidade contemporânea, Manisha Desai (2007) afirma que, embora os feminismos estejam vivos e mais fortes do que nunca na maior parte do mundo, a vida da maioria das mulheres ao redor do mundo continua assolada por injustiça e pobreza. Algumas das explicações apresentadas por feministas para esta contradição, segundo ela, são as desigualdades decorrentes da globalização neoliberal, o fundamentalismo religioso, a guerra ao terror e a falta de vontade política de efetivamente redistribuir recursos.

A hegemonia global capitalista, a privatização, o crescimento do ódio religioso, étnico e racial que caracterizam a realidade hodierna, vêm acompanhados, em seu contexto, por uma série de fatores relevantes nas últimas duas décadas que são consequências da globalização hegemônica, também chamados ‘virada à direita’, que desafiam as lutas feministas no mundo todo, como bem aponta Chandra Mohanty (2003). São eles, a diminuição da capacidade de autogoverno de nações desfavorecidas, acompanhada do aumento da significância de instituições transnacionais como a Organização Mundial do Comércio organizações intergovernamentais como a União Europeia e corporações transnacionais (51 das maiores economias do mundo são corporações, não países); a hegemonia do neoliberalismo e a naturalização dos valores capitalistas, influenciando a vida cotidiana das pessoas; o aumento dos fundamentalismos religiosos com sua retórica racista e machista; e os

dísparos estabelecimentos de ‘vias de informação’.

Neste cenário, as pressões neoliberais ocasionam também no Norte, como destaca Nancy Fraser (2007), declínios nas proteções da seguridade social e precarização do mercado de trabalho, resultando em desigualdades de distribuição que, sobrepostas a desigualdades de reconhecimento em alguns estratos sociais pouco integrados, como as imigrantes, potencializam os problemas enfrentados pelos feminismos.

Com a chegada no século 21, segundo Margaret Snyder (2006), várias organizações de mulheres no Norte viram o seu vigor se esvaír. As mulheres e suas ONGs colocaram suas energias em questões mais amplas como o meio ambiente, população, militarismo e paz e o feminismo ‘puro’ perdeu o apelo maior que apresentou anteriormente. Nos anos 1990 na Europa a mobilização de grandes números de mulheres era praticamente impossível e nos Estados Unidos o movimento de mulheres hesitou em apoiar e se identificar com o movimento global de mulheres por não ver conexão entre os seus interesses e os das mulheres ao redor do mundo.

Snyder (2006) entende que possíveis motivos para explicar a falta de mobilização da nova geração de mulheres no Norte são um entendimento das conquistas como dadas, os grandes avanços no local de trabalho e no âmbito doméstico e o não entendimento de que igualdade para as mulheres seria o objetivo temporário, enquanto justiça para todas as pessoas o objetivo a longo termo do movimento.

Nos Estados Unidos, aduz Aili Mary Tripp, fatores como o fim do movimento trabalhista, a queda no número de mulheres ativistas ocupando cargos políticos, especialmente em âmbito nacional, a falta de femocratas em posições governamentais e o fortalecimento da posição das forças políticas conservadoras contribuíram para deixar o país em desvantagem em muitas áreas essenciais. Em decorrência disto, já existia no país no primeiro quinquênio do século XXI uma crescente complacência acerca da necessidade de melhorar o status das mulheres e da maior necessidade de defender os ganhos já alcançados (TRIPP, 2006).

Conforme Tripp, as feministas estadunidenses parecem não dar importância ao fato de que nos EUA as mulheres ocupam apenas 14.3% dos assentos na Câmara dos Deputados e 13% no Senado, enquanto em países como Ruanda a representação feminina no Parlamento chega a 49%. Permanecem também virtualmente indiferentes aos grandes debates em andamento no mundo todo sobre como aumentar a representação legislativa feminina, não se preocupando sequer em acompanhar outros países industrializados em termos de licença maternidade e paternidade, benefícios sociais para mães solteiras, cuidados de saúde para mulheres

sem seguro e vários outros benefícios que afetam o bem-estar não só das mulheres, mas de toda a sociedade. Para a autora, esta indiferença talvez seja explicada pela falta de conhecimento das estadunidenses de quão atrasadas estão com relação aos direitos das mulheres, já que a maior parte das mulheres no mundo, inclusive no Oriente Médio em países como Algéria e Marrocos, usufruem de licença maternidade remunerada (TRIPP, 2006).

Mas enquanto os movimentos no Norte decaíram ou se tornaram complacentes ou limitados, países do Sul têm reivindicado boa parte da força das lutas feministas e por direitos das mulheres globalmente, enquanto continuam a definir suas próprias agendas. Portanto, embora as influências sempre tenham sido multidirecionais, o feminismo global é atualmente um movimento mais centrado no Sul do que nunca (TRIPP, 2006).

De acordo com a autora, têm-se observado no Sul o grande uso de coalisões e redes transnacionais, juntamente com tratados, plataformas e conferências internacionais para impulsionar novas agendas de direitos das mulheres. Intensa interação regional na América Latina, África e Ásia em torno de questões particulares como tráfico, reforma agrária, educação, paz, direitos reprodutivos, violência contra as mulheres e cotas eleitorais ajudaram a definir estas preocupações e desenvolver estratégias para lidar com elas. Feministas em posições de elaboração de políticas nacional e internacionalmente apoiaram as iniciativas do movimento nestas áreas (TRIPP, 2006).

Na América Latina, nos anos 1990, a crescente influência das femocratas nas instituições estatais e a ONGuização e profissionalização do ativismo de mulheres, conforme Tripp, (2006) haviam contribuído para destacar o interesse acerca das questões das mulheres. Naquele período, duas tendências contraditórias foram observadas na região, quais sejam, a crescente democratização e a disseminação da globalização neoliberal. Esta gerou crises e desigualdades estruturais, enquanto aquela proveu um espaço para abordar estas crescentes crises (DESAI, 2005).

Já o início do século XXI na América Latina, como esclarece Sonia Alvarez (2014), foi marcado por importantes realinhamentos dos movimentos feministas e de mulheres, resultado da combinação de fatores como a proliferação de governos de esquerda e centro-esquerda na região a partir de 1998 - chamada 'virada à esquerda' na política -, o surgimento de novas formas de organização entre afrodescendentes e indígenas e a emergência de redes multiescalonadas decorrentes de processos translocais de organização antineoliberal, como o Fórum Social Mundial.

Segundo Alvarez, no início do novo século o feminismo latino-

americano reconhecia crescentemente seus limites e reavaliava de forma crítica sua relação com a Agenda Global de Gênero (ou *gender mainstreaming*) e com o neoliberalismo multicultural ou *roll out*. Muitas feministas da região ativas na esfera da ONU no primeiro momento redirecionaram seus esforços para influenciar os movimentos anti/alterglobalização ou de justiça global, em especial o Fórum Social Mundial, que unifica muitos destes movimentos (ALVAREZ, 2014).

Complementando este entendimento, Marlise Matos destaca que naquele cenário de insurgência dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial, as pautas políticas dos feminismos latino-americanos foram revigoradas e processos de aliança com outros movimentos sociais foram abertos com a emergência de outros movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres que, baseados em uma ferrenha crítica ao neoliberalismo, resgataram a “ação feminista de rua, criativa e subversiva” (MATOS, 2014, p. 8).

Além disso, como ensina Sonia Alvarez (2014), o feminismo hegemônico dos anos 1990, formado por feministas especialistas em gênero e defensoras de políticas que atuavam em instituições internacionais e Estados sujeitas ao neoliberalismo global e a uma democracia restrita, perdeu força e teve suas diretrizes desafiadas no início do século XXI. Houve, portanto, conforme Matos (2014), um arrefecimento da polarização entre autônomas e institucionalizadas, uma vez que aquelas estavam mais fragmentadas, e estas teciam autocríticas quanto à sua atuação.

Setores do feminismo formados por afrodescendentes, trabalhadoras rurais e urbanas, lésbicas, indígenas, críticos do feminismo hegemônico, institucionalizado e profissionalizado, e que eram anteriormente silenciados e marginalizados, têm criado contemporaneamente ‘outros feminismos’ que entrelaçam lutas locais, regionais e globais, reunindo mulheres jovens e feministas históricas para reivindicar por justiça social, racial e sexual. Assim, com a chegada do novo milênio o feminismo latino-americano se tornou mais plural e passou a ser caracterizado pelo que Alvarez chama de ‘*sidestreaming*’, espalhando-se horizontalmente por arenas sociais e culturais e comunidades étnicas, raciais e de classe, para além do próprio feminismo (ALVAREZ, 2014).

Na mesma senda, Marlise Matos aduz que em grande parte do feminismo latino-americano contemporâneo somou-se ao *mainstreaming* - enquanto a extensão vertical do feminismo para diversidade de arenas políticas nacionais e internacionais iniciada nos anos 1990 -, o ‘*sidestreaming*’ apontado por Alvarez, resultando na conformação do que

a autora entende como uma nova onda feminista na região, que tem como características: i) a ampliação e complexificação da noção de direitos humanos para incluir fatores como cor, raça, gênero, sexo, sexualidade, classe social, geração, idade entre outros; ii) o alargamento e diferenciação das bases das mobilizações, a partir da ressignificação das lutas por justiça pelos movimentos de mulheres e feministas na busca por superar o patriarcalismo e o capitalismo, tanto na nova moldura transnacional quanto em molduras ressignificadas nacionalmente; iii) a importância do ‘sidestreaming’ feminista e seu reconhecimento de ‘outros feminismos’ densamente intrincados com lutas nacionais e globais por justiça social, racial, geracional e sexual; iv) a importância do mainstreaming feminista e o esforço para despatriarcalização das instituições estatais por meio de ações participativas interseccionais, intersetoriais e transversais; v) a incorporação da transversalidade e da interseccionalidade na teoria e a consequente necessidade de, a partir de um novo feminismo despatriarcalizador, descolonizador e concomitantemente estatal e antiestatal, pensar uma articulação entre micro e macro estratégias construídas pela Sociedade Civil e pelo Estado; vi) a aproximação entre movimentos, pensamento e teoria feminista com o intuito de realizar uma profunda reformulação teórica com grande influência de teorias feministas decoloniais contemporâneas que pretendem dar ao feminismo cosmopolita um novo enquadramento (MATOS, 2014).

Pelo exposto no decorrer deste tópico, pode-se observar que houve de fato, uma mudança de impulso nas mobilizações de mulheres do Norte para o Sul, e que o movimento feminista latino-americano, particularmente, ganhou força e se complexificou no contexto atual. Com isto, como afirma Aili Mary Tripp (2006), surgem novos desafios e oportunidades, e agora cabe às organizações feministas no Norte tornarem-se participantes mais ativas no movimento mundial.

Outro fator que contribuiu para a mudança do ímpeto global na luta pelos direitos das mulheres do Norte para o Sul, no entendimento da autora, diz respeito às dinâmicas nos movimentos de mulheres nos Estados Unidos e Europa, onde existe impressionantemente pouca discussão acerca de como as políticas e práticas econômicas de seus países afetam as mulheres em outras partes do mundo, enquanto no Sul este é um ponto chave de debate nos movimentos de mulheres, a partir da percepção de que os países industrializados detêm o poder político e econômico global, e o que acontece neles influencia no mundo todo (TRIPP, 2006)

Na opinião de Margaret Snyder, o atual contexto do movimento

global de mulheres e a mudança do eixo de Norte para Sul confirmam o princípio enunciado pelas delegações do Sul na Conferência do México em 1975, de que as questões econômicas e macropolíticas devem certamente ser preocupações das mulheres. Em outras palavras, questões globais são questões das mulheres, e as duas estão entrelaçadas como fios em um tecido. Portanto, é incompleto e nega seu próprio potencial um feminismo que exclui estas discussões maiores capazes de comprometer o empoderamento de mulheres e homens - ontem houve o apartheid, hoje existem fundamentalismos, militarismo e formas gananciosas de globalização (SNYDER, 2006).

As origens da mudança no centro de gravidade da mobilização global de mulheres, afirma Aili Mary Tripp (2006), remontam a meados dos anos 1980, quando as tensões entre Norte e Sul foram atenuadas durante a conferência de Nairobi e também em virtude da formação de muitas redes internacionais baseadas no terceiro mundo, como a Alternativa de Desenvolvimento para Mulheres em uma Nova Era (DAWN na sigla em inglês para Development Alternatives with Women for a New Era) e Mulheres vivendo sobe Leis Muçulmanas (WLUMML na sigla em inglês para Women Living Under Muslim Laws). Estas organizações não apenas coexistiram com organizações baseadas no Norte, mas reivindicaram um papel de liderança no movimento transnacional de mulheres. No começo do século XXI redes globais são cada vez mais iniciadas e conduzidas por mulheres no Sul.

Compartilhando a percepção de que atualmente o movimento de mulheres é mais forte no Sul, Snyder (2006) lembra, no entanto, que esta vitalidade é ameaçada pelo falta de vitalidade e de mobilização no movimento de mulheres no Norte. Felizmente, sinais de uma ressurgência da liderança de mulheres no Norte são visíveis, por exemplo, em campanhas antiguerra.

O cenário contemporâneo dos feminismos transnacionais, além de apresentar maior ímpeto do Sul, cumpre reiterar, é também um espaço que se tornou crescentemente heterogêneo e conectado a partir da última década do século 20. Isto se deu, de acordo com Catherine Eschle (2001), com a contribuição de fatores como a globalização das comunicações, a tecnologia dos transportes e a crescente conscientização do impacto da globalização e liberalização econômica sobre às mulheres, além do impulso da ONU no primeiro momento, cujo legado foi, no entender de Sonia Alvarez (2000a), um contexto transnacional formado por uma grande diversidade de redes articulando militantes individuais e grupos feministas em todo o mundo.

Conforme Millie Thayer, as conexões institucionalizadas

realizadas em torno das Nações Unidas, juntamente com outras menos formais, criaram um espaço político contemporâneo que ultrapassou fronteiras sociais e geográficas, incluindo uma miríade de atores, como acadêmicas, representantes da classe trabalhadora, mulheres camponesas, ativistas urbanas e funcionárias das burocracias estatais. A autora sublinha que este contrapúblico heterogêneo e amplo é um lugar em que solidariedade e relações de poder, cooperação e conflito coexistem. Fazem parte dele feministas de diferentes lugares que ali se conectam com culturas e instituições políticas nacionais, e ainda com coletividades mobilizadas em torno de outras questões, como região local, classe e raça (THAYER, 2010).

Em estudo que remonta à virada de século, Eschle (2001) sublinha que as décadas recentes haviam testemunhado a diversificação das questões em torno das quais as organizações feministas transnacionais se mobilizavam, reunindo mulheres do mundo todo e assumindo formas mais complexas.

Neste universo, a diferença de linguagens, questões, objetivos e estratégias são tão distintos que a comunicação e a construção de discursos se tornam bastante desafiadores, mas também urgentes e possíveis à medida em que são criados entre eles interesses e identidades sobrepostos, ainda que parcialmente, a partir do encontro com conjuntos de forças nefastas, as hegemonias difusas, representadas por Estados, Mercados globais, fundamentalismos religiosos e indústrias de desenvolvimento. Para lidar então com questões como o recrutamento pela produção global de um número crescente de mulheres jovens para as zonas de processamento de exportação e para as indústrias de serviço, o encolhimento do orçamento dos Estados e o declínio dos programas sociais, o crescimento do militarismo e o aumento do controle exercido pelo fundamentalismo sobre as mulheres em todos os continentes, movimentos feministas procuraram cada vez mais formas de aprender com e apoiar uns aos outros (THAYER, 2010).

4.3 SURGE O SEGUNDO MOMENTO

Na virada de século, o mundo estava conectado como nunca antes, espaço e tempo se reduziram, interações transnacionais se intensificaram, assim como se intensificaram também a globalização hegemônica e, em resposta e resistência a ela, a globalização contra-hegemônica.

Os feminismos transnacionais, despertados e impulsionados no primeiro momento, estavam mais globais, heterogêneos, representativos do Sul, e cada vez mais cientes de suas possibilidades e também de seus

muitos limites. Naquele borbulhante cenário, alçaram então novos rumos, diversificaram-se, expandiram sua crítica, alcançaram outros espaços e assumiram novas e distintas formas.

E foi assim que surgiu o que chamo aqui de segundo momento dos feminismos transnacionais, que teve origem no primeiro e com ele passou a coexistir a partir do novo século, sem suplantá-lo ou sucedê-lo. Isto porque o primeiro momento, embora tenha perdido sua efervescência, perpetua-se até os dias atuais em torno da esfera institucionalizada das Nações Unidas. Neste momento faz-se importante ressaltar que de fato não existem divisões marcadas ou absolutas entre os dois momentos aqui trazidos, e a distinção entre eles é destacada para fins explicativos, sem o intuito de apagar suas coexistências, simultaneidades e entrelaçamentos.

Enquanto o momento anterior foi marcado pela grande influência do Norte e pela hegemonia de esferas profissionalizadas e institucionalizadas da ONU e de grandes ONGs feministas, o segundo momento dos feminismos transnacionais encontrou na Globalização Contra Hegemônica, ou movimento pela justiça global, um outro grande espaço de atuação e teve seu eixo de força mudado de Norte para Sul.

Além disso, o segundo momento é marcado também pela intensificação e multiplicidade da organização feminista na esfera transnacional, tanto global quanto regionalmente, apresentando paralelamente às esferas institucionais, feminismos menos institucionalizados, mais heterogêneos, na forma de movimentos populares de base (grassroots) e redes feministas. Alguns exemplos são a Articulacion Feminista Marcosur (AFM), a Red Lationoamericana de Mujeres Transformando la Economia (Remte), ambas da América Latina, e em nível global a via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres, esta última sujeito do presente estudo, que tomo como representativa do segundo momento e será apresentada na sequência.

4.4 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Surgida como proposta em 1995 em Beijing, como manifestação em 1998 no Canadá e como movimento feminista permanente em 2001, a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista transnacional que está presente atualmente em 164 países, contando com coordenações nacionais em 60 deles, e que faz parte do movimento pela justiça global.

De acordo com Janet Conway (2008), a Marcha se tornou uma presença proeminente nos Fóruns Sociais Mundiais e Regionais e em outros espaços de protesto social na cena internacional, tais como: Fórum de

Povos por Alternativas à OMC em Cancun em 2003; Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, na África do Sul, em 2001; Conferência da Associação para os Direitos da Mulher e o Desenvolvimento (*Association of Women in Development*) para alternativas à globalização em Guadalajara, no México, em 2002; e Assembléias Mundiais dos Movimentos Sociais.

Ainda segundo Conway (2012), a Marcha se diferencia de outras expressões do feminismo transnacional por sua composição de classe, seu comprometimento com os feminismos populares de base (grassroots) e sua orientação para o âmbito local.

Todas estas características tornam a Marcha uma organização feminista de alcance global sem precedentes, inovadora e marcante no cenário contemporâneo dos feminismos transnacionais. Um movimento não só integrante, mas emblemático do segundo momento de transnacionalização dos feminismos. Em virtude disto, colocá-la no centro da análise visa tanto compreendê-la enquanto expressão de um novo feminismo transfronteiriço emergente, quanto compreender também o segundo momento do qual faz parte.

4.4.1 Histórico, Encontros e Ações Internacionais

O surgimento da Marcha Mundial das Mulheres remonta à *marcha de pão e rosas*, acontecida no Canadá em 1995 por iniciativa da Federação de Mulheres do Quebec (*Fédération des Femmes du Québec*), com o objetivo de pressionar aquele governo a tomar medidas para acabar com a pobreza, quando 850 mulheres, em três grupos, saindo de Montreal, Longueuil e Rivière du Loup, marcharam 200 quilômetros até a cidade de Quebec entre 26 de maio e 4 de junho daquele ano (CONWAY, 2008).

Janet Conway (2008) assinala que a marcha de pão e rosas refletiu o reconhecimento da virada neoliberal e a necessidade de defender ganhos históricos, e que o intuito das organizadoras teria sido também revigorar o ativismo feminista popular e a capacidade de mobilização feminista.

Embora tenha surgido como uma iniciativa nacional, esta primeira Marcha envolveu vários grupos internacionais com o intuito de integrar solidariedade internacional ao processo: 25 mulheres de diferentes ONGs e movimentos de mulheres de 14 países da África, Ásia e Oceania participaram da marcha de pão e rosas, juntamente com milhares de mulheres de Quebec. Assim, a ideia de organizar o mesmo tipo de evento em nível mundial emergiu lentamente, e por impulso da Federação das Mulheres de Quebec, o projeto da Marcha Mundial das Mulheres foi

lançado. (DUFOUR, 2005).

O sucesso da marcha enquanto mobilização popular e campanha de pressão fez com que as feministas de Quebec apresentassem durante a Quarta Conferência das Nações Unidas para as Mulheres de Beijing, em 1995, a ideia de uma marcha mundial (CONWAY, 2008).

A importância, portanto, da Conferência de Beijing para a transnacionalização dos movimentos feministas conforme anteriormente mencionado aplica-se diretamente à Marcha Mundial das Mulheres, uma vez que este espaço criado pelas Nações Unidas foi crucial à Marcha ao disponibilizar um espaço para que mulheres do mundo todo se unissem.

A partir de tal perspectiva, para Pascale Dufour (2005), torna-se possível afirmar que uma estrutura de oportunidade política internacional foi criada pela ONU e, portanto, para as lideranças da Marcha, a transnacionalização foi vista como uma boa ferramenta para a ação coletiva nos níveis nacional e internacional.

Neste momento inicial da Marcha mulheres se uniram através das fronteiras com o intuito de obter ganhos em seus espaços locais, nacionais e internacionais, dirigindo suas reivindicações para instituições tanto nacionais quanto internacionais, particularmente à ONU, para a qual apresentaram suas reivindicações comuns (DUFOUR, 2005).

Em outubro de 1998, em Montreal, uma reunião preparatória internacional incluiu 145 mulheres de 65 países que elaboraram uma plataforma com 17 reivindicações mundiais da Marcha para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres no mundo. No mesmo encontro as participantes afirmaram seu compromisso com a organização de uma marcha mundial das mulheres a ser realizada em 2000, e teve então início o trabalho concreto de mobilização local para a ação internacional (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Naquela primeira plataforma da Marcha o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas foram identificados como os alvos da mobilização global (DUFOUR; GIRAUD, 2007).

Em 8 de março de 2000, dia Internacional das Mulheres, as ações foram iniciadas e perduraram por 8 meses, até que em 17 de outubro de 2000, dia internacional para a eliminação da pobreza, foram realizadas marchas simultâneas em 40 países e uma petição com mais de 5 milhões de assinaturas foi entregue à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Naquele ano, portanto, dois anos depois de seu surgimento enquanto mobilização internacional promovida por feministas de Quebec, no Canadá, a Marcha já contava com 6000 grupos de 161 países e territórios,

que decidiram torná-la um movimento permanente e consolidá-la estrutural e organizacionalmente (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Apesar dos impressionantes níveis de mobilização, contudo, Conway (2008) aponta que a ação falhou em obter ganhos concretos junto às instituições internacionais às quais suas reivindicações se dirigiam. Naquele contexto, diante da efervescência dos movimentos antiglobalização, surgiu na Marcha o argumento da importância da participação feminista nas mobilizações de massa que estavam acontecendo, ao mesmo tempo em que ganhava força a percepção de que as feministas precisavam criar seus próprios espaços e processos autônomos para criar alternativas ao neoliberalismo.

A partir de então houve, segundo Pascale Dufour e Isabelle Giraud (2007), uma mudança nos alvos da MMM, que deixou de se voltar para instituições internacionais e supranacionais, passando a centralizar-se na dimensão simbólica de suas ações.

Dufour (2005) bem ressalta que, quando do seu surgimento, a Marcha Mundial das Mulheres pretendia ter como interlocutores, instituições políticas como Estados e instituições multilaterais, a exemplo da ONU, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Uma demonstração disto teria sido o encerramento da Ação Mundial na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, com a entrega de uma petição. Após este primeiro momento, contudo, para o autor, um consenso emergiu entre as ativistas em 2001 sobre a necessidade de ir além do confronto com as instituições internacionais e nacionais e buscar envolvimento com outros movimentos transnacionais de mulheres e com os movimentos sociais engajados na luta por uma globalização alternativa. O intuito seria construir um espaço autônomo de discurso para as mulheres da Marcha como o primeiro passo para a formação de uma identidade coletiva transnacional.

Em 2002, a Marcha Mundial participou do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com um grupo de mulheres vindas de 20 países, marcando presença nas manifestações de rua e nas reuniões políticas dos ‘movimentos sociais do FSM’ com seu *slogan*: ‘o mundo não vai mudar sem o feminismo; e feministas não podem mudar as vidas das mulheres a menos que nós mudemos o mundo’ (CONWAY, 2008). A partir de então sua presença nos Fóruns Sociais Mundiais passou a ser uma constante, como parte de uma estratégia de visibilidade do movimento e das questões feministas. Isto permitiu à MMM participar mais ativamente no calendário mais amplo de lutas e fortalecer suas relações com outros movimentos sociais também comprometidos com uma perspectiva de

transformação global para liberar a vida das pessoas de todas as formas de opressão que proliferam na sociedade atual, tais como patriarcado, racismo, xenofobia, entre outras (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Em 2003 foi lançada em Mumbai, Índia, durante o 4º Encontro Internacional da Marcha, a ideia da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, com o objetivo de construir uma visão coletiva do que as integrantes da Marcha queriam e também de tornar concreta e presente na cena mundial de protestos sociais a alternativa feminista (DUFOUR, 2005).

No mesmo Encontro Internacional foram adotados o Estatuto, Regulamento e Declaração de Princípios da Marcha e organizada sua estrutura atual (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008), a qual será abordada no item seguinte.

Em 2005 a Marcha Mundial das Mulheres lançou sua Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, na qual descreve o mundo que o movimento pretende construir. A Carta foi produzida por meio de um processo de consulta com grupos locais por mais de um ano e recebeu comentários de mais de 200 grupos de 33 países, os quais foram incorporados aos debates ocorridos na quinta reunião internacional da Marcha, realizada em Ruanda em dezembro de 2004, quando o texto final foi adotado (CONWAY, 2008).

No dia 8 de março de 2005 foi iniciada no Brasil a viagem da Carta pelo mundo, passando por grupos, vilas, e regiões, em um total de 53 países e territórios, transpassando fronteiras políticas e diferenças culturais. A jornada foi encerrada em Burkina Faso em 17 de outubro de 2005, com 24 horas de atividades ligadas à solidariedade feminista global. Neste período, uma sequência de ações de uma hora começou na Oceania e seguiu a trajetória sol, no sentido Oeste, pelo globo. Neste momento foi criada também uma enorme colcha formada por retalhos que foram anexados à Carta pelas mulheres dos locais por onde passou, os quais ilustravam suas visões de mundo (CONWAY, 2008).

Em 2010, entre 8 de março e 17 de outubro, foi realizada a terceira ação internacional, com o *slogan* “Mulheres em Marcha até que todas sejamos livres”, organizada em dois momentos-chave: o lançamento ocorrido entre 8 e 18 de março com simultâneas marchas nacionais e mobilizações de diversos tipos, e os eventos de encerramento, entre 7 e 17 de outubro, também com marchas e ações simultâneas e um evento internacional em Bukavu, na República Democrática do Congo. Entre estes dois momentos-chave, ações, mobilizações e atividades ocorreram também nos níveis locais, nacionais e regionais. Ao todo, 76

países dos cinco continentes participaram da ação, dos quais 57 organizaram ações e atividades em seus próprios países e 19 enviaram delegadas nacionais para participar de ações regionais e internacionais. A ação durou 220 dias e envolveu um público direto estimado de 80.000 mulheres e homens (WORLD MARCH OF WOMEN, 2010).

Em 2015 aconteceu a quarta ação internacional da Marcha, com início em 8 de março de 2015 e término em 27 de outubro do mesmo ano. Na Europa, a ação abrangeu uma caravana feminista passando por diversos países do Continente, iniciando no Curdistão Turco e terminando em Portugal; no mundo Árabe aconteceu uma região regional; nas Américas, marchas sub-regionais em distintos lugares e também uma reunião regional; e, por fim, na África aconteceram acampamentos feministas e uma cerimônia de encerramento da Ação no Quênia. Em 24 de abril de 2015 foi realizada uma mobilização feminista mundial de 24 horas, lembrando a data em que mais de mil mulheres morreram em Bangladesh após o desabamento de uma confecção de roupas na qual se encontravam (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015a).

Desde seu surgimento a Marcha Mundial das Mulheres já realizou nove encontros internacionais: o primeiro em 1998 em Montreal, no Canadá, para preparar a primeira ação internacional da Marcha, realizada em 2000; o segundo em 2000, também realizado em Montreal, após a primeira ação internacional, ocasião em que as participantes decidiram transformar a Marcha em um movimento permanente; o terceiro em 2001, novamente em Montreal; o quarto em 2003, em Nova Deli, na Índia; o quinto em 2004, em Kigali, em Ruanda; o sexto em 2006, em Lima, no Peru; o sétimo em 2008, em Vigo, na Galícia; o oitavo em 2001, em Quezon City, Filipinas; e por fim, o nono em 2013, em São Paulo, no Brasil (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015b).

Pela primeira vez o Brasil recebeu um Encontro Internacional da Marcha entre 25 e 31 de agosto de 2013, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Fizeram-se presentes aproximadamente 70 delegadas de 48 países. As demais participantes eram em sua grande maioria brasileiras, vindas dos mais diversos movimentos, de todos os cantos do país, organizadas em delegações estaduais e alocadas em alojamentos providenciados para o evento. Ao todo, 1600 mulheres das mais diversas etnias, faixas etárias, lugares e classes sociais construíram juntas o 9º Encontro Internacional da Marcha (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016).

4.4.2 Estrutura

No que tange à sua estrutura, A Marcha Mundial das Mulheres é formada por um Comitê Internacional, um Secretariado Internacional, Grupos de Trabalho e Coletivos com mandatos específicos e Órgãos de Coordenação Nacional (DUFOUR, 2005).

Composto por representantes eleitas das cinco regiões do mundo Europa, África, Américas, Ásia-Oceania e Mundo Árabe/Oriente Médio, o Comitê Internacional (CI) é responsável pelo acompanhamento das decisões aprovadas nos encontros internacionais e dos trabalhos feitos pelo Secretariado Internacional, assumindo um papel de ligação, assegurando a circulação da informação e agindo como um catalisador para a MMM nas diferentes regiões do mundo. Suas integrantes se reúnem duas vezes por ano e trabalham de maneira coletiva e horizontal (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015c).

Os Órgãos de Coordenação Nacional são a base da organização da Marcha, responsáveis por reunir grupos participantes do movimento nos países/territórios para multiplicar o impacto das ações e refletir situações políticas diversas. São autônomos no que concerne a seu funcionamento, políticas e ações, mas devem agir em conformidade com os princípios e valores da MMM. Suas responsabilidades são as seguintes: em nível nacional, realizar a educação popular, mobilizando atividades e ações adotadas pelos encontros internacionais da Marcha; adotar posicionamentos públicos sobre questões políticas; comunicar-se com grupos participantes (em coordenação com o Secretariado); implementar, em conjunto com o Secretariado e o Comitê Internacional, políticas e decisões tomadas nos encontros internacionais; participar em Grupos de Trabalho e Coletivos formados em nível internacional (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015g).

Por sua vez, o Secretariado Internacional, que é apoiado pelos membros do Comitê Internacional na realização de seu trabalho, possui como atribuições: colocar em prática as decisões tomadas durante os encontros internacionais e os planos de trabalhos atualizados anualmente pelo Comitê Internacional; garantir a comunicação entre os diferentes níveis de participação e coordenação da MMM; mobilizar os recursos humanos e financeiros necessários para realizar seus mandatos. Como a localização é rotatória, o Secretariado Internacional manteve-se em Montreal até ser transferido para o Brasil em 2006, onde permaneceu até 2013, quando, em decisão tomada durante o 9º Encontro Internacional, passou para Moçambique (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015d). Importante mencionar ainda que o referido Secretariado projeta forte

identidade e voz do movimento por meio de seu regular boletim informativo, *website*, comunicados de imprensa e outras formas de comunicação (CONWAY, 2008).

Os Grupos de Trabalho, considerados o “cérebro” da Marcha, são formados por um conjunto de grupos locais, reunidos em torno de um tema e responsáveis por produzir informações atualizadas para toda a rede (DUFOUR, 2005). Atualmente, concentram-se em torno de três temáticas, quais sejam, violência contra as mulheres, alternativas econômicas feministas e direitos das lésbicas (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015f).

Já os Coletivos constituem a parte política da Marcha e a representam em diversos espaços políticos, dedicando-se a construir alianças estratégicas com outros grupos ou redes (DUFOUR, 2005). São comitês internacionais compostos por pelo menos uma mulher de cada região do mundo, que só podem ser formados nos encontros internacionais e devem se reportar regularmente ao Comitê Internacional e ao Secretariado. Existem atualmente três Coletivos: de Alianças e Globalização, de Paz e Desmilitarização e de Comunicações (WORLD MARCH OF WOMEN, 2015e).

Apresentada a Marcha como movimento feminista marcante do segundo momento, seu histórico, estrutura, encontros e ações internacionais, passo na sequência a discorrer sobre as teorias feministas pós e decoloniais, em particular as categorias ‘interseccionalidade’ e ‘solidariedade’, para utilizá-las como ferramentas teóricas de análise dos dois momentos de transnacionalização dos feminismos e da Marcha Mundial das Mulheres como representativa do segundo momento.

5 TEORIAS PÓS/DECOLONIAIS E OS DOIS MOMENTOS DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS FEMINISMOS

No decorrer do capítulo anterior, apresentei em sua breve história o segundo momento de transnacionalização dos feminismos e seus traços característicos, bem como o movimento feminista popular de base emblemático deste momento, que tomo aqui como objeto de estudo: a Marcha Mundial das Mulheres.

Dando continuidade à pesquisa, neste capítulo analiso com base nas teorias pós e decoloniais e nas categorias interseccionalidade e solidariedade os dois momentos de transnacionalização dos feminismos, investigando como representativa do segundo momento a Marcha Mundial de Mulheres.

5.1 UM OLHAR PÓS/DECOLONIAL SOBRE O PRIMEIRO MOMENTO

Conforme visto anteriormente, o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos, especialmente em sua década inicial, foi marcado pela grandes tensões entre Norte e Sul e pelo predomínio dos feminismos do Norte, reunindo na órbita da ONU a partir de meados dos anos 1970 feminismos do Norte e do Sul, e representando assim um microcosmos de um mundo em que era gritante a perspectiva colonizadora, universalizadora, etnocêntrica e hegemônica dos feminismos do Norte, como começavam a denunciar os feminismos pós-coloniais a partir do Sul.

Neste sentido, na Conferência do México em 1975 os conflitos entre feministas Ocidentais e de Terceiro Mundo eram grandes e visíveis, situação que se repetiu em Copenhagen em 1980. Naquela fase inicial o Norte apresentou seu projeto de feminismo como padrão, relegando aos feminismos do Sul – muitas vezes negando-lhes inclusive o título de feminismos – a um espaço de outridade, de subalternidade.

Discorrendo sobre o que chamo aqui de primeiro momento de transnacionalização dos feminismos, Mehmoona Moosa-Mitha e Fariyal Ross-Sheriff (2010) afirmam ter sido criticado por feministas do Sul por estar preocupado demais com as questões comuns sem levar em conta seriamente as diferenças específicas que as mulheres do Sul encontraram, particularmente as opressões que enfrentavam com base na raça e como resultado da colonização. Para os autores, as feministas do Sul, acompanhadas por mulheres no Norte escrevendo a partir de posições de marginalidade (negras, lésbicas e imigrantes) criticaram o feminismo

internacional por ser muito universalista em sua orientação. As experiências da opressão de gênero de mulheres brancas, heterossexuais e fisicamente aptas no Norte, argumentavam, eram assumidas como as mesmas que aquelas encontradas por outras mulheres.

Esta postura colonizadora dos feminismos do ocidente no primeiro momento ficou evidente quando, em 1984, - momento em que o feminismo transnacional ainda era incontestavelmente comandado pelo Norte -, a autora estadunidense Robin Morgan, escrevendo sobre o movimento internacional de mulheres, advogou a existência de uma irmandade feminina global (global sisterhood), noção que recebeu inúmeras críticas de feministas pós e decoloniais.

Para Mohanty, o entendimento de Morgan se baseou em uma percepção das mulheres como um grupo transcultural homogêneo que apresenta experiências similares e compartilha os mesmos interesses, perspectivas e objetivos. Desta forma, a noção de irmandade global apaga diferenças de poder materiais e ideológicas no interior e entre os grupos de mulheres, especialmente entre mulheres do primeiro e terceiro mundo (MOHANTY, 2003).

Dado o exposto, tomando por base as categorias teóricas que norteiam esta pesquisa, são destacadas duas pertinentes e interconectadas críticas lançadas pelos feminismos pós e decoloniais a partir de meados dos anos 1980 aos feminismos do Norte e, conseqüentemente, ao primeiro momento em sua fase inicial, quais sejam: a ausência de uma análise interseccional capaz de dar conta das outras relações de subordinação que se imbricam ao gênero e influenciam as vidas e lutas das mulheres nos diferentes contextos; e a inexistência de uma solidariedade baseada no reconhecimento e valorização das diferenças, como fica claro na ideia vislumbrada e defendida por Robin Morgan de uma 'irmandade global' ('global sisterhood') etnocêntrica, eurocêntrica e cega às conexões entre Norte e Sul sob relações globais de poder.

Mas as tensões entre Norte e Sul no primeiro momento começaram a diminuir em 1985, como pôde ser percebido durante a Conferência de Nairobi. A partir de então redes feministas criadas por e para mulheres do Sul começaram também a surgir no cenário internacional. O Sul ganhava mais voz nos feminismos transnacionais

Estas mudanças, não coincidentemente, aconteceram no momento em que os feminismos pós-coloniais ganharam espaço na Academia do Norte. Neste sentido, importante destacar o entendimento de Amrita Basu (2000), para quem a diminuição da tensão entre movimentos de mulheres do Norte e do Sul pode ser explicada pela crescente influência das mulheres de cor em moldar os debates sobre o feminismo nos Estados

Unidos, onde mulheres afroamericanas e latinas elaboraram algumas das primeiras e mais importantes críticas do universalismo feminista.

A perspectiva colonizadora, homogeneizadora e eurocêntrica dos feminismos do Norte, portanto, foi sendo desafiada pelas feministas do Sul e pelas teorias feministas pós e decoloniais a partir de meados dos anos 1980.

Contudo, embora as feministas do Sul tenham ampliado seu espaço, especialmente após Beijing, o primeiro momento continua sendo até hoje dominado por feminismos e interesses do Norte, e desta forma bastante problemático a partir de uma perspectiva pós/decolonial. Esta dominância pode ser explicada, em boa parte, por sua ocorrência na órbita ONU-ONGs, em um contexto moldado pela crescente intensificação da globalização neoliberal. Estes aspectos serão abordados na sequência.

O protagonismo das ONGs feministas transnacionais no primeiro momento, segundo Winifred Poster e Zakia Salime (2002), foi bastante problematizado em estudos recentes que questionam se elas impedem ou promovem o empoderamento das mulheres e a solidariedade internacional, se eclipsam e cooptam associações locais ou se as ajudam a prosperar ao criar redes feministas globais.

Manisha Desai lembra que o espaço transnacional em torno da ONU é dominado por Organizações Não Governamentais dos Estados Unidos e Europa, e mesmo aquelas ONGs focadas em questões de mulheres no Sul Global seguem uma lógica de ajuda a mulheres em países em desenvolvimento. Além disso, a maior influência que os países do Norte – os vencedores da Segunda Guerra - apresentam na ONU e a localização de suas sedes em Nova York e Genebra fazem com que as ONGs de mulheres nos EUA e Europa Ocidental tenham maior facilidade no acesso e familiaridade com elas. Assim, as desigualdades estruturais dentro da ONU são reproduzidas pelas ONGs de mulheres que participam de suas atividades transnacionais (DESAI, 2005).

Um outro problema apontado por Nancy Naples (2002), diz respeito ao processo de profissionalização e institucionalização das práticas feministas gerado pelas ONGs. Conforme a autora, além de muitas terem sido transformadas em profissionais servindo às necessidades dos estados neoliberais, elas são frequentemente fundadas e conduzidas por mulheres profissionais de classe média e têm tido pouco sucesso na incorporação de mulheres pobres.

De acordo com Naples, muitos autores na área de estudos feministas globais apontam que grupos de mulheres baseados no Norte ou cujos membros são principalmente mulheres brancas, de classe média e bem-educadas têm geralmente mantido um papel de liderança em

organizações feministas nacionais e internacionais. Além disso, algumas ONGs de terceiro mundo recebem atenção e suporte do ocidente, enquanto outros grupos que têm mais conexões populares de base (grassroots) são marginalizados no cenário político global (NAPLES, 2002).

No mesmo sentido, em estudo feito no início deste século em análise ao que chamo aqui de primeiro momento, Desai aduz que embora as interações transnacionais tenham crescido, elas ainda reproduzem desigualdades existentes, e mulheres do Norte e mulheres educadas do Sul (integrantes de um segmento privilegiado que representa o Norte no Sul) possuem presença dominante nas redes e ONGs internacionais em relação às mulheres de extratos populares de base (grassroot). Segundo a Autora, outros problemas apontados com relação às interações transnacionais foram a contínua dependência de mulheres e ONGs do Sul de doadores e financiadores do Norte, e a crescente ONGuização do movimento de mulheres, o que resultou no declínio da crítica radical e aumento da atuação como experts e implementação de programas de doadores nacionais e internacionais (DESAI, 2002).

A prevalência das ONGs feministas internacionais como protagonistas no primeiro momento, portanto, favorece não apenas as mulheres de países ou regiões do Norte, mas também as mulheres privilegiadas de países do Sul, que representam o Norte no Sul. Ao mesmo tempo, exclui e desfavorece as mulheres vindas de extratos populares de base, estejam elas em países ou regiões do Sul ou do Norte.

As críticas lançadas ao primeiro momento não se restringiram às ONGs, mas alcançaram também as Nações Unidas.

O fato de ter acontecido em torno da ONU trouxe ao primeiro momento possibilidades e oportunidades, mas também importantes limitações, especialmente a partir de uma perspectiva pós e decolonial, mantendo-o de muitas formas uma expressão dos poderes e interesses do Norte.

Nas palavras de Margaret Snyder (2006), a ONU se tornou uma ‘madrinha improvável’ dos movimentos de mulheres ao propor legislações a serem adotadas por todos os países e oferecer chances de encontros através de fronteiras nacionais e regionais.

No entender de Peggy Antrobus (2004), as conferências da ONU providenciaram um espaço onde o movimento de mulheres pôde interagir com e desafiar governos a assinar compromissos, declarações e resoluções que mudariam a condição e posição das mulheres. Segundo a autora, a implementação das agendas dos movimentos de mulheres depende da geração de vontade política e respostas burocráticas, e para

que isso aconteça, partes significantes dos movimentos de mulheres precisam se engajar com as realidades políticas dominantes, sob pena de negligenciar as oportunidades de alcançar alguns dos objetivos mais importantes do movimento.

Há que se reconhecer que, com suas conferências, documentos e discursos, a ONU conferiu um impulso inicial essencial aos feminismos transfronteiriços, ajudou a reduzir as barreiras entre Norte e Sul, assegurou direitos formais às mulheres de todo o mundo e incorporou a questão de gênero na agenda internacional, oferecendo aos feminismos oportunidades e um espaço transnacional importantíssimos.

Como aponta Nancy Naples (2002), as conferências das ONU contribuíram muito para a construção de um movimento transnacional de mulheres, para trazer preocupações locais para o palco político internacional e para criar oportunidades para que ativistas do mundo todo pudessem compartilhar suas experiências, aprender umas com as outras e desenvolver estratégias para expandir a participação política das mulheres e conter a intensificação de fundamentalismos religiosos, militarização, pobreza e abuso sexual.

Contudo, sem deixar de pontuar a importância das Nações Unidas, que define como o único fórum no qual o movimento global de mulheres pode se engajar com governos em relação às agendas nas quais estão fortemente investidos, Antrobus (2004) chama a atenção para a existência de riscos como a burocratização e a cooptação do movimento de mulheres pela ONU, uma organização marcada por muitas limitações e contradições.

Os feminismos transnacionais do primeiro momento foram promovidos pelas Nações Unidas em torno da noção de desenvolvimento atrelada ao neoliberalismo, noção esta que, como lembra Sonia Alvarez, tanto facilitou quanto limitou os movimentos feministas e de mulheres no mundo. Isto porque, se por um lado contribuiu para a emergência e a expansão dos movimentos de mulheres no Sul Global e para a crescente transnacionalização dos feminismos, por outro absorveu seletivamente as reivindicações e restringiu os feminismos. Para a autora, frequentemente as reivindicações feministas foram distorcidas e politizadas, e frequentemente os discursos, práticas, perspectivas e possibilidades dos feminismos foram restringidos. É um terreno marcado por ambivalências (ALVAREZ, 2014).

Mas se as demandas feministas são ressignificadas e muitas vezes tergiversadas quando entram na arena da ONU, este processo, como bem destaca a autora, não pode ser visto apenas como mera 'cooptação', mas também como uma conquista e ocupação destes espaços pelos

movimentos feministas, que passam assim a circular nas culturas políticas dominantes de uma ampla gama de atores e instituições. Ao contrário de cooptação, defende, houve uma ‘absorção’, que demanda atuação ou agenciamento e cria ferramentas, ainda que simbólicas, de resistência à ofensiva cultural do neoliberalismo – como aconteceu com os documentos e plataformas oficiais minimamente progressistas resultantes dos esforços das feministas durante o processo de Beijing (ALVAREZ, 2000).

O primeiro momento, portanto, ao acontecer em torno da esfera institucional das nações unidas, representou uma vitória dos movimentos de mulheres, suas pressões e esforços, mas também uma assimilação seletiva destas demandas para servir aos grandes poderes globais e aos objetivos de desenvolvimento do neoliberalismo.

Não há dúvidas de que a ONU representa as forças dominantes do poder internacional formadas pelo Norte, a globalização neoliberal e seu discurso de desenvolvimento, com os quais está comprometida. Em virtude disto, como ressalta Antrobus (2004), o movimento global de mulheres compartilha o desencantamento de outros movimentos sociais, ONGs e organizações da sociedade civil com relação a um Sistema multilateral que parece ter se vendido para as forças do neoliberalismo dominadas pelas escolhas políticas da Europa e América do Norte.

Conforme Manisha Desai (2005), o discurso dos direitos das mulheres como direitos humanos é muitas vezes cooptado e utilizado seletivamente em nome de interesses neoliberais, tendo sido alvo de muitas críticas no período pós-Beijing.

Para a autora, o discurso dos direitos coincidiu com a dominação do discurso neoliberal e das políticas de ajuste estrutural e, como fica evidente no trabalho da maior parte das agências da ONU, a coexistência entre eles é viabilizada pela possibilidade de se proferir direitos sem desafiar o neoliberalismo. Desde Beijing, a maior parte dos governos cumpriu seus tratados de comércio ao invés dos seus acordos sobre direitos humanos. Além disso, movimentos e governos fundamentalistas têm usado a mesma abordagem dos direitos para negá-los às mulheres com base em alegações culturais. Portanto, apesar do discurso de direitos humanos, que afirma que todos os direitos são universais, inalienáveis e indivisíveis, direitos políticos e culturais têm prioridade sobre direitos econômicos e sociais. Além disso, o crescente militarismo no pós 11 de setembro mostrou também que a aplicação dos direitos também é seletiva e insuficiente quando se trata de proteger os direitos das comunidades suspeitas de links com terrorismo (DESAI, 2005).

Complementando este entendimento, Amrita Basu destaca que

campanhas em prol dos direitos políticos e civis das mulheres, especialmente em nível transnacional, até hoje são patrocinadas por organizações baseadas no Norte e têm muito mais probabilidade de obter sucesso do que aquelas voltadas à obtenção de direitos econômicos e sociais, normalmente conduzidas pelas mulheres do Sul, que continuam lidando mais frequentemente com questões como a pobreza, desigualdade e necessidades básicas. Reivindicações transnacionais pelos direitos das mulheres são, portanto, mais efetivas no combate à violência física do que à violência estrutural (BASU, 2000).

Por todo o exposto, pode-se concluir que o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos é ainda hoje marcado pela dominância das mulheres e interesses do Norte, além de estar vinculado a uma organização internacional comprometida com as crescentes forças neoliberais globais como a ONU.

Sendo assim, ainda que a partir dos anos 1990, no auge do primeiro momento, as tensões entre os feminismos do Norte e do Sul tenham diminuído e o Sul, ganhado mais espaço no primeiro momento, influenciando nos discursos e conquistas de direitos de Beijing, a intensificação da globalização neoliberal e o comprometimento da ONU com as forças neoliberais do Norte fizeram com que não apenas a situação das mulheres e dos demais subordinados do mundo continuasse se deteriorando, especialmente no Sul, como também impediram a efetivação dos direitos econômicos e sociais formalmente adquiridos. Houve no primeiro momento uma efetivação seletiva dos direitos humanos das mulheres e uma conquista apenas formal, principalmente no que se refere aos direitos econômicos e sociais.

Na realidade contemporânea, como ensina Chandra Mohanty, o grande desafio a ser enfrentado pelos feminismos pós/decoloniais não está mais na hegemonia do feminismo ocidental branco sobre o feminismo do Sul, mas sim na globalização neoliberal, que recoloniza o mundo na virada do século e impinge efeitos nefastos às mulheres do mundo, especialmente do Sul. Sendo assim, cada vez mais a partir do final do século XX um feminismo pós/decolonial, como alertou a autora, precisa se concentrar na luta e na crítica à globalização neoliberal e suas múltiplas formas de opressão (MOHANTY, 2003).

Em linhas gerais, os feminismos pós e decoloniais, diante da realidade contemporânea: denunciam o neoliberalismo contemporâneo como um sistema global de opressão que, imbricado com outros – os quais intensifica e dos quais se serve - subordina homens e mulheres ao redor do mundo, particularmente mulheres de cor do Sul; pretendem com o fim dos interseccionados sistemas globais de opressão um mundo mais

justo e não hierarquizado; condenam veementemente a violência estrutural resultante do neoliberalismo, do patriarcado e da colonialidade.

Por estes motivos, fica difícil imaginar por que as forças neoliberais que comandam o primeiro momento assumiriam práticas e confeririam direitos que em última instância significariam sua própria destruição.

Um feminismo atrelado a instituições que obedeçam aos interesses neoliberais possui, portanto, limitações óbvias no que se refere a uma perspectiva e atuação pós/decoloniais, o que faz com que a análise interseccional e a prática solidária advogadas pelos feminismos pós e decoloniais sejam absolutamente inviabilizadas no primeiro momento.

Uma análise interseccional parte do entendimento de que o neoliberalismo global contemporâneo é um sistema de opressão e subordinação que, imbricado com outros no sistema mundo, traz inúmeros efeitos perniciosos às mulheres, especialmente àquelas de cor do Sul. Já a prática solidária visa a construção de coalizões e objetivos comuns a partir das diferenças para lutar contra todas as formas de opressão compartilhadas – o que no cenário contemporâneo, de acordo com Mohanty (2003), significa concentrar esforços na luta contra a globalização neoliberal.

De fato, como pode uma organização representante do Sistema e do poder dominantes globais contestá-los profundamente e promover verdadeiramente uma justiça social?

Torna-se possível concluir então que sua vinculação e seu compromisso com os interesses do Norte e neoliberais tornam o primeiro momento absolutamente incompatível com as percepções e práticas dos feminismos pós e decoloniais, dentre elas a interseccionalidade e a solidariedade.

5.2 UM OLHAR PÓS/DECOLONIAL SOBRE O SEGUNDO MOMENTO ATRAVÉS DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Como visto no capítulo anterior, na transição entre os séculos a cena global se transformou de maneira dinâmica e os feminismos transnacionais, em boa parte em função do impulso dado pelo primeiro momento, estavam mais globais, heterogêneos e representativos também do Sul, encontrando novos espaços, alcances e formatos. Surgiu assim o que chamo aqui de segundo momento da transnacionalização dos feminismos, que passa a coexistir com o primeiro momento, que por sua vez se perpetua até hoje vinculado ao eixo ONU-ONGs.

Formado por contrapúblicos feministas heterogêneos, o segundo momento é marcado pelo aumento da força dos feminismos e movimentos de mulheres populares de base e vindos do Sul e pela presença na esfera da globalização contra-hegemônica (ou movimento antiglobalização).

Estas características indicam uma aproximação com as perspectivas pós e decoloniais, ou ao menos um passo inicial nesta direção, uma vez que neste cenário contemporâneo, segundo o já explicitado entendimento de Mohanty, a crítica feminista pós/decolonial precisa estar focada no movimento antiglobalização, na organização contra o capitalismo global que recoloniza a vida de homens e mulheres ao redor do mundo, especialmente no Sul.

Comparado com o que se observa no primeiro momento, portanto, parece existir no segundo uma coerência inicial/básica com as perspectivas e práticas dos feminismos pós e decoloniais. Certamente sua recente emergência e sua grande amplitude e diversidade são fatores que dificultam uma análise do segundo momento a partir da perspectiva teórica escolhida e tornam extremamente delicado elaborar sínteses, generalizações e afirmações definitivas sobre ele. Assim, para melhor compreendê-lo, pretendo desenvolver um estudo mais detido sobre a Marcha Mundial de Mulheres, movimento que entendo emblemático desta fase dos feminismos transnacionais.

Desta feita, usando as lentes pós e decoloniais e as categorias teóricas ‘interseccionalidade’ e ‘solidariedade’, busco examinar mais cuidadosamente a Marcha como um movimento de grande expressão e representativo do segundo momento.

Para tanto, serão utilizadas as técnicas de pesquisa apresentadas e detalhadas no capítulo 1: análise de documentos, observação/pesquisa de campo e entrevistas.

A análise dos documentos será realizada a partir da Carta Mundial das Mulheres para a humanidade, da Constituição e Estatuto, da Declaração de Valores e das Reivindicações, todos construídos coletivamente pela Marcha em âmbito internacional.

Para a realização das pesquisas de campo, por ter como intuito um estudo da MMM enquanto um movimento transnacional, escolhi momentos políticos que ultrapassaram as barreiras estatais e reuniram representantes vindas de diversos países em âmbito internacional e regional, quais sejam, o 9º Encontro Internacional em 2013 no Brasil e o Encontro Regional Europeu em 2014 no País Basco/Euskadi, Espanha.

Já as entrevistas foram feitas com integrantes da esfera internacional e de coordenações nacionais da MMM, as quais participam das decisões políticas do movimento em escala transnacional e

representam a ligação dos movimentos locais com seus âmbitos mais amplos.

As entrevistadas são integrantes da Marcha em países colonizadores europeus, do Norte, e de países colonizados da América Latina, do Sul. Das dezesseis mulheres de onze países diferentes ouvidas, todas participam ou acompanham de forma próxima as atividades das coordenações nacionais de seus países. Algumas acumulam ou já acumularam as atividades na coordenação nacional com funções em âmbito interacional. Quinze são atualmente integrantes de coordenações nacionais, duas exercem e duas já exerceram funções internacionais, incluindo uma ex e a atual Coordenadora Internacional da Marcha. Os nomes das entrevistadas não são citados para garantir seu anonimato diante do compromisso de confidencialidade assumido no termo de consentimento.

Na sequência, serão primeiramente destacados os pontos de vista das entrevistadas a respeito de questões como o feminismo patrocinado pelas Nações Unidas, a percepção da Marcha sobre o Fórum Social Mundial, as dinâmicas entre países do Norte e do Sul dentro da MMM e sua definição como um movimento feminista popular de base, a fim de melhor compreender as relações entre Norte e Sul dentro da MMM.

Início com as respostas a um questionamento e, no decorrer da análise, busco transmitir as ideias de modo articulado aos objetivos da pesquisa. Para isto, destaco os aspectos principais do roteiro de entrevistas – o qual pode ser encontrado nos anexos – mas também utilizo as informações que foram além dele, já que, dado o formato semiestruturado escolhido, não existe a obrigatoriedade de se limitar a perguntas estanques.

Ciente de que nas sínteses corre-se sempre o risco de não espelhar completamente a riqueza das falas, ainda assim opto por não reproduzi-las longamente ao analisar os dados das entrevistas, buscando construir uma narrativa que as coloque em diálogo sobre os aspectos discutidos. As entrevistas serão numeradas de acordo com a ordem de realização, sendo que algumas foram coletivas.

5.2.1 As Relações entre Norte e Sul na Marcha

Questionadas diretamente durante as entrevistas sobre o primeiro momento, ou melhor, sobre o feminismo que orbitou em torno da ONU, as coordenadoras nacionais da Marcha Mundial das Mulheres que de fato tinham alguma opinião a respeito foram unânimes em apontar-lhe críticas. Em linhas gerais, afirmaram tratarem-se de espaços que não eram

realmente abertos, livres, justos ou democráticos, mas institucionalizados, elitistas, colonizadores da agenda do movimento e que respondem a interesses que não são das mulheres populares.

Para uma entrevistada do Chile as Nações Unidas estão dentro de uma dinâmica em que primam os interesses econômicos sobre os nacionais, os governos perdem capacidade de ação frente aos poderes econômicos e são as organizações internacionais mundiais econômicas as que imperam, não os organismos internacionais que visam o bem comum e a justiça social. Diante disto, ela indaga se a ONU está fazendo um efetivo feminismo, de luta franca ao patriarcado e ao capitalismo. (ENTREVISTA 9, 2015).

Como se pode constatar na continuidade, são substanciais as críticas lançadas e as diferenças percebidas por suas ativistas entre a MMM e o primeiro momento, o que confirma que a Marcha surgiu com o intuito de fazer um feminismo distinto daquele patrocinado pelas Nações Unidas, um “outro” feminismo transnacional.

A Marcha se propõe um movimento feminista popular de base e, portanto, um movimento do Sul, declarando-se recorrentemente contrária ao neoliberalismo e compondo, assim o movimento antiglobalização.

Neste sentido, em sua declaração de valores se percebe como um grande evento global surgido no início do século XXI que, juntamente com o Fórum Social Mundial, fortaleceu e se tornou parte da luta para transformar a sociedade contemporânea, luta esta que incorpora a resistência à globalização neoliberal patriarcal, racismo, entre outros (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

De acordo com uma ex-Coordenadora Internacional, a estruturação da MMM foi se dando no mesmo tempo de criação de uma ação conjunta de movimentos sociais em âmbito internacional, tanto no Fórum Social Mundial como em enfrentamentos contra o FMI, Banco Mundial, OMC, degradação ambiental. Ela enfatiza que a presença da Marcha nesses processos foi bastante importante para ambos os lados, para que houvesse uma presença dos feminismos nessa movimentação internacional e também para que este processo de renovação, de surgimento de uma outra geração política pós globalização neoliberal fosse vivido no interior da Marcha (ENTREVISTA 12, 2015).

A Marcha, afirma, teve um grande peso na organização do primeiro FSM e desde então vem participando deste espaço para articular-se com outros movimentos sociais, conhecer outras militantes, se autodivulgar, chegar a outras pessoas (ENTREVISTA 12, 2015).

Para uma integrante francesa, não é possível para a MMM estar ausente de um espaço como o Fórum Social Mundial, que concretiza a

possibilidade de construir e expressar as alianças com diversas organizações transnacionais, onde estão as pessoas conscientes das mudanças na sociedade (ENTREVISTA 6, 2015).

Corroborando este entendimento, uma delegada chilena aduz que a Marcha se integra aos FSM muito ativamente, sempre participando com seus temas e se integrando muito bem às dinâmicas de trabalho em que pode ampliar seu espaço de cobertura (ENTREVISTA 9, 2015).

No entanto, apesar de reconhecerem a importância do fórum, as ativistas da MMM não deixaram de lhe tecer críticas importantes. Dentre elas, o fato de ser um espaço ainda muito masculino, no qual ainda se encontra muitas pessoas com quem não é possível dialogar; as grandes diferenças na visão do mundo que se quer construir; a falta de acordos que o tornem algo mais do que um encontro meramente deliberativo, e o fato de ter se tornado crescentemente algo que elas chamam de “indústria fórum”, que mobiliza recursos e trabalho e acaba se distanciando de sua intenção original, perdendo vitalidade.

Situada no âmbito do movimento antiglobalização surgido na virada de século, a Marcha se autodefine em sua Constituição e Estatuto como um movimento feminista, anticapitalista e internacional que busca reunir particularmente as mulheres de organizações populares de base (grassroots) para eliminar as raízes das causas da pobreza e violência contra as mulheres (WORLD MARCH OF WOMEN, 2016).

Na sequência a questão de percebê-la ou não como um movimento feminista popular de base, ou do Sul, será investigada a partir das entrevistas realizadas, em concomitância com as relações entre Norte e Sul dentro do movimento.

De fato, a maioria das integrantes de coordenações nacionais entrevistadas percebe a MMM como um movimento feminista popular de base.

Segundo uma coordenadora francesa, a Marcha é um movimento de educação popular que trabalha com as mulheres da base. Para ela, “não se precisa ir ao sul (geográfico) para achar mulheres com dificuldades econômicas, basta ir aos subúrbios e bairros de nossas próprias cidades” (ENTREVISTA 6, 2015).

No mesmo sentido, uma delegada nacional da Venezuela entende que a Marcha Mundial das mulheres tem um enfoque no feminismo popular, comunitário, pretendendo tirar o feminismo da realidade acadêmica e fazê-lo cotidiano (ENTREVISTA 8, 2015).

Como pontua uma entrevistada belga, embora isto muitas vezes não seja entendido, o objetivo da Marcha é criar movimentos populares locais e colocar mulheres juntas para pensarem e encontrarem soluções

para seus problemas (ENTREVISTA 3, 2015).

É claro que em cada nível de análise, seja ele local, nacional, regional ou global, mudam os referenciais de Norte e Sul. Por isso, quando se coloca o enfoque nos âmbitos regional e nacional do movimento, é diferente falar de Sul em países e regiões do Sul e falar de Sul em países e Regiões do Norte, da mesma forma que falar em Norte em países e regiões do Norte é diferente de falar em Norte em países e regiões do Sul.

Sendo assim, partindo dos enfoques nacionais um movimento feminista popular de base no Brasil ou no Chile, por exemplo, é bastante distinto de um movimento popular de base em Portugal ou Espanha, e ainda mais distinto de um movimento de base na França ou Inglaterra. No âmbito regional, por sua vez, um movimento feminista popular de base na América Latina é diferente de um movimento feminista popular de base na Europa, e um movimento feminista popular do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Grécia, p.ex.) é bastante diferente de um movimento feminista popular no Norte da Europa (Inglaterra, França, Alemanha, p.ex.).

Caracterizando-se a Marcha como um movimento feminista popular de base, seus esforços e sua força estariam concentrados no Sul, esteja ele no Norte ou no Sul regional e geográfico. Porém, existem mais complexidades nesta análise, o que inviabiliza fazer esta afirmação sem alguns esclarecimentos e ressalvas.

De acordo com o entendimento de algumas coordenadoras nacionais entrevistadas, a MMM não é apenas um movimento feminista popular de base, ou seja, não é apenas um movimento do Sul.

Uma delegada nacional do Equador ressalta que a Marcha tem uma composição popular importante, uma convocatória aos setores populares, mas não é só popular, é um movimento heterogêneo (ENTREVISTA 10, 2015).

De acordo com uma brasileira, existe um pouco de divisão entre Norte e Sul dentro da MMM, embora menos do que em outros movimentos, porque as militantes da Marcha no norte são também mais populares (ENTREVISTA 12, 2015).

Discorrendo sobre o assunto, uma ativista portuguesa esclarece que existe uma diferença entre a forma que o Sul e o Norte da Europa veem a Marcha. Para ela, os movimentos do Sul da Europa são muito mais de base, mas quando se começa a olhar para o Norte da Europa, como na França, passa a haver muita dificuldade em perceber a MMM como um movimento de base, dado que este assume naquele país um viés mais acadêmico. Já na América Latina a Marcha seria um movimento de

base que consegue agregar muitas mulheres (ENTREVISTA 5, 2015).

Ela define ainda a Marcha na Europa como um movimento ocidental, branco e em sua maioria composto por mulheres de classe média, apesar de toda a diversidade cultural que a região carrega, dos tantos imigrantes vindos das ex-colônias, das milhares de africanas que vivem em países como Portugal e França. Neste sentido, a integração das mulheres negras, por exemplo, é apontada como uma grande dificuldade naquele continente, em parte porque não teria havido a criação de espaços para que elas pudessem se integrar e defender os seus feminismos (ENTREVISTA 5, 2015).

Para uma entrevistada belga, existem organizações de mulheres migrantes, muitas do Congo, que são membros da Marcha na Bélgica, e neste sentido, afirma, o país é uma exceção no nível europeu por comparecer aos encontros sempre com delegações com mulheres de diferentes cores (ENTREVISTA 3, 2015). De fato, a única mulher negra presente no Encontro Regional Europeu foi uma integrante de origem congo-belga da delegação belga. Mas a reunião contou também com a presença de mulheres latino-americanas ativistas de um movimento de mulheres imigrantes situado em Bilbao vinculado à MMM, “mujeres del mundo”, que teve o prazer e a oportunidade de conhecer.

Apesar destas nuances, estão presentes na Marcha tanto uma maior força do Sul e seus feminismos quanto um intuito de privilegiar as demandas do Sul. A este respeito, uma coordenadora nacional do Equador ensina que, enquanto em certos movimentos de mulheres tem havido uma dominação implícita do Norte por meio de discursos, agendas e muitas vezes financiamentos que criaram condicionantes, processos como a Marcha se pretendem mais horizontais, baseados na autogestão e na solidariedade, não na dependência, justamente para não serem contaminados por outros vícios que haviam sido produzidos por outras dinâmicas. Ainda de acordo com ela, a MMM tem a vocação de gerar um protagonismo das mais excluídas de outros tempos. Isto está em seus princípios, em sua razão de ser (ENTREVISTA 10, 2015).

Este protagonismo do Sul e de suas demandas no movimento pode explicar a ausência de muitos países do Norte na Marcha, como Reino Unido, Irlanda, Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islandia, e sua pouca força em países como os Estados Unidos, em que uma coordenação nacional foi apenas recentemente criada, e Alemanha, onde existe dificuldade para engajar mais grupos para visibilizar e expandir o movimento em âmbito nacional.

Questionada sobre este quadro, uma integrante da Marcha de Portugal entende que não se trata de falta de necessidade, mas de uma

questão cultural. Isto porque estes países perceberam o feminismo a partir da perspectiva de que as mulheres precisavam entrar no mercado de trabalho. Como a igualdade salarial e o acesso aos cargos de topo de carreira foram conquistados, passou-se a ter a percepção e a se vender muito a ideia de que a missão do feminismo foi cumprida. Mas, segundo ela, um olhar mais atento, por exemplo, para as sociedades nórdicas na perspectiva das relações de intimidade e de como as famílias se estruturam revela que não há muita diferença de mentalidade em relação a outros países, e de fato o número de mortos por violência doméstica nos países nórdicos é bastante parecido com o resto da Europa (ENTREVISTA 5, 2015).

A este respeito, conforme visto em momento anterior na tese, os movimentos feministas do Sul são historicamente relacionados à crítica à violência estrutural e à percepção de que o acolhimento das demandas feministas depende da conquista de uma sociedade socialmente mais justa, já que em seus cenários de profundas desigualdades apenas equiparar a situação das mulheres à dos homens não resolveria a maior parte de seus problemas. Por sua vez, os movimentos feministas do Norte, emergidos de cenários mais socialmente igualitários e protagonizados por mulheres brancas de classe média de países desenvolvidos historicamente concentraram suas reivindicações na igualdade entre homens e mulheres, especialmente no que concerne aos direitos políticos e trabalhistas. Esta discussão e estas diferenças estiveram bastante marcadas no primeiro momento de transnacionalização dos feminismos e nas discussões pós/decoloniais.

Com o tempo, as demandas por igualdade política e trabalhista privilegiada pelas mulheres do Norte foram conquistadas. Muitas autoras feministas falam inclusive em cooptação dos feminismos pela globalização neoliberal, afirmando ter sido de fato vantajoso para o neoliberalismo poder contar crescentemente com a mão-de-obra feminina. Paradoxalmente, contudo, a participação das mulheres na esfera dita pública e no mercado de trabalho formal, embora tenha contribuído de certa forma para seu empoderamento, não eliminou a subordinação feminina em diversos aspectos nem impediu que as condições da maioria das mulheres do mundo continuasse se deteriorando, especialmente no Sul.

Nos países do Norte, com a tônica que adquiriram os feminismos por lá, a conquista de espaço no mercado de trabalho e a aquisição de direitos políticos possivelmente deixou a sensação de que os objetivos do feminismo foram atingidos, resultando na crescente desmobilização do movimento de que falam no capítulo anterior Margaret Snyder (2006) e

Aili Mary Tripp (2006). Além disso, o posicionamento popular e antiglobalização da Marcha e suas principais demandas, mais fortes e historicamente vinculadas ao Sul, não encontram identificação em muitos países do Norte. Haveria, neste sentido, uma relação direta entre os problemas trazidos pela globalização neoliberal aos países e sua vinculação e força na Marcha. Isto comprova a tônica no Sul do movimento e sua identificação com os feminismos do Sul, ao mesmo tempo em que explica importantes ausências do Norte.

Sobre a diferença de temáticas e tensões entre Norte e Sul, uma coordenadora nacional de Valência destaca que desde que o secretariado internacional passou aos países do sul (em 2007 houve a transferência do secretariado do Canadá para o Brasil), o Sul se tornou mais visível na Marcha. Isto fez com que as problemáticas do movimento se tornassem cada vez mais identificadas com as problemáticas do Sul, enfocando na maioria das vezes questões rurais, a soberania alimentar e movimentos globais com as quais a coordenação valenciana não se sente identificada e não tem intenção de trabalhar (ENTREVISTA 2, 2015).

Reconhecendo a dificuldade de se fazer um movimento internacional capaz de abranger realidades tão distintas, ela destaca a necessidade sentida em seu contexto de priorizar ações locais para dar conta de suas demandas e lutas cotidianas, dentre as quais aponta o aborto, a autonomia e os direitos das mulheres, e o combate à violência. Ainda assim, não se esquiva de afirmar que os problemas do Sul são mais urgentes que os problemas do Norte (ENTREVISTA 2, 2015).

Como se pode perceber, enquanto um movimento feminista transnacional que prioriza o Sul e suas demandas, ao mesmo tempo em que se coloca em uma posição de crítica ferrenha ao capitalismo global, inserindo-se em um espaço antiglobalização, segundo as entrevistadas, a Marcha se mostra bem mais alinhada com as perspectivas feministas pós/decoloniais do que o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos.

Tais perspectivas trazem caminhos para lidar com a diversidade de um movimento global de maneira sensível às complexidades e distinções locais e igualmente comprometida com a construção de objetivos políticos que visem eliminar as diferentes formas de subordinação em busca de um mundo mais justo/ plena justiça social.

Em virtude disto, insisto na importância da atenção às interseccionalidades/ às análises interseccionais como pressuposto para uma compreensão das complexidades implicadas no interior de um movimento tão vasto como a Marcha Mundial de Mulheres, com vistas a construir uma solidariedade realmente igualitária e verdadeiramente

atenta às diferenças.

Sendo assim, na sequência analiso as interseccionalidades e a solidariedade na MMM a partir de sínteses que destacam estas categorias, utilizando a triangulação das técnicas de modo a construir um diálogo entre o disposto nos documentos, as observações feitas nos encontros políticos do movimento e as percepções das entrevistadas.

5.2.2 Interseccionalidade

Embora a palavra ‘interseccionalidade’ não apareça diretamente nos documentos estudados, é possível observar referência ao conceito em alguns deles.

Neste sentido, a Declaração de Valores da Marcha aduz:

O Século XXI começou com dois grandes eventos globais: a Marcha Mundial das Mulheres e o Fórum Social Mundial. Essas duas ações se tornaram rapidamente processos maiores que os eventos em si, tornando-se parte de e fortalecendo a luta para transformar profundamente nossas sociedades. **Esta luta incorpora a resistência à globalização neoliberal (a nova face do imperialismo), guerra, racismo, pobreza e todas as formas de discriminação, ocupação e militarização. A globalização neoliberal patriarcal acentua a desigualdade de gênero e a lacuna entre ricos e pobres, entre países, territórios e pessoas, e gera ainda mais exclusão, ódio, racismo e intolerância** (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, grifo nosso).

Já na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade consta o seguinte:

A Marcha Mundial das Mulheres da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão a mulheres e o capitalismo como o sistema que possibilita a uma minoria explorar a vasta maioria de homens e mulheres.

Estes sistemas se reforçam mutuamente. Eles se fundamentam em e trabalham conjuntamente com racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, homofobia, colonialismo, imperialismo,

escravidão e trabalho forçado. Eles geram muitas formas de fundamentalismos que impedem as mulheres e homens de serem livres. Eles geram pobreza e exclusão, violam os direitos de seres humanos, particularmente os direitos das mulheres, e põem a humanidade e o planeta em risco. Nós rejeitamos este mundo! (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Portanto, enquanto a Declaração reconhece a existência de interconexão entre as diferentes formas de discriminação, como neoliberalismo, patriarcado e racismo, a carta identifica o patriarcado e o capitalismo como sistemas de opressão e exploração em âmbito global que se reforçam mutuamente, basendo-se em e articulando-se com colonialismo, imperialismo, homofobia, entre outros.

Torna-se possível concluir então que a ideia de interseccionalidade, tal como desenvolvida pelos estudos pós e decoloniais, está presente no entendimento e no discurso da Marcha, embora o termo ‘interseccionalidade’ não tenha sido utilizado nos Encontros Internacional e Regional Europeu nos quais realizei minhas pesquisas de campo, nem tampouco pelas mulheres entrevistadas.

A partir daí, considero importante buscar entender se e de que forma esta alegada percepção interseccional se traduz nos momentos políticos e na prática do movimento. Com este intuito, investigo a seguir o 9º Encontro Internacional – ocorrido em agosto de 2013 - e o Encontro Regional Europeu – realizado em outubro de 2015 - com um olhar sensível às interseccionalidades, mais especificamente às formas com que os eixos de subordinação e suas transversalidades são – ou não – trabalhados/abordados/problematizados na prática da Marcha.

O Encontro Internacional, conforme mencionado anteriormente, reuniu nos dois primeiros dias de conferências e na Assembléia final todas as ativistas presentes. Já a partir do terceiro dia, foi dividido entre um momento político, reservado para as delegadas internacionais juntamente com o Comitê e o Secretariado Internacionais, e outros momentos de contatos e aprendizados voltados às demais participantes do evento, integrantes em sua maioria dos movimentos feministas populares de base que fazem parte da MMM no Brasil.

Para as atividades dos dois primeiros dias, em que houve a convergência entre todas as presentes no Encontro, foi escolhido o formato de conferências, ministradas por militantes e estudiosas dos assuntos abordados, com a predominância de temas como os feminismos

latino-americanos, suas trajetórias, construção, forças capitalistas e patriarcais e sua incidência sobre as mulheres e a própria Marcha. Observa-se aqui um foco unicamente na intersecção entre os eixos de gênero e classe.

Do terceiro dia em diante, fora do espaço político e em concomitância a ele, aconteceram painéis de discussão, oficinas, apresentações culturais, lançamentos de livros, exposições, a tenda da solidariedade e uma mostra de economia solidária que possibilitaram intercâmbios, ensinamentos e reflexões entre as participantes.

Nos painéis foram debatidas questões como controle do corpo e sexualidade; relações entre feminismo e antirracismo; mulheres em luta contra a mercantilização da natureza; ofensiva do capital sobre as cidades; autonomia econômica: desafios para uma agenda feminista no mundo do trabalho; enfrentamento à violência contra as mulheres: estratégias feministas; feminismo e cultura: a construção da contra-hegemonia, visibilidade lésbica; democratização da comunicação; prostituição; desafios para a despatriarcalização do Estado; economia feminista e solidária; direito ao aborto e estratégias feministas para a autonomia sobre a sexualidade e maternidade; educação não sexista; e soberania alimentar: estratégias das mulheres para transformar o modelo de (re)produção e consumo.

Estes momentos abrangeram, como se pode perceber, discussões em torno de uma diversidade de temáticas, inclusive voltadas a outros eixos de subordinação além de gênero e classe, como sexualidade e, bem mais timidamente, raça. Outros eixos, contudo, como geração e etnia, não foram abordados, apesar da presença marcante de mulheres indígenas no Encontro e do grande espectro de idade entre as participantes.

No que se refere à reunião política do Encontro Internacional e ao Encontro Regional Europeu, trataram-se de espaços eminentemente decisórios e operativos, voltados para tomadas de decisões práticas sobre o movimento, seu funcionamento e suas ações. Neles foram possibilitadas as exposições de realidades e demandas particulares dos países e regiões, mas sem trazer discussões ou problematizações sobre temáticas acerca dos eixos de subordinação e suas transversalidades.

Como se pode observar, de modo geral, prevalecem indiscutivelmente entre os temas tratados na Marcha os eixos interseccionados de gênero e classe, por meio das críticas ao capitalismo global e seus efeitos econômicos e sociais para as mulheres.

Portanto, nos documentos, discursos, práticas e análises do movimento, alguns eixos de subordinação alcançam prioridade em relação a outros, e enquanto os eixos de gênero e classe em suas

intersecções são exaustivamente trabalhados, outros eixos como sexualidade, geração, colonialidade, raça e etnia, recebem pouca ou nenhuma atenção, sendo, quando muito, abordados e trabalhados tangencialmente.

Corroborando este entendimento, uma ex-Coordenadora Internacional da Marcha afirma que, enquanto o eixo de classe é obviamente trabalhado, a questão de raça/etnia acaba sendo menos elaborada em termos de análise e ação. Já a heteronormatividade - que ela percebe como uma das questões fundamentais, junto com classe e raça -, por ter um sujeito político organizado que está continuamente presente na Marcha, construindo processos em conjunto, empurrando, pressionando, acaba sendo mais trabalhada e exercendo mais influência do que as questões de raça/etnia, justamente porque os feminismos negro e indígena aparecem menos organizados dentro da MMM (ENTREVISTA 12, 2015).

Neste sentido aponta a importância do movimento local se organizar, trazer a discussão e fazer sínteses, mas, enfatizando que o ideal seria uma construção conjunta, ressalta também a responsabilidade da coordenação internacional de criar ações que façam emergir outras questões, outros processos. Segundo ela a MMM ainda não deu conta de criar um processo em que as mulheres negras e indígenas coloquem suas questões com protagonismo e que mude sua presença na Marcha (ENTREVISTA 12, 2015). Em suas palavras:

Eu acredito muito que quando a gente consegue propor métodos organizativos que fazem emergir métodos políticos diversos, a gente consegue criar uma síntese depois para melhor. Então acho que a gente não deu conta ainda de criar um processo em que as mulheres negras, indígenas coloquem suas questões com protagonismo e que mude a presença delas na Marcha (ENTREVISTA 12, 2015).

Para ela a Marcha poderia, a partir da coordenação internacional, ter a capacidade política de provocar mais estas questões e a criatividade de propor dinâmicas e criar processos em que elas emergissem, mas ainda se esbarra em obstáculos práticos como a falta de pessoal e o excesso de tarefas em âmbito internacional (ENTREVISTA 12, 2015).

Certamente são imensos os desafios de problematizar as interseccionalidades em um movimento transnacional da dimensão da MMM, que coloca em contato mulheres do mundo todo, funcionando

como um fórum global da maior diversidade.

Em seu âmbito decisório internacional e regional, a Marcha tem procurado formas de promover maior horizontalidade e igualdade de espaço entre suas representantes de diferentes países, formas estas que serão apresentadas mais adiante ao se tratar da solidariedade no movimento.

Mas algo a ser certamente questionado é se o fato de oferecer igualdade de espaços para exposição dos diferentes contextos, sejam eles locais, nacionais ou regionais, sem problematizar as interseccionalidades seria suficiente para promover uma percepção completa da diversidade que compõe o movimento e empoderar igualmente os grupos de mulheres de diferentes realidades, especialmente as populares de base.

O que as falas das entrevistadas mostram é que não há consenso no interior da Marcha sobre o uso da categoria interseccionalidade.

Posicionando-se claramente contrária à visão interseccional, por exemplo, uma coordenadora do Equador ressalta que experiências como a Marcha têm permitido revelar as mulheres desde o afirmativo, e a visão interseccional põe o destaque na vitimização, de busca da categoria de opressão, que é totalizadora e negadora de um 'protagonismo na desigualdade' das mulheres. Afirma:

Nós mulheres temos feito economia, temos feito sociedade, temos feito história, e temos vivido relações de subordinação com uma hegemonia, mas não seguimos oprimidas absolutamente ou determinadas absolutamente pelo poder masculino, não é assim. Isto é algo que a Marcha nos permitiu ver, toda a diversidade e riqueza de ser mulheres e de fazer a vida como mulheres a partir de distintas formas de contribuir e construir as economias de subsistência, a economia de cuidado, as redes sociais, tudo aquilo que protagonizamos e tem sido o fio condutor da humanidade. Tudo isto não se pode ver a partir da categoria opressão e da interseccionalidade, que busca as opressões, que é negadora do protagonismo, que é negadora de um projeto de transformação. Com outro olhar, como do Buen vivir¹⁵, a mulher indígena, por exemplo,

¹⁵ Buen vivir é uma categoria central da filosofia de vida originária da cosmovisão dos povos e nacionalidades autóctones da América Latina, caracterizada pela busca de alternativas ao desenvolvimento. Surgindo de raízes comunitárias não capitalistas é uma oportunidade para construir e reconstruir coletivamente novas

deixa de ser a mais oprimida, explorada, analfabeta, como um nada, para ser a detentora de saber, que é protagonista em práticas culturais etc.. Com a interseccionalidade se nega tanto que a mulher tem que deixar de ser o que é (ENTREVISTA 10, 2015).

Considerando absolutamente válido e rico seu questionamento e seu entendimento, creio que olhar para o movimento a partir de um viés interseccional não significa negar absolutamente o protagonismo das mulheres populares que sofrem as superposições dos diversos sistemas de opressão. Ao contrário, significa compreender as opressões que lhes limitam e oferecer-lhes meios que coloquem todas as suas lutas em condições de igualdade no movimento.

Penso que, ao não problematizar e visibilizar os eixos de subordinação e as interseccionalidades existentes/que permeiam a enorme diversidade que a compõem, a Marcha pode acabar favorecendo os grupos mais fortes, mais privilegiados, mais possuidores de recursos e mais articulados politicamente, possibilitando assim uma desigualdade de poderes em seu interior.

Um fórum global tão diverso formado por milhares de grupos de movimentos locais consiste em um campo bastante heterogêneo de lutas de poder. Ignorar as interseccionalidades neste cenário abre espaços para que os grupos mais fortes ganhem mais influência no movimento e mais atenção a suas demandas.

A partir das perspectivas pós e decoloniais, conforme visto na apresentação das categorias, uma análise interseccional seria condição fundamental para uma prática solidária. Desta forma, a construção da solidariedade em um sentido pós/decolonial implica compreender as interseccionalidades que tornam as realidades particulares e distintas. A partir deste reconhecimento inicia-se então um processo de construção de consenso atento às diferenças e complexidades, um processo de negociação de objetivos políticos.

Portanto, o sucesso em se construir formas de visibilizar e lidar com as interseccionalidades dentro do movimento seria fundamental para

formas de vida de forma descolonizadora e despatriarcalizadora, rompendo ainda com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante e também dos diversos socialismos realmente existentes até agora. O Buen Vivir, em suma, propõe uma mudança da civilização. In: Acosta, Alberto. O Bem Viver. **O Bem Viver**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.

a construção de uma solidariedade efetiva ideal na perspectiva feminista pós/decolonial.

Isto não quer dizer, no entanto, que as impossibilidades e dificuldades para uma análise e prática interseccionais inviabilizem completamente a construção de solidariedades. Neste sentido, uma prática solidária, ainda que não dê conta de refletir todas as complexidades e interseccionalidades existentes, pode buscar abranger estas diversidades da maneira mais inclusiva e igualitária possível. Partindo desta percepção, passo a abordar a questão da solidariedade na Marcha.

5.2.3 Solidariedade

A solidariedade é um dos termos mais utilizadas pela Marcha, sendo evocada e aparecendo com frequência nos discursos e documentos como um dos seus valores norteadores.

A Declaração de valores pronuncia que “a Marcha Mundial das Mulheres crê na globalização da solidariedade. Somos todas mulheres distintas que trabalhamos juntas para construir outro mundo” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 60).

A Constituição e o Estatuto, por sua vez, além de reiterar que suas ações e valores se centram na globalização da solidariedade, aduz ainda que parte da identidade do movimento é também sua solidariedade internacional e o fato de estar atento ao que acontece às mulheres em outras partes do mundo. Aponta ainda como objetivo da MMM “fortalecer e manter um vasto movimento de solidariedade de mulheres e grupos populares de base” (WORLD MARCH OF WOMEN, 2016).

Na mesma senda, a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade dispõe expressamente que “esta Carta se baseia nos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 61), e apresenta sete afirmações acerca da solidariedade:

SOLIDARIEDADE

Afirmação 1. Promove-se uma solidariedade internacional entre as pessoas e os povos livre de todo tipo de manipulação e influência.

Afirmação 2. Todos os seres humanos são interdependentes e compartilham o dever e a vontade de viver juntos, de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária, baseada nos direitos humanos, livre de opressão, de exclusões, de discriminações, de intolerância e de violências.

Afirmção 3. Os recursos naturais, os bens e os serviços necessários para a vida de todas e de todos são públicos e de qualidade, e todas as pessoas terão acesso a eles de maneira igualitária e equitativa.

Afirmção 4. Os povos administram os recursos naturais que se encontrem na área em que estejam vivendo e devem respeitar o meio ambiente e promover sua preservação e sustentabilidade.

Afirmção 5. A economia da sociedade está à serviço daquelas e daqueles que a compõem e se centra na produção e nos intercâmbios das riquezas socialmente úteis, as quais se distribuem entre todas e todos, garantindo acima de tudo o bem-estar da coletividade, eliminando a pobreza e assegurando um equilíbrio entre o interesse geral e os individuais. É uma economia com a qual se assegura a soberania alimentar. Não permite a busca exclusiva da ganância sem satisfação social nem a acumulação privada dos meios de produção, das riquezas, do capital, das terras; nem a concentração da tomada de decisão em mãos de alguns grupos ou de algumas pessoas.

Afirmção 6. A contribuição de cada uma e de cada um à sociedade está reconhecida e se traduz em direitos sociais, seja qual for a função que ocupem.

Afirmção 7. As manipulações genéticas estão controladas. Não existe direito de propriedade sobre o ser vivo nem sobre o genoma humano. Está proibida a clonagem humana ((MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 62-63).

A solidariedade proferida na Carta, portanto, está relacionada aos demais valores pronunciados pela Marcha, quais sejam, liberdade, igualdade, justiça e paz. Baseia-se ainda na ideia de distribuição equitativa de bens e recursos, preservação do meio ambiente, soberania alimentar, garantia de direitos sociais e administração dos recursos naturais pelos povos que habitem as localidades nas quais eles se encontrem. Além disso, está associada à percepção de interdependência entre todos os seres humanos e à eliminação das opressões, exclusões, discriminações, intolerância e violências.

Percebe-se, desta forma, uma aproximação com a solidariedade pós/decolonial, à medida em que esta, além de se pretender igualitária e

justa, sustenta-se no entendimento de que nossas localizações enquanto indivíduos são determinadas por sistemas globais de subordinação que nos interconectam e tornam, portanto, nossas realidades interdependentes. Esta é uma compreensão importante para um movimento transnacional que existe em tantos e diversos contextos e culturas.

Indo um pouco além do entendimento de solidariedade apresentado pela Marcha em seus documentos, a solidariedade pós/decolonial advoga a importância da consideração das diferenças para a construção de comunalidades. Lança assim luzes e oferece caminhos para a construção de uma solidariedade verdadeiramente justa e igualitária.

A partir das observações feitas durante as pesquisas de campo e das entrevistas realizadas, analisarei na sequência quatro fatores que entendo essenciais/importantes para refletir a construção de uma prática solidária pós/decolonial pelo movimento. São eles: a representatividade, a comunicação, o espaço para manifestação de diferenças e as construções coletivas (construção de consenso).

5.2.3.1 Representatividade

Conforme a Constituição e Estatuto, o Encontro Internacional é a estrutura mais alta de tomada de decisão da MMM, funcionando como uma assembleia geral da qual participam as delegações das Coordenações Nacionais. Participa também das reuniões internacionais o Comitê Internacional, formado por representantes das 05 regiões que integram a Marcha. Seu quórum é composto por um mínimo de 20 países/territórios e três regiões (WORLD MARCH OF WOMEN, 2016).

Já a tomada de decisão em âmbito regional acontece por meio das reuniões regionais.

Durante os momentos de decisão política, internacional e regionalmente, comparecem as delegadas nacionais, com o objetivo de representar a diversidade compreendida pelos movimentos locais que fazem parte das suas coordenações para tomar decisões em nome da MMM enquanto um movimento internacional.

Com base nisto, dois desafios principais podem ser apontados no que se refere à representatividade. O primeiro deles seria próprio comparecimento às reuniões e o segundo, o quanto as que se fazem presentes falam pela multiplicidade que representam.

No que se refere ao comparecimento, estiveram no Encontro Internacional delegadas de 50 países, de um total de 60 que de fato

possuem coordenações nacionais. Do Encontro Regional Europeu participaram 60 delegadas de 18 coordenações nacionais.

Considerando que alguns países possuem mais recursos que outros, uma coordenadora da Catalunha explica que a Marcha reserva recursos para apoiar a ida das mulheres mais necessitadas aos Encontros Internacionais para que tanto mulheres do Norte quanto do Sul possam participar das discussões e decisões do movimento.

O mesmo acontece em âmbito regional. Na Europa, por exemplo, de acordo com uma das entrevistadas da região, muitas vezes quando as coordenadoras não conseguem pagar as viagens recebem ajuda da França para que possam comparecer às reuniões. Mas segundo ela, nesta reunião a coordenação que sediou o evento, o País Basco, financiou a maioria das viagens, o que é bastante raro.

Sobre a representação da diversidade dos grupos locais pelas delegadas de cada país/território, algumas entrevistadas mencionaram e a Constituição e Estatuto dispõem expressamente que podem comparecer aos Encontros Internacionais um máximo de três delegadas por Coordenação nacional, das quais pelo menos um deve ser uma mulher jovem – entendida como menor de 30 anos, conforme esclareceu uma entrevistada da Bélgica. Segundo o documento, o objetivo seria garantir uma representação equilibrada dos países/territórios participantes.

Para uma coordenadora da Catalunha se espera que as delegadas que compareçam às reuniões internacionais se alternem e que venham mulheres de todos os estratos, jovens, pobres, e não só as mesmas (ENTREVISTA 1, 2015).

A partir disso torna-se pertinente questionar até que ponto, ainda que exista uma alternância entre as mulheres de cada coordenação que comparecem, de que forma poderiam as três delegadas representar muitas às vezes dezenas de grupos locais diferentes, e de que forma estas representantes nacionais em plenária dariam conta de refletir os intuítos e perspectivas dos mais de 5000 grupos fazem parte da Marcha.

A este respeito, a atual coordenadora internacional do movimento aduz que a expectativa é de que as três integrantes de cada coordenação que compareçam possam levar aos espaços políticos internacionais o que cada país/território espera. Mas para isso, ressalta, é preciso criar um espaço local de debate e garantir que os processos nacionais de construção dos consensos e das dinâmicas, serão levados ao âmbito internacional (ENTREVISTA 11, 2015).

Porém, segundo ela, nem sempre o movimento consegue ser tão democrático, e às vezes, independente da vontade, os desafios da comunicação a nível local já são muito grandes, sem falar também nas

limitações financeiras. Além disso, sendo a Marcha esse movimento todo tão complexo, há sempre uma dificuldade muito grande, dentro de uma dimensão tão global, de fazer com que todas as vozes sejam ouvidas e as diversas agendas possam num determinado espaço gozar de mesmos privilégios. Isto porque o espaço é sempre muito pequeno e a condição e a possibilidade de representação, muito limitadas (ENTREVISTA 11, 2015).

De modo geral, a estrutura formal escalonada e baseada na representação em âmbito internacional pode também ser apontada como um obstáculo à construção da solidariedade no movimento e uma contradição aos princípios de não-hierarquia, informalidade e participação associados historicamente aos feminismos.

De acordo com Manisha Desai (2007), as feministas transnacionais estavam entre as primeiras a desenvolver redes sobre a base de estruturas e processos participativos não-hierárquicos e informais.

Mas como pude perceber nas reuniões políticas, a Marcha não se guia por uma lógica de hierarquia, mas de uma organização que lhe possibilite formar uma rede capaz de agir nos diferentes âmbitos, local, nacional, regional e transnacional, buscando garantir, com todas as limitações, representatividade, participação e informalidade em seus processos.

Seu intuito de horizontalidade na esfera internacional está inclusive expresso na Constituição e Estatuto, que dispõe que tanto o Comitê quanto o Secretariado funcionarão de uma maneira coletiva e horizontal.

5.2.3.2 Comunicação

A comunicação é um ponto importante a se pensar quando se trata de conhecer as diferenças e construir solidariedades em um movimento que se dissemina pelo mundo quase todo. Para efetivá-la em um movimento transnacional dois fatores se fazem fundamentais: tradução e meios de comunicação.

São três os idiomas oficiais da Marcha, nos quais são disponibilizados seu website do movimento internacional, seus boletins e documentos, quais sejam, francês, inglês e espanhol. Tanto no Encontro Internacional quanto no regional europeu foram oferecidos aparelhos de tradução simultânea nestas três línguas para todas as participantes.

Uma ex-Coordenadora Internacional relata que houve uma preocupação e um processo para que as tradutoras e intérpretes fossem do movimento também, para que compreendam a linguagem da Marcha e

para que se estabelecesse entre elas e as outras mulheres uma relação de confiança. Assim foi sendo montando o que ela chama de um “exército de tradutoras e intérpretes” (ENTREVISTA 12, 2015).

As traduções, tanto nos Encontros quanto por meio dos documentos, possibilitam não apenas maior contato e troca de ideias, mas também maior representatividade na tomada de decisão e na construção coletiva dentro do movimento. Desta forma ajudam a romper a importante barreira da língua, construindo pontes para que o movimento seja representativo de sua diversidade e capaz de considerar todas as diferenças que lhe constituem.

Quanto aos meios, além dos Encontros presenciais Internacionais, que acontecem a cada dois anos, e regionais, as delegadas entrevistadas relataram que existe comunicação constante na esfera internacional da Marcha via telefone, e-mail e Skype. Assim o Comitê e o Secretariado Internacionais, e também o Secretariado Europeu, responsáveis por realizar a ponte entre os diferentes países e territórios, realizam com certa frequência contatos com as coordenações nacionais para dar seguimento ao movimento, tomar algumas decisões mais práticas e elaborar com antecedência as minutas e propostas que serão levadas às reuniões.

Nesta etapa de comunicação à distância as mulheres cujas línguas nativas estão entre as oficiais da Marcha têm sua participação favorecida e facilitada, enquanto as outras, ao contrário, encontram aí uma dificuldade para inserção no âmbito internacional do movimento. Desta forma, a língua pode ser uma barreira importante para a maior disseminação do movimento.

5.2.3.3 Manifestação das Diferenças

Nos encontros políticos da Marcha, tanto internacional quanto regionalmente, foi observada uma preocupação em oferecer às delegadas nacionais espaço para manifestação das diferenças por meio de um intercâmbio de realidades e demandas.

Neste sentido, durante a reunião política do Encontro Internacional, ao se deliberar sobre os desafios e possibilidades da Marcha, as delegadas foram divididas em pequenos grupos de acordo com as regiões da Marcha, sendo elas Américas, Europa, África, Ásia-Oceania e Oriente Médio-Mundo Árabe. As perguntas eram voltadas à sustentação e fortalecimento do movimento, promoção do seu autofinanciamento, treinamento político e inclusividade na comunicação, ampliação das alianças para articulações de alternativas locais, regionais e

internacionais; e, por fim, combate de sua criminalização e denúncia a ataques contra ativistas.

Após as discussões nos grupos regionais as delegadas se reuniram em assembleia geral – chamada plenária – para apresentar ao grande grupo o que havia sido discutido com relação às perguntas colocadas. Uma representante de cada grupo relatou brevemente os pontos levantados por cada região. No relato do grupo Oriente Médio-Mundo Árabe foram denunciadas as opressões e violências sofridas pelas mulheres da região em virtude das guerras e exploração econômica em seus países; o grupo Europa ressaltou a criminalização do movimento relacionada à subida da extrema direita ao poder no continente, sugerindo também investimento em formação por meio de caravanas que se dirijam ao interior para levar o movimento ao maior número possível de mulheres e propondo ainda que fossem pensadas novas formas de autofinanciamento; as delegadas da África apontaram o analfabetismo das mulheres e a precariedade da internet e da telefonia celular como grandes problemas a serem superados; na reunião das Américas ganharam destaque a multiplicidade dos movimentos sociais e de mulheres, sua criminalização crescente, a importância da criatividade e da formação alternativa nos âmbitos regionais e sub-regionais, a necessidade de se construir alianças com outros movimentos, a valorização da solidariedade e autonomia para fortalecimento da Marcha e, por fim, a ênfase que deve ser dada às demandas locais e de base.

Já a região Ásia-Oceania expôs como preocupação seu contexto político de exploração pelo neoliberalismo, destacou a necessidade de desenvolver a Marcha na Ásia - incluindo Coreia, Austrália, Nova Zelândia e mobilizando jovens para dar continuidade ao movimento – e ainda apontou como temas que constam em sua pauta a violência, prostituição, tráfico sexual, fundamentalismo religioso, militarização e maternidade.

Interessante observar aqui que esta divisão possibilitou trazer à plenária um panorama do cenário de cada região, oferecendo a regiões do Norte e do Sul o mesmo espaço de manifestação e a oportunidade de apresentarem suas particularidades e demandas para a construção de comunalidades.

Na continuidade foi posta em discussão a organização da quarta ação internacional da Marcha, que aconteceu em 2015. As delegadas desta vez se dividiram em três grupos por línguas - inglês, francês e espanhol – para iniciar suas conversas a partir de um documento contendo o extrato das conclusões do oitavo Encontro Internacional, ocorrido em 2011 nas Filipinas.

Mais uma vez, após os debates nos grupos menores, todas voltaram à plenária para apresentar o que havia sido trabalhado. Durante este momento, voltado a determinar os rumos da quarta ação internacional, vários problemas foram apontados pelas diversas delegadas em seus contextos para que fossem integrados ao objetivo da ação, como a militarização no Mundo Árabe e na América, a indústria do sexo crescente e a migração, especialmente na Europa.

A divisão por línguas colocou em contato representantes de países de distintas realidades e regiões, possibilitando um outro espaço de aprendizado mútuo que, levado depois ao grupo maior, ofereceu às delegadas mais uma vez a possibilidade de compreenderem suas distinções e mutualidades.

No Encontro Regional Europeu houve também um espaço geral, logo no início, de exposição sobre a situação dos diferentes países cujas delegadas se encontravam presentes, com o intuito de dar a todas um panorama global da Marcha e do que acontece em diferentes lugares, em diferentes realidades, no local, no internacional e na Europa como um todo.

Representantes da Suíça, Grécia, País Basco, Turquia, Romênia, Curdistão, Portugal, França, Bélgica, Polônia, entre outras, fizeram seus relatos em 5 minutos, destacando, de maneira geral, em maior ou menor grau, problemas com políticas de austeridade, ameaça a direitos das mulheres já conquistados e o crescimento de forças conservadoras.

Tanto a reunião política do Encontro Internacional quanto o Encontro Regional Europeu, voltados à tomada de decisão, ao colocarem em contato representantes das tantas regiões e países que compõem a Marcha e lhes oferecerem espaços para exposição de contextos, configuraram-se como oportunidades importantes para visibilizar as diferenças e particularidades que fazem parte do movimento e, a partir daí, construir consensos.

Além disso, de certa forma nos esforços para construção coletiva dos documentos, ações de estratégias do movimento, que serão vistos a seguir, se mostram também uma possibilidade de contato entre as diferenças, que se manifestam nas percepções apresentadas por cada coordenação nacional e pelas representantes regionais que integram o Comitê Internacional.

5.2.3.4 Construção Coletiva

Como esclarece uma coordenadora nacional francesa, as decisões na Marcha são tomadas normalmente por consenso e raramente por voto,

e caso não haja consenso, deixa-se a decisão para o próximo encontro. Segundo ela, nunca foi possível, por exemplo, escrever um texto coletivo em nome da MMM sobre prostituição porque não existe consenso sobre este assunto. Em alguns casos, contudo, é preciso tomar uma decisão, e nestes casos, se não consenso se vota.

Isto de fato é o que determina a Constituição e Estatuto do movimento, nos seguintes termos:

As decisões serão tomadas por consenso. Em situações onde o consenso não seja alcançado, cada órgão de Coordenação Nacional (ou país/território nos casos em que haja mais de um OCN) tem direito a um voto. Para se adotada, a proposta deve obter o apoio de pelo menos dois terços (2/3) dos Órgãos de Coordenação Nacional presentes (WORLD MARCH OF WOMEN, 2016).

Durante as reuniões políticas do Encontro Internacional, conduzidas pelas integrantes do Comitê, do Secretariado e da Coordenação Nacional no Brasil, foi dada abertura a todas as delegadas nacionais presentes para se manifestarem nos momentos de discussão e decisão. A palavra era conferida a quem solicitasse e todas as opiniões eram consideradas e debatidas. Delegadas nacionais de países e regiões tanto do Norte quanto do Sul receberam a mesma liberdade e espaço para se manifestarem, característica que chamou positivamente a atenção de uma delegada venezuelana entrevistada.

Na absoluta maior parte do tempo não houve discordâncias, e tanto as atividades para ação internacional de 2015 quanto a eleição do novo Secretariado Internacional foram decididas por unanimidade e sem maiores problemas. No decorrer das reuniões foi possível também observar a capacidade das mulheres que as conduziam de criar sínteses e propor alternativas para resolver impasses.

O único impasse do Encontro aconteceu na discussão para escolha do tema para ação internacional de 2015. O tema sugerido foi “meu corpo, meu território”, e as delegadas foram perguntadas se estavam de acordo. Inicia-se um momento de deliberação que aponta como problemático o uso da palavra “território”. Naquele momento ficou clara a diversidade cultural e contextual das mulheres que compõem este movimento feminista transnacional, visto que nos diferentes locais uma mesma palavra adquire conotações absolutamente distintas.

As americanas lembraram que em lugares como a América do Sul, existe conflito entre os territórios estatais e os territórios indígenas. Algumas delegadas europeias declararam que o uso de “território” pode trazer problemas em função do termo ser usado na Europa por nacionalistas e fascistas nos discursos anti-imigrações. Uma delegada palestina sugere então que se utilize “terra” ao invés de “território” e, sem uma solução, a discussão foi adiada para a tarde.

À tarde a reunião retoma a deliberação sobre o tema da próxima ação internacional. Algumas opções são apresentadas pelo Comitê Internacional e mostradas no telão, devidamente numeradas para se iniciar uma votação. Cada país tem direito a um voto de acordo com a constituição da Marcha e, ao fim, as três frases mais votadas são selecionadas para decisão posterior em cada coordenação nacional. São elas: seguiremos lutando até que nossos corpos, terras/territórios estejam livres; solidariedade feminista em marcha para a liberação de nossos corpos e terras/territórios; e autonomia para os corpos das mulheres, autodeterminação para os povos.

A divergência acerca da escolha do tema em função das diferentes percepções sobre o termo “território” foi o único momento em que não houve um acordo e a decisão precisou ser adiada para discussão no âmbito das coordenações nacionais. O tema escolhido por fim para a Quarta ação Internacional foi “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, que havia sido o tema da Ação internacional anterior.

O pouco tempo para a tomada de todas as decisões necessárias neste valioso espaço de reunião internacional foi também apontado como um problema e um obstáculo a ser vencido, fazendo com que os impasses mais problemáticos sejam adiados para discussões posteriores no âmbito das coordenações nacionais e entre elas.

O Encontro Regional Europeu foi marcado também pela total liberdade de manifestação conferida às delegadas presentes e se mostrou muito mais permeado por divergências do que o Encontro Internacional. Nele ficou ainda mais clara a importância de uma condução capaz de propor soluções e garantir o bom funcionamento da reunião.

Dentre as questões problematizadas esteve novamente o uso ou não da palavra território como tema da ação internacional. A discussão, já acontecida no Encontro Internacional, foi retomada diversas vezes e debatida longamente.

Logo de início houve o questionamento sobre o que houve com o tema "corpo e território" apresentado no Encontro Internacional no Brasil. Em resposta, uma das integrantes do Comitê Internacional na Europa esclareceu que o tema foi extensivamente debatido durante o Encontro

Internacional e também no âmbito do Comitê, mas decidiu-se, por ser extremamente controverso, não adotá-lo internacionalmente, deixando as esferas locais livres para decidirem usá-lo ou não.

Seguiu-se assim uma longa discussão repleta de discordâncias que permeou o restante do Encontro.

Muitos foram os posicionamentos distintos manifestados. Uma integrante do País Basco defendeu que a questão fosse pensada e trabalhada em âmbito local, uma vez que o termo que traz questões muito delicadas. Já uma representante do Curdistão afirmou que não haveria necessidade de deixar de usar o termo porque ele assumiu conotação negativa em alguns lugares, e ao invés disso ele poderia ser ressignificado pela Marcha.

Uma francesa então tomou a palavra e ressaltou que, se para as Américas e as nações da Espanha 'território' tem um significado positivo, que denota seu lugar originário, na França à medida em que os fascistas ganham cada vez mais força, como acontece em muitos países da Europa, o uso do termo território pode ser bastante perigoso. Isto porque, de acordo com ela, os fascistas se voltam contra os imigrantes de forma racista e os acusam de invadir o seu território, utilizando-se muitas vezes de termos e argumentos da esquerda para fundamentar suas atitudes. Ela afirmou que apoia as lutas nacionalistas de galícia, Catalunha, mas as lutas nacionalistas em seu país têm outro significado, e se baseiam no ódio, não na solidariedade.

Uma delegada da Catalunha pontuou que a Marcha tem como tradição deixar livres os países em casos de divergências para que encontrem um termo e uma forma que seja boa para todos os lugares. Ressaltou ainda que é importante estar atentos às sensibilidades e que seria simplista associar fascismo a território.

Na sequência, uma integrante da Galícia também se manifestou para afirmar que deixar de utilizar um termo porque o usam os fascistas parece um erro grave por parte de mulheres da Marcha, que defendem a diversidade, que buscam ressignificar e demandar sempre uma nova visão sobre estes conceitos. Ainda segundo ela, o termo território é muito mais complexo e tem muito mais riquezas do que os fascistas podem entender.

Por fim, diante da impossibilidade de se chegar a um acordo quanto a este ponto, as mulheres que conduziam a reunião propuseram seguir a orientação do Comitê Internacional de se manter o tema da ação anterior: seguiremos em marcha até que todas sejamos livres. Ao mesmo tempo, "corpo e território" permaneceria como eixo comum da ação, com base na ideia de território das mulheres como seu corpo, memória, espaço onde desenvolvem suas lutas, mas cada coordenação nacional ficaria livre para

decidir como refletir ou aprofundar a questão, usando ou não o termo “território”. A proposta então seria, com a ação, fazer um processo de compreensão do que significa esta ideia de corpo e território em cada realidade.

Todas então concordaram com este posicionamento, adotado na Ação Internacional de 2015.

Também foi possível observar nas pesquisas de campo e entrevistas realizadas que os documentos políticos internacionais assinados em nome da Marcha Mundial das Mulheres são construídos nas reuniões internacionais por meio de processos coletivos de discussão e negociação. Inicialmente uma minuta elaborada pelo setor internacional do movimento (Comitê Internacional e/ou Secretariado) é apresentada e lida para as delegadas nacionais presentes, as quais, sugerindo inclusões, exclusões ou substituições de acordo com seus entendimentos, constroem coletivamente sua versão final. O mesmo pode acontecer nas reuniões regionais, cujos documentos finais são assinados apenas pela Marcha Mundial de Mulheres daquela região específica.

Na ocasião das entrevistas uma coordenadora alemã esclareceu ainda que mesmo antes das reuniões os documentos são enviados para as coordenações nacionais, que podem manifestar discordâncias e enviá-los de volta com sugestões de alterações, recebendo posteriormente uma resposta (ENTREVISTA 4, 2015).

Dado o exposto, percebe-se claramente um esforço para, tanto nos encontros presenciais quanto nos processos de comunicação à distância, fazer com que as decisões políticas da Marcha sejam tomadas coletivamente, apesar das grandes dificuldades para conciliar tantas percepções diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no segundo capítulo da tese, à medida em que o contexto internacional começou a passar por diversas transformações em decorrência do fenômeno global contemporâneo, configurado a partir da segunda metade do século XX, surgiu a sociedade internacional formada por complexas e intrincadas redes, marcada pela redução de tempo e espaço, pelo avanço do neoliberalismo, pelo aumento das interações transnacionais e pelo surgimento de grandes organizações internacionais como as Nações Unidas.

Naquele cenário, como exposto no terceiro capítulo, os movimentos feministas ocidentais, com a força política dos seus objetivos, passaram a ocupar de forma contundente a esfera transnacional a partir da década de 70 do século XX, quando teve então início o que chamo aqui de ‘Primeiro momento de transnacionalização dos feminismos’, patrocinado pela ONU, que desde então passou a realizar Conferências Mundiais sobre as Mulheres e a se mobilizar em torno da questão.

No decorrer do trabalho constatou-se que as diferentes fases do neoliberalismo influenciaram enormemente o funcionamento da ONU e sua forma de lidar com os feminismos. Foi possível também perceber ainda que o Primeiro Momento se conformou por meio da interação entre a atuação e influências dos movimentos feministas e os interesses do Norte e Neoliberais representados pelas Nações Unidas.

Inicialmente caracterizado pelo domínio quase que exclusivo dos feminismos do Norte em seu interior, o primeiro momento passou a ser marcado pelo aumento da força do Sul a partir de meados dos anos 1980. Não coincidentemente, naquela mesma década, ganhavam visibilidade, inclusive na Academia do Norte, os feminismos pós-coloniais.

Paralelamente à análise dos feminismos transnacionais desde suas origens, passando pelo primeiro até chegar no segundo momento, foi lançado ainda no decorrer da pesquisa um olhar para os feminismos em âmbito regional no Norte – Europa Ocidental e Estados Unidos – e no Sul – América Latina –, o que permitiu perceber não apenas suas diferenças, mas também suas relações com o feminismo transnacional.

Neste sentido, interessante observar que nos anos 1990 houve nos feminismos do Norte uma mudança do foco na redistribuição para o reconhecimento e a prevalência das lutas culturais em relação às sociais, como resultado da crescente influência neoliberal. Já na América Latina muitos países faziam a transição para regimes democráticos e o contexto era de grande pobreza, o que contribuiu para a mobilização e para a

inserção no movimento de mulheres pobres, trabalhadoras, negras e indígenas. Ao mesmo tempo, o feminismo transnacional que orbitava em torno da ONU exercia grande influência na região, o que influenciou na multiplicação dos espaços e lugares de atuação dos feminismos latino-americanos tanto regionalmente quanto globalmente. Isto resultou na transnacionalização dos movimentos de mulheres latino-americanas e no aumento de sua influência na esfera internacional, ao menos discursivamente.

O auge do primeiro momento aconteceu na última década do século XX, especialmente com a conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, que contribuiu para que os feminismos transfronteiriços se tornassem mais globais, representativos do Sul e heterogêneos.

No mesmo período, de acordo com as investigações realizadas no quarto capítulo, pôde-se observar que, com o impulso do fim da guerra fria, o neoliberalismo global continuou a ganhar força, exacerbando as desigualdades de gênero, econômicas e raciais e tornando o mundo cada vez mais dividido entre uma seleta elite global e a maioria da população mundial. O mundo estava não apenas mais desigual, mas também mais conectado, o que fez com que o movimento antiglobalização emergisse e resultasse na oposição entre globalizações hegemônica e contra-hegemônica.

Diante da realidade contemporânea, as teorias feministas pós e decoloniais, em linhas gerais: denunciam o neoliberalismo como um sistema global de opressão que, imbricado com outros como racismo e patriarcado – os quais intensifica e dos quais se serve - subordina homens e mulheres ao redor do mundo, particularmente mulheres e especialmente as de cor e do Sul; pretendem com o fim dos interseccionados sistemas globais de opressão um mundo mais justo e não hierarquizado; condenam veementemente a violência estrutural resultante do neoliberalismo, do patriarcado e da colonialidade.

Com o avanço da globalização neoliberal na virada de século, portanto, a situação das mulheres continuava a se deteriorar, apesar da intensificação dos feminismos transnacionais e da crescente integração do Sul impulsionadas pelo primeiro momento.

Além disso, como apresentado no capítulo 5, o primeiro momento em seu eixo ONU-ONGs se mostrou bastante limitado para lidar com violências estruturais e demandas por direitos sociais e econômicos.

Por um lado o protagonismo das ONGs feministas internacionais favoreceu as mulheres do Norte, ao mesmo tempo em que excluiu e desfavoreceu as mulheres vindas de extratos populares de base, ou seja,

do Sul. Por outro, a esfera institucional das nações unidas está comprometida com as forças neoliberais do Norte, o que resultou em uma assimilação seletiva das demandas feministas para servir aos grandes poderes globais e aos objetivos de desenvolvimento do neoliberalismo. Em virtude disto, a efetivação dos direitos econômicos e sociais formalmente adquiridos restou prejudicada, resultando em conquistas meramente formais e discursivas.

Sendo assim, ainda que o Sul tenha ganhado mais espaço no primeiro momento, especialmente na década de 1990, influenciando nos discursos e conquistas de direitos de Beijing, sua vinculação e seu compromisso com Instituições e interesses do Norte e neoliberais tornaram então o primeiro momento absolutamente incompatível com as percepções e práticas dos feminismos pós e decoloniais, dentre elas a interseccionalidade e a solidariedade.

Os limites e possibilidades do primeiro momento, somados à interconexão cada vez maior do mundo, ao surgimento de novos espaços contra-hegemônicos e ao aumento da força dos feminismos do Sul fizeram emergir no início do século XXI o que chamo aqui de “Segundo Momento de Transnacionalização dos Feminismos”. O segundo momento passa então a coexistir com o primeiro, que por sua vez se perpetua até hoje vinculado ao eixo ONU-ONGs.

Formado por contrapúblicos feministas heterogêneos, o segundo momento é marcado pelo aumento da força dos feminismos e movimentos de mulheres populares de base e pela presença no movimento antiglobalização, encontrando novos espaços, alcances e formatos na arena internacional. Estas características indicam uma aproximação com as perspectivas pós e decoloniais, ou ao menos um passo inicial nesta direção, uma vez que neste cenário contemporâneo, a crítica feminista pós/decolonial precisa estar focada na organização contra o capitalismo global, que recoloniza a vida de homens e mulheres ao redor do mundo, especialmente mulheres no Sul.

Para melhor entender o segundo momento, tomei por objeto de estudo aquele que considero seu movimento simbólico e emblemático: a Marcha Mundial das Mulheres.

Algo novo surge com a MMM, um movimento feminista transnacional sem vínculos institucionais que, propondo-se popular de base e anticapitalista, dissemina-se atualmente pelo mundo quase todo e conforma uma rede de atuação em diferentes níveis - local, nacional, regional e internacional. Trata-se, portanto, de um movimento que retrata novidades e mudanças significativas dos feminismos transnacionais no século XXI.

Realizei então no capítulo final da tese uma análise voltada a atingir o objetivo principal proposto, qual seja, investigar se a Marcha vem superando os problemas apontados pelas teorias feministas pós/decoloniais com relação ao primeiro momento, e se, neste sentido, representa na prática mudanças efetivas e significativas em relação a ele.

Para tanto, utilizei as lentes pós e decoloniais, que com suas categorias teóricas oferecem ferramentas para lidar com a complexidade do cenário com que lidam os feminismos transnacionais e construir objetivos políticos que visem eliminar as diferentes formas de subordinação em busca de um mundo mais justo/ plena justiça social.

Este olhar que lanço para a Marcha é um olhar sobre o ideal pregado pelos feminismos pós e decoloniais, mas não apenas. É também um olhar preocupado em aprender com aquilo que o movimento vem construindo de maneira impressionante, e lançar luzes sobre as possibilidades reais e práticas, diante dos cenários que atualmente se configuram, de se vencer os obstáculos rumo a um movimento que mire sempre maior justiça e equidade, em seu interior e no mundo de suas lutas. Até porque, como parte deste mundo que pretende transformar, ele também precisa se autoavaliar, refletir e se libertar, pelas vias da autocrítica, das suas limitações.

A investigação procura responder à pergunta de pesquisa: como este outro feminismo transnacional trazido pela marcha se configura em termos de relações norte-sul, análise interseccional e construção de solidariedades?

Quanto às Relações Norte e Sul, utilizando os conhecimentos advindos da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas, foi possível concluir que a Marcha de fato atua nos espaços contra-hegemônicos, posicionando-se marcadamente contra o neoliberalismo global e participando de forma ativa do Fórum Social Mundial. No que se refere à sua conformação como um movimento feminista popular de base, algumas nuances puderam ser percebidas. Fazem parte da MMM não apenas mulheres e grupos do Sul, embora estas sejam maioria, e o movimento acaba ganhado diferentes configurações nas distintas regiões e países. Neste sentido, a MMM na América Latina é um movimento muito mais popular de base do que na Europa, e no Sul da Europa mais do que no Norte.

Apesar destas matizes, observa-se na Marcha, além de uma grande força no Sul, o intuito de privilegiar suas demandas, o que pode explicar a ausência e as dificuldades de se estabelecer e difundir em muitos países do Norte.

Para o estudo da interseccionalidade e solidariedade me vali da triangulação entre três técnicas de pesquisa, quais sejam, análise de documentos, observação/pesquisa de campo e entrevistas, que na maior parte das conclusões se articularam em um sentido complementar, em resultados que se aproximaram. Foram também observadas divergências, especialmente no que tange às percepções das integrantes de coordenações de distintos lugares, entre si e com relação aos documentos da MMM. Nestes casos a triangulação se tornou ainda mais essencial, à medida em que possibilitou com as diferentes ferramentas não apenas obter uma ampla gama de opiniões de ativistas vindas de distintos lugares, mas também compreender de que forma o movimento atua na prática e como se posiciona oficialmente. Isto me ofereceu um panorama muito mais completo sobre os temas, fornecendo elementos que, mesmo em suas contradições, foram bastante esclarecedores. Assim, as discordâncias e incongruências viraram também dados que incrementaram a análise.

No exame da interseccionalidade foi possível constatar que não existe consenso entre as ativistas entrevistadas quanto à validade e utilização do conceito. Apesar disso, o posicionamento da Marcha expresso em seus documentos principais reflete uma ideia de interseccionalidade próxima àquela desenvolvida pelos estudos pós e decoloniais.

Conforme pude observar nas pesquisas de campo, e como destacou também uma ex-Coordenadora Internacional, entre os temas tratados no movimento prevalecem indiscutivelmente os eixos interseccionados de gênero e classe, por meio das críticas ao capitalismo global e seus efeitos econômicos e sociais para as mulheres.

Portanto, nos documentos, discursos, práticas e análises da MMM, alguns eixos de subordinação alcançam prioridade em relação a outros, e enquanto a intersecção entre gênero e classe é exaustivamente trabalhada, outros eixos como sexualidade, geração, colonialidade, raça e etnia, recebem pouca ou nenhuma atenção, sendo, quando muito, abordados e trabalhados tangencialmente. Ainda assim, isto representa um avanço para os feminismos transnacionais, considerando-se que no primeiro momento as restrições da órbita ONU-ONGs inviabilizaram inclusive a interconexão entre gênero e classe e uma contestação efetiva da globalização neoliberal e seus efeitos perniciosos para as mulheres.

Certamente são imensos os desafios de problematizar as interseccionalidades em um movimento transnacional da dimensão da MMM, que coloca em contato mulheres do mundo todo, funcionando como um fórum global da maior diversidade. Mas justamente em virtude

desta dimensão se torna ainda mais importante para o movimento problematizar e visibilizar os eixos de subordinação e suas interconexões. Isto porque, ignorá-los em um campo tão heterogêneo de lutas, formado por milhares de grupos locais, abre espaços para que os grupos mais fortes mais privilegiados, mais possuidores de recursos e mais articulados politicamente ganhem mais influência e atenção a suas demandas, resultando em uma desigualdade de poderes no interior do movimento.

Uma análise interseccional, portanto, possibilitaria compreender as opressões que limitam os diferentes grupos de mulheres e oferecer-lhes meios que coloquem todas as suas lutas em condições de igualdade no movimento. Seria ainda basilar para uma prática solidária pós/decolonial, à medida em que possibilita a construção de consensos e objetivos políticos atentos às diferenças e complexidades.

Isto não quer dizer, no entanto, que as dificuldades para uma análise e prática interseccionais inviabilizem completamente a construção de solidariedades, e neste sentido pode-se buscar abranger as diversidades existentes da maneira mais inclusiva e igualitária possível.

Neste sentido, o que a Marcha tem feito de forma mais contundente é procurar formas de promover maior horizontalidade e igualdade de espaço entre suas representantes de diferentes países em seu âmbito decisório internacional e regional, ou seja, formas de construção de solidariedade próximas ao que defendem os feminismos pós/decoloniais, como se pôde verificar em seus documentos e também nas entrevistas e observações realizadas.

Sendo assim, analisados a representatividade, a comunicação, bem como o espaço para manifestação de diferenças e as construções coletivas na Marcha, tornou-se possível constatar que, apesar das inúmeras dificuldades decorrentes do seu alcance e diversidade, existe no movimento uma preocupação, uma reflexão e uma busca por uma prática solidária sensível às diferenças e aberta à participação igualitária.

Neste sentido, Manuela Tavares e Almerinda Bento e Maria José Magalhães entendem que, ao valorizar as diferenças, organizar-se em rede e estimular a criatividade das ações das diferentes associações ou grupos de mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres “revela uma nova forma de feminismo, a ser estudado – o da solidariedade e diversidade, orientado para a mudança social e política” (2004, p. 13-14).

Dado o exposto, pode-se concluir que a Marcha: i) conforma-se majoritariamente como um movimento feminista popular de base, priorizando o Sul e suas demandas; ii) posiciona-se claramente contra o capitalismo global, inserindo-se nos espaços contra-hegemônicos; iii) e, por fim, apresenta intuítos e entendimentos que se aproximam das noções

apresentadas de interseccionalidade e solidariedade, além de algumas práticas no sentido de atingi-las. Mostra-se, portanto, bem mais alinhada com as perspectivas feministas pós/decoloniais do que o primeiro momento de transnacionalização dos feminismos.

Pode-se afirmar também que existem, conforme visto, obstáculos a serem vencidos pela MMM, enquanto um movimento feminista transnacional, para alcançar plenamente as pretendidas análise interseccional e prática solidária. Contudo, caminha-se neste sentido, com importantes avanços em relação aos feminismos que orbitam no eixo ONU-ONGs. E como explicou lindamente uma brasileira tão importante para o movimento, caminha-se como uma criança, sem esperar que tenha forças nas pernas para depois caminhar, mas começando com a caminhada, para daí ganhar forças nas pernas, e seguir caminhando. Segundo ela,

é importante acreditar no processo, não pensar que primeiro é preciso ganhar consciência para depois começar. Esta é uma visão bem tradicional, de que a teoria vem antes da prática, e não de que se vai construindo e vivendo os enfrentamentos e então refletindo sobre isso em processos coletivos e ganhando força. As mulheres vão tendo consciência à medida em que ela vai desenvolvendo a capacidade e a habilidade de lidar com isso, de se recriar (ENTREVISTA 12, 2015).

A partir da metáfora da criança e da caminhada, considero este estudo sobre a Marcha a partir das perspectivas pós e decoloniais um fortalecimento de pernas para seguir caminhando, e refletindo, aprendendo com os processos, ganhando mais forças, e caminhando mais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.

ALVAREZ, Sonia. A "globalização" dos Feminismos Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000a, p. 383-426.

_____. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 02, n. 01, p. 57-77, 2014.

_____. Translating the Global: Effects of Transnational Organizing on Local Feminist Discourses and Practices in Latin America. **Meridians**, v. 1, n. 1, p. 29-67, 2000b.

ALVAREZ, Sonia et al. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 541-575, julho-dezembro 2003.

ANTROBUS, Peggy. **The Global Women's Movement: origins, issues and strategies**. London: Zed Books, 2004.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 03, p. 704-719, 2005.

AYRES, Lioness. Semi-structured interview. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 2008. v.2, p.810-811.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013.

BASU, Amrita. Globalization of the Local/Localization of the Global: Mapping Transnational Women's Movement. **Meridians**, v. 01, n. 01, p. 68-84, 2000.

BEDIA, Rosa Cobo. Feminismo la Segunda Ola y Globalización. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, p. 633-647, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A Profissão de Sociólogo**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 328 p.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan-jun 2006.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Da (in) visibilidade do caso Sirlei Dias Carvalho: um estudo interseccional da violência contra as mulheres. **Revista Acta Sci. Human Soc. Sci.**, Maringá, v. 30, n.02, p. 137-145, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. v. 1. Tradução Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 10, 2007, Quito. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. Quito: Cepal, 2007.

CONWAY, Janet. **Edges of Global Justice: The World Social Forum and its 'others'**. Abingdon, UK/New York: Routledge, 2012.

_____. Geographies of Transnational Feminisms: The Politics of Place and Scale in the World March of Women. **Social Politics**, v. 15, n. 2, p. 207-231, jun. 2008. Disponível em:

<<http://sp.oxfordjournals.org/content/15/2/207.abstract>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Troubling Transnational Feminism(s) at the World Social Forum. In: DUFOUR, Pascale; MASSON, Dominique; CAOUETTE, Dominique (Orgs.). **Transnationalizing Women's Movements: Solidarities Without Borders**. Vancouver, UBC Press, 2010, p. 149-172.

COOK, Kay E. In-depth interview. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Los Angeles, London, New Dehli, Singapore: Sage, 2008. v.1, p. 422-423.

COUNCIL OF EUROPE. **Gender Mainstreaming: Conceptual Framework, Methodology and Presentation of Good Practices**. Final Report of Activities of the Group of Specialists on Mainstreaming. Rapporteur Group on the Equality Between Women and Men, GR-EG. Committee of Ministers. Strasbourg: 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. Crítica Postcolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista. **Nómadas**, Universidad Central, Colômbia, n. 26, p. 92-101, abril 2007.

DELANTY, Gerard. **Citizenship in the global age: culture, society and politics**. Buckingham: Open University Press, 2000, p. 82.

DESAI, Manisha. The Messy Relationship Between Feminisms and Globalizations. **Gender and Society**, v. 21, n. 6, p. 797-803, dez. 2007.

_____. Transnationalism: the face of feminist politics post-Beijing. **International Social Science Journal**, v. 57, n. 184, p. 319-330, jun. 2005.

_____. Transnational Solidarity: Women's Agency, Structural Adjustment and Globalization. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Orgs.). **Women's Activis and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics**. New York / London: Routledge, 2002, p. 15-32.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **Historia de las Mujeres em Occidente**. Buenos Aires: Taurus, 1993.

DUFOUR, Pascale; GIRAUD, Isabelle. Globalization and Political Change in the Women's Movement: The Politics of Scale and Political Empowerment in the World March of Women. **Social Science Quarterly**, v. 88, n. 5, p. 1152–1173, dez. 2007.

DUFOUR, Pascale. **The World March of Women**: first Quebec, then the world? In: Conference Claiming Citizenship in the Americas, 2005, Montreal, CA. Disponível em: <<http://www.cccg.umontreal.ca/pdf/Dufour%20rev%202.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ESCHLE, Catherine. **Global Democracy, Social Movements and Feminism**. Boulder, CO e Oxford: Westview Press, 2001.

ESCHLE, Catherine; MAIGUASHCA, Bice. **Making Feminist Sense of the Global Justice Movement**. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

FALK, Richard. **La Globalización Depredadora**: una critica. Tradução de Herminia Bevia e Antoni Resines. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina, 2002.

FERREE, Myra Marx. Globalization and Feminism: Opportunities and Obstacles for Activism in the Global Arena. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism**: transnational women's activism, organizing and human rights. New York: New York University Press, 2006.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

GROSFUGUEL, Ramón. La Descolonización de la Economía Política y los Estudios Postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 4, 2006.

_____. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. **Transmodernity**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: < <http://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq> >. Acesso em: 10 Jun. 2015.

HAFNER-BURTON, Emilie; POLLACK, Mark A. Mainstreaming Gender in Global Governance. **European Journal of International Relations**, v. 8, n. 3, p. 339-373, 2002.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

_____. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. México UAM-X, CSH, 2002. p. 9-34.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JULIEN, Heidi. Content Analysis. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: SAGE, 2008. v.1, p. 120-121.

KAPLAN, Temma. Women's Rights as Human Rights: Grassroots Women Redefine Citizenship in a Global Context. In: GRINSHAW, Patricia; HOLMES, Katie; LAKE, Marilyn. **Women's Rights and Human Rights: International Historical Perspectives**. New York: Palgrave, 2001, p. 290-308.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KOLÁ OVÁ, Marta. Gender and Globalisation: labour changes in the global economy. **Sociologický asopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, p. 1245-1246, 2006.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 901-912, set./dez. 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri/SP: Manole, 2011. p. 106-122.

_____. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 6, n. 73, p. 2-23, jan. 2005. ISSN 1984-8951. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial**: a história de uma invenção política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p 61; 64; 66-67.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá/Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul-dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Declaração 'Feminismo em marcha para mudar o mundo'. Disponível em: <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo/>. Acesso em 05 jan. 2016.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. **1998-2000**: una década de lucha internacional feminista. Jundiaí: Maxprint, 2008.

MATOS, Marlise. **A Quarta Onda Feminista e o Campo Crítico-Emancipatório das Diferenças no Brasil**: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38º. Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu/MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9339&Itemid=456>. Acesso em: 04 março 2015.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MCKECHNIE, Lynne E. F. Observational research. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 2008. v.2, p. 573-575.

MILLER, Francesca. **Latin American women and the search for social justice**. Hanover: University Press of New England, 1991.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 108 p.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham / London: Duke University Press, 2003.

_____. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, v. 2, n. 3, p. 333-358, 1984.

MOLINEUX, Maxine. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. **Social Policy & Administration**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 425-449, ago. 2006.

MOOSA-MITHA, Mehmoona; ROSS-SHERIFF, Fariyal. Transnational Social Work and Lessons Learned From Transnational Feminism. **Journal of Women and Social Work**, v. 25, n. 02, p. 105-109, 2010.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAPLES, Nancy. The Challenges and Possibilities of Transnational Feminist Praxis. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Orgs.). **Women's Activis and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics**. New York / London: Routledge, 2002, p. 263-278.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **In It Together: Why Less Inequality Benefits All**. Paris: OECD Publishing, 2015.

PALMER, Ingrid. Gender, Equity and Economic Efficiency in Adjustment Programmes. In: AFSHAR, Haleh; DENNIS, Carolyne

(org.). **Women and Adjustment Policies in the Third World**. Houndmills, Basingstoke: Macmillan, 1992.

PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. **Antipode**, v. 34, n. 3, 2002, p. 380–404.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

PORTOLÉS, Asunción Oliva. Feminismo Postcolonial: La Crítica al Eurocentrismo del Feminismo Occidental. **Cuadernos de trabajo, Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid**, Madrid, n.6, p. 1-27, abril 2004. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/instifem/PUBLICACIONES%20VIOLETA.htm>>. Acesso em 10 dez. 2015.

POSTER, Winifred; SAMILE, Zakia. The Limits of Microcredit: Transnational Feminism and USAID Activities in the United States and Morocco. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Orgs.). **Women's Activis and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics**. New York / London: Routledge, 2002, p. 185-215.

PUENTE, Celia Amorós. **Mujeres e Imaginarios de la Globalización** - reflexiones para una agenda teórica global del feminismo. Rosario: Homo Sapiens, 2008.

PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri/SP: Manole, 2011. p. 69-105.

REYNALDO, Renata Guimarães. **O fenômeno global e o impacto dos movimentos feministas**: as lutas das mulheres no mundo. Ijuí: Unijuí, 2015.

RUPP, Leila J. Transnational Women's Movements. **European History Online**, 2011. Disponível em: <<http://www.ieg-ego.eu/ruppl-2011-en>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **Worlds of women**: the making of an international women's movement. Princeton: Princeton University Press, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SALGADO, Martha Patricia Casteñeda. **Metodología de Investigación Feminista**: Metodología de Investigación Feminista. Guatemala: Imprenta Evolution, 2008. 134 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 701-726, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SNYDER, Margaret. Unlikely godmother: the UN and the global women's movement. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism**: transnational women's activism, organizing and human rights. New York: New York University Press, 2006.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

TAVARES, Manuela, BENTO, Almerinda, MAGALHÃES, Maria José. **Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de Globalização** - o caso da Marcha Mundial de Mulheres, trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A Questão Social no Novo Milênio, Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

_____. Translations and Refusals: Resignifying Meanings as Feminist Political Practice. **Feminist Studies**, v. 36, n. 1, pp. 200-230, 2010.

THOMPSON, Karen Brown. Women's Rights are Human Rights. In: SANJEEV, Khagram; RIKER, James; SIKKINK, Kathryn (Orgs.). **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, p. 96-122.

TICKELL, Adam; PECK, Jamie. Making global rules: Globalization or neoliberalization? In: PECK, Jamie; YEUNG, Henry (Org.). **Remaking the global economy: Economic-geographical perspectives**. London: SAGE Publications Ltd, 2003, p. 163-182

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo Cortez, 2008. p. 65-84.

TRIPP, Aili Mari. The evolution of transnational feminisms: consensus, conflicts and new dynamics. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism: transnational women's activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006.

TRUE, Jacqui; MINTROM, Michael. Transnational Networks and Policy Diffusion: The Case of Gender Mainstreaming. **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 1, p. 27-57, 2001.

TURNEY, Lyn. Virtual interview. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 2008. v.2, p. 924-925.

UN WOMEN. About us. **About UN Women**. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>. Acesso em: 13 dezembro 2015a.

_____. How we work. Intergovernmental support. **World Conferences on Women**. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>. Acesso em 10 dezembro 2015b.

_____. The Beijing Platform for Action Turns 20. About. **The Beijing Platform for Action: Then and Now**. Disponível em: <http://beijing20.unwomen.org/en/about>. Acesso em: 13 dezembro 2015c.

VARGAS, Virginia. The Feminist Movement in Latin America: Between Hope and Disenchantment. **Development and Change**, London, Newbury Park and New Delhi, v. 23, n. 03, p. 195-214, 1992.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito, Equador: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.

WILSON, Ara. The U.N.-NGO Orbit. SMITH, Bonnie G. (Org.). In: **The Oxford Encyclopedia of Women in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2008, v. 1, p. 297-298.

WORLD MARCH OF WOMEN. News. **The World March of Women began its 4th International Action**. Disponível em: <http://www.marchemondiale.org/news/8march/en>. Acesso em: 20 dez. 2015a.

_____. Structure. Disponível em: <http://www.marchemondiale.org/structure/en/>. Acesso em 20 dez. 2015b.

_____. Structure. International Committee. **Role and Members.** Disponível em: <<http://www.marchemoniale.org/structure/cmifolder.2006-03-28.0285180209/ci/en>>. Acesso em: 20 dez. 2015c.

_____. Structure. International Secretariat. **Roles and Members.** Disponível em: <<http://www.marchemoniale.org/structure/SI/cmifolder.2006-03-28.7469315925/en>>. Acesso em: 20 dez. 2015d.

_____. Structure. International Working Groups and Collectives. Organization. **Collectives.** Disponível em: <<http://www.marchemoniale.org/structure/groupecollectifs/cmifolder.2005-02-28.9772974847/cmifolder.2005-02-28.7513035742/en>>. Acesso em: 20 dez. 2015e.

_____. Structure. International Working Groups and Collectives. Organization. **Working Groups.** Disponível em: <<http://www.marchemoniale.org/structure/groupecollectifs/cmifolder.2005-02-28.9772974847/cmifolder.2005-03-02.2742315353/en>>. Acesso em: 20 dez. 2015f.

_____. Structure. National Coordinating Bodies. **Roles and Responsibilities.** Disponível em: <<http://www.marchemoniale.org/structure/cmifolder.2006-03-28.1785327039/cmifolder.2006-03-28.2114751323/en>>. Acesso em: 20 dez. 2015g.

_____. The World March of Women 2010. **Third International Action.** World March of Women Africa: Finger print, 2010.

_____. Who We Are. **Constitution and By-Laws.** Disponível em: <http://www.marchemoniale.org/qui_nous_sommes/statuts/en>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ANEXO A – Entrevistas

ENTREVISTA 1. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Donostia/Espanha, 10 de out. 2014. 1 arquivo de áudio (11 min.): .amr.

ENTREVISTA 2. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 18 de nov. 2014. 1 arquivo de áudio (33 min.): .wma.

ENTREVISTA 3. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Bruxelas/Bélgica, 14 de jan. 2015. 1 arquivo de áudio (110 min.). .amr.

ENTREVISTA 4. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Laufersweiler/Alemanha, 17 de jan. 2015. 1 arquivo de áudio (100 min.). .amr.

ENTREVISTA 5. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Banbury/Reino Unido, 19 jan. 2015. 1 arquivo de áudio (96 min.). .amr.

ENTREVISTA 6. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 12 de maio 2015. 1 arquivo de áudio (41 min.). .mp4.

ENTREVISTA 7. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 29 de abril 2015. 1 arquivo de áudio (67 min.). .mp4.

ENTREVISTA 8. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 28 de abril 2015. 1 arquivo de áudio (80 min.). .mp4.

ENTREVISTA 9. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 10 de ago. 2015. 1 arquivo de áudio (73 min.). .amr.

ENTREVISTA 10. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 21 de set. 2015. 1 arquivo de áudio (53 min.). .mp4.

ENTREVISTA 11. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** Via Skype, 23 de nov. 2015. 1 arquivo de áudio (90 min.). .mp4.

ENTREVISTA 12. **Entrevista concedida a Renata Guimarães Reynaldo.** São Paulo/Brasil, 04 de dez. 2015. 1 arquivo de áudio (80 min.). .amr.

ANEXO B – Roteiro de Entrevistas

1. Nome, idade, nacionalidade(s).
2. Fale um pouco sobre a sua trajetória como feminista e sua atuação na Marcha Mundial de Mulheres.
3. Fale um pouco sobre a Marcha em seu país.
4. Em termos de atuação internacional/transnacional, como você vê a MMM com relação a outros movimentos feministas, tanto anteriores à sua existência quanto contemporâneos?
5. Como você percebe a relação Norte/Sul dentro da Marcha? / Como Norte e Sul interagem dentro da Marcha?
6. No discurso da Marcha a solidariedade é evocada constantemente. Na sua opinião, qual a concepção de solidariedade da MMM? Você concorda com este entendimento?
7. Quais as principais estratégias usadas pela Marcha para alcançar seus objetivos?
8. A MMM se articula com outros Movimentos Sociais? Quais? De que forma isto acontece? / Você tem conhecimento de alianças formadas entre a Marcha e outros movimentos sociais?
9. Como a Marcha percebe os Fóruns Sociais Mundiais e qual sua atuação neles?
10. Você percebe o protagonismo de alguns países na Marcha? / Na sua opinião alguns países têm mais influência e participação na Marcha do que outros? Em caso afirmativo, que países seriam estes e por que, na sua opinião, isto acontece?
11. Como são tomadas as decisões da Marcha no âmbito das coordenações nacionais?
12. Como são tomadas as decisões da Marcha no âmbito do comitê internacional?
13. De que forma são construídos os discursos e documentos da Marcha?
14. Como as questões das subordinações de classe, raça/etnia e geração são tratadas dentro da Marcha?
15. Qual o seu entendimento sobre as Conferências da ONU sobre a Mulher, especialmente a conferência de Beijing, o

espaço internacional de discussão ali criado e o feminismo internacional que orbitou em torno das ações da ONU a partir de então?

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas/Doutorado

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Vimos através deste convidá-los a participar da pesquisa intitulada **“o caso da Marcha Mundial de Mulheres: pós-colonialismo, poderes e hierarquias no feminismo transnacional”**, realizada pela doutoranda Renata Guimarães Reynaldo e pela orientadora Prof. Luzinete Simões Minella, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) como um exemplo expressivo do feminismo transnacional contemporâneo, confrontando-a com modelos anteriores de transnacionalização das práticas feministas para tentar entender as práticas e dinâmicas da MMM, principalmente a partir de uma ótica pós-colonial.

Os dados obtidos com este estudo serão relevantes, pois contribuirão para um melhor entendimento da Marcha no cenário internacional/transnacional, representando a oportunidade de discutir e compreender os caminhos tomados pelos movimentos feministas a partir do século XXI frente à globalização hegemônica e às tantas interrogações trazidas por um mundo que se integra e transforma com intensidade.

A entrevista será gravada em áudio e não se publicarão dados ou informações que permitam sua identificação. A sua participação é

absolutamente voluntária. Caso se recuse participar, isto não trará qualquer penalidade ou prejuízo para você. Mantém-se o direito de desistir da participação a qualquer momento.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca desta pesquisa poderá ser obtido junto às pesquisadoras pelo e-mail renatareynaldo@gmail.com.

Eu,

, abaixo assinado, declaro por meio deste documento, meu consentimento e em participar da pesquisa “o caso da Marcha Mundial de Mulheres: pós-colonialismo, poderes e hierarquias no feminismo transnacional”. Declaro ainda que estou ciente dos objetivos da mesma, consentindo que a entrevista gravada em áudio seja realizada e utilizada para a coleta de dados, bem como de meu direito de desistir a qualquer momento.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura